

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

Tribunal da Redação:

*Práticas jornalísticas e notícias de crimes em jornais
diários de Campo Grande (MS)*

São Leopoldo, RS

Fevereiro de 2008

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

Tribunal da Redação:

*Práticas jornalísticas e notícias de crimes em jornais
diários de Campo Grande (MS)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos para obtenção do título de mestre em Ciências Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn

São Leopoldo, RS

Fevereiro de 2008

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

Tribunal da Redação:

*Práticas jornalísticas e notícias de crimes em jornais
diários de Campo Grande (MS)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Aprovado em 25 de fevereiro de 2008

BANCA EXAMINADORA

Cláudia Lago – Universidade de São Paulo (USP)

Beatriz Marocco – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Ronaldo César Henn (Orientador) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

AGRADECIMENTOS

Por mais que um trabalho de pesquisa possa parecer solitário, ele é sempre construído socialmente. Isso ocorre não apenas em razão do caráter sócio-histórico do conhecimento, mas também por causa das colaborações diretas das pessoas envolvidas com o processo de produção do pesquisador.

Por esse motivo, é imprescindível agradecer às pessoas que tornaram possível a existência desta dissertação. Assim, meus sinceros agradecimentos:

Ao professor Dr. Ronaldo César Henn, meu orientador, que me ofereceu as ferramentas necessárias para definir os elementos da pesquisa sem imposição de nenhuma vertente teórica;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação desta instituição de ensino, que me ajudaram nesta primeira incursão ao universo da pesquisa acadêmica;

Aos jornais *Correio do Estado* e *O Estado de Mato Grosso do Sul*, que permitiram a realização da pesquisa;

Aos jornalistas, sujeitos desta pesquisa, que tiveram a paciência de serem entrevistados e observados durante suas rotinas produtivas.

Resumo

As rotinas produtivas de jornalistas de dois diários impressos de Campo Grande (MS) e as notícias de crimes engendradas nessas rotinas correspondem ao centro deste trabalho. As análises das práticas dos jornalistas – manifestadas tanto em suas relações no dia-a-dia da produção de notícias quanto nos próprios textos e imagens – têm como pilar teórico principal os conceitos bourdieusianos de *habitus* e de *campo social*. A metodologia é composta de etnografia das rotinas de produção dos jornalistas, de análises de entrevistas e de análises de notícias.

Os diálogos entre empírico e teórico permitiram compreender as notícias como representações de mundo dos jornalistas, dos donos das empresas jornalísticas, das fontes e demais agentes partícipes do processo noticioso. Essas representações são construídas a partir de determinadas percepções, produzidas por *habitus* incorporados por todos esses agentes. Deste emaranhado de relações, são analisadas as práticas, percepções e representações de mundo *dos jornalistas*. Não há pretensão de universalizar as análises, uma vez que os objetos de estudo são jornalistas e notícias singulares, inseridos num contexto concreto.

Como as notícias são compreendidas, neste trabalho, a partir das rotinas produtivas onde são geradas, tornou-se fundamental a retomada de uma abordagem metodológica, cuja tradição remonta à década 70 do século passado: as pesquisas de *newsmaking*. Com base nessa tradição teórico-metodológica, realizei um acompanhamento etnográfico das ações dos jornalistas dos dois maiores jornais de Campo Grande – *Correio do Estado* e *O Estado de Mato Grosso do Sul* – durante as duas primeiras semanas de abril de 2007. Os registros foram feitos em cadernos de campo e através de fotos. Os jornalistas pesquisados também foram entrevistados individualmente. Num segundo momento metodológico, analisei as ações observadas, as entrevistas e as notícias de crimes produzidas pelos pesquisados.

O trabalho permitiu concluir que, através das notícias, os jornalistas (conforme o recorte desta pesquisa) constroem determinadas representações sociais e que a realidade social, reivindicada comumente pelas notícias de crimes analisadas, porta percepções elitistas, dualistas e moralistas. Essa realidade, predominante nos jornais estudados, acaba sendo vendida como verdadeira e única, em razão de princípios deontológicos caros ao campo jornalístico, como objetividade, neutralidade e imparcialidade. Nessa representação social, o mundo é separado entre “bons” e “maus” e são valorizadas as ações policiais, que visam punir os “maus” para proteger os “bons”.

Palavras-chave: Jornalismo, práticas jornalísticas, notícias de crime

Abstract

The productive routines of journalists from two printed daily newspapers of Campo Grande (MS) and the news of crimes engendered in those routines correspond to the center of this work. The analyses of the journalists' practising – revealed as much in their relations in the everyday life of the news production as in the own texts and images –they have as main theoretical base the “bourdieusianos” concepts of *habitus* and of *social area*. The methodology is composed of ethnography of the production routines of the journalists, and analyses of interviews and news.

The dialogues between empirical and theoretician allowed to understand the news as representations of world of the journalists, of the owners of the journalistic companies, of the sources and agents of the news process. Those representations are built from certain perceptions, produced by *habitus* incorporated by all of agents. From this tangled of relations, are analyzed, the practices, perceptions and representations of the world of the journalists. There is not pretension of universalize the analyses, since as the objects of study are journalists and singular news, inserted in a concrete context.

As the news are understood, in this work, from the productive routines where are generated, became fundamental the retaking of a methodological approach, which tradition dates back in the 70s of the past century: the researches of *newsmaking*. Based on those theoretical-methodological tradition, I achieved an ethnographic accompaniment of the actions of the journalists from the two biggest newspapers of Campo Grande – *Correio do Estado e O Estado de Mato Grosso do Sul*– during the two first weeks of April in 2007. The records were done in notebooks of field and through pictures. The researched journalists also were interviewed individually. In a second methodological moment, I analyzed the actions observed, the interviews and the news of crimes produced by the researched ones.

The work allowed me to conclude that, through the news, the journalists (according to the cutting of this researches) has built determined social representations and that the social reality, n usually claimed by the news of crimes analyzed, bring elitist perceptions, dualist and moralistic. That reality, predominant in the newspapers studied, is sold as true and unique, on account of deontological principles so important to the journalistic field, like objectivity, neutrality and impartiality. In that social representation, the world is separate between "good" and "bad" and are valued the police actions, which aim to punish the "bad" for protecting the "good".

Key words: Journalism, journalistic practising, news of crime

Sumário

Introdução	9
1. <i>Pesquisa, fundamentações teóricas e apresentação dos capítulos</i>	9
2. <i>Questões metodológicas</i>	13
Parte I: Contribuições teóricas	17
Capítulo 1: Teoria da ação de Bourdieu	18
<i>Pressuposto: jornalista, ser social</i>	18
1.1. <i>Espaço social</i>	18
1.2. <i>Habitus</i>	19
1.3. <i>O jogo social</i>	23
1.4. <i>Representações do mundo social</i>	24
Capítulo 2: Habitus e práticas jornalísticas	28
2.1. <i>Jornalistas e o campo</i>	28
2.2. <i>Rotinas e importância da prática</i>	29
2.3. <i>O jogo no grupo</i>	31
2.4. <i>O jogo com as fontes</i>	34
2.5. <i>Relacionamentos com o tempo</i>	40
2.6. <i>Objetividade e pretensão de desprendimento social</i>	47
2.7. <i>Representação e noticiabilidade</i>	53
2.8. <i>Estruturas sociais do campo</i>	60
Capítulo 3: Práticas jornalísticas e notícias	72
3.1. <i>Notícias como construção</i>	72
3.2. <i>Notícias de crimes e realidade social representada pelo jornalismo</i>	77
Parte II: Investigação empírica	87
Capítulo 4: Espaço da pesquisa e jornalistas pesquisados	88
4.1. <i>Recorte espacial: Mato Grosso do Sul, Campo Grande e os jornais</i>	88
4.2. <i>Os jornalistas pesquisados</i>	90
Capítulo 5: Rotinas produtivas	97
5.1. <i>Jornal Correio do Estado</i>	97
5.2. <i>Jornal O Estado de Mato Grosso do Sul</i>	125
Capítulo 6: As notícias de crimes	168

6.1. Apresentação dos dados -----	172
6.2. Títulos das notícias e tabelas -----	190
6.3. Transcrições das notícias produzidas pelos jornalistas pesquisados -----	190
Parte III: Análises: práticas jornalísticas na construção de notícias de crimes -----	222
Capítulo 7: Relações de forças no campo -----	223
7.1. Manifestações das relações de forças no espaço físico -----	223
7.2. Relações de forças entre repórteres e editores -----	228
7.3. Polícia: área pobre do jornalismo -----	236
Capítulo 8: Habitus e práticas jornalísticas: os “valores-jornalista” -----	241
8.1. Saber o que é e o que não é notícia -----	241
8.2. Ser rápido -----	249
8.3. Ter suas fontes -----	256
8.4. Ser objetivo -----	263
Capítulo 9: Percepções da realidade social -----	277
9.1. Percepção dualista -----	278
9.2. Percepção moralista -----	283
Capítulo 10: Notícias de crimes e representações da realidade social -----	287
10.1. A ação policial -----	287
10.2. Os criminosos -----	291
10.3. As vítimas -----	300
10.4. Pretensão de verdadeira realidade -----	307
Conclusão -----	309
Referências bibliográficas -----	313

Introdução

1. Pesquisa, fundamentações teóricas e partes da dissertação

Este trabalho oferece uma análise de notícias de crimes a partir das práticas jornalísticas produtoras dessas notícias. Os referenciais empíricos correspondem aos dois maiores jornais de Campo Grande (MS), o *Correio do Estado* e o *O Estado de Mato Grosso do Sul*. Trata-se de um contexto espacial afastado dos grandes centros do país – a cidade é capital de um estado fronteiriço, vizinho do Paraguai e da Bolívia.

A importância atribuída por esta pesquisa às rotinas produtivas faz com que as notícias de crimes não sejam vistas como desnudas de humanidade. Engendradas num campo social específico, as notícias são, ao contrário, manifestações das práticas e percepções de um grupo singular, o de jornalistas e, indiretamente, das visões de mundo representadas por agentes de outros campos – no caso de notícias de crimes, destacadamente os policiais.

A colaboração teórica fundamental para as análises das práticas dos jornalistas e das notícias correspondentes a essas práticas é a teoria da ação de Pierre Bourdieu. Dessa gama teórica, os conceitos de *campo social* e *habitus* são os que mais contribuem para a compreensão das ações e dos valores dos jornalistas e das conseqüentes manifestações dessas ações e desses valores nas notícias. Por essa linha de análise, é possível perceber que as notícias de crimes produzem determinadas representações da realidade social – com pretensão de ser a realidade realmente existente, em razão da objetividade (e princípios decorrentes, como neutralidade, imparcialidade e veracidade) pregada pelos discursos jornalísticos –, que recuperam percepções de mundo dos jornalistas e dos agentes e dos grupos de outros campos com acessos facilitados aos jornais.

A pesquisa permitiu notar uma rotinização de práticas incorporadas (e, portanto, já não mais refletidas, por serem tomadas como evidentes), que faz da produção de notícias um trabalho burocrático. Em geral, os jornalistas pesquisados produzem matérias da própria redação, através da *Internet* e de telefonemas, mediações tecnológicas, que medeiam outra mediação, a das fontes oficiais. O contato com o mundo, de onde emanam os acontecimentos, torna-se remoto, por causa dessas camadas mediadoras. O resultado são textos e imagens produzidos com o fim maior de ocupar os espaços das páginas dentro do horário determinado de fechamento. Os jornalistas não se percebem, com clareza, em meio a essa burocracia produtiva, manifestando, ao contrário, valores caros à profissão. Em conversas informais e,

sobretudo, nas suas ações, esses profissionais indicam a existência de alguns valores tomados como imprescindíveis na constituição ontológica do jornalista. Os valores percebidos e analisados neste estudo são: saber o que é e o que não é notícia, ser rápido, conquistar e manter fontes próprias e ser objetivo. A internalização desses valores ocorre na própria prática do jornalismo, o que se relaciona à consideração da prática como uma escola por parte de jornalistas.

A importância da idéia de incorporação de práticas objetivadas está na elucidação da espontaneidade das ações dos jornalistas na produção de notícias. O que se manifesta, na superfície, como ações mecânicas (como se tratasse de autômatos), corresponde, segundo a compreensão teórica pautada neste estudo, a um processo de socialização paulatino e lento, que resgata o próprio processo de formação do jornalismo como campo social. Esse entendimento é bem concreto, pois essa socialização se efetiva cotidianamente na convivência entre os membros da comunidade jornalística.

Tomar os jornalistas como membros de um campo específico não significa atribuir ao que fazem e são um caráter absolutamente homogêneo. A própria noção de “campo social” comporta a idéia de conflitos, de relações de forças. Há identidade de grupo entre agentes de um campo, mas há também conflitos internos, em razão das estruturas hierárquicas presentes no campo. No caso do jornalismo, há embates entre jornalistas em conformidade com as posições nas hierarquias. Essas posições não correspondem apenas aos cargos ocupados pelos jornalistas, mas a outras condições de *status*, como ser de uma geração mais nova ou mais antiga, ser menos ou mais conhecido, ter a simpatia dos chefes, etc. Esses embates cotidianos se refletem nas notícias e em suas posições nas páginas. Jornalistas em lugares elevados na estrutura *sócio-redacional* (pois a redação também é um espaço social) tendem a vencer as discussões sobre importâncias de matérias. As suas notícias preferidas tendem, por conseguinte, a ocupar posições de destaque na hierarquia das páginas.

As relações de forças internas contribuem também para a hierarquização das áreas. Nos jornais pesquisados, a editoria de Polícia está na base da hierarquia. Isso pode ser notado no número pequeno de jornalistas que cobrem essa área, na menor concessão de carros e de fotógrafos, no tratamento secundário das pautas e das matérias... A motivação parece estar na natureza do acontecimento noticiado nas páginas policiais. Há um desprezo pela editoria como há desprezo pelos personagens das matérias policiais, os criminosos. Em razão das percepções de mundo e das decorrentes escolhas produtivas dos jornalistas, os criminosos das matérias policiais terminam se identificando com a parcela social despossuída de poderes econômicos e políticos. A relação estabelecida pode ser assim formulada: “como os

criminosos são os pobres, ocupantes da base social, a editoria de Polícia também deve ocupar a base hierárquica redacional”.

As contribuições teóricas exógenas não se restringem, é claro, a Bourdieu. Também são fundamentais nesta pesquisa as teorizações de Peter Berger e Thomas Luckmann (2005), Karl Marx (2002) e Marx e Friedrich Engels (2002). Outros importantes teóricos também colaboram nas discussões presentes neste estudo. Trata-se de Michel Foucault (2006), Jürgen Habermas (2003) e Anthony Giddens (1991; 2002).

Além das contribuições teóricas trazidas de “fora”, há colaborações relevantes da própria área. Estudos diversos sobre rotinas produtivas ajudam no entendimento das práticas e valorizações dos jornalistas. Trata-se do relato e análise de Robert Darnton (1990) sobre sua experiência como repórter, dos estudos de rotinas produtivas em jornais de Brasília realizados por Zélia Adghirni (2002) e uma equipe de pesquisadores, de trabalho aproximado desenvolvido por Manuel Chaparro (1994) também auxiliado por uma equipe, da pesquisa sobre o trabalho de ilustradores, indissociável da própria produção de notícias, realizada por Gilmar Hermes (2005), do estudo sobre o cotidiano da vida dos jornalistas trabalhado por Isabel Travancas (1993). O clássico artigo de Warren Breed (1999) também colabora nesse aspecto. O ensaio de Clóvis Barros Filho e Luís Martino (2003) oferece importante ajuda nesta e em outras questões ao propor uma teoria do jornalismo a partir da noção bourdieusiana de *habitus*.

Com relação a aspectos relevantes nas práticas dos jornalistas, há ajuda do texto clássico de Philip Schlesinger (1999) e do trabalho de Sylvia Moretzsohn (2002a) no que tange ao tempo no jornalismo. Moretzsohn (2002b) também colabora nas reflexões sobre objetividade. Acerca desse assunto específico, há, ainda, contribuições de Robert Hackett (1999), de Gaye Tuchman (1999), de Adelmo Genro Filho (1987) e Luiz Gonzaga Motta (2002).

No que concerne às notícias, especialmente as de crimes, esta pesquisa tem débitos com os trabalhos de Miquel Alsina (1989), Ronaldo Henn (1996; 2002), Henn e Carmen de Oliveira (2004), Elizabeth Bird e Robert Dardenne (1999), Ana Rosa Dias (2003), Stuart Hall (1999), Beatriz Marocco (2004), Tânia Montoro (2002), Maurice Mouillaud (2002), Adriano Duarte Rodrigues (1999), Milton José Pinto (2002) e Cristina Ponte (2005).

Alex Ribeiro (2003) e Ignacio Ramonet (2004) são importantes na medida em que

colaboram para as reflexões críticas do fazer jornalístico.

Obviamente, essa correspondência entre autores e assuntos não pode ser tomada como extremamente exata, como se esses teóricos se limitassem a questões jornalísticas muito pontuais. As colaborações dos autores mencionados se dirigem a problemas vários do jornalismo. No entanto, algumas questões recebem maior atenção que outras. E algumas são mais pertinentes a este estudo que outras. Também há autores que abordam o jornalismo de modo mais geral e que contribuem fundamentalmente neste estudo. Trata-se de Nelson Traquina (1999; 2003; 2005a; 2005b) e Mauro Wolf (1995).

A dissertação está dividida em três partes. A primeira trata das práticas jornalísticas e de notícias, com atenção especial às de crimes, a partir de elaborações teóricas diversas. Está separada em três capítulos: o primeiro apresenta aspectos gerais da teoria da ação de Bourdieu, o segundo faz uma aproximação entre conceitos bourdieusianos e as práticas dos jornalistas e o terceiro discorre sobre notícias, salientando o entendimento de notícias como construção e relacionando as notícias de crimes às representações jornalísticas da realidade social.

A segunda parte apresenta uma contextualização do recorte social onde se inserem as práticas e as notícias estudadas, como também os relatos dos acompanhamentos das rotinas produtivas e as notícias produzidas durante os dias de pesquisa. Está subdivida em três capítulos, que abordam, na seqüência, os assuntos seguintes: 1) considerações gerais e breves sobre Campo Grande, Mato Grosso do Sul e a imprensa local (com ênfase nos jornais onde foi realizado o estudo), 2) rotinas dos jornalistas através dos relatos de campo e 3) transcrições das matérias produzidas pelos pesquisados e tabulações de dados sobre elementos presentes nas notícias publicadas no período da investigação empírica.

A parte final realiza uma análise das práticas jornalísticas e das notícias de crimes, apresentadas na segunda parte, com base nos referenciais teóricos percorridos na primeira parte. Está subdivida em quatro capítulos: o primeiro trata sobre as relações de forças existentes no campo jornalístico (tomado como campo social), especificamente no ambiente redacional dos dois jornais; o segundo analisa as práticas dos jornalistas a partir do conceito de *habitus*; o terceiro discorre sobre as percepções jornalísticas da realidade social conforme manifestadas na investigação; por fim, o último capítulo relaciona as notícias de crimes, produzidas durante o período de pesquisa, às representações jornalísticas do mundo social.

Há, ainda, um anexo com imagens de algumas páginas dos dois jornais. A apresentação dessas poucas páginas objetiva possibilitar uma visualização de seus desenhos. É claro que a pequena amostra não pretende considerar secundária a importância da diagramação na construção da realidade representada nas notícias. Ao contrário, esse aspecto mereceu discussão relevante neste trabalho. A apresentação de poucas páginas tem apenas caráter ilustrativo, não comprometendo o debate sobre a relação entre práticas jornalísticas e hierarquização das matérias no corpo dos jornais.

2. *Questões metodológicas*

As decisões metodológicas devem estar imbricadas às teorizações e os dois, metodologia e teoria, devem resultar das reivindicações do recorte da realidade que se pretende estudar. Um estudo sobre notícias, buscando entendê-las a partir de sua produção, reivindica decisões metodológicas que possam colaborar para a compreensão desse fragmento da realidade social. Evidentemente, não há escolhas absolutamente certas e fechadas, ao menos quando não se pretende construir conhecimento com mentalidade epistemológica positivista.

Como este estudo busca compreender notícias de crimes a partir das rotinas produtivas onde são geradas, tornou-se fundamental a retomada de uma abordagem metodológica, cuja tradição remonta à década 70 do século passado. Trata-se das pesquisas de *newsmaking*. É preciso discorrer, mesmo que sumariamente, sobre essa abordagem.

Na ainda curta trajetória dos estudos do jornalismo, a atribuição de uma maior complexidade às notícias está relacionada a inovações metodológicas a partir da década de 70 do século passado correspondentes a pesquisas etnográficas (TRAQUINA, 2003; 2005a). Schlesinger (1978b, p. 31 *apud* WOLF, 1995, p. 167) argumenta que a abordagem etnográfica das rotinas produtivas (*newsmaking*), diferente das análises centradas apenas no produto, “permite a observação, teoricamente orientada, das práticas sociais efetivas que dão lugar à produção cultural”. Segundo o autor, as abordagens centradas no produto contêm “lacunas explicativas” relativas às inferências sobre os processos produtivos.

Nesse sentido, a observação direta do jornalista, no seu ambiente, ajuda no avanço da compreensão do jornalismo e do seu principal produto, as notícias. Isso porque, nessa abordagem metodológica, as análises das notícias são enriquecidas com as práticas jornalísticas produtoras dessas notícias. Assim, a compreensão desse produto midiático rompe

o horizonte das especulações e ganha respaldo da realidade efetiva, o que pode dar corpo aos vazios teóricos relativos às inferências sobre os processos produtivos, como sublinha Schlesinger.

Não obstante, o método etnográfico, por si só, pode pecar pelo demasiado empirismo, caso o estudo se reduza apenas às análises das singularidades das situações observadas. Reside aqui a necessidade do diálogo cuidadoso com teorias.

Além da armadilha do empiricismo, o método etnográfico, presente na abordagem de *newsmaking*, comporta alguns riscos práticos, como observa Mauro Wolf. Entre esses riscos, está a forte possibilidade de o pesquisador confundir-se com o pesquisado, situação em que “o investigador assimila a maneira de agir, de pensar e de avaliar dos jornalistas e transforma-se em 'um deles', modificando o seu papel na situação” (WOLF, 1995, p. 168). O pesquisador deixa de ser, assim, apenas um observador. Wolf também chama atenção para o período estreito em campo (dois ou três dias), “insuficiente até para uma familiarização com o ambiente” (1995, p. 168). Segundo o autor, muitas pesquisas de *newsmaking* foram desenvolvidas nesse curto intervalo em razão da dificuldade de os veículos permitirem o acesso por um tempo mais prolongado.

Essas duas observações de Wolf se colidem, sugerindo um impasse relativo ao período de investigação empírica: o pesquisador deve buscar não assimilar a “maneira de agir, de pensar e de avaliar dos jornalistas”, o que há mais possibilidade de ocorrer com o maior tempo de contato, como também deve prolongar sua estada no campo, pois dois ou três dias são insuficientes até mesmo para “se familiar com o ambiente”. Quanto tempo, então, seria necessário de investigação etnográfica?

Esse pensamento quantitativo se aproxima de uma epistemologia de fundo positivista. A determinação de um tempo inflexível de investigação empírica para qualquer estudo independente de suas singularidades valida a primeira regra do método sociológico durkheimiano, por “considerar os fatos sociais como coisas” (DURKHEIM, 2007, p. 15). Somente “coisas” ontologicamente imutáveis podem ser observadas e analisadas com métodos invariáveis. A determinação de dias exatos para o acompanhamento das atividades dos jornalistas só deve ser considerada caso as redações de diferentes jornais comportassem elementos objetivos idênticos e, mais, caso as interações em toda a sociedade fossem únicas. Ou seja, se a sociedade fosse uma “coisa” nos termos de Durkheim.

Feitas suas ressalvas, Mauro Wolf afirma que “também do ponto de vista dos instrumentos de análise, a abordagem do *newsmaking* se apresenta com algumas novidades em relação à maior parte da *communication research*” (WOLF, 1995, p. 168). Em menção à

metodologia etnográfica, usada nessa abordagem, Traquina (2005^a, p. 172) sistematiza uma “contribuição tripla” aos estudos do jornalismo: 1) “permitiu ver a importância da dimensão transorganizacional no processo de produção de notícias”, valorizando as trocas informais entre os jornalistas e percebendo a importância do pertencimento a uma mesma comunidade profissional; 2) “permitiu reconhecer que as rotinas constituem um elemento crucial no processo de produção das notícias”; 3) “serve como corretivo às teorias instrumentalistas que surgem com uma nova força nas décadas dos anos 70 e 80” e que sustentam que “o processo de produção das notícias envolve uma conspiração entre agentes sociais” e que “a intenção consciente de distorção é crucial na elaboração das notícias”.

A partir da tradição das abordagens dos estudos de rotinas produtivas, acompanhei o trabalho dos jornalistas dos jornais *Correio do Estado* e *O Estado de Mato Grosso do Sul* por duas semanas. Esses veículos foram escolhidos por estarem melhor estruturados em relação aos demais diários impressos de Campo Grande – na cidade, há, atualmente, outros dois jornais diários, mas que passam por profundas crises financeiras, tendo reduzido seu pessoal e eliminado, na prática, a produção por editorias.

Acompanhei as rotinas produtivas durante os dias úteis das duas semanas (de segunda a sexta-feira)¹, com maior proximidade do pessoal da editoria de Polícia (um repórter e um editor, no *Correio do Estado*, e um repórter, no *O Estado*²), mas os demais jornalistas também foram observados, embora com uma atenção menor. Realizei entrevistas individuais com esses três jornalistas e com outros cinco profissionais (três editores e dois repórteres-fotográficos), além de fotografar as redações, ambientes dos jornais e cenas das apurações das pautas. Solicitei por escrito (e fui atendido) autorizações dos pesquisados para usar seus nomes e imagens nesta dissertação e em outras produções acadêmicas.

O período de uma semana de dias úteis (de segunda a sexta-feira) coincide com um determinado ciclo de jornada laboral dos jornalistas. Eles contam com descansos nos fins de semana (sábado e domingo no *O Estado* e domingo e, às vezes sábado, no *Correio*). A segunda-feira se mostra como um “ponto zero” e o mundo parece abrir uma lacuna estática a cada fim de semana para recomeçar em cada primeiro dia útil semanal.

1 Esse período de observação não inclui o correspondente à pesquisa exploratória, realizada em outubro de 2006, quando permaneci por uma semana na redação do *Correio do Estado*.

2 No segundo veículo não há editor de Polícia, sendo a editora de Cidades também responsável pela área policial.

Neste período de investigação empírica, foram publicadas 73 notícias referentes a crimes em Mato Grosso do Sul. Destas, 33 foram produzidas pelos três jornalistas de Polícia pesquisados (as outras foram trabalhadas por correspondentes de cidades do interior do estado e, eventualmente, por jornalistas de outras editorias).

As notícias foram dissecadas conforme critérios elencados para posteriores análises. Em se tratando das 73 notícias, os critérios são: assuntos, fontes, caracterizações das vítimas e dos suspeitos. Desses textos, recebem aprofundamento analítico os 33 produzidos pelos pesquisados. Essas matérias também são observadas e analisadas com base nos critérios seguintes: tratamentos conferidos às vítimas e aos suspeitos, além de observações dos *lugares* dos acontecimentos, das apurações e das matérias nas páginas. Todos esses critérios são importantes nas construções de categorias analíticas trabalhadas na terceira parte desta dissertação.

Parte I

Contribuições teóricas

Capítulo 1: Teoria da ação de Bourdieu

Pressuposto: jornalista, ser social

A compreensão do que são as notícias e “por que são como são” (TRAQUINA, 1999; 2001; 2005a; 2005b) passa pela compreensão do que são os jornalistas e por que são como são. Ou seja, as notícias resultam de processos produtivos, que portam aspectos singulares, os quais colaboram fundamentalmente para o entendimento das próprias notícias.

Não é possível, entretanto, uma compreensão dos jornalistas se considerados isoladamente. É preciso, portanto, partir de um pressuposto: os jornalistas, como outros agentes que interferem na produção de notícias, são seres sociais.

A sociedade não é uma entidade abstrata, mas é construída, cotidianamente, através da interação dialética entre indivíduos e mundo objetivo (BERGER e LUCKMANN, 2005). Nesse horizonte de reflexão, a sociedade se atualiza por meio das práticas dos agentes sociais. Pode-se notar, com pouco esforço, que essas práticas não são homogêneas. Com um esforço de observação maior, pode-se perceber, por outro lado, que há grupos sociais nos quais os membros demonstram, em suas ações, características internamente semelhantes e, por isso, diferenciadoras dos demais grupos. Entre os grupos sociais, encontra-se o dos jornalistas.

Para analisar as práticas jornalistas, tomados como membros de um determinado grupo, é preciso, antes, discorrer sobre aspectos gerais da teoria da ação de Pierre Bourdieu, em razão de sua importância na colaboração teórica deste estudo.

1.1. Espaço social

O delineamento da teoria da ação de Bourdieu pode ser iniciado com a imagem que o autor faz do mundo social. Para Bourdieu, esse mundo pode ser visto como um espaço, dentro do qual diferentes pessoas agem diversamente, têm variadas preferências musicais ou culinárias, posições políticas conflitantes ou semelhantes, modos distintos de expressar o pensamento, etc. Pode-se dizer que um problema fundamental na teorização de Bourdieu consiste em compreender o porquê dessas práticas e visões de mundo.

O ponto de partida do sociólogo é materialista, por iniciar admitindo a existência de homens concretos e, a partir daí, observar suas práticas e notar que elas tendem a ser

semelhantes em cada grupo social, o que faz com que os indivíduos se identifiquem com seu grupo e se diferenciem, por decorrência, do restante da sociedade. Aqui se esboça o desenho social bourdieusiano: pessoas, com diferentes práticas e representações, inseridas em diversos grupos, dispostos em variados pontos de um grande espaço, que é a totalidade social. Essa distribuição é ordenada, conforme o autor, por “dois princípios de diferenciação”: o “capital econômico” e o “capital cultural”. Afirma Bourdieu:

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com dois princípios de diferenciação (...) – o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas (BOURDIEU, 2005b, p. 19).

Essa distribuição permite notar, por exemplo, os professores universitários (entre os que possuem capital global – cultural e econômico – maior) no canto superior esquerdo do “mapa social”. Eles tenderiam a comportamentos comuns. Poderiam (num contexto francês), por exemplo, gostar de jogar xadrez e tomar uísque e se dividiriam entre votar em políticos da esquerda ou da direita. Já os pequenos comerciantes (entre os que possuem capital global menor) estariam na parte inferior direita. Na França, jogariam bocha, tomariam vinho frisante e votariam em candidatos da direita.

Os agentes não estão estagnados em pontos determinados do espaço social. Ao contrário, o espaço social é um campo, onde os indivíduos se conflitam e se cooperam, marcando território com “repetições de comportamentos” de seus pares e, diante do movimento provocado pelo aumento ou diminuição de seus capitais (no caso do acumulado cultural não é possível pensar em decréscimo, mas, sim, em estagnação e, por consequência, em menor volume na comparação com os demais agentes do grupo), passam a internalizar tendências objetivas de seus novos grupos.

1.2. Habitus

Uma das preocupações fundamentais da teoria da ação de Bourdieu é a de entender o porquê de comportamentos semelhantes entre agentes participantes dos mesmos grupos, isto é, posicionados próximos em razão da proximidade do acumulado de capitais cultural e

econômico. No avanço dessa questão, Bourdieu introduz o conceito mediador de *habitus*: exerce uma mediação dialética entre estruturas objetivas e práticas dos agentes. Em outras palavras, as pessoas incorporam estruturas objetivas do “lugar” no espaço social onde se encontram, o que gera o *habitus*, que é externalizado pelos agentes em suas ações e representações cotidianas. Assim, com essa incorporação, os indivíduos, próximos no espaço social, tendem a realizar, “espontaneamente”, práticas comuns. Na definição de Bourdieu, os *habitus* são

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 2003, p. 53-54).

A definição é longa e complexa, porque reúne diversos aspectos contraditórios indissociáveis do conceito. A fronteira dialética, onde se situa o *habitus* bourdieusiano, corresponde a um esforço de superação do autor do que chama de teorias objetivistas e subjetivistas, que, grosso modo, concebem as ações humanas, respectivamente, como somente resultantes de determinismos externos (o que nega a liberdade) e como apenas resultantes das vontades dos indivíduos (o que nega a força de atuação social sobre as pessoas). A rejeição e a superação dessa dicotomia fazem do *habitus* um conceito contraditório, isto é, um conceito que abriga, concomitantemente, a atuação da objetividade sobre os indivíduos, sem que essa atuação seja tomada como uma imposição arbitrária, e a ação do sujeito sobre o mundo objetivo, através de suas práticas e das representações que faz desse mundo. Essa externalização (o retorno do sujeito ao mundo) faz do *habitus* o “princípio gerador e estruturador das práticas e das representações”. A ação das estruturas objetivas corresponde ao “momento” da incorporação, um movimento inicial de fora para dentro. Ao mesmo tempo em que essas estruturas se apresentam como “duráveis”, são também flexíveis, pois em cada situação a externalização do *habitus* ocorre de modo singular.

Pensar metaforicamente, a exemplo de Marx, num “prédio social”, usando o termo “estruturas” é, assim, apenas uma parte (necessária) do conceito de *habitus*. As críticas de Bourdieu têm como um de seus alvos justamente esse pensamento encerrado apenas nas estruturas objetivas. O autor também faz ressalva sobre o que se quer dizer quando se usa essa

metáfora. Segundo ele, “é preciso indagarmos em que medida as partes constitutivas de uma sociedade estratificada, classes ou grupos de *status*, formam uma estrutura” (BOURDIEU, 2005^a, p. 3). Estruturas implicam inter-relações entre as partes do todo social e, por decorrência, relações de dependência das partes relativamente ao todo. Ou seja, somente uma justaposição *teórica* (empiricamente, não há como pensar nessa justaposição) de grupos numa sociedade não corresponde a uma formação estrutural. Os grupos precisam ter uma relação mais profunda do que a de justaposição. Bourdieu exemplifica com o “camponês”, que só é o homem do campo porque há o homem da cidade. Ou seja, as diferenças internas entre campo e cidade e as relações entre os dois fazem com que o campo seja campo e a cidade, cidade. Os costumes notados no homem do campo só serão notados na comparação com o cidadão. A relação com a natureza, uma religiosidade singular, o acordar muito cedo... são características percebidas no camponês porque se contrapõem às práticas cotidianas do cidadão. As “*estruturas*”, que comportam o conceito de *habitus*, abarcam essas questões. Acerca da dialética da metáfora “estruturas”, presente no conceito de *habitus*, vale enfatizar que, conforme mostrado na definição de Bourdieu, o *habitus* corresponde, por um lado, à “estrutura estruturada”, porque essa formação estrutural já está “dada” quando o sujeito ingressa no mundo social e, por outro, à “estrutura estruturante” (melhor: “predispostas a funcionar como estruturas estruturantes”), pois, através de suas práticas e representações que fazem do mundo, os agentes reestruturam as estruturas objetivas.

O movimento, possível pela dialética, que Bourdieu busca caracterizar o conceito de *habitus* não recebe um acolhimento unânime da comunidade acadêmica. Certeau está entre os que não se mostram convencidos. Para o pensador francês, na teoria bourdieusiana,

as práticas (exprimindo o adquirido) respondem adequadamente às situações (manifestando a estrutura) se, e somente se, durante a fase de interiorização-exteriorização, a estrutura ficou estável; em caso contrário, as práticas ficam desniveladas, correspondendo ainda ao que era a estrutura no momento de sua interiorização pelo *habitus*. Segundo esta análise, as estruturas podem mudar e se tornar um princípio de mobilidade social (é mesmo o único). O adquirido não. Não goza de movimento próprio. É o lugar de inscrição das estruturas, o mármore onde se grava a sua história. Nada aí se passa que não seja o efeito de sua exterioridade (CERTEAU, 1994, p. 126).

O movimento dialético de Bourdieu se esforçaria para caminhar com uma perna só na interpretação de Certeau. Para esse autor, no *habitus* bourdieusiano, as estruturas externas têm movimento próprio, mas o que o sujeito “adquire” não. A consciência do indivíduo seria apenas uma lua iludida com “sua” luz que, na verdade, é emanada do sol, que são as

estruturas objetivas. Então, na pretensa dialética de Bourdieu, apenas as estruturas seriam dinâmicas – movimentariam a si mesmas e o “adquirido” (interiorizado pelos agentes). Em outras palavras, pela análise de Certeau, o *habitus* é um conceito que torna passivos os atores sociais, sendo suas ações somente reflexos, e não propulsoras, das estruturas. Nesse caso, o *habitus* ingressaria o pensamento de Bourdieu no campo das teorias classificadas por ele mesmo de “objetivistas”.

No entanto, a característica dialética e, por conseguinte, a *ação com sujeitos* estão presentes no *habitus*, por estarem intrínsecas ao conceito as possibilidades múltiplas de ações. Mas isso não pode ser tomado como totalmente incondicional, pois não há como negar a existência do mundo objetivo – e este mundo objetivo interatua com os indivíduos. Assim, a multiplicidade de ações recupera as experiências acumuladas pelo ser humano, isto é, comporta também uma dimensão objetiva. Por exemplo, os comportamentos num diálogo são imprevisíveis, mas resgatam gestos já calejados, por seus usos, no acumulado da experiência humana. A dialética da prática, que carrega o conceito de *habitus*, é assim abordada por Bourdieu:

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 2003, p. 57-58).

As ações humanas não são, assim, execuções passivas do que ditam as estruturas. O *habitus* se apresenta, por um lado, como “sistemas de disposições duráveis”, mas sem deixar de possibilitar, por outro, práticas criativas em cada situação singular. Sérgio Miceli (2005) percebe aí o espaço de uma liberdade (restrita objetivamente) provocadora das transformações sociais. Para o autor, o *habitus* confere “à *praxis* social um espaço de liberdade que, embora restrito e mensurável porque obedece aos limites impostos pelas condições objetivas a partir das quais se constitui e se expressa, encerra as potencialidades objetivas de inovação e transformações sociais” (MICELI, 2005, p. XLI).

1.3. O jogo social

A aceitação da possibilidade de liberdade de ação não equivale, em Bourdieu, a um entendimento de práticas como sendo calculadas, conscientes. Os agentes são relativamente livres, por empregarem estratégias várias, as quais tornam as ações, em cada situação singular, sempre únicas. Mas essas estratégias não resultam de cálculos conscientes. Ao contrário, para Bourdieu, a maioria de nossas ações não é consciente. Então, como se explica esse paradoxo? O autor apela para a metáfora do jogo para elucidar a contradição entre agir sem cálculos conscientes e sem estar passivamente dominado pelas imposições do mundo social. A incorporação das estruturas faz dos agentes “jogadores” com as regras do jogo social impregnadas em suas peles, de sorte que não se sentem conscientemente jogando, isto é, não fazem cálculos conscientes. O agente é um “jogador, que tendo interiorizado profundamente as regularidades de um jogo, faz o que faz no momento em que é preciso fazê-lo, sem ter a necessidade de colocar explicitamente como finalidade o que deve fazer” (BOURDIEU, 2005b, p. 164). Mas suas ações não são mecânicas e, sim, comportam uma grande gama de possibilidades. Assim, os jogadores sociais são livres, mas essa liberdade é relativa, uma vez que é possível uma multiplicidade de ações, mas dentro dos limites das regras do jogo.

Bourdieu usa a expressão latina *illusio* para designar o comportamento do agente perante o jogo social do seu meio. O autor encontra a raiz dessa palavra em *ludus*, que significa “jogo”. Assim, “*illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar” (BOURDIEU, 2005b, p. 139). A *illusio* implica o “interesse”, ou seja, o “estar em” (*inter esse*). Estar interessado é “dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele” (BOURDIEU, 2005b, p. 139). Isso significa que as pessoas não têm interesses comuns. Indivíduos de grupos e campos sociais diversos jogam diferentemente, pois seus interesses são também diversos. Eles estão desinteressados no que se passa no jogo alheio, pois não incorporaram as estruturas desse jogo social específico. Alguns não entendem, por exemplo, o esforço de praticantes religiosos numa procissão quilométrica. Num voltar de olhos indiferentes podem avaliar esse comportamento como um desgaste absurdo de energia. O religioso, no entanto, está agindo conforme as regras de seu campo (o religioso) e de seu grupo (talvez um mais ortodoxo ou de uma religiosidade popular), mas sem se atentar para essas regras. Ou seja, como já se disse, as ações não são executadas através de cálculos conscientes – as ações são executadas por corpos que trazem em si as regularidades do jogo.

A incorporação do jogo proporciona um encurtamento das etapas práticas. O hábil jogador de xadrez não pensará, como um novato, primeiramente nos movimentos possíveis de cada peça para, só depois, armar uma jogada. Ao contrário, ele se adianta às possibilidades de jogadas de seu oponente já imaginando as possíveis contra-ofensivas. Essa habilidade é um saber prático, decorrente das repetições de ações em tantos e tantos jogos de xadrez dos quais participou. Essa economia de esforços já aparece em Berger e Luckmann (2005). Os autores entendem que o hábito, conseqüente da rotinização, torna desnecessário o pensar sobre a própria ação: “No que se refere aos significados atribuídos pelo homem à sua atividade, o hábito torna desnecessário que cada situação seja definida de novo, etapa por etapa” (BERGER e LUCKMANN, 2005, p. 78).

Assim, os *habitus* provocam práticas que dispensam reflexões sobre si mesmas e que apenas causam estranhamento ou indiferença aos que estão fora do grupo e do campo onde essas práticas são realizadas. Portanto, em razão das semelhanças internas nas estruturas dos grupos e campos sociais e da heterogeneidade dentro do espaço social como um todo, os *habitus* geram práticas diferentes (de um grupo e de um campo para outros) e, por isso, diferenciadoras (dos diversos grupos e campos). Ilustra Bourdieu:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 2005b, p. 22).

1.4. Representações do mundo social

Essas classificações (“diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc.”) são manifestadas em nível simbólico diversamente conforme os diversos agentes, considerando que eles têm incorporado diferentes estruturas objetivas do meio onde se inserem. Em outras palavras, as representações são relativas a cada pessoa (de acordo com sua posição no espaço social e os *habitus* aí produzidos e por ela

incorporados) e a cada grupo social e só podem se manifestar simbolicamente – “tornam-se diferenças simbólicas e constituem verdadeira *linguagem*” (BOURDIEU, 2005b, p. 22). Disso decorre que as percepções do mundo social, as quais provocarão as representações do sujeito acerca desse mundo, estão condicionadas às posições dentro das estruturas do espaço social. Por exemplo, do ponto de vista de uma pessoa de classe média (de acordo com os *habitus* produzidos nas estruturas e pelas estruturas objetivas desse “ponto” do espaço social) a violência urbana pode ser, numa percepção maniqueísta, entendida como fenômeno que comporta duas pontas opostas, estando, de um lado, os bandidos (vindos das favelas, das periferias) e, do outro, as vítimas (que são, principalmente, os membros de sua classe). A pessoa da camada popular percebe a violência urbana também em conformidade com o *habitus* gerado (e gerador de) em seu meio. Pode perceber essa violência mais próxima de seu dia-a-dia, por conhecer alguém morto violentamente, digamos, numa ação policial – e isso porque as blindagens (asseguradas nas posições econômicas e culturais mais confortáveis) contra a violência são muito mais frágeis e, mesmo, inexistentes nesse segundo grupo.

O mundo social será representado conforme essas diferentes percepções. Por exemplo, a classificação da instituição policial pode mudar de heroína para bandida de um grupo a outro. Essas representações podem conduzir a posições de estagnação ou de transformação em relação à sociedade. Assim, a construção do mundo social – isto é, as representações sobre esse mundo e as conseqüentes posturas práticas com relação a ele – não se dá sobre um *nada*, mas a partir de um espaço estruturado em posições diversas dispostas conforme o acumulado de capital global. Infere Bourdieu que

se o mundo social, com suas subdivisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou para transformá-lo (BOURDIEU, 2005b, p. 27).

É possível notar aqui a adesão de Bourdieu ao materialismo dialético. A formulação marxista de que “a consciência é um produto social”³ aparece, em Bourdieu, como o motor de

3 Em *Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmam: “A consciência é portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível *mais próximo* e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência” [grifo dos autores] (MARX; ENGELS, 2002, p. 25).

sua dialética das práticas humanas. O pensamento sobre o mundo social está condicionado, em Bourdieu, às posições ocupadas pelo agente dentro do espaço social. Em outras palavras, as percepções e as representações que as pessoas fazem da sociedade dependem dos lugares onde se encontram dentro da estrutura dessa sociedade. A consciência que tenho do mundo social é determinada por esse mesmo mundo – neste “início” da dialética da prática de Bourdieu aparece recuperada a proposição de Marx. Mas aí está apenas “uma parte” (não se trata, obviamente, de compartimentos estanques) do movimento, relativa à incorporação das estruturas objetivas, ou seja, à produção dos *habitus*. A “outra parte” diz respeito à externalização do que “penso sobre o mundo social”, isto é, como o represento. Nessa dinâmica dialética, o ponto de partida e de chegada é a realidade concreta, isto é, o espaço social objetivo. “O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele” (BOURDIEU, 2005b, p. 27).

As representações do mundo social não ocorrem sem conflitos, num ingênuo relativismo democrático. Numa batalha simbólica, os agentes se digladiam para serem aceitas como verdadeiras e evidentes as representações que fazem do mundo social. É uma luta de classes, mas não em termos marxistas⁴, embora esteja presente, sem a mesma generalização, a máxima de Marx de que “o pensamento dominante de uma época corresponde ao pensamento das classes dominantes dessa época”⁵. A recuperação dessa proposição marxiana ocorre na medida em que Bourdieu admite uma luta com armas desiguais, correspondentes aos diferentes capitais globais possuídos pelos agentes e grupos, para fazer valer suas representações do mundo social. Os grupos nas altas posições no espaço social, em razão do maior volume de capitais econômico e cultural, tendem a sobrepor suas representações e, assim, a organização do mundo social seguirá uma lógica concernente a essas representações.

4 Para Bourdieu, de saída, as “classes” só existem “no papel”, isto é, teoricamente. Mas, na prática, elas *podem* existir, ou seja, existem como *possibilidade*, em “estado virtual”. Suas existências dependem da organização dos agentes, próximos conforme os capitais econômico e cultural – isso é fácil de notar nas articulações de entidades de classes, como sindicatos patronais. Portanto, visivelmente “isoladas” no mundo social empírico (isto porque, as proximidades, os distanciamentos, as disposições por afinidades ou diferenças, existentes no espaço social, só são “visíveis”, conforme Bourdieu, no papel, enquanto teoria) e submersas em suas rotinas cotidianas, as pessoas tendem a formar classes sociais a partir do momento em que fazem dessas proximidades e distanciamentos teóricos proximidades e distanciamentos efetivos, ou seja, a partir do momento em que se articulam.

5 Sobre essa formulação, afirmam Marx e Engels: “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 2002: 48).

Aqui se assenta a função ideológica da “cultura dominante” de “legitimar uma ordem arbitrária”. “Somente na medida em que tem como sua função lógica e gnosiológica a ordenação do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito, é que a cultura dominante preenche sua função ideológica – isto é, política –, de legitimar uma ordem arbitrária” (BOURDIEU, 1971, p.1255-6 *apud* MICELI, 2005, p. XII).

Capítulo 2: *Habitus* e práticas jornalísticas

2.1. *Jornalistas e o campo*

Os jornalistas constituem um grupo social distinto. Há aspectos comuns relativos a práticas e representações do mundo, concernentes à construção e à consolidação do jornalismo como uma profissão e, por conseguinte, dos jornalistas como um grupo singular dentro do espaço social. Traquina (2005b) afirma que os jornalistas se inscreveram, embora com certo atraso, na “tendência histórica de profissionalização”, iniciada com “a industrialização e a urbanização das sociedades nos século XIX” (p. 34). Para o autor, no processo de profissionalização, os jornalistas construíram uma forte identidade profissional e, por decorrência, uma edificação cultural formada “por uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção de notícias” (p. 36). Infere Traquina que a “vasta cultura profissional dos jornalistas fornece um modo de ser/estar, um modo de agir, um modo de falar e um modo de ver o mundo” (p. 36).

A formação e o fortalecimento do jornalismo no espaço social lhe permitem que seja considerado um campo. A consideração do jornalismo como campo implica, ao menos, duas observações: 1) é autônomo, por ter leis próprias e não poder ser compreendido com análises externas que não levem em conta suas singularidades – o que não significa que tenha surgido, consolidado e persistido num vazio, fora das estruturas do espaço social; 2) os seus membros externalizam práticas e representações comuns, em conformidade com os *habitus* adquiridos das suas estruturas objetivas – o que não significa que os jornalistas formem um grupo absolutamente homogêneo.

Quanto ao caráter autônomo, mas não atomizado, do campo do jornalismo, Bourdieu afirma que

[o] mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos (BOURDIEU, 1997, p. 55).

O jornalismo, como campo, está *posicionado*, ocupando um lugar no espaço social em sua maior extensão, a referente ao “mundo global”. Como campo autônomo, o jornalismo tem suas próprias regras de funcionamento, suas dinâmicas. No entanto, estando inserido no

mundo social, o jornalismo interage com outros campos. Essa interação se dá, por seu lado, a partir de seus princípios internos. E, de modo concreto, as interações internas no jornalismo e do jornalismo com outros campos se efetivam por meio de seus membros, os jornalistas. Há aqui a segunda observação: a pertença ao mesmo campo faz dos jornalistas um grupo com práticas e representações comuns, mas não um grupo homogêneo. Isso porque um campo comporta conflitos, relações de forças:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (p. 57).

Os jornalistas, conforme suas diferentes posições dentro do espaço social do campo, agem de maneiras diversas, embora a partir de regras comuns do “jogo” interno. Usam, em suas relações internas e com agentes de outros campos, de estratégias várias. Incorporam práticas (ações construídas rotineiramente e objetivadas) e princípios (normas, regras) do campo, externalizando-os em ações e representações, o que os diferencia dos demais grupos sociais; e, internamente, constituem um grupo de agentes que se conflitam conforme suas posições nas estruturas internas.

As relações dos jornalistas entre si e com as fontes (para ficarmos em dois pares de relações fundamentais no processo produtivo) seguem uma regência invisível comum e com diferentes contornos segundo as ocupações dos jornalistas na ordenação hierárquica. Aprendem, aos poucos, a “jogar” nessas relações conforme seus diversos papéis. Na constituição de comportamentos e visões comuns e variados hierarquicamente, duas premissas internas ao campo assumem relevo: a relativa a um tratamento próprio ao tempo e uma maneira “objetiva” de encarar o mundo, esse “algo de fora de onde emanam pautas”. Esse segundo aspecto se associa a uma auto-imagem identificadora dos jornalistas como uma comunidade neutra e desvinculada do restante do mundo social.

2.2. Rotinas e importância da prática

Um aspecto preliminar a considerar diz respeito à importância atribuída às rotinas

jornalísticas como professoras da identidade de grupo. Isto é, aprende-se a ser jornalística com as práticas do dia-a-dia da redação. Trata-se de um saber prático, já percebido, à sua maneira, por Warren Breed nos anos 50 do século passado. Breed (1999) nota, numa pesquisa com mais de cem jornalistas, que não há explicitação das políticas editoriais dos veículos, mas, mesmo assim, os novatos apreendem e executam as normas dessas políticas como que por “osmose”. O pesquisador relaciona esse comportamento a um conjunto de sanções e premiações tácitas existentes no ambiente de redação.

Não obstante, essas ações “espontâneas” e mesmo as sanções e prêmios, percebidos por Breed, podem ser compreendidos como resultantes da incorporação das “regras do jogo” do campo do jornalismo. E essa incorporação decorre das repetições das ações, isto é, da própria rotina. Em qualquer situação corriqueira sempre esperamos que uma seqüência, já conhecida, repita-se. Barros Filho e Sá Martino (2003) ilustram com o costume de algumas pessoas de se cumprimentarem com dois beijos. Quem está habituado a esse cumprimento certamente movimentará a cabeça para o segundo beijo após trocar o primeiro. Os autores notam que o mesmo ocorre nas práticas jornalísticas. Por exemplo, com algum tempo de entrevista, os jornalistas se tornam capazes de prever as reações dos entrevistados. É nesse sentido que Marília Gabriela, citada pelos autores, comenta ao jornal *Folha de S. Paulo*: “De tanto fazer entrevista tenho uma forte intuição do que o entrevistado vai dizer; é como se tudo não passasse de uma repetição” (*apud* BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 138-139).

Esse saber prático, correspondente à incorporação das regras do jogo, fundamental na construção teórica de Bourdieu, aparece em Berger e Luckmann (2005). Para os dois últimos autores, a freqüente repetição de determinadas ações faz com que sejam objetivadas, isto é, aparentemente existentes em si mesmas. Tornam-se evidentes e, por isso, inquestionáveis. Apenas são realizadas sem que se reflita sobre essa execução. Nesse ponto de “desprendimento”, as ações repetitivas já se tornaram hábitos. O resultado é uma economia psicológica na prática desses hábitos. O hábito implica, assim, que “a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico” (BERGER e LUCKMANN, 2005, p. 77).

Bourdieu apresenta em seu conceito de *habitus* essa economia de esforços ao considerar que a maioria das ações humanas não é calculada, uma vez que resulta da “regência” das estruturas objetivas incorporadas cotidianamente pelos agentes dos “lugares” em que se encontram dentro do espaço social. Também em Bourdieu a ação que dispensa a reflexão contínua resulta da rotina, da repetição. A incorporação implica essa rotinização. Na analogia do jogo, isso é melhor explicitado: o jogador já não tem dificuldades de jogar quando

em seu corpo estão impregnadas as regras do jogo. Essa impregnação se edifica paulatinamente através das repetições das mesmas rotinas. Aprende “naturalmente” a jogar após uma série de partidas, ou seja, aprende a jogar jogando – o saber decorre da própria prática. Na maioria das vezes, passa a agir sem refletir sobre suas ações já tornadas intrinsecamente familiares.

A compreensão de como se joga e a transformação paulatina em hábil jogador fazem os jornalistas, mesmo os egressos das universidades, admitirem que aprenderam a ser jornalistas na prática. O pensamento de que “a verdadeira escola é a redação do jornal” também pode ser uma arma aos veteranos nos conflitos de gerações. Isabel Travancas (1993, p. 59), ao relatar a experiência do jornalista Sérgio Augusto, à época na *Folha de S. Paulo*, afirma que como “quase todos do grupo, [Augusto] acredita que um jornalista se faz na prática”. Para esse veterano, com 30 anos de jornalismo quando da pesquisa de Travancas, um jornal com muitas “focas” (jornalistas novatos) termina por cometer muitos erros em razão da inexperiência e má formação de seu pessoal.

A idéia de “faro para notícias” ou do “jornalista 24 horas”, muito comum em discursos de profissionais, relaciona-se, da mesma forma, a essa percepção de que a pessoa só se torna jornalista fazendo jornalismo. O repórter esportivo Elias Awad, citado por Barros Filho e Martino (2003, p. 120-121), explicita bem essa questão ao afirmar que “(...) quanto mais você pratica jornalismo, melhor fica o seu faro para a notícia e para entender o que é notícia. A prática é o maior segredo do jornalismo”.

2.3. O jogo no grupo

O que a “prática ensina” sobre ser jornalista não diz respeito apenas às técnicas de produção de textos jornalísticos – o que não seria, nem mesmo, a “aprendizagem” mais importante. As práticas jornalísticas ensinam, sobretudo, como “jogar o jornalismo” em conformidade com as regras desse campo. Não existem aulas explícitas, como bem percebeu Breed, mas aulas silenciosas dadas a conta-gotas em comportamentos corriqueiros. A “aprendizagem” também não é explícita. Aprende-se tacitamente, o que faz da externalização do aprendizado algo que se escoia como que “espontaneamente” do indivíduo jornalista.

Como afirma Bourdieu, o bom jogador faz o que faz no momento em que deve ser feito. A incorporação das estruturas objetivas do seu meio produz *habitus* no jornalista que conduz suas ações no jogo da redação. Ele passa a fazer o que deve ser feito – torna-se

jornalista. As regras do jogo orientam e determinam as práticas referentes às relações dos jornalistas entre si e com suas fontes.

Acerca desse primeiro conjunto de relações, uma das regras implícitas fundamentais diz respeito a certa solidariedade entre os jornalistas ladeada, paradoxalmente, pela concorrência entre os mesmos. Ou seja, para permanecerem na concorrência, os jornalistas precisam ser solidários. Essa solidariedade se faz presente, mais fortemente, durante a apuração, momento em que os repórteres estabelecem contatos maiores. Num momento mais solitário, como a digitação do texto na redação, a solidariedade tende a ser ofuscada pelo espírito de concorrência.

A solidariedade, entremeada pela concorrência, entre repórteres é constatada em estudos de rotinas produtivas, como os desenvolvidos por Travancas (1993) e Adghirni (2002).

Travancas minimiza, mas não anula, o espírito de concorrência ao constatar a existência do que chama de “cadeia de solidariedade”. Para ela, a imagem de repórteres ávidos pelo *furo*, egoístas e inescrupulosos, não corresponde exatamente ao que acontece na prática. “Em cada um existe o desejo de ter sua matéria na primeira página, mas da mesma forma há um acordo preestabelecido de divulgação das informações entre a classe” (TRAVANCAS, 1993, p. 44). Esse “acordo” não é preestabelecido explicitamente, mas é bem percebido pelos jornalistas. A “punição” aos que desacatam essa norma silenciosa pode ser o isolamento. O repórter transgressor da regra passa a ser preterido entre seus pares, como nota Isabel Travancas: “E há também os preteridos pelo grupo. São os jornalistas que querem passar à frente de todos os outros, que não distribuem a informação, que querem fazer tudo sozinhos” (TRAVANCAS, 1993, p. 44).

Durante a apuração, conforme presenciou a pesquisadora, os repórteres passam informações uns aos outros e cooperam entre si, informando, por exemplo, um local mais tranquilo para o jornalista de TV fazer uma *passagem*. Na apuração de uma pauta, sua pesquisada entrevista sozinha a fonte e depois, por solicitação dos colegas de outros veículos, repassa, sem problemas, as informações.

Zélia Adghirni, que coordenou uma equipe de pesquisadores de iniciação científica no acompanhamento de rotinas produtivas de jornalistas de Brasília, também constatou essa solidariedade na troca de informações durante apurações de pautas agendadas, como uma votação no Congresso Nacional ou uma entrevista coletiva. Nessas situações, “os repórteres, inclusive os representantes dos principais concorrentes costumam trocar idéias e 'fechar' a matéria com o mesmo *lead* (daí que os jornais, todos, têm a mesma cara no dia seguinte)”

(ADGHIRNI, 2002, p. 455).

Os repórteres, durante a apuração, conversam entre si para tentar achar um enfoque e, como ecos, ressoam esse mesmo enfoque. No dia seguinte, os ecos se fazem audíveis nas edições dos jornais. É uma forma de o repórter se proteger, como conclui Adghirni: “Pela nossa observação concluímos que a prática é adotada entre os jornalistas para se proteger mutuamente de eventuais cobranças das chefias” (ADGHIRNI, 2002, p. 455). Aqui se assenta uma dimensão da relação paradoxal entre solidariedade e concorrência. Os jornalistas repetem o mesmo enfoque em seus *leads* para evitar a possibilidade de não publicar uma informação, dada pelos concorrentes, e que os seus chefes podem avaliar como sendo importante. Ou seja, é mais seguro repetir o que todos disseram, pois numa eventual cobrança, o jornalista tem todo o corpo de colegas a seu favor – “Todo mundo deu isso!”, seria uma resposta fácil à represália.

A imitação do *lead* como astúcia de proteção contra as possíveis cobranças dos chefes é uma prática dos repórteres que se arrasta por tempos e por redações de diferentes lugares. Robert Darnton, no relato de parte de sua experiência como jornalista do *The New York Times*, também salienta esse comportamento, remetendo-o a uma divisão de classes existente na redação. “Para se protegerem, os repórteres repartiam os mesmos detalhes e inícios das matérias” (DARNTON, 1990, p. 84). Continua: “Depois de uma consulta sobre a notícia, eles [os repórteres] se reuniam, filtrando as impressões e sondando uns aos outros sobre a 'matéria', até chegarem a um consenso e poderem alinhar variantes do mesmo começo de reportagem” (DARNTON, 1990, p. 84-85).

Esse comportamento, que funciona como um misto de “rede de solidariedade”, estratégia de concorrência e escudo contra os chefes, remete a uma questão, observada por Darnton: os jornalistas escrevem, em primeiro lugar, para seus pares. “Escrevíamos uns para os outros”, admite. O autor prossegue: “Sabíamos que os primeiros a cair em cima de nós seriam nossos colegas, pois os repórteres são os leitores mais vorazes, e precisam conquistar seu *status* diariamente, ao se exporem a seus colegas de profissão” (DARNTON, 1990, p. 72).

Darnton acrescenta que os repórteres não escrevem apenas para seus colegas, numa “concorrência entre iguais”, mas também – e, sobretudo, – a seus chefes na busca de, no mínimo, permanecerem empregados e, numa maior ambição, ascenderem de cargo, tornando-se editores. “Os repórteres naturalmente escrevem para agradar aos editores que controlam o sistema de recompensas do outro lado da sala, mas não existe nenhuma maneira direta de receber um reforço redigindo a melhor matéria possível” (DARNTON, 1990, p. 74).

O coro afinado dos jornalistas não se limita às trocas entre repórteres na apuração e às

decorrentes redações de *leads* semelhantes. A semelhança entre jornais também se deve à leitura recíproca de notícias e ao uso de matérias de colegas como pautas para outras matérias. “Para os jornalistas, a leitura dos jornais é uma atividade indispensável e o *clipping* um instrumento de trabalho: para saber o que vai dizer é preciso saber o que os outros disseram” (BOURDIEU, 1997, p. 32). Isso é um efeito de campo, relativo à disputa por leitores, que só tem sentido para os próprios jornais – “Eis um efeito de campo particularmente típico: fazem-se, por referência aos concorrentes, coisas que se acredita fazer para se ajustar melhor aos desejos dos clientes” (BOURDIEU, 1997, p. 33). Em reuniões de pautas, os editores costumam discutir as manchetes dos concorrentes. Trocam comentários irônicos e risadas ao constatarem que um assunto já trabalhado por eles foi dado como manchete pelo concorrente. No entanto, o “saímos na frente”, conforme analisa Bourdieu, tende a passar despercebido pelos leitores.

Esse modo igual de proceder dos jornalistas – voltando-se para si mesmos, fazendo transitar as mesmas informações entre o grupo, escrevendo os repórteres a seus chefes e a seus pares, pautando-se reciprocamente – deixa os jornais do dia seguinte muito parecidos, como observou acima Adghirni. Numa análise mais geral, Bourdieu (1997) vê nessa repetição a materialização da concorrência entre veículos, que se vigiam uns aos outros, agendando as mesmas entrevistas e resenhando os mesmos livros, por exemplo. Caso um jornal “fure” a concorrência, os que “saíram atrás” passam a trabalhar o mesmo assunto, atribuindo-lhe outros contornos. Assim, a concorrência, contrariamente a seu papel de diversificação, tende a “favorecer a *uniformidade* da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando o conteúdo dos grandes semanários ou das emissoras de rádio ou de televisão com vasta audiência” (BOURDIEU, 1997, p. 108).

2.4. O jogo com as fontes

O jogo do jornalismo, ensinado pela prática, também se estende às fontes. Jornalistas e fontes precisam uns dos outros. Há um esforço, assim, de fidelizações. Os jornalistas, com os anos, formam redes estratégicas de fontes, destacadamente oficiais. São *suas fontes*. Por seu turno, algumas fontes, cujas funções fazem necessária (ou, pelo menos, interessante) suas presenças nos jornais, aproximam-se de determinados jornalistas, os quais lhes inspiram confiança. Estabelece-se uma relação aparentemente amistosa, movida por interesses distintos. Não obstante, essa relação pode se tornar realmente de amizade, o que tende a

comprometer o teor da notícia.

Como analisa Bourdieu (2005b), a oferta sempre implica tacitamente um retorno, isto é, quem oferece busca, embora não explicita e mesmo não tenha consciência, algo em troca. A retribuição é o necessário verso da oferenda. Para Bourdieu, a troca é velada pelo intervalo entre a oferta e a retribuição. Ninguém devolve alguma coisa no mesmo instante em que a recebe, pois isso causaria impressão de ingratidão, é como se a pessoa estivesse recusando a oferta. O espaço de tempo apaga esse caráter de troca e a “dádiva” passa a ser sempre uma primeira oferenda. Assim, para além dos negócios econômicos (os comércios de produtos), as pessoas fazem trocas simbólicas sem apresentar, às claras, suas ações como negociações, como trocas. Numa cumplicidade mútua, essas trocas são caladas. “O silêncio da verdade da troca é um silêncio compartilhado” (BOURDIEU, 2005b, p. 163).

Essas trocas simbólicas, notadas por Bourdieu, permeiam as relações estabelecidas entre jornalistas e fontes: ambos ofertam reciprocamente “dádivas” interessantes condicionadas a retornos, sem a necessidade de explicitarem a existência da troca. Sobre esse aspecto das rotinas produtivas, é preciso salientar, primeiramente, que as fontes não recebem tratamento igualitário da imprensa. Há fontes diversas dispostas numa estrutura hierárquica pelos jornalistas – estrutura para fins de produção que segue a própria estrutura social. Nessa classificação, as fontes, posicionadas na parte superior da estrutura social, tendem a se destacar nos jornais e são as mais procuradas pelos jornalistas no sistema de fidelização e do “jogo de trocas”. Hebert Gans (1979), citado por Wolf (1995), enfatiza essa distribuição hierárquica:

Aqueles que detêm o poder econômico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos (GANS, 1979, p. 81 apud WOLF, 1995, p. 200).

Gans compara a relação entre fontes e jornalistas a uma dança, na qual as fontes tentam ter acesso aos jornalistas e estes tentam se aproximar daquelas. Nessa analogia e considerando a hierarquia de fontes, salientada pelo autor, os que não detêm poder serão convidados a dançar, em geral, apenas quando seus passos puderem despertar, na platéia, risos, repulsas e vaias. Ou seja, tendem a se tornarem notícias somente quando “suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos”.

Por outro lado, as fontes detentoras de poder ou que o representam, como é o caso das

que estão à frente de instituições, tendem a se tornar fontes regulares. A presença majoritária, nos jornais, de fontes, representantes da oficialidade, é salientada por diversos autores (WOLF, 1995; RODRIGUES, 1999; HALL et al., 1999; TUCHMAN, 1999; PINTO, 1999; MOTTA, 2002; MONTORO, 2002; ADGHIRNI, 2002; TRAQUINA 1999, 2001, 2005a; 2005b entre outros). De modo geral, conforme esses autores, essa forte presença se relaciona a dois fatores: 1) tempo: pressionado pelo relógio, o jornalista limita a quantidade de fontes para construir seu texto, privilegiando, assim, as oficiais; 2) preservação da aparência de veracidade: as fontes oficiais atribuem caráter verossímil à informação, pois tais fontes são consideradas autoridades em determinados assuntos e suas falas “merecem respeito”.

Isso significa que a aproximação amistosa entre fontes oficiais e jornalistas camufla a franqueza dos interesses diversos de cada campo social. No caso dos jornalistas, a perseguição a fontes oficiais contempla princípios internos do jornalismo, como a produção, no menor tempo possível, de notícias com verniz de veracidade. Por vezes, as fontes (as “mais indicadas” para tratar de um determinado assunto) são apenas usadas para dizerem o que quer o jornalista. Assim, ele apenas cerca de aspas essas falas, o que é visto como suficiente para “atestar a veracidade” das informações contidas na notícia. O repórter consegue findar, rápido, a matéria, disfarçando-a de verdade. É uma estratégia, já observada por Gaye Tuchman: “Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa” (TUCHMAN, 1999, p. 82). Essa questão, que remete à “objetividade” [a ser tratada adiante], relaciona-se ao pensamento comum de que cabe ao jornalista ser objetivo e às suas fontes, interpretar os fatos. Entretanto, conforme Rodrigues, “esta distinção não contempla os casos, mais numerosos do que se julga, em que, para preservar a credibilidade dos profissionais, é o próprio jornalista que solicita a pessoas estranhas à profissão a dizer aquilo que ele próprio desejaria dizer” (RODRIGUES, 1999, p. 32).

Portanto, em razão das práticas do campo, como as referentes à objetividade, à veracidade e à velocidade, os jornalistas depositam mais energia no jogo de trocas com as fontes oficiais. Nesse jogo, usam desde sorrisos, que cortam pouco ou muito seus rostos conforme a “importância da fonte”, até ameaças de emprego de seus trunfos, entre os quais está o de publicar que a fonte se negou a passar informação. O jornalista Luís Novaes, chefe de redação da sucursal de *O Globo* em Brasília à época da pesquisa de Adghirni, contou à equipe da pesquisadora que o repórter deve persistir na entrevista com a fonte. Novaes se referia a políticos. Segundo o jornalista, o político não deve se negar a falar, porque, “sendo uma pessoa pública, ele deve uma satisfação à população” (ADGHIRNI, 2002, p. 457).

Novaes sustenta que, em último caso, o repórter deve dizer à fonte que já tem a informação e que está lhe dando o direito de oferecer a sua versão. “Se a pessoa não quiser [falar], a matéria não vai 'cair', mas é a fonte que vai sair prejudicada porque será publicado que 'fulano' não quis falar. Isso certamente é pior para a fonte” (ADGHIRNI, 2002, p. 457).

Mas estratégias desse tipo são usadas, conforme bem lembra o jornalista, apenas “em último caso”, quando a fonte se nega a falar. Adghirni acrescenta que essa pressão por parte do jornalista também está condicionada à relevância da pauta. Em geral, são em pautas que podem ser *furos* que os repórteres tendem a encontrar mais dificuldades para ouvir as fontes pertinentes. Em outras situações, a tensão tende a ser amenizada pelo uso da simpatia. Isso pode ser ilustrado com a observação feita por uma pesquisadora da equipe de Adghirni: “A relação [da repórter] com a fonte é muito íntima (...). Quando precisa de uma informação, vai entrando nos gabinetes, mostra um sorriso, pergunta se pode entrar e antes de receber uma resposta, já estava dentro dele” (ADGHIRNI, 2002, p. 459).

A moeda direta usada pelos repórteres no pagamento de suas fontes são seus textos. Em troca de uma matéria elogiosa, eles podem receber das fontes exclusividade em pautas futuras. Travancas observa essa situação. “São comuns as trocas entre jornalistas e suas fontes ou entrevistados. Fazer uma matéria favorável a estes é quase uma garantia para obter informações exclusivas em outro momento” (TRAVANCAS, 1993, p. 47). No entanto, ela considera que fazer “uma matéria elogiosa não é crime nem é mal visto pela categoria, desde que ela não seja percebida como um trampolim para a obtenção de favores ou informações” (TRAVANCAS, 1993, p. 47).

Na dança entre fontes e jornalistas, a proximidade dos corpos pode chegar ao extremo da simbiose e a coreografia se tornar tão perfeita a ponto de confundir os dançarinos. Essa estreita relação pode ser notada, por exemplo, numa afinidade de linguagem, desde a usada nas entrevistas, apurações, até as empregadas nos textos. Falar com um policial *como um policial* pode render ao repórter melhores retornos. Isso ajuda a explicar o uso, por jornalistas, de jargões policiais e mesmo de palavras comuns em delegacias. Nesse sentido, ilustra Darnton que “é difícil conseguir alguma coisa de uma conversa pelo telefone com um tenente de polícia, a menos que você saiba pôr a boca bem perto do aparelho e gritar obscenidades” (DARNTON, 1990, p. 87). A estreiteza dessa relação pode fazer com que o jornalista adote as representações de mundo da fonte, mesmo que não perceba. Darnton também se recorda desse aspecto: “Depois de mais ou menos um ano na mesma área, os repórteres tendem imperceptivelmente a adotar o ponto de vista das pessoas sobre as quais escrevem” (DARNTON, 1990, p. 82). Num contato rotineiro, como era o caso de repórteres policiais do

The Times, que ficavam nas salas de imprensa das delegacias junto com os policiais, essa proximidade atinge um ponto muito elevado. Conta Darnton que

os repórteres policiais veteranos que dominam as salas de imprensa na maioria das delegacias desenvolvem uma relação de simbiose com a polícia. Em Newark, havia quatro velhos e rijos repórteres que tinham mais tempo de delegacia do que a maioria dos policiais. Conheciam todos os figurões da polícia: bebiam com os tiras, jogavam pôquer com os tiras, adotavam a concepção de crime dos tiras. Nunca escreviam sobre a brutalidade policial (DARNTON, 1990, p. 83).

O movimento, obviamente, não é apenas do jornalista. Wolf chega mesmo a afirmar que, na maioria das vezes, quem conduz a “dança” são as fontes (WOLF, 1995, p. 201). As fontes oficiais acabam se tornando hábeis nas trocas com os jornalistas, pois essas relações, por sua rotinização, constituem parte do dia-a-dia dos representantes de instituições. Isso não é fenômeno recente (embora os demais campos estejam se apropriando cada vez de práticas midiáticas), o que pode ser atestado numa observação de Darnton (1990, p. 82) quanto à sua época no *The Times*. “As fontes de informação convencionais, principalmente no governo, pareciam-me calejadas nesse toma-lá-dá-cá com os repórteres”. Os calos acumulados nesse tempo considerável tornaram as fontes perspicazes e, em se tratando de “jogadores” inescrupulosos (dos dois lados), dão aos jornalistas “o que eles querem”. Adghirni (2002, p. 459-460) cita uma frase dita por editores de Política e atribuída ao já falecido Antônio Carlos Magalhães para ilustrar as “estratégias” de alguns políticos na relação com jornalistas: “Existem jornalistas que gostam de dinheiro, outros que gostam de emprego e outros ainda que gostam de informação. Se você der emprego para quem gosta de informação, informação para quem gosta de dinheiro e dinheiro para quem gosta de emprego, você está lascado.”

Aquém do horizonte da desonestidade, as fontes oficiais se valem, em geral, de uma equipe de jornalistas, o que facilita as trocas conforme as regras do campo jornalístico. Trata-se das assessorias de imprensa, fundamentais na facilitação do acesso de campos diversos ao do jornalismo. Com jornalistas dos dois lados, pode ser fortalecida a impressão de que “estão todos no mesmo barco”. Darnton relata a busca de edificação desse pensamento em investidas de assessores: “Os assessores de imprensa (...) são muitas vezes ex-repórteres, que adotam um tom do 'estamos todos no mesmo barco' e tentam parecer francos ou até mesmo irreverentes em seus comentários oficiosos” (DARNTON, 1990, p. 82).

A migração de jornalistas para as assessorias de imprensa faz com que também haja um deslocamento das estruturas objetivas do campo jornalístico, incorporadas pelos

jornalistas, para outros campos. Assim, os assessores, sendo ex-repórteres, falam e agem como jornalistas, mas no interior de um campo estranho. Tentam trazer seus colegas das redações para esse “barco” alheio camuflado de “barco” familiar. A identidade de grupo favorece o coleguismo. Essa relação é percebida por Chaparro como sendo de respeito: “A ocupação profissional da assessoria de imprensa por jornalistas (...) produziu, com o tempo, um relacionamento de respeito recíproco entre as redações e os assessores de imprensa” (CHAPARRO, 1994, p. 71). O autor percebe a apropriação por instituições diversas “da cultura e da linguagem” jornalísticas através do trabalho de assessores-jornalistas. “Conhecedores da cultura e da linguagem dos meios, esses assessores montam e comandam, nas instituições, verdadeiros sistemas especializados de comunicação” (CHAPARRO, 1994, p. 71). Com isso, os assessores transformam em notícia informações interessantes às pessoas e instituições para as quais trabalham, “adequando a forma expressiva às características do discurso jornalístico” (CHAPARRO, 1994, p. 72).

O uso estratégico de assessorias de imprensa aprofunda ainda mais o abismo entre fontes representantes de instituições e “fontes comuns”, isto é, pessoas anônimas não-detentoras de poder. Um cidadão comum não tem como falar para a imprensa através de assessores. Não tem auxiliares para lhe ajudarem nesse jogo, no qual persiste, portanto, como péssimo jogador. Isso não significa, no entanto, que basta ao indivíduo sem cacifes se munir de assessores de imprensa para equilibrar a balança pensa de acesso aos jornais. Sylvia Moretzsohn chama a atenção para essa questão, ilustrando com o relato da então assessora de movimentos populares da Baixada Fluminense, Lia Ribeiro da Silva:

Depois de diversos releases e conversas, um jornalista que cobre a Baixada (...) pautou o Disk Mulher Baixada (...). Tudo bem que ele me pede o endereço. Começo: “Rua Machado de Assis, lote...” “Ihhh?!! Lote?”, diz ele do outro lado. É, respondo, lote oito. Por que? A resposta: “quando tem esse negócio de lote, quadra, pode saber que é longe e complicado e a gente vai se perder”. Adiantava dizer que a maior parte da região é dividida e organizada segundo esses critérios? (*apud* MORETZSOHN, 2002a, p. 69-70).

Esse relato remete a outros empecilhos relativos às rotinas produtivas dos jornais postos entre imprensa e fontes dispostas na base da estrutura hierárquica edificada pelas práticas jornalísticas. Não é suficiente tentar se apropriar do funcionamento interno do campo jornalístico através da busca dos serviços dos assessores de imprensa. Isso porque permanecem bem vivos retornos mais interessantes vindos do ápice da hierarquia de fontes se

comparados aos que podem oferecer as fontes que ocupam a parte inferior dessa hierarquia. Por exemplo, como já salientado, as fontes oficiais vendem mais credibilidade que as não-oficiais. Seus discursos têm um peso maior. São porta-vozes de instituições que, em sociedades com mentalidade positivista, sustentam uma ordenação tranqüilizante do corpo social. Por essa mesma razão, movimentos sociais representam uma ameaça ao sossego confortante dessa ordem. Seus porta-vozes são ouvidos, portanto, com desconfiança. Soma-se a isso, em situações como no caso do relato acima, o distanciamento espacial, a localização periférica. Problema de espaço que remete a um problema de tempo: pelas lógicas das práticas jornalísticas, não compensa o dispêndio de tempo no deslocamento de uma equipe de reportagem a um lugar longínquo para ouvir fontes consideradas não muito interessantes.

2.5. Relacionamentos com o tempo

No processo de “tornar-se jornalista”, isto é, ingressar-se na redoma identificadora desse grupo, os membros (ou pretensos membros) dessa comunidade vão incorporando, a cada dia da rotina produtiva, um tratamento singular ao tempo. Aos poucos, passam a se relacionar com o tempo semelhantemente a seus pares. E consideram, de acordo com as características objetivas das estruturas internas do campo, que necessitam ser cada vez mais rápidos para ser cada vez mais jornalistas. Nesse sentido, “[o]s repórteres desenvolvem gradualmente um senso de domínio sobre seu ofício – ser capaz de escrever uma coluna em uma hora sobre qualquer coisa, por mais difíceis que sejam as condições” (DARNTON, 1990, p. 88).

Sobre essa questão específica, é preciso enfatizar, de início, que o tempo, internalizado pelos jornalistas, é um tempo construído historicamente e partilha com o jornalismo do mesmo berço histórico. Ambos, jornalismo e tempo sob uma determinada concepção, são rebentos das transformações relativas ao fortalecimento da burguesia e do advento do capitalismo. Essa aproximação histórica não endossa, entretanto, a perspectiva de tradição da Escola de Frankfurt quanto ao “papel manipulador da indústria cultural”, criticada pela redução ao determinismo econômico⁶. Em todo o caso, há uma nova experiência de tempo a

6 Há, de fato, uma relação estreita entre jornalismo e capitalismo, como enfatiza Habermas. No entanto, não se pode compreender o jornalismo apenas pelo ângulo econômico. Isso limitaria uma construção teórica acerca das complexidades do jornalismo, o que não significa negar a relevância do fator econômico. Em Habermas (2003), a trajetória do jornalismo aparece presa a do capitalismo. Em *Mudança estrutural da esfera pública*, o autor sistematiza as diferentes organizações históricas do jornalismo em três fases, todas intrinsecamente

partir das mudanças ocorridas na modernidade, isto é, no “momento” histórico de transição de relações feudais para capitalistas. O tempo da modernidade capitalista não é o mesmo experimentado pelos pré-modernos. Uma característica fundamental da modernidade é o “esvaziamento do tempo” (Giddens). Nas sociedades tradicionais, o tempo estava intimamente ligado ao espaço através da mediação do lugar conforme analisa Giddens (1991; 2002). “Todas as culturas, é claro, tiveram ou têm de lidar com o tempo, de alguma forma ou de outra, e também modos de situar-se espacialmente (...). Em situações pré-modernas, porém, tempo e espaço se conectavam *através* da situacionalidade do lugar” (GIDDENS, 2002, p. 22). O autor explica que os antigos marcadores do tempo (como os relógios de sol), muito imprecisos, variavam de lugar para lugar: o “quando” estava ligado ao “onde”. Giddens vê no relógio mecânico – instrumento imprescindível na marcação da duração das longas jornadas de trabalho nas primeiras indústrias modernas⁷ – o propulsor do processo de esvaziamento do tempo, isto é, fez com que o tempo se desprendesse de lugares concretos, tornando-se independente do espaço.

O jornalismo surge no bojo dessas mudanças e, portanto, em meio à construção de nova mentalidade acerca do tempo. É um tempo de produção, um tempo cronometrizado conforme as necessidades capitalistas. Um tempo de cadência agitada. O jornalismo encontra,

ligadas a distintos momentos do capitalismo. Em suma, a imprensa esteve organizada em forma de pequenas empresas artesanais, com fins comerciais e com modesta maximização dos lucros em conformidade com os limites ainda tímidos do capitalismo nascente; em seguida, com o avanço burguês, a imprensa minimiza, em fins do século XVIII, seu caráter estritamente comercial e passa a ser opinativa, surgindo um jornalismo político-revolucionário de combate ao feudalismo – portanto, também em consonância com a fase em que se encontrava o capitalismo; por fim, já no século XIX e com estabelecimento do Estado burguês, os fins comerciais voltam a imperar e os jornais se tornam empresas privadas destinadas a gerar lucros, vendendo espaços para a publicidade como forma de reduzir os preços e ampliar as vendas – novamente de acordo com a situação capitalista de então.

A sistematização de Habermas é importante por ajudar na compreensão da apropriação pelo jornalismo de práticas capitalistas. No entanto, como se disse, jornalismo e nenhum outro campo comportam apenas características econômicas. Sobre esse assunto, Adelmo Genro Filho cita e critica uma conceituação de jornalismo de Ciro Marcondes Filho, na qual ele afirma que a imprensa só assume seu “caráter rigorosamente jornalístico” quando passa a funcionar como “instrumento de classe”. Contra-argumenta Genro Filho: “Na verdade ocorre exatamente o contrário: a imprensa só assume um caráter rigorosamente jornalístico *quando ultrapassa o seu funcionamento estrito enquanto instrumento de classe*. Para Marcondes Filho, com seu ‘marxismo’ diretamente inspirado em Habermas e sob a grande sombra da árvore de Frankfurt, o *capital* é uma categoria que adquire um poder quase místico: o capital possui um espelho mágico que faz o jornalismo aparecer apenas para mirar-se nele e reproduzir as condições de sua acumulação” (GENRO FILHO, 1987, p. 111).

7 O relógio mecânico, ao possibilitar a divisão do tempo em intervalos mais curtos, fez-se um aliado importantíssimo do capitalismo industrial. Oliveira (2003, p. 48) afirma que “os relógios mecânicos libertaram os negócios humanos dos limites da natureza e passaram a ordenar toda a vida social e econômica das cidades à sua volta. Em particular, o tempo metrificado fornecido pelos relógios possibilitou que se quantificasse o trabalho humano. A atividade do trabalhador tornou-se também um valor conversível em dinheiro, referente à quantidade de horas (fixas) trabalhadas, permitindo a acumulação (e extração) de mais-valia. (...) O relógio mecânico, portanto, foi o artefato mais importante para a constituição do capitalismo moderno.”

assim, já em seu estágio embrionário, um tempo ritmado por uma apressada regência. Com o decorrer da construção histórica, esse ritmo se faz mais e mais veloz. E o jornalismo persiste num dueto harmonioso com esse “novo tempo”.

É este “tempo veloz” que corresponde ao “tempo jornalístico”, incorporado pelos integrantes do campo em suas rotinas. Os jornalistas se agitam sobre esse tempo redacional como quem corre sobre uma esteira ergométrica. Uma dinâmica que, para o senso comum da profissão, joga contra – da mesma forma que a esteira, rola em sentido contrário. Gilmar Hermes⁸ (2005, p. 369) cita uma reclamação do ilustrador Orlando Pedroso Júnior, da *Folha de S. Paulo*, com relação a profissionais “jornalisticamente lentos” – a reclamação, apesar de genérica, tinha como alvo um editor do veículo. A fala remete a um lamento comum de jornalistas, o referente ao tempo como castrador da criatividade:

O profissional, para trabalhar no jornal, tem de ser muito dinâmico, muito flexível, muito rápido. Há muitos profissionais bons que chegam dentro de um jornal e que não sobrevivem, porque não estão dispostos a fazer um trabalho, né? A sentirem, a perceberem aquela frustração de terem que podar parte da sua criatividade, pra poder cumprir um determinado horário. É uma corrida contra o tempo...

Nesse mesmo sentido, Barros Filho e Sá Martino (2003) analisam que o fator tempo, assim como outras premissas internas à prática jornalística, é considerado como externo e decorrente da determinação de outros campos. Assim, a “identificação das práticas internas da profissão é substituída pela heróica posição de combatente diante de uma realidade que parece tentar, de todos os modos, atrapalhar o jornalista” (p. 122). Acerca desse pretexto, Eugênio Bucci, citado pelos autores, comenta que

a velocidade é alegada sempre como uma desculpa para uma decisão mais problemática. Não pode ser uma desculpa porque a velocidade não é um acidente dentro do jornalismo. Faz parte de sua constituição. Portanto, os critérios a serem desenvolvidos devem levar em conta o tempo que se tem para trabalhar (BUCCI *apud* BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 123).

Se por um lado, essa análise de Barros Filho e Martino, ilustrada pelo comentário de Bucci, chama a atenção para a transferência de responsabilidade por parte do jornalista

8 Em tese de doutorado ainda não publicada e defendida em 2005. A tese se intitula “As ilustrações de jornais diários impressos: explorando fronteiras entre jornalismo, produção e arte”. Como parte de sua metodologia, Hermes acompanhou rotinas produtivas de jornalistas. Todas as citações do autor, presentes nesta dissertação, são relativas a esta tese.

quando, em suas rotinas produtivas, cometem “deslizes”, por outro, sugere uma forte objetivação, que beira a reificação, desse ritmo temporal do jornalismo. Essa objetivação pode ser traduzida nesta advertência implícita: “cabe ao jornalista apenas ser rápido e não se lamentar da velocidade desse tempo!” Apesar de estar intrinsecamente ligado às práticas jornalísticas e constituir parte da estrutura interna do campo, o tempo, decorrente da mudança brusca de compasso desde a modernidade, não pode ser naturalizado, por ser, como já dito, histórico. Os jornalistas, como observa Schlesinger, fazem parte de uma “cultura cronometrizada”, na qual o autor, em conformidade com seu contexto, acrescenta, como exemplo, os ferroviários. Ele também salienta a historicidade desse tempo, afirmando, com base em Thompson e Andersen, que “a singularidade relativa ao valor colocado no tempo nas sociedades ocidentais, como é amplamente aceite, deriva em parte da disciplina temporal exercida progressivamente sobre os trabalhadores com o desenvolvimento do capitalismo industrial” (SCHLESINGER, 1999, p. 179).

A incorporação desse tempo singular pelos jornalistas produz *habitus*, externalizados, por exemplo, na corrida pelo *furo* ou na disputa para se “chegar ao acontecimento” antes da concorrência. Aos olhos ligeiros do jornalismo, essa correria se exhibe, por vezes, como mais importante que os dramas humanos, como os que têm lugar num acidente de avião, por exemplo. Dar a notícia antes de todos é motivo de comemoração mesmo que se comemore pisando sobre o sofrimento alheio. É o que se pode perceber num comentário feliz de um editor da BBC, citado por Schlesinger:

Do ponto de vista profissional, ficámos satisfeitos por termos chegado ao local à frente da I.T.N. e termos conseguido o filme quando o avião estava a começar a incendiar-se. *Quando se tem uma notícia deve-se dá-la o mais depressa possível.* Não se consegue saber todas as contingências (*apud* SCHLESINGER, 1999, p. 180) [grifo do autor].

Na seqüência do relato da observação dessa cobertura específica, o autor afirma que o “editor enviou um *memorandum* de agradecimento à Redação, elogiando a equipa de filmagens em questão ‘pelos nossos bem sucedidos esforços em trazer o acidente do Trident para o ecrã. Fornecemos um serviço noticioso mais completo e mais rápido que qualquer outro’” (SCHLESINGER, 1999, p. 180). Esse exemplo ilustra, como bem afirma o autor, a ligação estreita entre concorrência interna no campo, o carácter deteriorável do produto notícia e um comportamento particular com relação ao tempo.

Bourdieu estabelece as mesmas relações ao afirmar que “[n]a lógica específica de um

campo orientado para a produção desse bem altamente perecível que são as *notícias*, a concorrência pela clientela tende a tomar a forma de uma concorrência pela prioridade (...)” (BOURDIEU, 1997, p. 106). O estar na frente, “chegar ao acontecimento” antes e conseguir o *furo* são práticas coerentes às lógicas internas do campo do jornalismo, podendo deixar de ser interessante mesmo ao leitor, que, de alguma forma, está ligado a esse campo. Ou seja, quem não participa internamente do campo e não tem incorporado *habitus* aí produzidos, desinteressa por algo considerado evidente (não se pensa sobre) pelos jornalistas. Bourdieu observa que “muitos desses *furos* que são procurados e apreciados como trunfos na conquista da clientela estão destinados a permanecer ignorados pelos leitores ou espectadores e a ser percebidos apenas pelos concorrentes” (p. 107). Comportamento que atesta o comentário de Darnton, mencionado acima, de que os jornalistas escrevem, primeiramente, para o seu próprio grupo.

Conforme o tipo de mídia, a relação com o tempo será diferente, mas sempre se buscará, independentemente da mídia, condicionar o mundo, palco onde explodem os acontecimentos a serem notícias, aos ritmos diversos desses tempos produtivos. Encerrados os ciclos produtivos, as notícias “velhas” (do dia anterior ou de um minuto atrás) são lançadas “ao caixote do lixo da história”, como se expressa Schlesinger acerca dos arquivos de notícias. Há um esforço de reduzir ao mínimo possível o intervalo entre o instante do acontecimento e o instante da veiculação, o que Schlesinger, que pesquisou jornalistas de rádio, chama de “imediatismo”. O ideal no tempo jornalístico é apagar esse intervalo (o que é possível nas mídias eletrônicas), justapondo o momento da transmissão ao momento do acontecimento.

O imediatismo age como uma medida para a deteriorabilidade. Quanto mais imediatas mais 'quentes' são as notícias. São 'frias' e 'velhas' quando já não podem ser utilizadas durante o dia noticioso em questão. As coisas que acontecem hoje, esta manhã, esta tarde, esta noite, agora, são aquilo que os jornalistas de radiodifusão querem conhecer. A 'estória' do dia anterior, para ele, pertence ao caixote do lixo da história: o arquivo de notícias (SCHLESINGER, 1999, p. 181).

Da mesma forma, em se tratando de impresso diário, o jornal de hoje já é “velho”. Apenas serve para motivar alguns comentários ou para o jornalista levar para casa e alimentar seu ego colecionando seus textos. Talvez seja nalgum momento buscado para recuperar uma matéria ligada a um acontecimento, que apresente desdobramentos “noticiáveis” – o que seria muito raro, considerando que os jornais montam arquivos em bancos de dados. Nada mais. É

o novo dia que interessa, mas interessa até o *dead line*. E esse dia, no texto do jornalista de diário, não é hoje, é sempre “ontem”, considerando que as notícias sobre os acontecimentos de hoje serão lidas amanhã. O dia seguinte é presentificado e o hoje, nessa linguagem, já é passado.

O jornalismo diário convive com o “enorme intervalo” de um dia como empecilho para chegar ao cume do tempo jornalístico de extinguir o espaço entre acontecimento e veiculação. Em algumas situações, conforme o valor atribuído a um acontecimento, os jornais lançam uma edição especial no mesmo dia. Mas podem chegar só até esse ponto. Por seu lado, as mídias eletrônicas conseguem – e o fazem – reduzir ao nada o instante entre acontecimento e transmissão. A frequência dessa prática leva Ignacio Ramonet a questionar a atualidade da etimologia de “jornalista”. O autor lembra que

etimologicamente, o termo “jornalista” significa exatamente “analista de um dia”. Supõe-se portanto que ele analisa o que se passou no próprio dia, ainda que seja muito rápido para consegui-lo! Mas hoje, com a transmissão direta, e em tempo real, é o instante que é preciso analisar. A instantaneidade tornou-se o ritmo normal da informação. Portanto, um jornalista deveria chamar-se “instantaneísta”, ou um “imediatista” (RAMONET, 1999, p. 74).

A impossibilidade de o jornal diário de justapor acontecimento, notícia e veiculação num só instante não implica uma folga elástica nas rotinas produtivas de seus profissionais. Não há prazo limite para se entrar no ar, mas há horas predeterminadas de fechamento. E quanto mais se aproxima desse instante mais os ponteiros se fazem velozes e mais os acontecimentos são considerados irrelevantes. A agitação nas horas próximas do *dead line* pode sugerir cenas de um incêndio – analogia presente num comentário do ilustrador Orlando Júnior ao pesquisador Gilmar Hermes (2005, p. 367): “O fechamento do jornal são vários incêndios todos os dias e todo o dia você precisa apagar (...) É diferente de uma revista semanal ou de uma mensal, onde você fecha... dá aquele respiro, vamos pensar, vamos ver o que a gente vai fazer (...)”.

Essas ponderações sobre o “tempo jornalístico” são bem costuradas pela máxima de que “tempo é dinheiro”. O tempo objetivado nas estruturas internas do jornalismo manifesta, em parte, uma experiência mais ampla do tempo, que nasceu e cresceu junto com o capitalismo. Portanto, a lógica do jornalismo quanto ao tempo também expressa, mas não se reduz a esse aspecto, a estada desse campo numa realidade social atravessada por dinâmicas capitalistas. Sob esse horizonte de análise, a notícia pode ser tomada como um produto perecível, que precisa ser vendido antes que vença seu efêmero prazo de validade.

Moretzsohn, a partir da clássica noção marxista de fetiche da mercadoria, percebe na notícia uma mercadoria fetichizada pelo jornalismo por meio da ideologia da velocidade. A autora contrapõe os princípios jornalísticos de velocidade e verdade, defendendo a tese de que “a velocidade é consumida como fetiche, pois 'chegar na frente' torna-se mais importante do que 'dizer a verdade': a estrutura do tempo jornalístico está montado para atender a essa lógica” (MORETZSOHN, 2002a, p. 120).

É preciso salientar, por fim, que a valorização da velocidade, embora seja incorporada pelos jornalistas em suas diversas funções, é mais acentuada nas posições elevadas da hierarquia redacional. As inter-relações entre tempo, jornalismo e capitalismo, ajudam na compreensão parcial da importância mais acentuada ao tempo pelos membros dispostos nos pontos mais elevados da estrutura sócio-redacional: as lógicas capitalistas – como a percepção das edições dos jornais não como materialização do trabalho de diversos trabalhadores, mas como meio de obtenção de lucros – tendem a estar mais fortemente incorporadas em jornalistas mais próximos hierarquicamente dos donos das empresas de comunicação. É preciso acrescentar, entretanto, que a aceitação maior da adequação da rotina a um determinado recorte temporal por parte de editores não se reduz ao fator econômico-capitalista. Ela está ligada também às diferentes rotinas das várias funções. Tais rotinas fazem com que os repórteres estejam mais próximos dos acontecimentos noticiáveis e os editores, das páginas a serem ocupadas por notícias. Os primeiros tendem a se preocupar mais com a construção de notícias e os últimos, com o fechamento e com os “buracos” a serem preenchidos de textos.

Essas questões podem ser condensadas na franqueza de uma advertência de editores, anotada por Adghirni (2002, p. 464): “A hora é mais importante que a notícia”. O peso hierárquico dessa frase esmaga possíveis pretensões de repórteres de tentarem se deslocar, sobretudo próximo do fechamento, do princípio da velocidade para outros princípios incorporados, como o da “objetividade”. Perto do fechamento não há mais tempo para tentar atingir essa pretensa objetividade. A advertência, mencionada pela pesquisadora, era dirigida a “repórteres preocupados em apurar rigorosamente uma matéria” (ADGHIRNI, 2002, p. 464-465). A supremacia do tempo mata a matéria inacabada ao soar do *dead line*, como observa Adghirni:

Se na hora do fechamento (entre 18 e 19 horas para as sucursais dos grandes jornais em Brasília) a matéria não estiver pronta, ela é substituída por um “calhau”. O jornal não pode esperar porque esperar por um repórter atrasado significa desequilibrar a engrenagem da empresa que tem compromissos de

horário com a impressão e a distribuição de seu produto. O atraso de alguns minutos na banca pode se traduzir em prejuízos enormes face aos concorrentes (ADGHIRNI, 2002, p. 465).

2.6. Objetividade e pretensão de despreendimento social

Com a incorporação, no dia-a-dia das rotinas produtivas, de práticas objetivadas nas estruturas internas do campo, os jornalistas passam a se identificar como jornalistas. Sentem-se membros do grupo. Essa identificação, que ocorre em outros campos, provoca, no caso do jornalismo, uma auto-imagem de grupo separado do restante da sociedade, com a nobre função de informar, com isenção, as verdades dos acontecimentos às outras pessoas. Vêm a si mesmos como pontes neutras que ligam duas margens: o acontecimento e o público.

O problema da objetividade se torna, a partir dessa compreensão, um problema de influência ou não das idiossincrasias dos jornalistas em seus textos. No senso-comum da profissão, afirmar que o jornalista deve ser objetivo significa dizer que ele deve evitar transmitir ao texto interferências de ordem subjetiva. Ou seja, deve permanecer em seu lugar de observador isento da realidade social e deixar, desse seu pedestal, que os fatos falem por si mesmos, relatando-os por meio das interpretações e versões das fontes e permitindo que os leitores tirem suas conclusões. Ser profissional e ser ético, em conformidade com a deontologia presente nas estruturas internas do jornalismo, corresponde a um procedimento técnico de distanciamento, como pode ser notado no relato do repórter esportivo Elias Awad, mencionado por Barros Filho e Sá Martino (2003, p. 118):

“Já participei de várias decisões de campeonato em que o meu time estava envolvido, e eu cobrindo o adversário. Se meu time ganhou ou perdeu não importou. O mais importante é você entender o futebol como ele tem de ser: o time ganhou porque jogou melhor. Esta análise tem de ser mais forte do que qualquer paixão. (...) O importante é que no trabalho você se isole e esqueça. Quanto melhor você fizer isso, mais interessante vai ficar os eu trabalho”, explica.

De modo semelhante, usando a mesma situação de cobertura de um jogo de futebol, o veterano Jânio Freitas, com 58 anos de idade e 37 de jornalismo à época da pesquisa de Isabel Travancas, resume numa frase a postura profissional de objetividade do jornalista: “É como cobrir um Fla x Flu sendo torcedor de um dos dois times” (TRAVANCAS, 1993, p. 67). Nesse mesmo entendimento deontológico, Freitas vê como positiva a tendência de

profissionalização da geração mais nova de jornalistas, isto é, a tendência ao abandono da postura militante. É, segundo ele, uma geração bem menos engajada. “Ele espera que com isso ela seja mais profissional e menos política. Pois para ele o jornalismo não pode estar, não deve estar a serviço de nada. Ao contrário, tem de ser descompromissado *a priori*” (TRAVANCAS, 1993, p. 67).

Retomando a ilustração da cobertura de uma partida de futebol, o “isolamento” e o “esquecimento”, mencionados por Awad, fazem do repórter um jornalista e não um torcedor. Seu comportamento – e de seus colegas – será distinto aos dos demais participantes do evento (jogadores, árbitros, técnicos e torcedores). Apenas os jornalistas tomarão distância de tudo que ocorre no jogo. Até mesmo os árbitros, com sua “neutralidade de juiz”, participam diretamente do evento, julgando e punindo jogadores e técnicos por suas ações. Os jornalistas não. Apenas relatam. Ao menos esse é o ideal, conforme o senso-comum da profissão. Feito isso, o jornalista consegue ser objetivo.

Esse entendimento, dentro dos limites do senso-comum do jornalismo, corresponde a uma incorporação pelo jornalista da objetividade como técnica e como ética. Ou seja, o ideal objetivo relaciona-se, isoladamente, ao sujeito jornalista, a seus procedimentos – por decorrência, a seu texto –, e não ao acontecimento e, mais propriamente, à interação dialética entre os acontecimentos e os jornalistas. Barros Filho e Martino (2003) salientam essa incorporação ao lembrarem que o “estudante de comunicação é amestrado para escrever de maneira rápida e clara. É ensinado a colher opiniões e organizá-las de acordo com critérios e valores comuns a toda classe profissional” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 154). Cotidianamente, o jornalista emprega essa técnica, caso trabalhe com ética (técnica e ética dentro do entendimento comum conforme presente no interior do campo e internalizado pelo jornalista). “Agindo profissionalmente” – isto é, entrevistando os lados envolvidos e redigindo um texto rápido e claro –, o jornalista e seu texto são objetivos.

Entretanto, fora do horizonte simplista do senso-comum, a questão da objetividade se torna complexa ao extrapolar o mero desvio subjetivo. Preliminarmente, essa complexidade remete a discussão teórica sobre objetividade no jornalismo ao debate gnosiológico sobre a relação entre sujeito e objeto do conhecimento. A ilusão do distanciamento jornalístico é coerente com uma visão gnosiológica positivista, segundo a qual é possível o desprendimento entre objetividade e subjetividade. Esse entendimento corresponde a “uma compreensão do mundo como um agregado de 'fatos' prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia e concepção de mundo” (GENRO FILHO, 1987, p. 188). No jornalismo, essa perspectiva

implica “que a verdade ou o conhecimento dependem da neutralidade do observador/jornalista em relação ao objeto de estudo; que o meio noticioso, quando 'utilizado corretamente', é neutral e destituído de juízos de valores, podendo assim garantir a veracidade da 'mensagem” (HACKETT, 1999, p. 106).

A impossibilidade de um conhecimento absolutamente objetivo, em conformidade com a tradição asséptica empirista, mostra-se, hoje, bem aceitável. No entanto, a superação do objetivismo desloca-se, ao extremo, a uma perspectiva, alvo de críticas em razão de seu subjetivismo. Nesse aspecto, advertem Barros Filho e Martino (2003, p. 155) que a “noção de subjetividade absoluta desmancha-se diante da realidade social”. Os autores argumentam: “O solipsismo subjetivo da criação do mundo objetivo a partir unicamente da experiência individual não se sustenta diante das condições comuns de compreensão da realidade, vinculadas a experiência de um mundo externo comum” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 155).

Numa abordagem dialética, jornalistas e “fatos” não podem ser separados diante da impossibilidade de separação entre mundos objetivo e subjetivo. Sob essa abordagem, a dimensão ontológica dos “fatos” comporta um caráter subjetivo, considerando que a realidade social é construída, cotidianamente, numa relação dialética entre mundo objetivo e indivíduo (BERGER; LUCKMANN, 2005). Os “fatos” dos quais se servem os jornalistas não ganham uma faceta subjetiva somente após a interação do jornalista com esses fatos, após suas percepções. A dimensão subjetiva é também anterior, pois é intrínseca ao “fato”, por ser fenômeno gerado no mundo social. Portanto, “o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social” (GENRO FILHO, 1987, p. 49). Para Adelmo Genro, a compreensão dos fatos passa pela apreensão do relacionamento entre esses fatos e a totalidade onde se inserem. “E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos” (GENRO FILHO, 1987, p. 49). Em outras palavras, não existem fatos isolados, sem relações com uma totalidade histórica, constituída de complexidades políticas, econômicas, sociais, culturais. Um todo feito de possibilidades e apenas concretizado pelos sujeitos.

Assim, a impossibilidade do relato objetivo, jornalisticamente falando (ou seja, um relato que contempla, com justeza, todas as partes envolvidas, sendo imparcial e verdadeiro), inicia-se pela própria natureza ontológica dos acontecimentos noticiáveis, que carregam intrinsecamente uma dimensão subjetiva. No contato com os acontecimentos, os jornalistas

“acrescentam” novas interferências subjetivas. Não se trata, entretanto, da visão comum, já mencionada, de que esse caráter subjetivo se restrinja às idiossincrasias, aos aspectos emocionais. Mantendo o debate dentro do terreno jornalístico, a objetividade, como método de produção de notícias e como ética da profissão, é impossível, pois não há como esgotar as dimensões presentes na totalidade, na qual se encontram os acontecimentos. Resulta que os jornalistas fazem escolhas, que “não são inocentes ou neutras em termos político-ideológicos” (GENRO FILHO, 1987, p. 50). A impossibilidade do procedimento produtivo objetivo é menos uma questão psicológica e mais uma questão político-ideológica.

Na teoria da ação de Bourdieu, essas visões e adesões “político-ideológicas” remetem a princípios de classificação e de divisão do mundo, construídos em conformidade com as posições dos agentes nas estruturas do espaço social. Ou seja, não surgem de alguma coisa abstrata, mas são construídas a partir de condições objetivas concretas, nas relações com outros agentes sociais. É nesse sentido que os *habitus*, construídos e construtores pelo e do mundo social, são “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (BOURDIEU, 2005b, p. 22). Como membros de um grupo singular dentro do espaço social, os jornalistas internalizam maneiras comuns, distintas e distintivas com relação a outros grupos, de perceber e representar o mundo. E suas escolhas são feitas a partir de suas percepções e representações. Assim, “[o]s jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p. 25).

Os jornalistas, ao contrário da idéia cômoda de distanciamento e desprendimento do mundo social, estão inseridos neste mundo, ocupando “lugares” específicos. A partir desses “lugares”, dos *habitus* aí produzidos (e produtores), passam a perceber e representar os fenômenos diversos que constituem a realidade social. Suas escolhas produtivas (das pautas, das fontes, dos enfoques, das estruturas dos textos, etc.) são orientadas por essa percepção e representação. Não podem, portanto, atribuir ao que fazem um caráter objetivo, no sentido possível por sua deontologia.

Essas escolhas, que impedem qualquer pretensão objetivante, são tomadas em conformidade com os elementos incorporados pelos jornalistas. Assim, retomando os aspectos levantados anteriormente, as escolhas produtivas são realizadas em consonância com as práticas do “jogo” do jornalismo, no qual os jornalistas se relacionam de determinadas maneiras – e de acordo com seu posicionamento nas estruturas internas do espaço social do campo – com seus pares e com as fontes. Por exemplo, as escolhas dos *leads* pelos repórteres tendem a tomar como referência o próprio grupo de repórteres em se tratando de assunto de

participação de todos, como uma entrevista coletiva. Ou ainda, na apuração, os jornalistas tendem a escolher fontes “dignas de crédito”, que são as oficiais segundo as lógicas do campo. As decisões também são tomadas conforme o tratamento singular dado ao tempo. Perto do fechamento, por exemplo, o repórter pode optar por relatar uma ocorrência de crime apenas por meio de uma nota policial. Da mesma forma, pode, no início da manhã, escolher estender-se mais na apuração de uma pauta, decidindo ouvir mais fontes e “ir para a rua”.

Em suma, os jornalistas se relacionam com os acontecimentos noticiáveis mediados por escolhas. Essas escolhas são orientadas por *habitus* incorporados. Esses *habitus* produzem maneiras próprias de perceber e representar o mundo. Os jornalistas fazem escolhas a partir dessas percepções e representações, desses seus “óculos”. Inevitavelmente, precisam fazer escolhas na produção de notícias também em razão da natureza ontológica dos acontecimentos noticiáveis, que comportam uma dimensão subjetiva, por estarem inseridos numa totalidade histórica, cuja construção é concretizada pelos sujeitos, como salienta Genro Filho. Da mesma forma, a partir do que teorizam Berger e Luckmann, os acontecimentos, a serem notícias, não podem ser puramente objetivos, pois a realidade social, onde “explodem” os acontecimentos, resulta da construção dialética da qual participam os indivíduos. Escolhas implicam “recortes”. E esses “recortes” não são casuais, não são inocentes. Por essas considerações referentes ao estatuto ontológico do próprio “fato” e à relatividade dos pensamentos e comportamentos dos agentes sociais, a objetividade jornalística é, em termos filosóficos, uma hipótese, isto é, uma abstração com pretensão de real.

Mesmo não podendo ser concretizada no processo de produção de notícias, a objetividade permanece como extremamente relevante nas práticas jornalísticas. Seu lugar, por excelência, é o dos discursos sobre as práticas. E é preciso persistir discursivamente saudável para sustentar um legado social jornalístico, o da credibilidade (RODRIGUES, 1999). De sua saúde discursiva também depende o escudo estratégico usado por jornalistas em defesa de críticas a seu trabalho e a eventuais processos judiciais (TUCHMAN, 1999).

Para Rodrigues (1999, p. 32), a objetividade discursiva no jornalismo “serve de estratégia para inculcar a credibilidade dos corpos sociais que fazem do discurso a sua profissão, numa sociedade ideologicamente marcada pelos valores positivistas de verdade”. Nesse aspecto, a venda da idéia de objetividade não interessa apenas ao jornalismo, mas a outros campos que se servem do jornalismo para veicular seus discursos: acreditando no jornalismo como comprometido com a verdade através do relato objetivo, as pessoas acreditam, por extensão, nos discursos de agentes de outros campos sociais presentes nos jornais. A fé nos jornais é um recurso resultante da impossibilidade comum de verificação *in*

loco da ocorrência. Adriano Rodrigues argumenta:

Para compreender que é mais de estratégia de credibilidade do que da objectividade dos factos que se trata na pretensão referencial basta recordar que o próprio fundamento dos discursos factuais se baseia quase sempre na fiabilidade do testemunho do locutor e não na sua observação e verificação directas. Quando vemos o telejornal ou folheamos as páginas de um quotidiano partimos habitualmente do pressuposto de que o jornalista é digno de confiança e nos relata aquilo que efectivamente aconteceu, fazemos fé na credibilidade de sua palavra, confiamos na fiabilidade das imagens do acontecimento. Raramente nos encontramos na situação de podermos verificar *in loco* a veracidade dos factos relatados (RODRIGUES, 1999, p. 32).

O discurso da objectividade prossegue estratégico no cotidiano produtivo dos jornalistas. Mostrar-se objetivo e, por conseguinte, neutro e imparcial, isenta o jornalista de responder a críticas, como, por exemplo, as dirigidas a versões de fontes sobre um acontecimento. O jornalista pode “lavar as mãos”, desviando-se dessas críticas com alegações do tipo “Fulano fez essa declaração. Eu apenas a publiquei”. Imaginam que podem não se comprometer, iludidos com o sonho de isolamento asséptico dos acontecimentos. Nesse isolamento, as luvas e as máscaras de segurança correspondem a procedimentos estratégicos observados por Gaye Tuchman (1999). O autor nota o emprego de estratégias de objectividade, como cercar as falas das fontes entre aspas e apresentar “provas” complementares acerca das informações contidas na notícia. Assim, os procedimentos com vistas à objectividade cavam uma trincheira aos jornalistas de onde se protegem de críticas. Com o cauteloso uso desses recursos, os jornalistas

podem afirmar que 1) apresentam versões diferentes de uma mesma realidade, 2) apresentaram provas suplementares para fundamentar um “facto”, 3) utilizaram aspas para indicar que o repórter não está a dar versão dos acontecimentos, 4) apresentaram os “factos mais importantes”, e 5) separaram cuidadosamente os “factos” das opiniões através da utilização do rótulo “notícias de análise” (ou, simplesmente “análise”) (TUCHMAN, 1999, p. 88-89).

Os procedimentos, sistematizados por Tuchman, indicam, conforme já mencionado, que a objectividade, no senso-comum da profissão, está limitada a técnicas e posturas éticas, ignorando a dimensão também subjetiva dos acontecimentos e a inserção e participação dos jornalistas na realidade social. Os recursos, citados pelo autor, podem ser notados em análises de notícias, mas remetem, necessariamente, às rotinas produtivas dos jornalistas. Por

exemplo, as frases cautelosamente aspeadas correspondem, possivelmente, às selecionadas como sendo as de maior impacto na aparência de veracidade entre as colhidas durante a apuração. Assim, haveria, certamente, outras declarações que poderiam ser, num procedimento igualmente jornalístico, usadas, mas que permaneceram apenas entre as anotações do repórter e das quais o leitor não tomará conhecimento. Portanto, a escolha entre usar ou descartar declarações invalida a pretensão de objetividade, no sentido atribuído pelo discurso jornalístico, relativa ao cuidado em cercar de aspas afirmações que não são do repórter. Nesse sentido, todo o esforço metódico seria inócuo e ingênuo caso a intenção de objetividade fosse franca.

2.7. Representações e noticiabilidade

As escolhas produtivas dos jornalistas remetem às maneiras próprias de percepção do mundo. Essa questão reivindica algumas pré-considerações quanto às escolhas, classificações, diferenças e interação com o mundo objetivo. Para escolher, as pessoas precisam classificar (como classificação moral: “isto é bom, isto é mau”). As classificações decorrem das percepções de diferenças, comumente por oposições: bonito e feio; gordo e magro; frio e quente; etc. Fenomenologicamente, as diferenças existentes no mundo só se tornam realmente diferenças (ganham sentido) quando são percebidas e, por conseguinte, classificadas e alguns itens escolhidos e outros descartados. Conforme Bourdieu (2005b, p. 23), uma diferença “só se torna uma diferença visível, perceptível, não indiferente, socialmente *pertinente*, se ela é percebida por alguém capaz de *estabelecer a diferença*”.

As percepções não são as mesmas em toda a sociedade. E, por decorrência, as diferenças percebidas e as classificações e as escolhas realizadas também são diversas. Para Bourdieu, as diferentes percepções resultam dos *habitus* incorporados dos vários “pontos” do espaço social. Os *habitus* produzem diferentes “princípios de visão e de divisão”, que funcionam como “óculos” variados por onde se vê (e se divide) diversamente. Vemos a partir de um “ponto de vista”, isto é, de um determinado “lugar de visão”. E a partir do que vemos, estabelecemos divisões, classificações. Assim, “o mesmo comportamento pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro” (BOURDIEU, 2005b, p. 22).

Ao perceber o mundo de diversas maneiras, conforme esses “princípios de visão e de divisão”, as pessoas passam a representar o mundo diferentemente. No caso dos jornalistas, as

representações, guiadas por esses princípios, estão condicionadas às incorporações das regras, das leis próprias do campo do jornalismo. Seus olhos são apressados tanto quanto suas relações com um tempo singular. Seus olhos são objetivos tanto quanto imagina sua deontologia. Seus olhos vêem, e somente seus olhos vêem, o *furo* como trunfo indispensável para conquistar maior parcela do mercado de leitores. As representações de mundo feitas pelos jornalistas exprimem as representações que fazem de si mesmos. Imaginando-se capazes de se desprender da sociedade, como “impermeáveis” (Darnton), vêem o mundo de “fora”, com o descompromisso da imparcialidade e da objetividade. Para Darnton (1990, p. 89), os jornalistas com os quais conviveu “tinham uma imagem de si mesmos como impermeáveis. Na verdade, tinham um repertório inteiro de imagens estilizadas, que moldavam a maneira de informar as notícias, e eles adquiriam esse quadro mental específico em sua formação na prática”.

Como afirma Bourdieu (1997, p. 25), os “óculos especiais” dos jornalistas fazem com que vêem algumas coisas e não outras e, a partir daí, “operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. Interessante notar esses dois momentos: os jornalistas *selecionam* e *constroem* sobre o que foi selecionado. Remetendo às rotinas de produção dos jornais, a “seleção” diz respeito às escolhas de pautas, isto é, ao “recorte” primeiro que os jornalistas fazem dos acontecimentos a serem notícias, de acordo com a noção de “noticiabilidade” (WOLF, 1995) e a “construção” corresponde ao processo de transformação em notícias desses “recortes” dos acontecimentos mundanos acolhidos na redação.

Esses dois momentos abarcam o que fazem os jornalistas desde a escolha do que será convertido em notícia até a apresentação ao público de um produto novo. Trata-se, primeiro, de um recorte conforme uma percepção particular e, depois, uma decorrente representação do mundo através das notícias. Para o entendimento de como se processa essa percepção e representação jornalísticas, é preciso atentar, primeiramente, para suas características relacionando-as com as práticas incorporadas pelos jornalistas. Dois aspectos, a partir de abordagens de Traquina (2005b), apresentam-se como essenciais: percepção e representação dualistas do mundo, relacionadas à auto-imagem de comunidade neutra e objetiva e que culmina numa postura social moralista; e tendência ao hiperdimensionamento dos acontecimentos, relativo ao paradoxo vivido cotidianamente pelos jornalistas de construir notícias extraordinárias a partir do que é ordinário, do dia-a-dia.

Para Traquina (2005b), os jornalistas são dualistas em sua visão – e decorrente representação – do mundo. “A maneira de ver dos membros da tribo jornalística privilegia uma visão bipolar – o mundo é estruturado em pólos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra,

etc.” (TRAQUINA, 2005b, p. 47). Essa visão está relacionada a princípios jornalísticos da objetividade e da dramaticidade, esta tentativa de arrancar o “extraordinário do ordinário” (BOURDIEU, 1997). Continua Traquina: “As regras de objetividade, bem como a vontade de simplificar e/ou estruturar o acontecimento de forma dramática, explicam essa visão bipolar” (TRAQUINA, 2005b, p. 47-48).

A percepção do mundo como dividido em pares opostos é coerente com a auto-imagem dos jornalistas como membros de um grupo desprendido desse mundo. É uma auto-imagem de um observador justo e atento, que se recolhe ao papel de somente relatar verdades. Do seu privilegiado lugar de visão percebe todos e nota quem são os maus e quem são os bons. Denuncia e reprime os maus para proteger os bons. Em outras palavras, a incorporação da crença da objetividade, conseqüente do também incorporado pensamento de desprendimento social, produz, nos jornalistas, uma visão particular do mundo, “bipolar”, conforme Traquina. Assim, suas percepções e as conseqüentes representações do mundo são condicionadas a este modo próprio de ver.

O modo bipolar de percepção, intrínseco à auto-imagem de desprendimento e objetividade, desemboca numa postura moralista. Bourdieu, em referência às “pessoas de televisão”, subgrupo particular de jornalistas, mas que tendem a práticas comuns e identificadoras de todo o grupo, enfatiza o seu moralismo. “Seria preciso refletir sobre o moralismo das pessoas de televisão: freqüentemente cínicas, proferem palavras de um conformismo moral absolutamente prodigioso” (BOURDIEU, 1997, p. 65). Esses jornalistas de TV, transformados em “pequenos diretores de consciência”, “dizem 'o que se deve pensar' sobre o que chamam de 'os problemas da sociedade', as agressões nos subúrbios ou a violência na escola” (BOURDIEU, 1997, p. 65).

Por conta desse moralismo, decorrente do modo particular de ver o mundo e a si mesmo, o grupo de jornalistas colabora para a intrusão do jornalismo em outros campos e para as transferências a esses outros campos das regras de funcionamento do jornalismo. Tal deslocamento pode ser notado na prática jornalística de se valer de atribuições da justiça, julgando e condenando através de seus discursos e/ou forçando, por esses discursos, uma aceleração do campo da justiça para que atinja um ritmo que lhe é estranho e que é propriamente jornalístico. Mas ao mesmo tempo em que julga e condena, lava as mãos e se tranca em sua fortaleza de objetividade. Como observa Alex Ribeiro (2003, p. 159), a partir do Caso Escola Base⁹, “a imprensa dá a notícia e o público interpreta como convém. Pelos

9 Trata-se de um episódio clássico de sensacionalismo da imprensa brasileira, ocorrido em São Paulo em 1994. Seis pessoas ligadas a uma escolinha, a Escola Base, são acusadas de abuso sexual contra crianças. O caso

usos e costumes do jornalismo, o repórter não leva nenhuma culpa se o povo acha que uma investigação é motivo para depredação e linchamento”.

Outra característica fundamental da percepção e representação do mundo pelos jornalistas diz respeito ao hiperdimensionamento dos acontecimentos, como se fossem vistos através de lentes de aumento. A este aspecto, Nelson Traquina (2005b, p. 50) se refere como “gosto pelo drama”. “Existe entre os membros desta comunidade um gosto pelos detalhes mais espetaculares, um gosto pela retórica mais empolgante (o que não pode ser considerado como simplesmente sensacionalismo), um gosto pela polêmica e pelo conflito”. Da mesma forma, afirma Bourdieu (1997, p. 25) que o “princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular”. A imprensa, paradoxalmente, trabalha sobre os acontecimentos cotidianos e valoriza o extraordinário (algo que se opõe às “desinteressantes” ocorrências corriqueiras). Dessa situação paradoxal, resulta que precisa hiperdimensionar o dia-a-dia. Os jornalistas “se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra-cotidiano, não é fácil...” (BOURDIEU, 1997, p. 26).

Os jornalistas no cotidiano de produção costumam reclamar de pautas que não são “interessantes” (conforme os olhos avaliadores do campo). “O dia não está bom”, produtivamente falando, se as pautas selecionadas dos acontecimentos das últimas horas não possibilitarem alargamentos que alcancem o que os jornalistas tomam como matérias interessantes. Uma das repórteres pesquisadas por Travancas (1993) se mostra ansiosa por conta desse paradoxo da rotina produtiva. “Enquanto espera uma pauta, conversamos, e ela 'torce' para que lhe dêem logo uma, de preferência bem interessante” (TRAVANCAS, 1993, p. 42). No diálogo que segue com a repórter, a pesquisadora observa o que os jornalistas costumam classificar como uma “boa matéria”. “Dessa rápida conversa, dá para notar como se costuma definir uma *boa matéria* – aquela reportagem que repercute muito, que sai na primeira página, que todo mundo lê e é alvo de comentários, em geral positivos e elogiosos” (TRAVANCAS, 1993, p. 42). Ou seja, uma “boa matéria” extrapola o comum, é extraordinária, tal como são vistos os “acontecimentos interessantes”.

O tratamento “objetivo” ao mesmo tempo hiperdimensionado dos acontecimentos fazem com que os jornais ofertem à sociedade uma representação de mundo, que reivindica seu posto de a “realidade realmente existente” e que é constituída de uma história de ocorrências espetaculares, dramáticas, extraordinárias. A aparência de objetividade colabora

que “se encerra” com a descoberta da inocência dos acusados e procedimentos de mea-culpa da imprensa é contado pelo jornalista Alex Ribeiro em *Caso Escola Base: os abusos da imprensa*.

na melhor receptividade dessa representação jornalística do mundo. Sobre esse assunto, Barros Filho e Martino (2003, p. 179) afirmam que “[a] mídia escrita transmite a idéia de objetividade, contribuindo para a difusão de bens simbólicos e conteúdos ideológicos disfarçados em informação neutra”.

Uma ideologia provocada pela representação do mundo conforme o jornalismo corresponde ao que Bourdieu (1997, p. 142) chama de “desengajamento fatalista”. Esse comportamento de cruzar os braços é relativo à representação da vida cotidiana pelo jornalismo, que passa a ser uma justaposição desconexa de acontecimentos extraordinários, arrancados do dia-a-dia e ampliados ao tamanho das exigências das notícias. Para o autor,

é bem a lógica do campo jornalístico que, sobretudo através da forma particular de que aí se reveste a concorrência e através das rotinas e dos hábitos de pensamento que ele impõe sem discussão, produz uma representação do mundo prenhe de uma filosofia da história como sucessão absurda de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada. Esse mundo cheio de guerras étnicas e de ódios racistas, de violência e de crime, não é mais que um contexto de ameaças incompreensível e inquietante do qual é preciso antes de tudo se retirar e se proteger (BOURDIEU, 1997, p. 142).

Assim, o jornalismo tende a promover, com essa representação de mundo de acontecimentos extraordinários, respaldada pela credibilidade reivindicada pelo procedimento objetivo, uma ideologia de que resta apenas isolar-se no próprio medo e torcer para que “profissionais” preparados para tratar de questões enormes e complexas, possam resolvê-las. É o que observa Bourdieu em sua análise ao jornalismo televisivo:

O sentimento de que o mundo, tal como o apresenta a televisão, não oferece ponto de apoio ao comum dos mortais conjuga-se com a impressão de que (...) o jogo político é um assunto de profissionais, para encorajar, sobretudo nos menos politizados, um desengajamento fatalista evidentemente favorável à manutenção da ordem estabelecida (BOURDIEU, 1997, p. 142).

Essa maneira própria de perceber e representar o mundo se relaciona à noção de noticiabilidade. Para Mauro Wolf:

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para

adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional (WOLF, 1995, p. 170).

Nesse sentido, só se torna notícia o que tiver a extensão das “rotinas produtivas” e dos “cânones da cultura profissional” dos jornalistas. O mundo representado nos jornais é um mundo bem justo aos horários da redação e às regras do campo. Isso porque são bem justos aos olhos dos jornalistas, ou seja, à sua percepção particular. Como afirma Ronaldo Henn (1996), a produção de notícias “está vinculada a uma cultura profissional, onde se tem códigos, estereótipos, expectativas, representações de papéis, rituais, convenções, etc.” (HENN, 1996, p. 79). O autor percebe, a exemplo de Wolf, que a produção de notícias obedece a critérios de noticiabilidade, estipulados como tal pela “organização do trabalho” e “que são praticados como 'naturais' pelos profissionais da imprensa” (HENN, 1996, p. 79). Ou seja, tendo as práticas rotineiras já impregnadas, os jornalistas naturalizam os critérios de noticiabilidade, tomando-os como evidentes, praticando-os simplesmente, sem mesmo se atentarem para suas existências. Altheide (1976, p. 113 *apud* WOLF, 1995, p. 171) condensa essa equivalência entre noticiabilidade e o mundo dos jornalistas, afirmando que “notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal”.

Pelos critérios de noticiabilidade, os jornalistas forçam a adequação da realidade a uma dinâmica que lhe é estranha. Esse processo “equivale a introduzir práticas produtivas estáveis, numa 'matéria-prima' (os fatos que ocorrem no mundo) que é, por natureza, extremamente variável e impossível de prever” (WOLF, 1995, p. 171).

A noção de noticiabilidade comporta os valores-notícia. “Esses valores constituem resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (p. 175). Wolf agrupa as relações de valores-notícia em quatro categorias gerais: características substantivas das notícias quanto a seu conteúdo; disponibilidade de materiais e características específicas do produto; público e concorrência.

A primeira categoria se refere aos aspectos intrínsecos ao acontecimento a ser notícia. Nesse primeiro critério, Wolf sistematiza duas variáveis: 1) posição hierárquica dos envolvidos no acontecimento – quanto mais elevada a posição da pessoa na estrutura social mais possibilidade tem de se tornar notícia; 2) impacto sobre a nação e interesse nacional – o acontecimento se torna mais noticiável quanto maior a possibilidade de interferir em questões do país e/ou lhe for interessante (sob a ótica da imprensa). O segundo critério se relaciona,

primeiramente, à disponibilidade de materiais – o acontecimento tem maiores possibilidades de ser noticiado quanto mais acessível for aos jornalistas, se sua cobertura não demandar muitos dispêndios (pode estar aqui uma razão de o jornalista se esquivar de cobrir o “Disk Mulher Baixada”, conforme exemplo trazido acima por Sylvia Moretzsohn). Essa segunda categoria se refere, ainda, aos “critérios relativos ao produto” – a notícia perde relevância se chocar com os procedimentos produtivos do jornal (por exemplo, uma matéria extensa, com muitos parágrafos, será cortada ou refeita). A categoria seguinte diz respeito à seleção de acontecimentos e construção de notícias que despertariam interesse do público, segundo imaginam os jornalistas. Por fim, os valores-notícia são condicionados à concorrência entre jornais – os acontecimentos são selecionados tomando como referência o comportamento produtivo de jornalistas dos jornais concorrentes (aqui se situa a corrida pelo *furo*).

Percebe-se nesses critérios, sistematizados por Wolf, práticas consonantes às lógicas internas do campo jornalístico. A maneira como os jornalistas encaram o mundo e a decorrente representação que fazem dele estão intimamente ligadas a comportamentos produtivos resultantes de *habitus* incorporados das estruturas internas do campo. Selecionam o mundo a ser notícia conforme o percebem e, através da notícia, externalizam suas representações do mundo. As práticas jornalísticas, internalizadas através das rotinas, relacionam-se, portanto, a esse processo. O ritmo singular de trabalho, a crença na objetividade, o jogo de relações com os colegas e com as fontes, etc. definem o olhar do jornalista, que enxerga, a seu modo (que, pela atuação dos *habitus*, é tomado como um modo evidente), o que é importante e interessante no dia-a-dia para ser convertido em notícia. Esse mesmo olhar continua a enxergar, nas etapas produtivas seguintes, o que é e o que não é relevante, estabelecendo classificações: cortando declarações de fontes, selecionando algumas, puxando por um certo enfoque, ressaltando detalhes considerados interessantes, curiosos... Levando-se em conta as diversas posições internas no campo, as classificações ocorrem também em meio a conflitos: editores acrescentam ou extinguem parágrafos, mudam enfoque, redigem outro *lead* ou, simplesmente, cortam a matéria.

É necessário salientar, por fim, que as seleções e construções da realidade social pelo jornalismo, em conformidade com as visões e divisões particulares do campo, tendem a ser conservadoras, por veicularem discursos em consonância com as representações de grupos com acumulado de capital global maior. Isso ocorre em razão das práticas rotineiras dos jornalistas: estabelecem hierarquia de fontes, aproximando-se mais das oficiais, dão preferência a acontecimentos que envolvem “pessoas importantes” (com maiores poderes político, econômico, cultural), preterem acontecimentos com “pessoas anônimas” (destituídas

desses poderes), a não ser se protagonizam ocorrências moralmente negativas, condicionam a velocidade de seu tempo à relevância atribuída aos acontecimentos e às fontes – diante de acontecimentos desinteressantes e pessoas comuns, os ponteiros do relógio se mostram mais apressados chamando para a pauta seguinte, etc.

Assim, a representação do mundo social pelos jornais, o mundo que os jornalistas oferecem, mediante sua pretensão de objetividade, como o verdadeiro, segue uma ordenação arbitrária, ideologicamente favorável aos grupos nas posições elevadas do espaço social. Isso não significa que os jornalistas sejam usados, pelas elites, como instrumentos de dominação. O problema deve ser compreendido internamente, a partir das estruturas do próprio campo, como sugere Bourdieu. Ocorre que, por conta das práticas do campo, os jornalistas tendem a realizar ações, que resultam num processo de produção correspondente, em boa medida, aos interesses das camadas situadas em pontos mais altos da estrutura social. Por exemplo, os repórteres preferem ouvir fontes oficiais a outras fontes em razão da economia de tempo e da aparência de credibilidade. Ou seja, na medida em buscam atender aos interesses internos do campo, os jornalistas terminam favorecendo a legitimação de uma representação social, ordenada de acordo com as conveniências dos detentores de um maior acumulado de poderes.

Em razão de parte dessas considerações, Darnton (o autor se referia, especificamente, à simbiose na relação com fontes oficiais) infere que os jornalistas são, em se tratando de rotinas produtivas, conservadores:

O sentimento de pertencer a um grupo interno, junto com as pessoas que aparecem em suas reportagens – a tendência à simpatia e à simbiose –, cria uma espécie de conservadorismo entre os repórteres. É comum escutar que os jornalistas tendem a ser liberais ou democratas, e como eleitores podem realmente ser de esquerda. Mas como repórteres geralmente me pareciam hostis a ideologias, desconfiando das abstrações, céticos quanto aos princípios, sensíveis ao concreto e ao complexo, e, portanto, capazes de entender, se não de aceitar, o *status quo*. Pareciam desdenhar pregadores e professores, empregando com facilidade termos pejorativos como *bom-mocismo* e *intelectualismo*. Enquanto algum psicólogo social não descobrir uma maneira de fazer um levantamento do sistema de valores dos jornalistas sinto-me inclinado a discordar da afirmação corrente de que o jornalismo apresenta uma tendência liberal ou de esquerda (DARNTON, 1990, p. 83).

2.8. Estruturas sociais do campo

Foi tomado como pressuposto, do qual desencadearam as ponderações desta parte

teórica, a existência do jornalista inserido no espaço social, isto é, como ser social. É preciso reforçar que os jornalistas, necessariamente existindo em sociedade, não são abstrações, como bem lembra Bourdieu (1997). O jornalista, na generalização conferida por essa redação no singular, “é uma entidade abstrata que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de informação. O mundo dos jornalistas é um mundo dividido em que há conflitos, concorrências, hostilidades” (BOURDIEU, 1997, p. 30).

Perante outros campos, o jornalismo se diferencia por conta de suas estruturas próprias; internamente, no entanto, o campo jornalístico, como os outros campos sociais, é um “campo de forças”, no qual alguns lutam para transformá-lo e outros para conservá-lo tal como se estrutura. Essas relações de forças remetem às disposições dos jornalistas nas estruturas do campo, as quais são relativas às hierarquias de funções e cargos na redação, às diferenças entre integrantes de um mesmo subgrupo (como os diferentes graus de prestígios entre os repórteres), às editoriais (Polícia e Política aparentam estar, respectivamente, nos extremos inferior e superior da hierarquia de áreas), ao tipo de mídia e à situação de cada veículo frente os concorrentes. Essas disposições tendem a repercutir em distintas práticas e representações dos jornalistas. A consequência necessária dessas diferenças são os embates de rotina, que podem ser “suspensos” pela atuação de premissas comuns do campo (como a força exercida pelo fator tempo). Em relações específicas, sobretudo as que envolvem jornalistas antigos nos veículos, parte das tensões de hierarquia parece desaparecer, ocorrendo tacitamente o que Bourdieu chama de “violência simbólica”. As diversas disposições dos jornalistas nas estruturas também dizem respeito a comportamentos diversos em relação aos interesses e necessidades capitalistas das empresas jornalísticas. Essas estruturas, que se manifestam em comportamentos, visões de mundo distintas e embates entre agentes do campo, são simbolicamente visíveis nas organizações dos espaços das redações.

Cabe relevar, primeiramente, que as estruturas do campo não se resumem às hierarquias das redações. Conforme o veículo ou o tipo de mídia em que trabalha, o jornalista pode se sentir e ser percebido pelos colegas numa determinada posição hierárquica. As diferenças podem ser notadas, num primeiro plano, através de elementos que se exibem às claras, como as roupas usadas em apurações de pautas (conforme o veículo ou a editoria de cada veículo, a exigência quanto aos trajes é maior ou menor) e de outros que se manifestam indiretamente, como o recebimento de um bom ou mau salário. Travancas (1993, p. 88) observa, em sua pesquisa, alguns desses aspectos:

A maneira de vestir é outro elemento de identificação deste profissional, asseguram os entrevistados. Através dela é possível descobrir se o indivíduo é jornalista e em que órgão trabalha. E para isso traçam uma espécie de hierarquia onde repórteres de jornais como *Jornal dos Sports*, *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* se apresentariam mais “mal” vestidos. Eles usariam calças jeans, tênis, sem luxo ou moda. Isso decorreria do fato de os jornais terem menos prestígio e pagarem salários menores aos seus funcionários. Os jornalistas de televisão estariam no topo da hierarquia de prestígio e salário, o que significaria de modo geral profissionais bem vestidos. Os homens usarão ternos e as mulheres, sempre maquiadas, jamais usarão jeans ou tênis. Em relação aos jornais de mais prestígio, como *Jornal do Brasil* e *O Globo*, as distinções serão mais sutis na medida em que há diferentes editorias, cada uma delas com um lugar na escala de status. Um profissional que trabalha em uma editoria de Política ou Nacional não se vestirá com jeans, camiseta ou tênis como um da editoria de Geral. Muitos comentam que a mudança de editoria por parte de um repórter é rapidamente percebida através das alterações no vestuário.

A partir das percepções dos jornalistas, esses elementos se tornam diferenças simbólicas. Eles conseguem ler, com olhos próprios de jornalistas, os “*signos distintivos*” (BOURDIEU, 2005b, p. 22) manifestados por simples elementos, como as roupas que usam. Travancas salienta que os jornalistas conseguem descobrir o veículo e o tipo de mídia dos colegas a partir de como se apresentam. Ou seja, lêem os signos, classificam as diferenças (simbólicas, porque percebidas por meio dos signos através dos quais se manifestam), ordenam as hierarquias das estruturas de seu campo. Também se vestem de acordo com seu lugar na editoria, na redação, no campo. É nesse sentido que, por exemplo, a pesquisadora observa que os jornalistas conseguem perceber quando um repórter mudou de editoria.

Os diferentes lugares nas hierarquias e as maneiras diversas de se comportar fazem com que os jornalistas criem esferas distintas de auto-reconhecimento, de identificação dentro do campo. Em se tratando de tipos de mídias, os de televisão, como nota Travancas, aparentam estar “no topo da hierarquia de prestígio e de salário”. Essa imagem (e auto-imagem) consona com a prioridade em entrevistas coletivas ao pessoal de televisão, conseqüente da dinâmica produtiva dessa mídia (tem horário para ir ao ar e, por vezes, esse horário coincide ou é muito próximo ao da coletiva). A posição, numa coletiva, torna-se simbólica à situação hierárquica dos jornalistas de televisão. “Durante a coletiva pode-se perceber a distribuição dos repórteres. Bem na frente, posiciona-se um de televisão, seguido dos de rádio, com gravador na mão, bem próximos do entrevistado, e, mais atrás os de jornal” (TRAVANCAS, 1993, p. 45).

O “estrelato” que pode despertar o fato de “aparecer na televisão”, sobretudo aparecer como apresentador, destaca o jornalista na hierarquia. Sua competência para as práticas das

rotinas produtivas parece se tornar universal, “podendo realizar” funções das diferentes mídias. Assim, um apresentador pode ser contratado como chefe de redação de um jornal, sem mesmo ter exercido outras funções nesse tipo de mídia. Sobre esse assunto, observa e questiona Bourdieu (1997, p. 71) que

acontece mesmo que jornalistas de televisão obtenham posições muito importantes em jornais escritos, pondo assim em questão a própria especificidade da escrita, da profissão: se uma apresentadora de televisão pode se tornar da noite para o dia diretora de um jornal, somos obrigados a nos perguntar em que consiste a competência específica do jornalista.

Para Bourdieu, os jornalistas, estando em constantes concorrências, tendem a ter representações negativas de seus concorrentes. “Muitas vezes essas representações são estratégias de luta que comprovam a relação de força e visam a transformá-la ou a conservá-la” (BOURDIEU, 1997, p. 70). Assim, por exemplo, os jornalistas de impresso, sobretudo, “os que estão em pequenos jornais e em posições modestas” desenvolvem “um discurso muito crítico com relação à televisão” (BOURDIEU, 1997, p. 70). Essas representações, como tudo que é representado, são “tomadas de posição”, isto é, por meio delas os jornalistas “dizem” em que “lugares” se encontram com relação aos seus colegas e quais suas posturas nas eventuais tensões de rotinas. Nos termos de Bourdieu (1997, p. 70), “essas representações são tomadas de posição em que se exprime essencialmente a posição daqueles que as exprime, sob formas mais ou menos denegadas”. As representações são, assim, reveladoras: revelam as *posições* (nos dois sentidos: como um determinado lugar e como uma determinada postura) nas estruturas do campo. Também são estratégias no “campo de forças”, colaborando para as alterações nas posições entre jornalistas, entre veículos e entre mídias. Um veículo pode se confirmar como líder ou desbancar um concorrente da liderança conforme a receptividade à representação construída do concorrente. Do mesmo modo, a televisão pode se sobrepor e mesmo ditar as agendas dos jornais e de outras mídias ao fazer valer sua auto-representação de mídia mais relevante.

Numa redação de jornal, os embates manifestados nas práticas e representações dos jornalistas têm como arena as hierarquias entre as editorias (algumas, por parecerem estratégicas nas trocas com o “poder”, como é o caso de Política, são consideradas mais importantes), entre os cargos (em se tratando de produção de notícias, os conflitos parecem se acentuar entre repórteres e editores), entre os setores (redação e *copy desk*, por exemplo, por conta das alterações de textos) e entre os próprios integrantes dos subgrupos (como os

conflitos entre repórteres jovens e os veteranos).

No que tange às divisões e diferentes *status* entre editorias, a área de Polícia parece liderar o rol das menos valorizadas. Uma das manifestações dessa disposição na base hierárquica está no costume de se usar essa área como a “porta de entrada” para os novatos. É um ritual de passagem. Caso continuem trabalhando, não desistam da profissão após algum tempo cobrindo crimes, recebem o atestado simbólico de jornalista, conferido, por exemplo, através de comentários elogiosos às suas matérias ou conversas descontraídas e sem barreiras com os colegas. No contexto jornalístico rememorado por Darnton, os jornalistas eram formados ao longo dos anos na prática do próprio jornal, observando os colegas. Assim, muitos repórteres começavam como mensageiros, isto é, responsáveis por levar e trazer as comunicações de um setor a outro, de uma mesa a outra... Na passagem para repórteres, os mensageiros trabalhavam, comumente, na área de crimes.

Embora o mensageiro possa virar repórter, através de diferentes ritos de passagem, normalmente ele passa por um período de treinamento na delegacia. Depois do 'período de prova', como dizem no *The Times*, supõe-se que ele seja capaz de lidar com qualquer coisa, pois a matéria policial passa por uma forma arquetípica da “notícia”, e, se ele sobreviveu à delegacia, está preparado para a Casa Branca – um paralelo, diga-se de passagem, que dá uma idéia do espírito de como os repórteres tratam seus materiais (DARNTON, 1990, p. 89).

Darnton deixa implícito que a razão da posição modesta da editoria de Polícia na estrutura redacional encontra-se na natureza da notícia de crimes. Essas notícias são (como as de outras áreas, mas parece que mais acentuadamente em Polícia) “sempre as mesmas”. Há um modelo, uma fôrma sobre a qual se escreve as “mesmas notícias”, apenas mudando os nomes dos envolvidos, os lugares, as datas e pequenos detalhes. “Era como fazer biscoitos com uma velha forminha de bolachas”, lembra-se Darnton (1990, p. 91). Hall *et al.* (1999, p. 238) também consideram o tratamento repetitivo do crime, ligado à rotinização do trabalho policial, um fator da passagem inicial do novato pela editoria de Polícia. Conforme os autores,

o trabalho de rotina da polícia e dos tribunais oferece uma tal permanente categoria de notícias que a muitos “repórteres novatos” é atribuída na sua primeira tarefa “ao setor criminal”. Se sobreviverem a este trabalho de rotina – a maioria dos editores principais aprendem a pressupor – estarão prontos para tarefas maiores e mais interessantes.

A separação dos jornalistas em categorias produtivas, com diferentes funções

(repórter, redator, fotógrafo, diagramador, pauteiro, chefe de reportagem, editor de área e editor-chefe), não corresponde, necessariamente, às hierarquias existentes na prática. As hierarquias efetivas se relacionam a diversos fatores, como *status* das editorias, tempo do jornalista no veículo, sua habilidade na apuração e redação de textos, confiança dos chefes, afinidades ideológicas, trocas de favores. Os vários níveis de prestígios podem refletir nos salários. Há repórteres melhor ou pior remunerados. As diferenças podem ser legitimadas pela própria empresa através de estipulação de níveis. Isabel Travancas observa essa situação. “Há diferentes esferas de ação e, mesmo entre os repórteres, existe uma hierarquia, com níveis 1 e 2, cada um com subníveis desde *a* até *e*. Na base dessa escala, como repórter 1^a, estaria o de jornal de bairro e o encarregado da escuta” (Travancas, 1993, p. 25).

As diferenças e tensões também ocorrem entre gerações. Há jornalistas antigos que se destacaram profissionalmente, adquirindo confortável situação financeira, como há outros da mesma geração, que não saíram da condição de repórteres e/ou não saíram do círculo dos pequenos jornais. Apesar disso, o veterano parece despertar respeito por ser “veterano”. Seu texto é quase intocável. Adghirni (2002) constatou em sua pesquisa que “as matérias dos repórteres veteranos (...) não costumam sofrer muitas interferências quando publicadas” (ADGHIRNI, 2002, p. 454). Há, por outro lado, jornalistas novos decepcionados com os baixos salários (de início de carreira ou da carreira toda) ou com maior entusiasmo e expectativa com relação à carreira (TRAVANCAS, 1993, p. 99). Conforme Isabel Travancas, essas duas gerações parecem habitar mundos distintos. Seus grupos de amigos são diversos: enquanto os jovens jornalistas têm amizades com membros do grupo, os mais velhos têm relações de amizades mais amplas e diversificadas. A politização entre os jovens é menos acentuada, os quais não vêem, por exemplo, necessidade de o jornalista participar ativamente da vida política nacional. (TRAVANCAS, 1993, p. 99-100). Isso faz com que as representações de uma geração por outra sejam carregadas de características negativas, camufladas de admirações recíprocas. Os veteranos podem realçar o dinamismo dos jovens, que logo é ofuscado, num saudosismo, pelo relevo de outros aspectos, como maior burocracia e despolitização. De modo geral, os jornalistas mais experientes entrevistados por Travancas externalizaram essa representação “paradoxal” acerca dos jovens. Jânio de Freitas, à época com 37 anos de jornalismo e trabalhando na *Folha de S. Paulo*, é um exemplo. Ele “[a]cha que os novos jornalistas têm vontade, mas estão muito condicionados – mal condicionados – pela enorme dose de burocracia e falta de interesse de ordem técnica, de aprimoramento” (TRAVANCAS, 1993, p. 64). Da mesma forma, os mais jovens admiram, mas com reservas, a experiência acumulada pelos mais velhos.

No entanto, apesar dos diversos conflitos existentes no campo, os embates oriundos das relações de forças entre repórteres e editores parecem se destacar no cotidiano das rotinas produtivas de notícias. As diferenças internas de cada subgrupo são minimizadas quando surgem tensões entre editores e repórteres. Nesse caso, a solidariedade de grupo se fortalece. O relato de Darnton também é ilustrativo nesse sentido. Afirma o autor :

Enquanto brigam entre si pela aprovação dos editores, os repórteres desenvolvem uma grande hostilidade em relação aos outros que ficam do lado oposto da sala, e cria-se uma certa solidariedade de grupo como força para contrabalançar a competitividade. Os repórteres se sentem unidos por um sentimento de “eles” contra “nós”, que expressam em brincadeiras e gozações (...). Muitos repórteres, principalmente entre os veteranos amargurados, ridicularizam os editores, que geralmente são ex-repórteres, por terem se vendido à direção da empresa e perdido o contato com a realidade concreta, que só pode ser apreciada pelos bons “caras rijos” (DARNTON, 1990, p. 76).

Um dos pontos críticos nas tensões entre os dois grupos corresponde à mudança nos textos dos repórteres pelos editores, sobretudo, quando há alteração do enfoque e nova redação do *lead*. Essa questão se evidencia num estudo de rotinas produtivas coordenado por Chaparro. A jornalista Tânia Belickas, então repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* à época da pesquisa, reclama das alterações numa matéria sobre suposta falta de água em São Paulo. Ela tentou “humanizar” o texto, abrindo com o caso de uma mulher surpreendida pelo rodízio no abastecimento de água. No entanto, segundo a repórter,

resolveram puxar para o lead o problema do não-cumprimento do cronograma. Foi o Eduardo que mudou, depois mandou para o copy. Em alguns casos, a matéria vai diretamente para o copy, depois passa pelo editor. Essa era importante, veio de cima. Eles estavam mais preocupados e o cuidado foi maior (apud CHAPARRO, 1994, p. 33).

A repórter, por fim, desabafa: “Eu não queria fazer esse tipo de coisa. Mas se a gente não fizer, outro vem e faz. Somos perfeitamente substituíveis” (apud CHAPARRO, 1994, p. 33). O que a repórter confessa não querer fazer é forçar que o acontecimento tenha a grandeza do sensacionalismo encomendado pelos editores. Essa pauta específica era uma “denúncia” contra o não-cumprimento do cronograma de rodízio de abastecimento de água, implantado pela Sabesp na ocasião. No entanto, em sua apuração, a repórter não constatou a tamanha irregularidade pretendida. Mesmo assim o enfoque permaneceu para que a hipótese da pauta fosse confirmada.

O embate na produção de notícias (diferentes relevos a detalhes, enfoques diversos, consultas a fontes distintas, tentativas ou não de humanizar a matéria, etc.) expressa quão diferentes podem ser as representações de mundo de repórteres e de editores. Isso se relaciona, certamente, às rotinas diversas: os repórteres têm mais oportunidades de contatos diretos (ou menos mediados) com o “acontecimento noticiável”, enquanto os editores estão mais limitados às burocracias da redação e mais preocupados com fechamentos e boas vendas provocadas por títulos e chamadas de maior apelo. Por conta disso, os acontecimentos serão vistos pelos repórteres de uma maneira que pode escapar às vistas dos editores e vice-versa.

Os repórteres também podem criticar seus editores caso tenham assumido a chefia da editoria sem ter passado pela reportagem. Trata-se do relevo à prática. A “queima de etapas” é entendida como fator de não-compreensão das rotinas da etapa queimada. Nesse caso, as soluções para os problemas de rotinas de produção de notícias, apresentadas pelos editores que não foram repórteres, tendem a ser superficiais, isto é, não se caracterizam pela espontaneidade provocada por *habitus* incorporados na vivência rotineira de um fazer específico. Sobre isso, Travancas registra o lamento de um repórter: “Imagina que ele mandou ligar daqui a cinco minutos para me dizer o que fazer. Não tem telefone aqui perto e é um sufoco para ligar. Aí ele me perguntou se tinha telefone perto para me ligar. Isso é que dá ter como chefe alguém que nunca foi repórter” (TRAVANCAS, 1993, p. 51)

Os conflitos entre editores e repórteres podem incluir profissionais de outros setores, que, por sua vez, também participam dos embates. Isso porque a produção de notícias não está restrita às relações entre repórteres e editores. Absolutamente. Nesse processo, as diversas redes hierárquicas se cruzam em tomadas de posições, conforme os lugares em que se encontram os envolvidos. Por exemplo, os ilustradores, grupo estudado pelo pesquisador Gilmar Hermes, podem ver seus trabalhos como estopins para eclosão de conflitos entre editores e repórteres. Os próprios ilustradores também se conflitam ou buscam apaziguar a situação. Na corda bamba, o ilustrador pode “preferir” – uma “preferência” certamente condicionada à força da hierarquia – tratar de trabalho com editores, como um exemplo oferecido por Hermes (2005, p. 363). Trata-se de um relato do ilustrador veterano do *Zero Hora*, Renato Kern, conhecido como Rekern. Conta Hermes:

Rekern diz que o contato ocorre mais com os editores. Nem sempre a visão que os repórteres criam em torno de um assunto, a partir do contato com as fontes, é a mesma do editor, que pode ter outras referências sobre o acontecimento. “*Muitas vezes, tu fazes uma coisa para o repórter e, quando chega no editor, ele mudou, desde o texto até a concepção*”.

Interessante notar que a força das práticas, objetivadas no campo e incorporadas diversamente pelos jornalistas conforme suas disposições nas estruturas internas, pode “colocar entre parênteses” as tensões cotidianas. Essa suspensão pode ser feita, por exemplo, pela perseguição à objetividade. A aparência objetiva de um título pode encerrar, ao menos momentaneamente, as discussões entre jornalistas. No entanto, o fator tempo, sobretudo ao se aproximar do fechamento, parece exercer uma força maior de contenção das tensões. Quando os ponteiros começam a gritar que logo vem o *dead-line*, os conflitos devem ir embora ligeiro. Discute-se um pouco e pronto. Adia a discussão, suspende para ser ou não retomada (pode ser recuperada nos comentários da manhã seguinte sobre as matérias da edição). A tendência é que a vontade do editor se sobreponha. A frequente “falta de tempo” pode, até mesmo, provocar estratégias de isolamento, um não-envolvimento, um comportamento *blasé*, de indiferença, escondido sob a pele do “bom profissional”. Nesse aspecto, Hermes (p. 364) relata uma fala emblemática do ilustrador Carvall, da *Folha de S. Paulo*. Opina Carvall: “*Você só vai discutir o trabalho, se tiver dado problema. O bom profissional de jornal é aquele que, assim, passa despercebido... Não tem essa discussão toda lá, porque o que determina o dia-a-dia é o tempo*”.

Outro aspecto relevante quanto às estruturas do campo diz respeito à sua exibição às claras para quem quiser ver. Essa leitura a “olho nu” é possível a partir de comportamentos, ações produtivas e, até mesmo, pelas roupas, como assinala Travancas. Mas também é possível pela organização do espaço redacional. O espaço de uma redação se organiza em conformidade com a organização das hierarquias. As disposições das mesas, as diferenças dos móveis, o lugar estratégico dos diretores, as paredes envidraçadas, são signos que permitem uma leitura correspondente das hierarquias e das relações de poder. Tudo funciona simbolicamente como advertência sobre quem dá as ordens e quem deve obedecer. Darnton descreve alguns detalhes da organização estrutural do espaço da redação do *The New York Times*, os quais se assemelham a redações de outros tempos e lugares. É como se o espaço da redação estivesse tão preso às próprias estruturas do campo que caminhasse em sua mudança com a mesma velocidade das transformações dessas estruturas. Ou seja, enquanto existirem as hierarquias produtivas, tal como conhecidas no jornalismo moderno, existirão disposições do espaço físico simbolizando a permanência dessas hierarquias. Descreve Darnton:

Existem elementos estruturais no sistema hierárquico dentro da sala de redação, como é indicado pela sua disposição. O editor-chefe exerce seu comando num escritório, e os editores-assistentes dirigem grupos de

editorias (a editoria de Exterior, a editoria de Nacional, a editoria de Cidades ou “metropolitana”) numa extremidade da sala, que se destaca pela disposição diferente dos móveis e fica encerrada atrás de uma divisória de pequena altura. Na outra extremidade, mesas e mais mesas enfileiradas de repórteres ficam de frente para os editores atrás da divisória (DARNTON, 1990, p. 72).

Apesar de Darnton salientar, em nota, que as disposições mudaram desde a sua saída do jornal, em 1964, e que outras redações estruturam seus espaços de diversas maneiras, é notória a persistência de elementos estruturais fundamentais para a leitura dos poderes existentes nos jornais. Entre esses elementos está a estratégica utilização de paredes envidraçadas nos escritórios ocupados por aqueles que estão no topo da hierarquia. Trata-se do “aquário”, na gíria dos jornalistas, de onde é possível a vigilância. A partir de suas observações, Travancas descreve o “aquário”:

Ainda na redação está o “aquário”. Trata-se de uma sala de vidro onde fica o mais alto escalão da redação, que inclui o chefe de redação, o editor-chefe, o superintendente de redação e as secretárias. É um lugar de destaque na sala, de onde os chefes acompanham o trabalho da redação. Embora situados no mesmo recinto, ficam ao mesmo tempo isolados do barulho e preservados em sua intimidade. Os repórteres normalmente comentam que os “figurões do aquário” só saem de lá para tomar cafezinho. Quando precisam falar com alguém chamam-no até sua sala (TRAVANCAS, 1993, p. 27).

Implícito nessa descrição está o controle “exercido pelos olhos” dos chefes. De modo semelhante, narra Darnton que o “olho mais especializado na editoria de Cidades pertence ao editor de Cidades. Em sua posição de visibilidade máxima, ele pode supervisionar toda a sua equipe e pôr cada qual em seu lugar, pois só ele conhece a posição exata de todos” (DARNTON, 1990, p. 72). É um movimento eufemizado da hierarquia, um poder dissimulado e eficaz, segundo entendimento de Foucault (2006). Para o filósofo francês, “o olhar vai exigir muita pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar” (FOUCAULT, 2006, p. 218). Foucault encontra a eficácia desse poder de vigilância na interiorização da dominação pelo dominado: “Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo” (FOUCAULT, 2006, p. 218).

Essa dominação “branda” também tem lugar nas relações de forças existentes nas estruturas de jornais. Jornalistas que entram muito novos em jornais, cumprindo outras

funções que não as relativas diretamente ao jornalismo e que chegam à posição de repórter ou editor podem desenvolver, como é próprio da “violência simbólica” (Bourdieu), forte sentimento de gratidão aos seus superiores, ou seja, ser cúmplice da violência sobre ele exercida. Isso remete a um dos fatores de conformismo e adequação à política editorial observados por Breed (1999). Para o autor, o repórter pode ter “um sentimento de gratidão para com o jornal por este o ter contratado. Pode ainda sentir respeito, admiração e agradecimento para com certos editores que o tenham ensinado, 'defendido' ou actuado de forma paternalista” (BREED, 1999, p. 158). Embora isso não aparenta ser comportamento dominante nas tensões do campo, ajuda na compreensão de defesas intransigentes aos interesses da empresa por parte de jornalistas com muito tempo no veículo. Nessa situação, o domínio, pelo paternalismo, de patrões que adotam jovens para torná-los “jornalistas adultos” pode, mesmo, não ser tomado como domínio (talvez, no máximo, como ajuda, por um lado, e dever de gratidão, por outro), o que remete ao caráter silencioso da violência simbólica. Na conceituação de Bourdieu (1997, p. 22), a violência simbólica “é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. O jornalista, partícipe dessa violência, pode ver no diretor ou dono da empresa ou no editor que “o acolheu” um amigo, o que *não* desmonta as engrenagens das dinâmicas hierárquicas, mas, ao contrário, torna-nas mais eficazes, pois funcionarão sem esforços, sem entraves. Acerca do afeto como efeito da violência, afirma Bourdieu:

Um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e de submissão em relações afetivas, a transformação do poder em carisma ou em encanto adequado a suscitar um encantamento afetivo (por exemplo, nas relações entre patrões e secretárias). O reconhecimento da dívida torna-se reconhecimento, sentimento duradouro em relação ao autor do ato generoso, que pode chegar à afeição, ao amor, como vemos com particular clareza nas relações entre gerações.

É importante sublinhar, por fim, que a hierarquia existente num jornal não apenas constitui parte das estruturas internas do campo do jornalismo como também são hierarquias necessárias às lógicas capitalistas da empresa. O editor que “briga” pelo cumprimento do horário de fechamento atende, ao mesmo tempo, um princípio do jornalismo e uma necessidade da empresa. Nesse último caso, atrasos na entrega dos jornais podem comprometer as vendas e, por conseguinte, gerar conseqüências mais sérias, como fuga de anunciantes. Para a manutenção da coerência hierárquica e do funcionamento da redação

conforme as pretensões da empresa, é preciso, portanto, que estejam à frente da organização estrutural jornalistas próximos ideologicamente aos diretores e proprietários do veículo.

A existência conjunta dos campos empresarial e jornalístico torna relevantes as mudanças nas rotinas promovidas por avanços tecnológicos. Por exemplo, o ritmo de produção percebido como acelerado pelos jornalistas pode ser levemente freado por um uso intenso da *Internet* (somando-se de modo eficaz ao “velho telefone”) como meio de captação de pautas e produção de matérias. Isso satisfaz à empresa, para a qual a permanência maior do repórter na redação representa menor despesa com horas-extras e manutenção dos carros. Para Alda de Almeida e João Batista de Abreu¹⁰, uma “forma cada vez mais comum de maltratar a reportagem no cotidiano da mídia é fazer matéria a partir da redação”. Eles resumem assim esse procedimento:

O repórter fica encarregado de acompanhar o assunto no *on-line* de outros jornais e agências e vai colecionando as informações. Se tiver alguma dúvida, entra em um ou outro site de pesquisa para se informar melhor sobre o tema. Por fim, telefona para duas ou três fontes para “repercutir” (o verbo é usado erradamente no sentido de recolher depoimentos sobre fatos ou falas de terceiros) as informações e temos uma reportagem pronta para ser publicada, sem que o autor, ou qualquer outro jornalista, tenha colocado o pé na rua.

10 Em trabalho intitulado *A lógica do mercado no discurso jornalístico*, apresentado no 4º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em Porto Alegre, de 5 a 7 de novembro de 2006

Capítulo 3: Práticas jornalísticas e notícias

3.1. Notícias como construção

Há uma necessária implicação entre o que fazem e pensam os jornalistas (o que extrapola suas práticas e representações internas, estendendo-se a relações com outros campos) e as notícias que veiculam. A partir de uma ótica própria do jornalismo e relativa às diferentes disposições dentro do campo, os jornalistas percebem e selecionam os acontecimentos. Após essa primeira etapa inicia-se o processo de conversão dos acontecimentos (conforme percebidos) em notícias. Nesse intervalo, persistem as interferências de ações “espontâneas” – porque realizadas sem a consciência constante e sem o peso do determinismo de quem já se habitou ao “jogo” – feitas de estratégias com as fontes, com os outros jornalistas, com a empresa e, eventualmente, com os leitores (mais comumente com um imaginário de leitor, uma vez que os jornalistas têm pouco contato direto com leitores concretos). Assim, esse espaço entre acontecimento e informação não é “preenchido” por pura técnica e execuções das normas deontológicas.

Portanto, as notícias são, necessariamente, construídas, ou seja, são outra coisa que não os acontecimentos que representam¹¹. Essa construção resulta dos conflitos, tensões e estratégias, que borbulham no cotidiano das rotinas dos jornalistas. Também colaboram na construção da realidade social, uma vez que comportam representações, que buscam reordenar o mundo a partir de determinadas percepções provocadas por *habitus* diversos. Nesse sentido, os jornalistas, diferentemente da representação de si mesmos como canais neutros entre fatos e público, são co-responsáveis pela construção da realidade social.

Nessa perspectiva construcionista, Alsina (1989), a partir de Berger e Luckmann – os quais consideram que a realidade social é construída num processo de institucionalização das práticas e de papéis¹² –, entende que os jornalistas têm um papel “socialmente legitimado e

11 Sobre esse aspecto ontológico das notícias, é relevante a contribuição semiótica. Numa perspectiva semiótica, a notícia, como signo, tem estatuto ontológico próprio, singular, não equivalente ao acontecimento. A notícia tem relação de representação com o objeto acontecimento, mas não o substitui. A notícia não é, assim, “o fato ou o acontecimento e sim o relato dele” (HENN, 1996, p. 42). Sendo outra coisa que não o acontecimento, embora esse seja o objeto que representa, a notícia é algo novo, é uma construção.

12 Para os autores, a construção da realidade social resulta de ações cotidianas que se tornam hábitos em razão das repetições de suas execuções. Tornadas habituais e, por conseguinte, aceitas como evidentes e necessárias, as diversas práticas se institucionalizam, tornam-se instituições. As instituições implicam papéis, tipificações das práticas conforme os atores sociais. Ou seja, as práticas objetivadas e tornadas instituições serão executadas por determinados indivíduos, os quais corporeificam, assim, certos papéis (BERGER E LUCKMANN, 2005).

institucionalizado para construir la realidad social como realidad pública y socialmente relevante” (ALSINA, 1989, p. 30). O autor atribui, assim, uma dimensão específica à realidade construída pelos jornalistas: “a realidade pública e socialmente relevante”. E realça que essa incumbência é uma delegação social, uma vez que esse papel do jornalista é socialmente legitimado e institucionalizado. Isso implica, com base em Berger e Luckmann, que os membros sociais terão determinadas expectativas quanto ao desempenho dos papéis atribuídos aos jornalistas.

Ocorre que a delegação social de construção de uma realidade publicamente relevante choca-se com o processo de construção de notícias, conseqüente de recortes temporais e espaciais dos acontecimentos em conformidade com percepções, práticas e representações próprias dos jornalistas. A realidade mostrada na notícia, embora com possível pretensão dos jornalistas de ser *socialmente importante*, será *jornalisticamente relevante*. É preciso acrescentar que não se trata de uma realidade apenas importante aos jornalistas, mas a todos que, conforme a estruturação hierárquica de fontes, têm maior acesso aos jornais. No entanto, a realidade ordenada pela mídia conforme representações de grupos restritos pode se tornar, sim, relevante socialmente, por ser a realidade predominante tornada pública pela imprensa. Todo o mundo às margens dessas representações, essa imensidão de acontecimentos não noticiados, não pode se tornar, através dos jornais, socialmente importante, uma vez que nem mesmo será objeto de apreciação social.

Para o avanço a outras questões, é preciso deter, antes, na própria noção de notícia como construção social da realidade. A idéia de construção pode soar equivocadamente como distorção, o que faz com que jornalistas a rejeitem. Alsina, num exagero à altura da grandeza da rejeição dos jornalistas a essa perspectiva, afirma que a construção da realidade social é tomada como uma espécie de “pecado original” (ALSINA, 1989, p. 33). No mesmo sentido, esclarecem Barros Filho e Martino (2003, p. 182) que

a idéia de reconstrução do cotidiano pela mídia não implica procedimentos institucionais potencialmente nefastos, guiados por uma “mão invisível” à procura de poder. A seleção dos fatos que serão transformados em notícias é uma característica ontológica da mídia, independentemente da possível manipulação ideológica. A idéia, bastante difundida em nossos meios acadêmicos, de uma mídia perversa a serviço de interesses escusos mostra-se tão ingênua quanto aquela que defende a total neutralidade dos meios de comunicação.

A consideração de notícias como construção, ao se contrapor às perspectivas

(aparentemente opostas) de notícias como reflexo e como distorção da realidade, recusa o pensamento epistemológico de apreensão exata do objeto, no caso, do acontecimento noticiável. Por decorrência, opõe-se ao entendimento da notícia como simples transmissão, sem nada a acrescentar, ou como violação, com alterações propositais e escusas, do acontecimento – como se os jornalistas extraíssem parte da realidade social e a devolvessem sem nenhuma transformação ou, em se tratando da vertente conspiratória, devolvessem com distorções voluntárias. A oposição e a superação dessas perspectivas pelo pensamento construcionista são traduzidas em proposições condensadas por Traquina (2005a, p. 168-169) em três argumentos interligados: 1) as notícias não refletem a realidade, mas ajudam a construí-la; 2) a linguagem dos jornais não pode funcionar como mera transmissora dos acontecimentos, porque uma linguagem neutral é impossível; 3) a mídia inevitavelmente estrutura sua representação dos acontecimentos.

Percebe-se que a inserção da imagem de construção à notícia chama atenção para a complexidade desse produto, por remeter a um emaranhado de relações já arroladas acima. Nesse processo complexo, aparece em relevo a organização das rotinas dos jornalistas com vistas a “recortar” a realidade social, “escolhendo” uma pequeníssima quantidade entre os inúmeros acontecimentos para transformá-los em notícias. Para Hall et al. (1999) esse processo comporta três aspectos: dois relativos à seleção e um, à construção das notícias. Conforme os autores, os jornais se estruturam em tipos regulares de áreas noticiosas, percebendo o mundo igualmente por áreas. Essa organização faz com que os jornalistas fiquem pré-direcionados a determinados assuntos, relativos às áreas onde trabalham. Nos termos de Bourdieu, o trabalho rotineiro em diferentes editorias produz *habitus* diversos. Um repórter de Polícia pode, por exemplo, usar mais jargões de delegacia e ter um vocabulário maior de palavrões que o colega que cobre Economia.

A seleção, segundo Hall et al., também resulta do que se convencionou chamar de valores-notícias. Para os autores, o “valor-notícia primário ou fundamental” corresponde ao caráter extraordinário dos acontecimentos, algo “‘fora do comum’, o que de certo modo vai contra as nossas expectativas 'normais' acerca da vida social” (HALL *et al.*, 1999, p. 225). Isso faz com que o crime tenha, por si só, valor-notícia (o que será visto adiante). Em suma, de acordo com os autores, a seleção de acontecimentos, considerados noticiáveis, é determinada, ao menos, por dois fatores: “a organização burocrática dos *media* que produz as notícias em tipos específicos ou categorias e a estrutura de valores-notícia que ordena a seleção e a posição de determinadas 'estórias' dentro destas categorias” (HALL *et al.*, 1999, p. 225).

O terceiro aspecto, referente à construção de notícias, corresponde a uma ordenação jornalística dos acontecimentos, caracterizados, primariamente, pelo caos. Os acontecimentos, desordenados, são tornados significativos pela mídia. Para os autores, que teorizam a partir dos estudos culturais, esse processo de significação envolve a identificação (os acontecimentos devem despertar o sentido de identificação das pessoas, o que é feito com a remissão a acontecimentos já conhecidos, já tornados públicos) e a contextualização (o que reforça a sensação de familiaridade, pois os acontecimentos são colocados num “quadro de significados familiares ao público”). Numa palavra, “[u]m acontecimento só 'faz sentido' se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais” (HALL *et al.* 1999, p. 226). E isso só pode ocorrer se os jornalistas possuírem tais “mapas culturais de significados”.

As coisas são noticiáveis porque representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da “desordem” – devem ser trazidos aos horizontes do “significado”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para “mapas de significados”, que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo já está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores (HALL *et al.*, 1999, p. 226).

Esse processo implica o que Hall *et al.* chamam de “natureza *consensual* da sociedade”. Para eles, “o processo de significação – dando significados sociais aos acontecimentos – *tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um 'consenso'*” (HALL *et al.*, 1999, p. 226). Essa idéia de consenso se opõe, à primeira vista, à perspectiva de sociedade como espaço feito de separações, diferenças, conflitos, constituído por agentes e grupos em posições distintas e relacionais (Bourdieu). As distinções não podem, contudo, provocar a imagem de sociedade com partes atomizadas. Bourdieu não delinea uma sociedade feita de diferenças que se excluem; afinal, só há diferença na relação. As distintas posições no espaço social são coexistentes e relacionais. A metáfora de estrutura desenha uma sociedade constituída de grupos sociais, com propriedades intrínsecas, correspondentes a partes não meramente justapostas, mas relacionais, interdependentes e dependentes relativamente ao todo. Portanto, o distanciamento da idéia de consenso é relativo, uma vez que os grupos sociais, apesar das propriedades internas que os distinguem entre si, dividem, e

não de forma estanque e sim relacional, o mesmo espaço, podendo entrar em consensos e dissensos. Não há, em Bourdieu, uma cultura universal determinista ao mesmo tempo em que não há um isolamento absoluto das práticas e visões de mundo pertinentes a agentes e grupos de agentes.

Os próprios Hall e outros fazem um parêntese para advertirem quanto ao perigo da idéia de sociedade como um consenso. Conforme eles, levado ao extremo, esse pensamento se transforma numa ideologia de homogeneização pela cultura, o que pode, até mesmo, justificar regimes autoritários (apagamento das diferenças sob a unicidade da mãe pátria). Apesar disso, os autores sustentam a existência de um certo consenso como característica necessária da coexistência social. E a transformação de acontecimentos em notícias ocorre dentro de enquadramentos que consideram esse consenso. “Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de *consenso* enquanto característica básica da vida quotidiana” (HALL *et al.*, 1999, p. 227).

Esse pensamento, com o devido cuidado quanto à universalização cultural e homogeneização das práticas e representações, colabora para a compreensão das características das notícias. A possível sensação de familiaridade decorrente de enquadramentos das notícias em conformidade com um “mapa de significados”, de que falam Hall *et al.*, remete a um aspecto das notícias salientado por outros autores (entre os quais, DARNTON, 1990; TUCHMANN, 1999; BIRD e DARDENNE, 1999 e MOUILLAUD, 2002), referente a uma espécie de palimpsesto, sobre o qual se escrevem sempre os mesmos textos noticiosos – a novidade de cada dia feita da mesmice de sempre. Por vias diferentes, os autores terminam percebendo a relação entre esse aspecto e a organização das rotinas produtivas dos jornalistas, segundo princípios internos ao campo. Essa organização envolve formas de enquadramento espaço-temporal, as quais atribuem determinadas medidas aos acontecimentos em consonância aos princípios jornalísticos. Mouillaud (2002, p. 64), não obstante, salienta a inexistência de uma imposição unilateral dos recortes jornalísticos sobre a realidade social. A dinâmica seria de “ida e volta”, isto é, a mídia estrutura suas formas de enquadramento sobre o mundo a partir de enquadramentos pré-existentes. Mouillaud chega a afirmar que “não existe confronto entre os esquemas da mídia, e um real que seria entrópico. Os acontecimentos da mídia se encaixam em formas que já são construções do espaço e do tempo”. Isso não parece contrariar a idéia de propriedades internas ao campo. Ao contrário, um campo social, como afirma Bourdieu, não se assenta sobre um nada. Embora o campo do jornalismo comporte elementos próprios, não se insere num vazio. A edificação de suas estruturas internas necessita de materiais socialmente pré-existentes. Assim, o jornalismo

organiza suas estruturas para “captar” o acontecimento conforme o tempo e o espaço externos, mundanos; e recorta esses acontecimentos na espessura e largura de seus enquadramentos. Na tradição cultural, a qual se afilia Hall, essa força de um todo objetivo parece ser ainda maior, uma vez que essa organização jornalística se dá sobre uma base cultural comum, a mesma base sobre a qual se sustenta o mundo social. O processo de organizar em estruturas pré-determinadas os acontecimentos, em si, caóticos, permite a significação social mencionada acima por Hall et al. De modo semelhante, Mouillaud concebe o acontecimento a ser notícia como “um fragmento extraído de uma totalidade que por si só não pode ser compreendida” (MOUILLAUD, 2002, p. 61). A compreensão, essa inserção de sentido patrocinada pela mídia através dos moldes objetivados, provoca a repetição da velha novidade do dia-a-dia dos jornais.

De modo mais detalhado, esse palimpsesto das práticas jornalísticas na construção de notícias permeia todo o processo produtivo, que pode ser percebido em três partes: *seleção*, *apuração* e *redação*. Dessas etapas, nasce, com a notícia, determinadas representações do mundo. Esses momentos produtivos serão aqui trabalhados, considerando especificamente as notícias de crimes.

3.2. Notícias de crimes e realidade social representada pelo jornalismo

Como as notícias de outras áreas, as referentes a crimes comportam “algo familiar”, por serem escritas em formatos jornalísticos conhecidos e produzidos pelas ações e representações oriundas da incorporação dos *habitus* do campo. O molde funciona, porque a *seleção*, a *apuração* e a *redação* das notícias são coerentes com as práticas jornalísticas.

Na *seleção* dos acontecimentos a serem notícias, os jornalistas se fundamentam em critérios de noticiabilidade. Essa é a “porta de entrada” (e, embora menos intensamente, também as “portas internas” do processo produtivo) para a transformação dos acontecimentos nos enquadramentos midiáticos. Como afirma Mauro Wolf (1995, p. 175) os valores-notícia são uma componente da noticiabilidade. Um valor-notícia fundamental é o da extraordinariedade, o “fora do comum” (HALL *et al.*). É o paradoxo percebido por Bourdieu quanto ao trabalho rotineiro da imprensa: encontrar acontecimentos extraordinários no cotidiano ordinário. Conforme Hall *et al.*, essa valorização jornalística do extraordinário, somada a um desejo de ordem provocada por certo consenso sócio-cultural, faz com que o crime seja, por si só, um valor-notícia, por ser “fora do comum” e por ir contra o “consenso

social”. Segundo os autores, o crime é notícia

porque o seu tratamento evoca ameaças mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade; desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual o “demônio” é expulso tanto simbólica como fisicamente da sociedade pelos seus guardiões – a polícia e a magistratura (HALL *et al.*, 1999, p. 237).

Percebe-se nesta alta valorização do crime como acontecimento noticiável (o que garante lugar cativo nas páginas dos jornais para as matérias de crimes, mesmo em veículos que não tenham editoria de Polícia) algumas características jornalísticas já discutidas e que remetem à percepção e à representação que os jornalistas fazem do mundo e de si mesmos. Essa valorização extremada está ligada a uma auto-imagem dos jornalistas de desprendimento social e, portanto, capazes de tratamento neutral e objetivo dos acontecimentos. Por sua vez, esse aspecto se relaciona à visão dual da comunidade jornalística e ao seu conseqüente moralismo. A visão dual e as práticas e representações moralistas permeiam todo o processo, da seleção à redação, mas se evidenciam nos textos noticiosos, colaborando para uma correspondente reordenação do mundo social, como será tratado adiante.

Na seleção dos acontecimentos de crimes também assume relevo o valor-notícia relativo ao “nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável” (WOLF, 1995, p. 180). As características intrínsecas à história perdem relevância diante da avaliação do prestígio social do envolvido. Darnton (1990) confessa sua surpresa diante do pouco caso a uma ocorrência considerada por ele “tão espetacular”. O caso, pelo que se recorda o autor, teria incluído assassinato, estupro e incesto. “Você não vê que é coisa de preto, menino? Não dá matéria” (DARNTON, 1990, p. 90), dissera-lhe, com um ar de desagrado, um detetive. O boletim já advertia com um “B” (“*black*”) que os envolvidos não mereciam o dispêndio do precioso tempo de apuração dos jornalistas. Darnton, na surpresa de quem ainda não tomou como evidente a regra do jogo quanto à hierarquização dos personagens dos acontecimentos noticiáveis, admite sua “ignorância jornalística”: “Eu não sabia que atrocidades entre negros não constituíam notícia” (DARNTON, 1990, p. 91). Seu entendimento de “como se encontra notícias” no mar de acontecimentos foi reforçado por um episódio envolvendo uma bonita e rica noiva, que teria sido seqüestrada. Essa sim, merecia ser notícia. “Ah, então isso que é notícia!” traduz o *insight* de jovens repórteres como Darnton na época. O autor conta que toda imprensa se mobilizou em torno do acontecimento, puxando por enfoques diversos, cavando notícias em pedras. A banalidade do acontecimento

reivindicou a estratégia do sensacionalismo. Darnton (1990, p. 91) se recorda de alguns títulos de matérias, como “Noiva desaparece em plena luz do dia” e “Pai chora pela herdeira raptada”. Por fim, contaram a “novidade”, encaixando-a no familiar “repertório tradicional dos gêneros” (seqüestros e desaparecimentos).

O elitismo na seleção de acontecimentos noticiáveis de crimes também é constatado em estudo realizado por Carmen Silveira de Oliveira e Ronaldo Henn (2004)¹³. Em levantamento de notícias sobre crimes envolvendo jovens em dois jornais gaúchos, os autores perceberam que um crime que vitimou um menino de classe média ganhou mais destaque (com *suítes*) que outros, envolvendo jovens de periferia, tornados abstratos, sem rostos sob a designação universal de “jovem”, um “Jovem Ninguém”. Na escolha e construção de pautas, os crimes envolvendo esses jovens são considerados rotineiros, ordinários, sem importância noticiosa. São selecionados para um cumprimento burocrático de “informar” cotidianamente sobre crimes. O valor-notícia se eleva na proporção em que ascende a posição social dos envolvidos. Analisam os pesquisadores:

Ora, na medida em que estamos diante de um “Jovem Ninguém” parece óbvio supor que aumenta sua vulnerabilidade em ser alvo da “justiça com as próprias mãos”, como se pode observar nestas manchetes: “Jovem agressor é linchado na rua”, “Jovem é perseguido e baleado nas costas”, “Jovem morre após roubo em Campo Bom”, “Vendedor reage e mata ladrão de veículos”. Por outro lado, parece haver uma invisibilidade seletiva pois quando a vítima pertence a uma classe de maior poder aquisitivo a notícia vira até matéria de capa (“Menino morre ao tentar evitar roubo de bicicleta”) e ganha acompanhamento três dias depois (“Preso suspeito de morte de menino”). Ou, ainda, a vítima passa a ser nomeada: “Estudante gaúcho morto em Flopolis”.

Os acontecimentos de crimes a serem noticiados também são escolhidos conforme a carga dramática ou a maior violência que encerram, o que se relaciona a uma maneira do jornalismo de perceber o mundo (Traquina, 2005b), ao aspecto mítico das notícias que atribui valor simbólico maior a alguns crimes, como homicídio, em comparação a outros, como furtos (Bird; Dardenne, 1999) e ao “estatuto especial da violência enquanto valor-notícia” (Hall *et al.*, 1999).

Nesta configuração, comparece também o já mencionado gosto pelo drama. Esse “gosto” faz com que os jornalistas persigam os acontecimentos mais espetaculares. Jornalisticamente, a morte simboliza o ápice do “espetáculo”. Crimes com mortes recebem

13 Em artigo intitulado *O hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário*, apresentado no encontro da SBPJor, realizado em Salvador (BA) em 2004.

uma atenção maior dos jornalistas (ainda mais quando à morte se associa outros valores-notícia: o assassinato de Kennedy, como ilustram Hall *et al.*, abarca uma série de valores-notícia, entre os quais o elitismo, conseguindo alterar profundamente as rotinas dos jornais). Traquina percebe a morte como um valor-notícia fundamental. No recorte abaixo, ele menciona um trecho de um relato de Pedeltyouve sobre um estudo antropológico de correspondentes de guerra, situação especial de perseguição jornalística às mortes. Comenta Traquina:

Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos écrans da televisão. No seu estudo antropológico dos correspondentes de guerra em El Salvador, Mark Pedeltyouve faz um fotojornalista explicar o tipo de fotos que a hierarquia do jornal quer: “Assassinatos, bombardeamentos, funerais e conferências de imprensa. Aquilo que combina com as melhores 'estórias’”. Conta que a pergunta mais freqüente de seu chefe é “Quantos corpos?” O jornalista explica: “Ela (o seu chefe) pergunta mesmo isso. Eu respondo: “São cinco”. Ela diz: “Não chega” (citado em Pedelty, 1995: 158) (TRAQUINA, 2005b, p.79).

Bird e Dardenne argumentam que as notícias de crimes, em geral relatos individuais, não possuem função informativa, mas simbólica. A partir de Graber (1984), os autores afirmam que os leitores raramente “utilizam” a informação de crimes nas suas vidas diárias. “Em vez disso, as 'estórias' tornam-se parte de uma 'estória' ou mito mais amplo acerca de crimes e valores” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 267). Nesse sentido, de acordo com os autores, os leitores consomem as notícias “como um texto simbólico que define o assassinio como mais digno de nota do que os roubos de carros. As notícias de crimes, como os mitos, não 'contam as coisas como elas são', mas 'contam as coisas segundo o seu significado’” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 267). As notícias de crimes se inserem no bojo de uma tradição cultural de “contar estórias”, na qual também se integram os mitos. Nas estórias, que atravessam diferentes épocas e lugares e são carregadas de acontecimentos/crimes, a morte, simbolizando o ápice do drama, assume maior relevância. Portanto, as notícias de crimes dos jornais, coerente com a tradição cultural das estórias, valoriza acontecimentos nos quais morrem pessoas – e quanto maior o volume de mortes e mais elevado o *status* dos mortos maior o destaque à notícia.

Hall e outros (1999, p. 238) analisam que a presença forte de mortes nos jornais se relaciona à alta valorização da “violência”, entendida como agressão física direta, conforme os autores parecem sugerir:

Um ponto especial sobre o crime como notícia: é o estatuto especial da violência enquanto valor-notícia. Qualquer crime pode ser levantado à visibilidade noticiosa se a violência lhe estiver associada, visto que a violência ser talvez o supremo exemplo das “consequências negativas dos valores-notícia”. A violência representa uma violação básica do indivíduo; o maior crime pessoal é o “assassínio”, ultrapassado apenas pelo assassinio de um agente que zela pelo cumprimento da lei, o polícia.

Com as pautas selecionadas, os jornalistas iniciam o trabalho de *apuração*. Os procedimentos desta etapa continuam colaborando para a confecção final de produtos sobre fôrmas pré-definidas. Em notícias de crimes, há uma grande dependência dos relatos oficiais ofertados pela polícia. A hierarquia de fontes se mostra despreocupadamente às claras. Se por um lado, os jornalistas fundamentam intensamente suas matérias em boletins de ocorrência, inquéritos e falas de policiais, por outro, chegam a ignorar completamente os supostos transgressores.

Essa tendência favorável aos discursos oficiais é atestada na pesquisa de Henn e Silveira de Oliveira (2004). Conforme o estudo, de janeiro a março de 2001, o jornal *Zero Hora* publicou 600 matérias sobre crimes, citando uma média pouco superior a 240 fontes. O domínio absoluto é de fontes oficiais: do total de cada mês, a correspondência a “autoridades” variou de 32,4% a 40,2%; e a “boletins de ocorrências”, de 42,9% a 49,9%. Por outro lado, a busca por “suspeitos” foi ínfima, variando de zero a 3,6%. Os números do outro jornal pesquisado, o *Correio do Povo*, são semelhantes. Este jornal publicou, no mesmo período, 521 notícias de crimes, com a média mensal de 175 fontes. A variação percentual de cada mês foi de 35% a 37,7% em se tratando de “autoridades” e 50,4% a 55,2% no que se refere a “boletins de ocorrência”. Apenas em fevereiro, os jornalistas ouviram “suspeitos”. Neste mês, o uso dessas fontes correspondeu a somente 1,2%.

O uso intenso das falas policiais, destacadamente através dos boletins de ocorrência, resulta em notícias muito precárias, uma vez que os próprios boletins são precários. Sobre essa questão, Henn e Silveira de Oliveira analisam que “os precários boletins de ocorrência muitas vezes induzem a erros de informação, até mesmo a pré-julgamentos, pois é comum que os suspeitos acabem 'condenados' pelo delegado antes do processo judicial”. De modo semelhante, argumenta Alex Ribeiro, em relação a outro documento, também muito consultado – direta ou indiretamente, através de falas de delegados – por jornalistas, o inquérito policial.

De fato, juridicamente, um inquérito policial significa quase nada. Trata-se

de uma peça informativa que pode, ou não, fundamentar uma denúncia de um promotor de Justiça. Só com uma sentença transitada e julgada, pode-se considerar alguém definitivamente culpado. Enfim, trata-se de um documento com tamanha precariedade que não deveria merecer nem mesmo notas de rodapé (RIBEIRO, 2003, p. 158).

Portanto, quem fala nas notícias de crimes é a autoridade incumbida socialmente da manutenção da ordem, lembrando que, conforme Hall e outros (1999), o crime simboliza o lado negativo dessa ordem, a qual é coerente com um certo consenso sócio-cultural. Os autores percebem por esse caminho – e não o da distorção voluntária, da pura conspiração – um fator de reprodução das representações dos poderosos. São as “rotineiras *estruturas* de produção de notícias”, nas quais aparece disposta uma hierarquia de fontes (com vistas ao relato “verossímil” em pouco tempo), que fazem com que os jornais sejam um canal dos discursos dos detentores de maior poder. Assim, os jornais reproduzem as “*definições dos poderosos*, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço” (HALL *et al.*, 1990, p. 228). Isso provoca uma contradição entre o propósito almejado e o resultado obtido. “Ironicamente” – comentam os autores – “as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos *media* (...) servem também para orientar poderosamente os *media* nas 'definições da realidade social', que suas 'fontes acreditadas' – os 'porta-vozes' institucionais – fornecem” (HALL *et al.*, 1990, p. 229).

Outro aspecto da apuração de notícias de crimes, relacionado com a característica acima, refere-se a uma restrita diversificação de fontes. A partir da análise de Henn e Silveira de Oliveira (2004), pode-se afirmar que essa ínfima diversidade resulta de uma percepção singular dos jornalistas aos acontecimentos de crimes, que são tomados isoladamente, fora de contextos, como “peças soltas”. Cada crime se encerra em si mesmo, é auto-explicativo. Afirmam os autores:

O quesito “diversidade de fontes” só é contemplado em acontecimentos concebidos como extraordinários. No mês de janeiro, dia 4, os jornais dão conta de chacina ocorrida em Santa Maria, na qual seis jovens foram executados. Este fato mereceu farta cobertura, com grande impacto, inclusive obtendo menções nos espaços opinativos (...)
Essa conduta editorial, entretanto, é uma exceção. Na absoluta maioria das matérias, elas aparecem sem nexos estabelecidos, como se os acontecimentos comportassem-se como peças soltas, desprovidas de relações contextuais ou entre eles.

O uso limitado de fontes, valorizando acentuadamente as oficiais, tem relação a uma

visão jornalística simplória dos acontecimentos-crime. No senso-comum da profissão, trata-se de um tipo de ocorrência relativamente fácil de ser coberta. Disso decorre o ingresso do novato na área policial como um ritual de iniciação jornalística, como já salientado. O isolamento do acontecimento, como percebem Henn e Silveira de Oliveira (2004), também parece se relacionar a esse aspecto. A percepção do crime como acontecimento simples provoca a idéia contraditória de maior eficácia do relato objetivo. Isso porque “basta descrever o crime e nada mais”. Para tal, “não é necessária uma profunda apuração”. Como se referem Bird e Dardenne (1999, p. 271), o crime é “o tipo de 'estória' que 'se escreve a si própria' para os jornalistas experientes”.

O resultado da seleção com os aspectos mencionados e da “apuração objetiva”, simplória e tendenciosa (pois muito limitada às fontes oficiais) manifesta-se na *redação* das matérias. Henn e Silveira de Oliveira (2004) sintetizam partes das características comuns das notícias de crimes, observando que

as matérias são, majoritariamente, de cunho informativo. Buscam responder a questões básicas (quem, quando, onde, como). Raras vezes, é apresentada uma trajetória do sujeito, naquele que antecede ou sucede ao delito. O fato é narrado de forma pontual e descritiva, com escasso uso de estatísticas, pesquisas ou de especialistas, que seriam alguns dos recursos para deslocar do individual para o coletivo.

O recorte no espaço e no tempo, princípios ordenadores do “caos mundano” e possibilitadores de sentido aos acontecimentos, é curto e rápido em se tratando de matérias de crimes. É “pontual”, como adjetivam Henn e Silveira de Oliveira. A “cena” (Mouillaud) é ligeira e o fragmento que lhe é extraído limita-se a um espaço e um tempo centrados no suposto ápice do drama, no instante do crime em si. Assim, o *lead* e a *pirâmide invertida* nas matérias de crimes não dizem muito além do que dizem cotidianamente. “A forma de pirâmide invertida, utilizando o *lead*, a atribuição freqüente, etc., encontra-se ao máximo estilizada nas notícias de acidentes, crimes e outros relatos de rotina” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 271).

Como resultado do elitismo na seleção de pautas e da busca significativa de fontes oficiais, as matérias de crimes são estruturadas igualmente em hierarquias, que seguem as próprias disposições sociais. Como já observado por Henn e Silveira de Oliveira, os jovens de periferia são os “Jovem Ninguém”, na hierarquia dos textos noticiosos. Além disso, em razão da visão dual herdada pelos jornalistas, as notícias de crimes relatam os acontecimentos de modo maniqueísta com personagens “bons” e “maus” e com “heróis”, defensores dos “bons”

e sancionadores dos “maus”. A esse aspecto Bird e Dardenne atribuem a utilização pelos jornalistas das “velhas definições culturalmente determinadas”. Assim, está no poder dos jornalistas “a colocação de pessoas e acontecimentos em categorias existentes de herói, vilão, bom e mau, e, assim empossar as suas 'estórias' com a autoridade da verdade mitológica” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 275).

Essas características, externalizações de práticas incorporadas pelos jornalistas paulatinamente ao longo da estruturação do jornalismo como campo, não se limitam, assim, à contemporaneidade. A partir de estudo da imprensa gaúcha do século XIX, realizado por Beatriz Marocco (2004), é possível perceber, nas notícias de crimes da época, nuances da visão dualista e hierárquica do jornalismo atual. A pesquisadora denomina de “modo de objetivação jornalística” o tratamento atribuído pela imprensa aos indivíduos “sem importância”. Uma das características dessa objetivação corresponde à organização e à classificação dos “sem importância” nas páginas do jornal. Os jornalistas de então usavam termos negativos para se referir a essas pessoas, generalizando-as numa perda de suas humanidades. Marocco sistematizou em “cinco figuras básicas” as categorias dos indivíduos “sem importância” aos jornais: vagabundos e mendigos; prostitutas; jogadores; jovens; e ladrões e criminosos. Em todas essas figuras, há generalizações e termos tomados como pejorativos. De modo semelhante aos jornais de hoje, embora com contornos próprios, a imprensa da época também se fazia maniqueísta: por exemplo, algumas matérias tinham o propósito de informar aos sujeitos “bons” dos lugares habitados pelos “maus” e, portanto, impróprios para passeios e passagens.

A repetição rotineira dessas práticas na seleção, apuração e redação de matérias sobre crimes atende aos moldes de enquadramento e significação dos acontecimentos. O desenho da página do jornal materializa essa fôrma que se processa nas rotinas produtivas. Os crimes, como os demais acontecimentos, tornam-se inteligíveis por meio de diagramações, fotos, legendas, retrancas, olhos, parágrafos, colunas. O espaço do jornal torna-se a cela do crime. O lapso temporal, presente no relato cercado nesse espaço, é a extração de um fragmento da temporalidade não-linear do acontecimento. Na matéria, porém, torna-se linear, como um conto de fadas, com princípio, meio e fim, mas com a particularidade de apresentar o clímax no início, no *lead* (BIRD; DARDENNE, 1999). O resultado é a familiaridade de notícias que se repetem em seus formatos. Os acontecimentos noticiados “são recortados essencialmente através da mesma 'estória' de ano para ano ou mesmo de década para década” (TUCHMAN, 1999, p. 258). “Fiz uma história sobre os cavalos da polícia e soube, depois da publicação, que meu jornal tinha publicado mais ou menos o mesmo artigo pelos menos duas vezes nos

últimos dez anos”, recorda-se Darnton (1990, p. 93).

As formas de enquadramento, ao possibilitar sentido aos acontecimentos, em si, entrópicos, manifestam representações jornalísticas (associadas a representações socialmente predominantes em razão da hierarquia de valorização das fontes) da realidade social, reordenando-a. A ordenação do caos, conforme princípios jornalísticos e interesses representados pelos jornais, assume uma “necessidade vital” no contexto de pós-industrialização, conforme Henn (2002). Isso em razão da maior complexidade e caoticidade do meio ambiente social neste contexto. Para o autor,

a informação transforma-se em necessidade vital. O jornalismo, selecionando e hierarquizando os fatos, hierarquiza esta que segue códigos estritamente noticiosos, mas os acopla a interesses políticos e econômicos pesados, propicia um determinado senso de orientação (HENN, 2002, p. 86).

No caso de notícias de crimes, essa orientação é catártica e moral. As matérias de crimes funcionam como uma droga contra o mau agouro do homem contemporâneo e como um compêndio, que lhe delinea a fronteira entre o comportamento aceitável e o condenável. Assim, o mundo passa a ser representado como uma totalidade simplória constituída de dois princípios: o bem e o mal.

O efeito tranquilizador das notícias de crimes, em geral com relatos de violência, permite que as pessoas prossigam suas rotinas ao tomarem consciência de que são os *outros*, e não elas, que morrem, como observa Edgar Morin, citado por Ana Rosa Dias. Morin afirma que “a catarse é como que digerida no cotidiano, isto quer dizer que o grande tema de sacrifício, 'eles morrem em meu lugar', se atenua num são os outros que morrem e não eu” (MORIN, 1967, p. 122-4 *apud* DIAS, 2003, p. 128).

A representação da realidade como dividida em duas partes opostas remete a um aspecto simbólico das notícias, sublinhado por Bird e Dardenne (1999). Eles observam que “todos os meios de informação relatam o crime e o desvio, e não principalmente como dever de informação”. Conforme os autores, “o significado central de notícias sobre crime é simbólico”. Bird e Dardenne citam Cohen e Young no detalhamento desse caráter simbólico.

Tais notícias são uma fonte importante de informação sobre os contornos normativos de uma sociedade. Informam do que está certo e errado, dos parâmetros para além dos quais não nos devemos aventurar e das formas que o demônio pode assumir (COHEN; YOUNG, 1981, p. 431 *apud* BIRD; DARDENNE, 1999, p. 267).

A realidade social, conforme representada pelos jornais nas matérias de crimes, é uma realidade dramática, um espetáculo aterrorizante, onde sempre os mesmos matam, roubam, seqüestram, estupram... e sempre os mesmos são as vítimas. O desvio dessa divisão estereotipada torna o acontecimento, apenas por isso, merecedor de ampla cobertura (como o caso de os autores de crimes serem “estranhamente” das classes mais elevadas). Em razão do tratamento isolado e precário do acontecimento-crime “a realidade da notícia” é feita de um cotidiano com ocorrências sem nexos. Os crimes aparecem e somem, sem relações, e continuam sempre lá, nas páginas dos jornais. Aplica-se a este caso o que percebe Bourdieu (1997) com relação às coberturas jornalísticas pela televisão: a atualidade se torna uma “sucessão de histórias aparentemente absurdas que acabam todas por assemelhar-se” (BOURDIEU, 1997, p. 140).

O caráter ideológico presente nesta representação do real conforme as notícias de crimes, feitas na velha fôrma das rotinas produtivas dos jornalistas, diz respeito a um estímulo ao nada fazer, apenas se esconder no próprio medo. “Através do noticiário sobre crimes, o jornalismo estabelece ou referenda as fronteiras do 'dentro e do fora', do 'perigo e da proteção' e do 'caos e da organização', exacerbando a espetacularização do medo”, afirmam Ronaldo Henn e Carmen de Oliveira (2004). Como diz Bourdieu, trata-se de uma realidade cheia de violência e de crimes, “da qual é preciso antes de tudo se retirar e se proteger” (BOURDIEU, 1997, p. 141).

Assim, essa “realidade terrível” dos jornais legitima a ordem social vigente, atendendo a uma minoria beneficiada com a constância das estruturas de distribuição de capital global. Isso pode ser visto como um crime da imprensa – o que depende do ângulo de visão de “quem olha”, condicionado, por sua vez, ao posicionamento no espaço social. A estruturação social promovida pela representação jornalística (afinada com interesses dos grupos em posições privilegiadas) nas matérias policiais é crime para quem assim percebe, para aqueles que enxergam por trás das presunções de imparcialidade e credibilidade, atentados contra indivíduos anônimos do cotidiano.

Parte II

Investigação empírica

Capítulo 4: Espaço da pesquisa e jornalistas pesquisados

4.1. Recorte espacial: Mato Grosso do Sul, Campo Grande e os jornais

A consideração da dimensão de concretude dos jornalistas e das notícias passa pela atenção às suas inserções em contextos concretos. Não se trata de jornalistas e notícias gerais, mas singulares, por estarem abarcadas num determinado recorte social. Faz-se pertinente discorrer sobre aspectos gerais de Mato Grosso do Sul, de Campo Grande, da imprensa local e dos dois jornais, onde foram realizados os acompanhamentos dos jornalistas. A apresentação, mesmo sintética, desses aspectos ajuda numa melhor “visualização” dos objetos empíricos desta pesquisa: as práticas dos jornalistas de Polícia dos dois jornais e as notícias de crimes publicadas nesses veículos.

Mato Grosso do Sul e sua capital, Campo Grande, são relativamente jovens. O Estado completa, em outubro deste ano, seu 31º aniversário – sua criação resultou do desmembramento de Mato Grosso, legitimado em 11 de outubro de 1977. Campo Grande faz, em agosto de 2008, 109 de emancipação política.

O estado possui baixa taxa de densidade demográfica, com 6,34 habitantes por quilômetros quadrados, segundo estimativa de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pequena quantidade relativa de pessoas é contrastada com a grande população bovina. De acordo com o IBGE, o estado tem 2,26 milhões de habitantes e, conforme o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), abriga o segundo maior rebanho bovino do país, com 24,5 milhões de cabeça, inferior apenas ao do vizinho Mato Grosso, com 26,6 milhões de animais. A rala população humana corresponde, assim, a menos de 10% da população bovina. O número significativo de bovinos em Mato Grosso do Sul está relacionado à sua base econômica: o agronegócio. Partes das indústrias e do comércio estão voltadas para esse sustentáculo econômico.

Conforme o IBGE, mais da metade da população estadual se concentra em cinco cidades: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã. A Capital, com 724,5 mil habitantes, abriga 32% da população estadual. O PIB *per capita* de Campo Grande é de R\$ 7,19, o menor entre as capitais da região Centro-Oeste, segundo dados do IBGE relativos a 2004. A economia campo-grandense gira em torno do comércio varejista e do funcionalismo público. Parte do comércio trabalha com produtos agropecuários, visando atender à demanda do agronegócio.

Em Mato Grosso do Sul, há relação – em parte construída midiaticamente – entre geografia e crime organizado. Trechos das fronteiras Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia estão situados no Estado. Ao todo, doze municípios estão nas linhas de fronteira: Corumbá e Porto Murtinho (Bolívia), Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo (Paraguai). Parte dos entorpecentes (no caso, maconha e cocaína), consumidos no Brasil e vendidos por traficantes brasileiros ao exterior, ingressa no país pelas faixas de fronteira em Mato Grosso do Sul. Do Paraguai, viria a maconha, e da Bolívia, a cocaína.

Neste cenário, o jornalismo, como curso universitário, é um jovem com 19 anos. A primeira instituição a oferecer o curso foi a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em 1989. Só depois de quase dez anos (em 1998) é que duas universidades particulares – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal (Uniderp) – ingressaram o curso em suas grades. Após alguns anos, outras universidades e faculdades passaram a oferecer o curso de jornalismo. Em se tratando de *jornais diários*, Campo Grande conta com apenas quatro veículos.

Por conta da juventude do curso de jornalismo no estado, há uma geração de jornalistas não-formados e outra, de jovens oriundos das universidades. Há, também, jornalistas vindos de outros estados. Nos jornais, onde foi realizada a pesquisa, esses diversos grupos ocupam diferentes pontos da hierarquia sócio-redacional, assumindo distintas posições nos conflitos cotidianos.

O contexto mais imediato referente a este estudo diz respeito aos jornais *Correio do Estado* e *O Estado de Mato Grosso do Sul*, que serviram de referenciais empíricos. O *Correio do Estado* é o mais antigo jornal diário existente em Mato Grosso do Sul e tem como maior concorrente, entre os impressos diários, o jornal *O Estado de Mato Grosso do Sul*, o veículo mais novo do segmento em Campo Grande. O primeiro jornal, fundado em 7 de fevereiro de 1954, é quase cinquenta anos mais velho que o segundo, nascido em 5 de dezembro de 2002.

Há uma ligação estreita entre os jornais, a política e a empresa rural. O *Correio do Estado* foi fundado por políticos da União Democrática Nacional (UDN) e, atualmente, seu sócio majoritário, Antônio João Hugo Rodrigues, é presidente regional do PTB e suplente do senador Delcídio do Amaral (PT). Já o jornal *O Estado* tem forte ligação com o empresariado rural. Seu proprietário, Jaime Vallér, é fazendeiro e industrial do ramo do couro. Como o *Correio*, o jornal *O Estado* tem grande presença no cenário político estadual. O *Correio do Estado* assume posição política contrária ao atual governador, André Puccinelli (PMDB). O

seu concorrente é pró-governo. As posições eram inversas em relação ao governo anterior, do petista José Orcírio (o Zeca do PT), que administrou o estado, em duas gestões, de 1999 a 2006.

Sobre o jornalismo policial do estado, especificamente, é necessário salientar a existência de um programa de computador desenvolvido pela Polícia Civil para atender à imprensa. Trata-se do *Sigo* (Sistema Integrado de Gestão Operacional). Esse programa, criado no início de 2006, passou a funcionar em agosto do mesmo ano. Através dele, o jornalista cadastrado tem acesso atualizado aos dados das ocorrências atendidas nas delegacias de polícia de todo o Estado. Antes desse programa, os repórteres precisavam se dirigir ao 1º Distrito Policial (delegacia central) em busca dos boletins de ocorrência. Com o *software*, o acesso às ocorrências é feito da própria redação. O programa também acrescentou dados inexistentes no antigo boletim, como nome do delegado responsável pelas investigações do caso.

4.2. Os jornalistas pesquisados

As dinâmicas dos jornalistas de uma editoria específica (de Polícia, em se tratando deste estudo) se interagem com toda a redação. Assim, jornalistas de áreas diversas foram observados em diferentes medidas. Pela delimitação desta pesquisa, a atenção especial foi dirigida a três jornalistas, que, no período dos acompanhamentos, eram os responsáveis pelas páginas policiais. São eles: Denilson Pinto (editor de Polícia do *Correio do Estado*), Eduardo Miranda (repórter do *Correio do Estado*) e Azael Júnior (repórter de Polícia do *O Estado de Mato Grosso do Sul*). Outros jornalistas foram observados e entrevistados em razão da participação remota na produção de notícias de crimes, mas não com a mesma profundidade dedicada aos três citados.

Seguem abaixo as trajetórias sumariadas no jornalismo dos três jornalistas:

Denilson Pinto – editor de Polícia do *Correio do Estado*

Perto de completar duas décadas de jornalismo, Denilson Pinto, com 39 anos à época da pesquisa, testemunha, através de sua vivência profissional, as recentes e aceleradas mudanças pelas quais atravessou e atravessa o campo jornalístico. Diante de um computador – máquina que lhe permite receber em quase *tempo real* ocorrências policiais pelo programa

Sigo, consultar *sites* diversos, editar e diagramar textos e imagens –, o jornalista rememora uma época em que as colunas das matérias eram coladas artesanalmente nas páginas a serem impressas.

Denilson se formou em jornalismo no início de 1991 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), cidade onde nasceu. A aprovação para o curso de jornalismo, efetivada em seu segundo vestibular, deveu-se, segundo ele, à redação. Começou a atuar no mercado já no primeiro ano do curso. O local de trabalho era um veículo de sua cidade, chamado *Jornal da Manhã*. Ele se refere a esse jornal como sua “segunda escola”. Seu primeiro ofício não consistia em funções propriamente de jornalista. Ele ajudava no trabalho artesanal de recortar e colar as colunas dos textos nas páginas a serem impressas. “*Até o início da década de 90, foi assim em grande parte do Brasil*”, afirma o jornalista em referência a uma história, relativamente recente, considerando o intervalo temporal de poucos anos, e antiga, levando-se em conta o pulo tecnológico, que faz de atividades artesanais no jornalismo algo longínquo, a se perder de vista.



Denilson Pinto, editor de Polícia

Ainda no *Jornal da Manhã*, Denilson passou pelas funções de revisor e digitador antes de se iniciar como repórter. Após quase dois anos nesse veículo, resolveu se aventurar, durante as férias da faculdade, no mercado do estado vizinho de Santa Catarina. Conseguiu trabalho no *O Diário de Santa Catarina*. Tornou-se correspondente numa sucursal da cidade de Jaraguá do Sul. Findadas as suas férias, o jornalista recebe uma proposta salarial que o deixa balançado entre terminar o curso e mergulhar no mercado. “*Como faltava só um ano, resolvi pedir demissão do jornal para concluir o curso*”, conta sua decisão. No início de 1991, encerra o curso de jornalismo.

Prestes a terminar a faculdade, Denilson tomou conhecimento do mercado de jornalismo em Mato Grosso do Sul, considerado promissor. “*Não havia nenhuma turma de jornalismo formada e resolvi dar uma pesquisada e daí, por telefone, soube que o jornal, chamado Diário da Serra, ligado ao Correio Brasiliense na época... Falei com o editor-chefe e ele disse que tinha vaga...*”. O jornalista passou a tomar Mato Grosso do Sul como o lugar que lhe propiciaria oportunidade de crescimento profissional. Com dinheiro emprestado da mãe, comprou uma passagem para Campo Grande. O dinheiro emprestado era equivalente ao valor de duas passagens de ônibus. Em seguida, telefonou ao editor que lhe oferecera vaga para informar de sua partida. O tom da conversa foi outro. “*Nisso, o cara falou: 'oh, não vem*

não, que tá tendo um corte na empresa, tendo um corte violento e não tamo contratando' Só que eu já tinha comprado a passagem...". Apesar da advertência, Denilson prosseguiu com seu plano de mudança. Ludibriando a mãe com a existência de um emprego certo, rumou para Campo Grande. Assim que chegou à cidade, telefonou, de um orelhão da rodoviária, para os veículos de comunicação a fim de se informar de vagas de trabalho. Conseguiu um teste no *Correio do Estado*. Com pouco dinheiro, insuficiente para bancar a estadia em hotel, precisou apelar ao editor que lhe falara da vaga no *Diário da Serra*. Esse jornalista lhe arranhou um lugar para passar a noite.

Aprovado no teste, Denilson começou a trabalhar no *Correio do Estado*. Precisou, já nos primeiros dias, pedir vale ao jornal para pagar a mensalidade da pensão onde passou a morar. Por algum tempo, controlou, rigorosamente, seus gastos. Alimentava-se bem durante o almoço no refeitório do jornal para sentir menos fome nos horários extra-expediente. *“Foram dois meses de sofrimento aqui em Campo Grande. Eu tive que administrar essa questão de grana... O resultado disso que eu perdi dez quilos, mas na marra mesmo, porque eu tive que passar fome”*, lembra-se.

Em alguns meses, o jornalista também foi contratado para trabalhar na televisão do grupo *Correio do Estado*. A emissora, filiada ao SBT, chama-se *TV Campo Grande*. Não obstante, saiu do jornal por desentendimentos com seu editor. Conseguiu trabalho no *Diário da Serra*. Contrariando determinações do *Correio do Estado*, prosseguiu trabalhando na emissora do grupo e em jornal concorrente. Descoberto, teve de optar. Escolheu o impresso.

Sua preferência por jornal impresso não resistiu aos melhores salários do mercado de assessoria. Deixou o jornal, em 1993, para se tornar assessor de imprensa da Associação Comercial de Campo Grande. Meses depois, foi convidado para integrar a assessoria do então prefeito Juvêncio César da Fonseca (PMDB). *“Trabalhei lá como chefe de redação”*, salienta. Depois de atuar como assessor durante os quatro anos de administração do Juvêncio, Denilson passou a trabalhar na assessoria de imprensa da campanha para prefeito de outro peemedebista, André Pucinelli. *“Trabalhei mais quatro anos também como chefe de redação”*. Na campanha para o segundo mandato de Puccinelli, houve mudanças na coordenação e o jornalista foi exonerado de seu cargo. Ficou desempregado apenas por duas semanas, quando conseguiu, em fins de 2001, retornar ao *Correio do Estado*. *“Fui contratado como editor de uma editoria que não existia, que era editoria do Interior. Foi criada quando entrei aqui. Desde então, eu tô aqui”*, afirma. Após alguns anos, foi remanejado para editor de Polícia. É nesta condição que colaborou para esta pesquisa.

Vindo da geração da máquina de escrever (passado próximo transformado em remoto

pela velocidade tecnológica), Denilson tem, no computador, forte aliado produtivo. Durante a pesquisa, repetiu algumas vezes sobre a importância da *Internet* na produção de matérias. Vencido pelas facilidades dessa rede, transformou-se em jornalista de redação. É rápido na produção, edição e diagramação dos textos. Por vezes, já escreve direto no programa usado para diagramar páginas. Na produção de notícias, acessa *sites* diversos (de jornais nacionais e internacionais, da Justiça em diferentes instâncias, das polícias e outros).

Denilson intercala momentos de longos silêncios com falas altas para toda a redação. É simpático com os colegas e, apesar de se mostrar sério, relaciona-se bem com todos. Nas apurações de suas matérias, revela um lado cético e não teme discordar das fontes quando julga necessário. Foi solícito durante a pesquisa, explicando alguns aspectos produtivos que entendia serem relevantes.

Eduardo Miranda – repórter de Polícia do *Correio do Estado*



Eduardo Miranda, repórter de Polícia

O repórter Eduardo, com seus 26 anos (na ocasião da pesquisa), integra a nova geração do jornalismo. Como seus colegas desse subgrupo, Eduardo concluiu o curso já neste século, em 2003, e não viu nenhuma de suas matérias saindo de uma máquina de escrever. Trabalha durante a manhã no *Correio do Estado* e cursa Direito à noite. Com as constantes horas extras, seu tempo para descanso é reduzido.

Como seu editor, Eduardo também trocou o Paraná por Mato Grosso do Sul. A mudança foi provocada pela aprovação no vestibular para Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em 1999. O repórter era um adolescente de 18 anos. Não foi o único vestibular prestado na época. Também tentou para Direito numa universidade de Umuarama (PR), onde morava. Para jornalismo, enfrentou o processo seletivo em Curitiba e em Campo Grande. Como conseguiu aprovação em Campo Grande, mudou-se para essa cidade.

Durante o curso, Eduardo não perdia os encontros de estudantes, como as edições do Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação (Enecom). Dividia a vivência universitária com o trabalho na área – entra no mercado já no segundo ano da faculdade. Mas entre um e outro, preferia o universo dos estudantes. Tanto que deixou o emprego em um jornal *on-line*,

o *Campo Grande News*, para participar de um Enecom na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS). O seu editor, estranhando essa prioridade, exclamou, segundo lembra Eduardo: “*Pô cara, você acabou de entrar, já vai sair! Você é louco!?*”. Mas o jornalista não titubeou e respondeu: “*Oh, tô na universidade, fiz o compromisso de ir e tal...*”. Depois que retornou, ficou dois meses desempregado – “*feriazinhas de sessenta dias*”, segundo ele – e foi recontratado no mesmo veículo. “*Trabalhei e não parei mais*”, afirma.

Com o tempo, o jornalista deixa o *on-line* para se iniciar no impresso. Entra na *Folha do Povo*, na ocasião um grande jornal para os padrões locais. Era o então concorrente direto do *Correio do Estado*. Ao se recordar da época áurea do veículo, que hoje corre risco de fechar por problemas financeiros, Eduardo ilustra: “*Só na editoria de Cidades, que eu trabalhava, éramos em sete repórteres. Uma editoria maior que a daqui do Correio do Estado atualmente*”. No entanto, o jornal passou a se encolher e a demitir jornalistas. “*Eu fui na primeira leva*”, confessa. E comemora: “*Ainda bem!*”. A saída do jornal foi positiva, conforme ele, pois precisava de tempo para se dedicar ao trabalho de conclusão de curso. Apesar dessa necessidade, aceitou a proposta de produzir TV para a campanha de um candidato – eram as eleições de 2002.

Assim que concluiu a faculdade, o jornalista foi novamente chamado para trabalhar no *Campo Grande News*. Ficou seis meses. Retornou ao jornal *Folha do Povo*, mas sem vínculo empregatício, prestando serviço como autônomo. A passagem foi rápida. Em julho de 2003, recebeu convite para trabalhar no *Correio do Estado*. “*Não conhecia ninguém aqui. Foi do nada. Um dia, o Denilson ligou: 'Pô, Eduardo, a gente acompanha o seu trabalho no site e tal...'*”, lembra-se. Desde então, Eduardo está como repórter de Polícia do *Correio do Estado*. Mas, se efetivar seus planos, não será por muito tempo. Ele pensa em terminar Direito e se ingressar na vida de funcionário público concursado. Revela isso com um quê de tristeza, por gostar do que faz. “*Eu gosto de ser jornalista. É só pelo... [que deixaria o jornalismo]*”, completa a frase com um sinal, esfregando ligeiro o polegar no dedo indicador, como quem conta notas.

Eduardo também se tornou jornalista de redação. Apura a maioria de suas matérias através de telefonemas e das notas recebidas das polícias. Em geral, almoça tarde, pois chega a trabalhar até as 15 horas (seu turno é matutino). Mostra-se crítico (uma crítica aparentemente trazida do campo do Direito) ao falar de jornalismo policial. Propõe mudança de nome da editoria de Polícia para editoria de Crimes. “*É que a polícia não é a nossa única fonte*”, justifica-se, apesar de, na prática, buscar em demasia essa instituição, como fazem

seus colegas. Por outro lado, percebe transformações positivas na área, decorrentes, conforme ele, de pressões sociais. Para o repórter, os jornalistas estão mais cuidadosos quanto ao uso de termos como “suspeitos” e “acusados” e não julgam mais com a mesma intensidade de antes.

Eduardo se mostra bom estrategista no contato com as fontes. Esbanja simpatia nos telefonemas, fala com voz calma e em baixo tom, brinca, trata os assessores com certa intimidade, usa de jargões da polícia em conversas com policiais... Como resultado, consegue, com alguma frequência, material exclusivo e fura os concorrentes.

Azael Júnior – repórter de Polícia do *O Estado*

Com 35 anos (no período da pesquisa) e experiência em rádio, TV e impresso, Azael Júnior tem um pé na geração antiga de jornalistas e o restante do corpo, na nova geração. Formou-se em jornalismo em 2002, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCBD) de Campo Grande. Antes, porém, fez o curso de Rádio e TV pela mesma instituição. Hoje trabalha, numa jornada extensa, como repórter de Polícia do *O Estado de Mato Grosso do Sul*. Seus compromissos financeiros, maiores como



Azael Júnior, repórter de Polícia

casado, acentuam seu descontentamento quanto sua condição salarial. “*Eu falo pra minha esposa que até conseguir uma coisa melhor eu continuo aqui*”, revela.

Nascido no interior de Mato Grosso do Sul, na cidade de Dourados, Azael mora, desde o início da adolescência, em Campo Grande. Sua vida profissional está sendo construída nessa capital. Formado em Rádio e TV, começou trabalhando, na *TV Campo Grande*, como auxiliar de produção. Chegou a diretor de imagens. Ficou quatro anos na TV. Por algum tempo, trabalhou, concomitantemente, nessa TV e na rádio UCDB (da própria universidade) como locutor e programador musical. Nesse período, já estava cursando jornalismo. O emprego em rádio fez justiça à sua voz firme e grave. Voz de locutor.

Seu primeiro contato com o mercado de jornalismo ocorreu durante a época da TV. “*Eu já tinha interesse pela área jornalística, mas, a partir daí, eu me interessei mais ainda*”, conta. A gestação desse interesse se principia nos primeiros meses de TV. Como trabalhava na mesa de corte dos jornais da emissora, acabou se inteirando, conforme diz, da rotina dos jornalistas. “*Isso me despertou o interesse. Aliás, já tinha interesse, mas eu me interessei mais ainda*”. Decidiu fazer jornalismo, conseguindo eliminar algumas matérias. Seu trabalho

na rádio data dessa época de faculdade de jornalismo. “*Trabalhava na TV de manhã e ia pro rádio à tarde e à noite*”, detalha. Nesse período, ajudou na criação de um projeto de radiojornalismo, que teria se definhado após sua saída. “*Esse projeto continuou, mas não da maneira como nós tínhamos pensado*”.

O jornalista deixou a TV em 2005, ficando apenas na rádio, onde permaneceu até fevereiro de 2007. Por alguns meses, dividiu seu tempo entre o trabalho na rádio e o no jornal *O Estado de Mato Grosso do Sul*, onde entrou em março de 2006. Na época da pesquisa, trabalhava somente no impresso.

Azael, semelhantemente a Denilson, também se refere ao jornal como sua “*escola*”. “*Eu tive experiência em impresso aqui no jornal praticamente. Agora que eu tô tendo mais desenvoltura, tô tendo mais... A minha escola mesmo do jornalismo tá sendo aqui no jornal, porque é onde eu tô tendo a possibilidade de exercitar o jornalismo, de apurara as matérias, desenvolver o texto*”, afirma.

Apesar dessa afirmação e de declarar gostar de jornalismo, Azael tem seus descontentamentos com a profissão. Como os seus colegas, Azael porta uma contradição na relação com o jornalismo: ama e odeia. Essa contradição é melhor entendida quando se separa o joio (longas jornadas, baixos salários e conflitos de poder) do trigo (prazer propiciado pela atividade).

Embora faça grande uso da *Internet*, Azael ainda tenta ser repórter de rua. Busca sair quase todos os dias, mas nem sempre para apurar matérias de crimes. Também faz acidentes e greves de policias, assuntos considerados, no jornal, como pertencentes à página policial. Como responde sozinho pela área de Polícia, seu horário, em geral, extrapola o da duração correta de seu expediente. Sozinho e com uma quantidade considerável de pautas para apurar, Azael mergulha, por horas, em seu trabalho. Geralmente, há um copo de café quase cheio na sua mesa, testemunhando seu ritmo, sua pressa e sua tensão. De vez em quando Azael nota a intromissão do copo e, num só gole, toma o café gelado. Em seguida, retorna para suas pautas.

Capítulo 5: Rotinas produtivas: *relatos do campo*

5.1. Jornal *Correio do Estado*

Segunda-feira, 02 de abril – 1º dia

Chego ao jornal por volta das 8h30, antes do repórter Eduardo. Aguardo-o na recepção, a ante-sala na entrada do prédio, por onde, obrigatoriamente, passam todos os funcionários – os que trabalham no local e os que têm outro lugar de trabalho (por exemplo, os motoristas, que ficam no prédio da garagem) – para bater o ponto (nas chegadas e nas saídas, incluindo-se as relativas ao horário de almoço). A máquina de registrar o ponto está afixada numa parede do corredor do térreo, que desemboca na recepção. A porta da entrada do jornal é dupla, larga, envidraçada e de correr. Durante o expediente fica aberta o tempo todo. Quem entra se depara com um segurança, protegido por um balcão de concreto em “L”. Postando-se, geralmente, em pé, o segurança diurno entrega uma edição do dia do jornal para cada jornalista que entra no prédio. Um mirim também trabalha na recepção. Ele é encarregado por tarefas que demandam deslocamentos pelo prédio (como entregar correspondências).

A recepção é um pequeno espaço retangular de um prédio (também em forma de retângulo) de três andares e inúmeras salas. A construção ocupa considerável espaço na esquina da rua Dr. Mário Corrêa com a avenida Calógeras, na região central de Campo Grande. Numa faixa de concreto em relevo, que corta a frente e parte de uma das laterais do jornal, pode-se ler “Correio do Estado” [imagem 4]. A fachada frontal ostenta três bandeiras: a de Mato Grosso do Sul, a do Brasil e a de Campo Grande. Essa ostentação, no entanto, é reduzida por um emaranhado de fios elétricos, que passa pela frente do prédio.

Enquanto aguardo o repórter, folheio uma edição do jornal, emprestada pelo segurança. Concentro a atenção nas matérias de Polícia. O destaque da área, subsumida na editoria de Geral¹⁴, é uma notícia sobre um homicídio em Dourados, uma das principais cidades de Mato Grosso do Sul. A vítima é uma bioquímica, morta a facadas na madrugada do dia anterior. O assunto parece ter recebido relevância não apenas por se tratar de morte, mas por estar, de alguma forma, relacionado ao nome de um deputado estadual, ex-marido da

14 No *Correio do Estado*, a editoria de Polícia (e outras, como Cidades e Interior) existe apenas na rotina produtiva do jornal. Nas páginas impressas, as notícias dessa editoria são publicadas sob a retranca “Geral”.

bioquímica. Minha leitura é interrompida com a chegada do repórter, que me convida para subir: “E aí, Osvaldo, vamos?”

A sala da redação [imagem 5] é a maior do segundo andar, que também comporta o departamento de recursos humanos, a sala de reunião de pauta, da direção, uma modesta cozinha, uma secretaria, dois banheiros e uma sala de entrevista, que dá acesso a uma pequena biblioteca (cuja porta fica trancada). O corredor, que medeia esses compartimentos, exhibe, em suas paredes, quadros com fotos de arquivo do jornal. Nesse corredor, também estão edições recentes de jornais (do veículo e dos concorrentes) pendurados numa estrutura de madeira, além de uma mesa com duas garrafas de café e uma de chá. A paisagem é completada por elementos comuns de corredores, como extintor de incêndio, bebedouro, escadaria e elevador.

As paredes internas da sala de redação são de compensado de cor bege. Na divisa com a sala da direção, a madeira se reduz a pequenas extensões no alto e no baixo da parede. A grande parte central é de vidro. Essa construção permite à diretora-geral e uma das donas do jornal, Ester Figueiredo, ter uma visão privilegiada da redação – de sua sala, ela acompanha o trabalho dos jornalistas como quem assiste a um filme. Pode vigiá-los, por exemplo, quanto ao cumprimento do uso obrigatório dos crachás (que servem também de credenciais quando o jornalista apura alguma matéria na rua) e quanto ao acatamento das determinações de não comer e não beber na redação – essa segunda norma é, vez e outra, desrespeitada, mas com cautela, buscando-se fugir do horizonte de visão da diretora.

Os móveis da redação estão organizados em quatro ilhotas (cada uma com quatro mesas, de cores bege e azul, justapostas com divisórias de meia altura, com computadores e telefones), com dois a quatro jornalistas em cada uma delas. Duas grandes janelas, numa parede lateral, cobertas por venezianas azuis (cor padrão do jornal), são, algumas vezes, abertas para se ver o movimento da rua, o início de uma chuva ou uma viatura da polícia, que desperta a atenção com o barulho da sirene. No centro da parede do fundo, há uma terceira janela – de igual tamanho e com as mesmas cortinas das outras – que permite a visualização da garagem para carros dos funcionários. Esta janela é ladeada, à direita, por uma pintura (na qual se pode identificar uma máquina de escrever) e, à esquerda, por um quadro com foto do jornalista Júlio da Silva, importante na história do jornal. Por fim, a parede lateral interna acomoda um armário com uma dúzia e meia de compartimentos, nos quais os jornalistas guardam alguns de seus pertences. Nesta parede, também está afixado um mural com fotos de funcionários, recados (como divulgação de concursos de reportagens), mensagens de estímulos e de advertências. Ao lado do mural, há um mapa político de Mato Grosso do Sul (aparentemente cedido pelo Governo do Estado) e, acima deste, um relógio esférico do

próprio veículo, com uma pequena foto de uma edição do jornal e o slogan “Credibilidade de líder” [imagem 6].

O cenário é completado por uma televisão de 42 polegadas e uma mesa maior em “L”, que sugere uma “ocupação de honra”. O ocupante da mesa (também com um computador e um telefone) é o jornalista mais antigo do veículo e ex-chefe de redação – hoje se tornou um editor sem repórter, responsável pela editoria de Brasil/Mundo. Acima do espaço desse jornalista, está o televisor, que, devido à sua disposição, serve de modesto obstáculo à diretora-geral em sua atividade de acompanhar, de sua sala, as ações de seus funcionários.

“Segunda-feira é um dia atípico”, adjetiva o repórter, quebrando alguns minutos de silêncio. Em seguida, descreve parte de sua rotina de início de expediente. Afirma que busca suas pautas na *Internet*, em *sites* oficiais como os dos tribunais, nas notas recebidas das polícias e no Sigo (Sistema Integrado de Gestão Operacional). “É o dia que eu mais gosto”, completa acerca de sua avaliação da segunda-feira. E explica: “Bom, porque dá pra trabalhar mais notícias frias, que são quentes ao mesmo tempo”. Conforme ele, nas segunda-feiras, há menos “pautas factuais” (ocorrências do dia) e, por conseguinte, um tempo maior para uma melhor apuração. Assim, é possível fazer uma reportagem de assunto não ligado diretamente às “ofertas de acontecimentos noticiáveis” do dia. O resultado são matérias, simultaneamente, frias (porque não são relativas às “pautas do dia”) e quentes (em razão da relevância dos assuntos).

Por volta das 10 horas, faz sua primeira ligação. “E aí, Fernando?”, saúda demonstrando intimidade. Parece, em princípio, ser uma *fonte sua*. Depois descubro que se trata do presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Mato Grosso do Sul (Sinsap). Certamente por sua posição de sindicalista, essa fonte é bastante procurada quando a pauta é sobre problemas no sistema penitenciário do Estado. “Você já tem esse projeto elaborado?”, quer saber o repórter. O tal projeto busca aumentar as incumbências e a autonomia dos agentes penitenciários estaduais, que além dos trabalhos internos, ficariam responsáveis pela escolta de presos e guarda externa dos presídios, tarefas realizadas por policiais militares. Com uma fala tranqüila e amigável, o repórter tenta ganhar exclusividade de algumas imagens. “Olha, me avisa aí meia hora antes que eu mando uma equipe”, fala o jornalista, como quem busca mostrar autonomia em decisões produtivas para ter retorno positivo de seu interlocutor. “Avisa pra mim, rapaz”, insiste. “Pelo menos o governador fica sabendo”, argumenta. Outro argumento, desta vez relativo ao processo de produção do jornal: “A gente põe na capa”. A revelação do agente, que interessou tanto ao repórter (conforme este me explicou depois), diz respeito às supostas condições precárias dos transportes de presos por

policiais militares. O jornalista pretende flagrar alguma ocasião desses transportes e fazer fotos. Após 15 minutos, desliga, animado, o telefone e comenta sobre a possibilidade de mudar o enfoque da matéria e tratar sobre problemas de infra-estrutura no sistema prisional. “Os presos são transportados num caminhão velho, sem condições!”, conta entusiasmado. A matéria a partir da fala do agente ficaria uma semana na gaveta. Só fora publicada na edição de 10 de abril, terça-feira, com o título “Agentes querem ampliar poder em presídios”. O enfoque original permaneceu.

Numa pausa em suas atividades, o repórter me estima que faz cerca de quatro matérias por dia. Confirmo, durante o acompanhamento, a veracidade dessa média. No entanto, ele elege, em geral, apenas uma para apurar com mais profundidade. Além de matérias maiores, o jornalista também faz algumas notas, publicadas, em parte, numa coluna batizada de “*Ronda*”.

A inscrição “Racionais” na camisa de um rapaz detido, que o repórter vê numa foto em seu computador, serve de pretexto para iniciar uma conversa com outro jornalista, da editoria de Cultura, cuja ilha avizinha a de Polícia. “Não sei, mas tenho notado que muitos desses caras presos pela polícia são fãs dos *Racionais*. Já notou, Oscar?”, pergunta com deboche e me diz: “O Oscar fica puto com isso, porque ele é fã dos *Racionais*”. O colega da outra editoria contra-ataca, afirmando que o repórter de Polícia é preconceituoso em suas matérias. “Você escreve, por exemplo, que o crime aconteceu num bar sertanejo ou de pagodeiro. Isso é preconceito!” Conservando o sorriso, Eduardo termina por concordar (em parte), mas alega que precisa tipificar o estabelecimento onde ocorreu o crime. Não convence. Para o outro jornalista, não há essa necessidade.

Perto das 11 horas, insatisfeito com as informações contidas no *Sigo*, o repórter liga ao Instituto Médico Legal (IML) para se certificar de uma ocorrência de homicídio. “Marcelo, quantas vítimas de homicídio vocês tiveram de ontem pra hoje?” Não conseguindo avanço, dois minutos depois faz outro telefonema, desta vez para a “Santa Casa”¹⁵. De lá, recebe a identificação de uma possível vítima de tentativa de homicídio. Após essas ligações, volta a reclamar do *Sigo*, dizendo que o sistema tem trazido dados incompletos. “Esse homicídio, eles não deram nada!” Pouco depois do meio-dia, conversa com uma assessora de imprensa da Polícia Militar, que lhe precisa um pouco mais as informações sobre o homicídio, ocorrido na véspera. Um rapaz fora morto a tiros na noite anterior num bar da periferia da cidade. Na ocasião, outra pessoa fora ferida – a vítima, cujo nome já havia sido informado pela assessoria

15 Pronto Socorro da Santa Casa de Campo Grande é o principal hospital público da cidade.

da Santa Casa. Na conversa com a assessora da PM, o jornalista brinca: “Nem vou procurar a Polícia Civil.” Ele partilha com sua interlocutora o descontentamento com a PC, o que repetiria algumas outras vezes durante a semana. “Eu tiro sarro deles [da PC]: ‘Vocês estão, agora, com segredo de Justiça?’”, diz, ainda ao telefone.

Depois das ligações e da certa dificuldade de apurar um homicídio “simples” (conforme a percepção de mundo própria do campo jornalístico), o repórter se volta, novamente, ao colega de Cultura e comenta: “Acho que vou fazer um estágio em Dourados.” Sua “vontade de ir para o interior” é suscitada pela frequência de acontecimentos muito violentos naquela cidade. “Lá em Dourados, os crimes têm requinte de crueldade. Aqui em Campo Grande só dão um tiro e pronto”, justifica-se. Conforme apurado pelo repórter, a vítima da capital fora morta com dois tiros no peito.

Já no fim do seu expediente, o Eduardo se ocupa, com certa atenção, de uma leitura de partes de um relatório sobre os direitos humanos no Brasil. “Pô, isso aqui dá pra repercutir!” Mas não repercute.

O editor chega em torno de meio-dia e meia e é posto a par da situação de produção pelo repórter. “Denilson, tem uma matéria de mais ou menos 20 centímetros sobre homicídio, tem uma da Agepen [Agência Penitenciária Estadual] e outra de um seqüestro-relâmpago”. Além disso, o repórter informa ao editor que “as notas da *Ronda* estão pré-diagramadas”. Ele se recorda: “Ah, tem também ‘Esfaqueamento Bares’ [nome que deu ao arquivo] com 32 centímetros”. Na edição do dia seguinte, as matérias do Eduardo perdem importância frente às notícias do interior do estado, ocupando a parte inferior da página par de Polícia. As matérias sobre homicídio e esfaqueamento (que somavam mais de 50 centímetros) se juntam e a segunda se torna intertítulo da primeira. Abaixo dessa, uma notícia sobre “seqüestro relâmpago” fecha a página. A outra, sobre a Agepen, fica na gaveta.

O repórter deixa a redação às 12h35.

Depois de participar da reunião de pauta – que ocorre no início da tarde, em geral, das 13 às 13h30 –, o editor Denilson se prepara para uma tarde sem repórter. Isso porque ele só conta com um repórter, que deve cumprir cinco horas diárias. Se excede esse tempo acumula horas, que são somadas e pagas em folgas. Está compenetrado. Demonstra preocupação e/ou aborrecimento com alguma coisa. Seu silêncio é quebrado às 13h40 para reclamar de problemas corriqueiros de um aliado produtivo: a tecnologia. “Tá sem *Internet* aí?”, pergunta em voz alta e a redação não responde. Então, resolve informar: “Caiu a *Internet*!” Seu recado ecoa junto a um desabafo implícito: “Só isso que me faltava!”

Pergunto sobre a situação de produção no momento e o jornalista devolve um irritado

e entediado “ah, tá ruim de matéria!” Para evitar a conclusão de que se trata de um problema comum para o dia, ele completa: “Segunda-feira geralmente têm [muitas pautas], mas hoje tá ruim!”

Menos sisudo e silencioso, o jornalista me chama para mostrar uma inovação na produção de sua editoria, promovida por ele. Indica a tela do computador, na qual pode se ver o início da diagramação de uma página. Ele conta que aprendeu a diagramar durante a produção de algumas matérias especiais, ocasião em que realizou, por opção, todo o processo, desde a apuração até a diagramação. “Por enquanto só eu e alguns cadernos estamos fazendo isso”, detalha. A adição dessa tarefa a sua rotina eliminou duas etapas externas à sua editoria: a montagem e a diagramação. No jornal, excetuando Polícia e alguns cadernos, os montadores, munidos de réguas, sentam-se com os editores para rascunhar as páginas em folhas com diversas linhas verticais e horizontais – o que possibilita traçar as larguras e alturas dos textos, títulos, fotos, olhos, etc. Após esse trabalho, as folhas são levadas para o setor de diagramação (no terceiro andar), onde os diagramadores puxam textos e fotos e os aplicam nas páginas digitais conforme rascunhadas durante a montagem. Depois, as páginas diagramadas retornam aos editores para darem o aval. Na seqüência, são encaminhadas ao setor de revisão, onde eventuais erros são corrigidos.

“O pessoal da diagramação e montagem não gostou muito não”, admite o editor. Ele explica que “se todo mundo fizer assim, esse pessoal não terá mais função no jornal”. Para se defender das reações adversas, ele se precaveu. “Antes de começar a diagramar, eu falei com a dona do jornal”, conta. O emprego de “dona do jornal” e não “dona Ester” ou “a diretora” dá um tom de que o respaldo obtido pelo jornalista na mudança de sua rotina e de parte de outros setores tem supremacia inviolável – “que empregado implicaria com uma decisão da patroa e dona da empresa em que trabalha?” é a questão que se esconde por trás do “falei com a dona do jornal”. Com mais autonomia no processo de produção, o editor afirma que consegue encerrar suas páginas até mesmo antes do horário estipulado (o teto é às 18 horas). Isso porque, segundo ele, não fica mais um tempo ocioso, como quando precisava aguardar a diagramação retornar as páginas.

Pergunto sobre o *Sigo* e Denilson começa a reclamar da Polícia Civil (responsável pelo sistema). “Eles estão agora com segredo de Justiça. Às vezes, até mesmo crime banal tem segredo de Justiça”. Por conta disso, nem todos os crimes atendidos pela instituição constariam no *Sigo*. O editor completa que a polícia não deve dificultar o trabalho da imprensa e que há informações, que precisam ser divulgadas. Não obstante, ele modera sua fala: “Mas, em todo o caso, o *Sigo* ainda é um grande avanço”.

Enquanto acessa a *Internet*, consulta as matérias recebidas do interior, conversa pelo *MSN*, vê e-mails, lê textos dos repórteres (do Eduardo e os do interior, que fazem matérias para todas as editorias), ele resume a seqüência do início de sua rotina diária: “Eu converso com meu repórter, participo da reunião de pauta, onde já se tem uma previsão de anúncios e depois começo a ligar para os correspondentes para trabalhar algum assunto”.

Sua primeira ligação, pouco depois das 14h30, é para a assessoria de imprensa da Polícia Militar. Ele pretende dar continuidade à apuração do homicídio, informar-se do trabalho da polícia, se algum suspeito foi detido. “Vocês têm mais alguma coisa do homicídio no Tarsila do Amaral?” [bairro na periferia de Campo Grande].

Após a ligação e sem novidades, o editor se centra em tarefas no seu computador: conversas via rede, diagramação, leitura de notícias e matérias dos repórteres. Passa um tempo considerável em silêncio, sério e compenetrado. Ando pela redação e me detenho na observação de uma charge no mural. O que me interessa é a relação estreita entre publicidade e jornalismo nas dinâmicas produtivas. Os esperados anúncios (“quanto maior melhor”) salvam o dia de quem está com poucas pautas e/ou atrasado nas entregas das páginas. Abaixo do título “Superamigos do comercial”, a charge exhibe caricaturas de seis funcionários (a maioria, jornalistas), travestidos de super-heróis. Um pequeno texto explica os desenhos: “Porque Super Herói ajuda onde os fracos (de espaço para anúncio) e os oprimidos (pelo tempo de entrega do material) precisam todos os dias. OBRIGADO” [sic].

Passam das 15 horas. A televisão está ligada num canal de notícia (*Band News*), mas só é possível ver imagens. O som, muito baixo, torna-se inaudível, mesmo com a redação funcionando em silêncio. Um desabafo repentino do editor contrasta com o ambiente de quietude momentânea. “Campo Grande está menos violenta. Falo por experiência. Com isso, o trabalho do jornalista de Polícia fica mais complicado. É pouco material”, reclama como um comerciante revoltado com seus fornecedores que reduzem a oferta de produtos ou um marceneiro preocupado com o decréscimo no recebimento de madeiras.

Denilson aproveita uma certa folga para detalhar o funcionamento do *Sigo*. “O jornalista entra com o nome do veículo, o nome dele e o CPF”, enumera, apontando para a tela do computador, que exhibe o boletim virtual. “Raramente, eu me pauto pela *Internet*”, salienta. A *Internet*, referida pelo jornalista, corresponde aos jornais *on-lines*. Ele explica que não confia cegamente nas informações dos veículos da rede. É nesse sentido, e apenas nesse, que ele “não se pauta na *Internet*”. Ele reforça que as principais fontes de pautas são “o *Sigo* e *O Povo na TV*”. O jornal faz parte de um grupo de comunicação, no qual se inclui uma emissora de televisão, a *TV Campo Grande*, filiada ao SBT. Nessa emissora tem um programa

caracterizado, pelo senso-comum jornalístico, de “popular”. O nome é emblemático: *O Povo na TV*. A equipe desse programa conta com um radioescuta da polícia e consegue, por isso, chegar rápido aos acontecimentos-crime. Numa parceria TV/jornal, os jornalistas do programa avisam aos colegas do jornal sobre as ocorrências e/ou cedem imagens, que são convertidas em fotos. Daí, a afirmação do editor: “Nossas fontes principais são o *Sigo* e *O Povo na TV*”.

Faltando quinze minutos para as quatro, o editor entrega a sua primeira página para a revisão. A segunda já está quase pronta. Ele só aguarda uma matéria de um correspondente de Dourados para fechá-la. A matéria chega em torno das 17 horas. Denilson consegue encerrar seu expediente antes das 18 horas.

Terça-feira, 03 de abril – 2º dia

Passam das 9 horas quando chego à redação. O Eduardo digita as primeiras linhas de uma matéria. Ele acaba de voltar da rua. A pauta é sobre a prisão de um suspeito de homicídio, ocorrido em Aquidauana, no interior do estado. O suspeito fora apresentado à imprensa no prédio do Grupo Armado de Resgate e Repressão a Assaltos e Seqüestros (Garras). O repórter informa que o detido admitiu a autoria do crime. “Só que ele alega legítima defesa”, completa. “Nós demos uma notinha ontem”, lembra, mostrando se tratar de uma suíte. A “notinha” fora publicada no pé da coluna *Ronda* da edição do dia. Um fotógrafo acompanhou o repórter e trouxe uma costureira *foto de preso*.

O jornalista comenta sobre suas matérias da véspera. “Não saiu a da Agepen”, observa. Nota que foi publicada a notícia do “seqüestro relâmpago” e a do “jovem morto em briga”. Ele volta a reclamar da Polícia Civil e do programa *Sigo*. “Essa matéria do homicídio foi complicada”, diz, recordando que precisou ligar para o IML e para a Santa Casa. Segundo ele, nada constava no *Sigo*. “Quem me passou [a pauta] foi um amigo meu do Corpo de Bombeiros”, afirma.

Pouco depois das 11 horas, ele pede ligação para um delegado (Ivan). O repórter quer saber sobre a situação da investigação da morte de uma soldado do Corpo de Bombeiros. Em princípio, a militar teria cometido suicídio. “Doutor, eu tô ligando pra saber sobre o suicídio da bombeira. Já tem o resultado do exame de resíduo gráfico?”, pergunta o jornalista. Com esse exame, a polícia pretende verificar se, nas mãos da militar, havia resíduos de pólvora. Se o resultado for negativo, ela pode ter sido vítima de homicídio.

O policial não teria nada a acrescentar e o jornalista, dois minutos após o primeiro telefonema, faz nova ligação para outro delegado (Fernando). Repete a pergunta e acrescenta: “Resíduo gráfico demora ou não?”. Mostra certo conformismo com o pouco avanço do enfoque inicial, indicando vontade de mudar o gancho da matéria ou mesmo buscar outro assunto com o delegado. “Depoimento já tem tudo né? Só falta a prova mesmo. Provavelmente não deve estar pronto”. Depois: “No mais, alguma coisa pra nós?”. Em seguida, tenta mostrar ao delegado o cumprimento de sua parte na troca de serviços. Afirma que as notas enviadas pela Polícia Civil estão chegando. E ilustra: “Nós demos hoje uma nota na *Ronda* sobre a prisão de um fugitivo. Tá assim: 'Caça', na página 10a”.

Ainda na tentativa de conseguir alguma informação, Eduardo faz a terceira ligação. Desta vez, busca um delegado do 4º Distrito Policial, onde a morte da militar será investigada. Quem lhe atende é um policial de nome Quevedo. Pede para falar com um delegado, mas termina conversando com o primeiro interlocutor, uma vez que precisa explicar do que se trata. “Queria saber se já tem alguma posição daquela mulher, da bombeira... de sábado para domingo... Era de vocês aí?” Após um suposto empecilho apresentado pelo policial, o repórter parece repetir, decepcionado, a informação recebida: “Ah, o pessoal do final de semana”. O policial lhe informa que os policiais que trabalharam no fim de semana saberiam melhor sobre o assunto. Mesmo assim, o repórter leva o telefonema adiante e fica sabendo que a delegacia não recebeu nenhum documento do procedimento judicial (como os relatos dos depoimentos e o boletim de ocorrência) para dar início às investigações. “Valeu, Quevedo”. Desliga o telefone. Pensa um novo enfoque e externaliza suas reflexões: “Ainda não enviaram nada pra outra delegacia [4º DP]. Pode ser que não há interesse, por alguma razão, em investigar o caso. Isso dá um gancho”. No entanto, desconfiado da relevância do novo tratamento pensado ao assunto, diz: “Mas, se bem que isso...” Termina por considerar o novo enfoque fraco, sem indícios suficientes para uma boa matéria.

Em torno das 11h20, o editor de Cidades sugere uma pauta ao repórter de Polícia. Trata-se de um *release* da assessoria do Tribunal da Justiça sobre decisão judicial de remoção de presos de uma cadeia do interior até que o local seja reformado. O *release* fora enviado ao editor de Cidades. “Não quer pegar essa?”, pergunta ao repórter, que aceita: “Pode ser”. O *release* é trabalhado e ganha corpo com acréscimo de informações sobre a conclusão de reformas de outro estabelecimento prisional, o de Segurança Máxima de Campo Grande. Este segundo assunto é anexado ao primeiro como um intertítulo.

“Estamos sem *Internet*”, grita para toda a redação a editora de Cultura já perto de meio-dia e meia. O silêncio do ambiente aumenta na medida em que os jornalistas saem para

almoçar.

O editor Denilson demora para chegar. Faltando dez minutos para as 14 horas, o repórter resolve ligar para seu editor e lhe passar as pautas apuradas. “As duas principais que temos é sobre as investigações da morte da bombeira e a superlotação e transferência de presos na cadeia de Rio Brillhante”.

Pouco depois das 14 horas, o repórter deixa a redação.

O editor chega em torno das 14h30 e, por conta do atraso, não participa da reunião de pauta. Está sério. Mais do que no dia anterior. Responde um “beleza” em baixo som e sem levantar a cabeça ao meu cumprimento: “E aí, Denilson, beleza?” Pergunto como está de matéria. “Igual ontem”. Ou seja, ruim, segundo sua avaliação. Após uma pausa, ele resolve emendar algumas palavras: “Você podia ter vindo na semana passada, quando aconteceu aquela chacina”. Ele se refere ao assassinato de uma família, ocorrido em Dourados no dia 25 de março.

Alguns minutos depois das 15 horas, a editora de Economia, passando perto da ilha de Polícia, pergunta, sem parar de andar: “E aí, Denilson, você já viu lá?”. Ela faz referência a uma pauta que sugerira ao colega. “Ainda não... Tô editando agora. Mas vou deixar para o final de semana”, responde em tom amigável, mas com fala apressada de quem tem muita coisa por fazer. Segue quieto por vários minutos e deixa escapar um suspiro de tédio e preocupação.

O editor libera sua primeira página diagramada para a revisão dez minutos antes das 16 horas. Conforme sua avaliação, a matéria mais importante do dia é sobre a prisão do suposto autor da morte de uma bioquímica. O crime ocorrera no fim da manhã de 1º de abril, um domingo, em Dourados. Na tarde daquela terça-feira, enquanto Denilson edita matérias e diagrama páginas, o suspeito do homicídio se entrega à polícia douradense. A matéria, que está sendo produzida por um correspondente da cidade, é a última que falta para o editor fechar a sua segunda página.

Na casa das 16 horas, a redação volta a se silenciar. Os jornalistas se fecham na correria de seus afazeres. A comunicação é apenas com as teclas dos computadores. Pode-se ouvir o som monótono das teclas apressadas. Alguns repórteres estão ao telefone e falam ligeiro, certamente buscando informações adicionais para concluir seus textos. Num contraste dessa pintura, o editor de Cidades, como quem tem o privilégio do ócio, levanta-se e diz a todos que vai dar uma “saidinha”. “Trago o guardanapo pra vocês”, brinca. Uma repórter de Cidades, religando seu computador, diz: “Achei que já ia embora, mas ainda tem uma coisa pra eu fazer”. Essa jornalista está trabalhando desde a manhã.

Em torno das 16h05, o editor Denilson pede à telefonista uma ligação para o assessor de imprensa da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Não dá tanta importância para a matéria que apura. Ele já tem o *release* e fotos enviados pela corporação. Pretende apenas confirmar dados, como nomes dos detidos. Conversa rapidamente, mas de modo amigável, com a fonte. Dois minutos depois, encerra o telefonema.

Já próximo de concluir sua segunda página e num intervalo de suas atividades, o editor desabafa, revelando, possivelmente, alguns motivos de seu comportamento introspectivo. Ele reclama de sua situação financeira, resultante, parcialmente, de mudanças promovidas pelo jornal. Conforme conta, ele e outros editores tiveram o expediente reduzido pela metade. Antes, trabalhava o dia inteiro. Agora, só no período da tarde. “Com isso eu perdi cerca de R\$ 1.600 do meu salário”. Denilson completa que se comprometera por meses com o pagamento de sua casa. Uma alternativa que considera é a de usar o saldo de seu FGTS. “Com esse dinheiro eu quitaria a casa, mas o problema é que eu não posso ter outro imóvel em meu nome. É que eu vendi um apartamento e o cara que comprou tá enrolando pra transferir pro nome dele. Isso tá me complicando”.

O relógio da redação marca 16h40. Denilson pergunta ao editor de Interior como está de matéria. “Pega aí 'Cadeia Rio Brilhante' pra você”. O colega do Interior reclama do pouco material. “Eu peguei um *release* aqui e estiquei pra 56 centímetros”, conta. Assim, aceita, de bom grado, a oferta do editor de Polícia.

Alguns minutos depois, Denilson oferece uma segunda matéria para o mesmo colega. “Tem uma matéria pequena de apreensão de drogas da PRF, de 13 centímetros, mas está com três fotos. Você quer?”. O editor de Interior aceita de imediato, mas desfere um deboche: “Você tá fechando com o quê, hoje? Vou pedir pra dona Ester aumentar suas páginas”.

Denilson recebe a matéria de Dourados e, por volta das 17h30, conclui seu trabalho.

Quarta-feira, 04 de abril – 3º dia

O repórter Eduardo está agitado. “Nós vamos lá na Máxima”, diz para mim ao me ver entrar na redação por volta das 8h30. Ele está ao telefone. Liga para a garagem para ver se tem carro e motoristas disponíveis. Telefona para o setor de fotografia e agenda uma saída para dali a pouco com um fotógrafo. Deixa o telefone e me cumprimenta com mais calma. “E aí, Osvaldo, tranquilo? Tem uma pauta lá na Máxima”.

A “Máxima”, mencionada pelo repórter, é o Estabelecimento Penal de Segurança

Máxima de Campo Grande. Trata-se do presídio com os maiores problemas de superlotação, mortes e rebeliões de presos na comparação com os demais estabelecimentos penais da cidade. Foi construído para ser de “segurança máxima”, mas as fugas são frequentes. A pauta em questão é a visita ao prédio pelo secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Wantuir Jacini. Ele convocara a imprensa para marcar a conclusão e entrega das reformas do Pavilhão I. O outro pavilhão, o II, ainda passaria por reformas.

Chegamos ao presídio por volta das 9h15. Os repórteres se perguntam se o secretário já estaria no local. Todos aguardam do lado de fora. O prédio faz parte de um complexo, que abriga também o Presídio Militar, Instituto Penal e o Presídio de Trânsito. Os jornalistas se aglomeram em frente à porta principal do presídio, que permanece trancada – nesta porta há uma pequena janela, através da qual os agentes se comunicam com os visitantes. “Já liberaram pra gente entrar?”, pergunta o Eduardo a uma jornalista de um *on-line*. Após a negativa, ele inicia outro assunto. “Você não tá atrás do bingo?”, quer saber o repórter da mesma colega. Ela responde que apurou essa pauta antes de se dirigir ao presídio. “O bingo”, de que falam os repórteres, corresponde a uma ação da Polícia Federal em todo o Estado, com concentração na Capital, de cumprimento de mandado de busca e apreensão das chamadas máquinas caça-níqueis. A operação ocorre concomitantemente à coletiva do secretário na Máxima.

Os jornalistas são liberados para entrar no presídio. Na entrada, próximo à porta, há um balcão de concreto, onde uma agente recolhe carteiras de identidade (ou credenciais) e celulares dos repórteres e fotógrafos. Ela também anota os nomes dos jornalistas e dos veículos onde trabalham. Por conta desse procedimento, todos entramos em fila. Eu também preciso deixar identidade, celular e nome na recepção.

Antes da fala do secretário, um de seus assessores, acompanhado de um agente, convida os jornalistas a visitarem o pavilhão reformado e ainda não ocupado pelos presos. As celas são cubículos com uma cama beliche e com uma pequena mesa com dois bancos. Os móveis são de concreto e fixos no chão. Também há um lavatório, uma privada e um chuveiro nos fundos. Não há divisórias. Em cada cela, deveriam ficar dois presos, mas será ocupada por cerca de doze, conforme estimaria o secretário minutos depois durante a coletiva.

Após o primeiro “passeio” pelo prédio (depois da coletiva, voltaríamos a andar pelo local), os jornalistas são reunidos numa quadra para ouvirem e questionarem o secretário [imagem 7]. Em sua fala, Wantuir enfatiza a preocupação do Estado com a melhoria das condições dos detentos. Abre para perguntas e atende, primeiramente, ao pessoal das televisões. Em seguida, é a vez dos repórteres de *on-line* e impressos aprofundarem algumas

questões. Depois dos assuntos gerais sobre a reforma (que ocuparão, possivelmente, os *leads* das matérias), os jornalistas tentam “polemizar” o assunto, em busca de algum enfoque que possa render, porventura, uma manchete. “O que o Estado pretende fazer para resolver o problema das fugas?”, “Como coibir os egressos dos presídios a cometerem novos crimes?”, “Penas alternativas não seriam um caminho para resolver o problema da superlotação?”. O secretário tenta manter uma postura diplomática e não se compromete com nenhuma possível medida governamental. “Estamos trabalhando para que esse ideal [sem os problemas corriqueiros do sistema penitenciário] seja atingido”, limita-se a responder. Os repórteres insistem e querem saber se “há algum estudo em andamento”. “Sim”, conta o secretário e pára por aí, alegando que é cedo para detalhes. Ele oferece números (os investimentos com a reforma somam R\$ 2,5 milhões; há 1.162 presos no local...). “Quantos presos ficarão, em média, em cada cela?”, pergunta um repórter. “Cerca de 12”, responde Wantuir. Os jornalistas fazem um burburinho, contrastando o “esforço governamental de melhoria” e o excesso de detentos nas celas reformadas. O burburinho indica que pode está, nesta afirmação, o assunto do *lead*.

Após a coletiva, o secretário, tentando ser simpático, convida os jornalistas a uma nova caminhada pelo prédio, desta vez contornando o lado externo das celas. Repórteres, fotógrafos, assessores, agentes e o secretário passam próximo do Pavilhão II. Um preso grita da estreita janela de sua cela: “Aí autoridades, um minuto de atenção pra um preso aqui!” Ninguém lhe dá ouvidos. Ele berra mais duas vezes o mesmo convite. Guiados pelo secretário, todos seguem para outro lado, onde são mostradas novas grades de segurança, construídas entre as celas e o muro. Passando do lado externo da quadra, onde ocorrera a coletiva, uma jovem repórter pergunta: “Secretário e se a bola cair desse lado?”. Todos riem. Esse assunto tinha sido levantado, em tom de brincadeira, por alguns repórteres: “Rapaz, a quadra não tem tela em cima. Se a bola cair do outro lado [ainda no interior do presídio], já era”. Com duas palavras, o secretário responde à jornalista: “Fica aqui”. As risadas aumentam.

Os jornalistas encontram o enfoque de suas matérias ao rumarem a um outro corredor entre celas e telas de proteção. Um agente diz, baixinho, ao fotógrafo do *Correio do Estado* que há, entre as celas reformadas, pelo menos duas com as grades cerradas. Como prova, ele mostra uma, ali mesmo, por onde passam os presentes. A novidade não é mantida em segredo, pois um repórter ouve a conversa e trata de interpelar o secretário: “O senhor está entregando o presídio hoje, mas há celas com grades cerradas”. De imediato, mostra a seu interlocutor “o achado”. Gaguejando um pouco diante da má surpresa, o secretário afirma que providenciará,

com urgência, nova perícia e reformas das grades. Os jornalistas dizem com os olhos: “Está aí o gancho!” Ao deixar o presídio, o repórter do *Correio do Estado* conversa a sós com uma assessora do secretário pedindo que agende uma entrevista com seu chefe para uma reportagem especial.

Chegamos à redação já perto das 11h. Antes de iniciar o texto sobre a “pauta da Máxima”, o Eduardo telefona para a assessoria de imprensa da Polícia Federal em busca de informações sobre uma operação da corporação. A assessora, de nome Fernanda, é tratada, com intimidade, pelo repórter, que a chama de “Fer”. “Fer, de quem são esses caça-níqueis?”, “Quantos vocês apreenderam?”, “O motivo aqui por ser a Polícia Federal deve ser contrabando, né?” “Legal, Fer, brigadão. Até.” Ele me explica que o interesse da polícia não é nas máquinas em si, mas em peças das mesmas, as quais seriam produtos de contrabando.

Novamente, não inicia a redação das matérias, mas segue telefonando para apurar outra pauta. Por volta das 11h30, liga para o setor de fotografia para saber se algumas fotos de detidos já estão salvas. Em seguida, pede ligação a um delegado (Luiz Carlos) da Delegacia de Roubos e Furtos (Defurv). No local, estão detidos alguns suspeitos de matar um policial militar. Na operação, que resultou nas prisões, um dos suspeitos fora morto pelos policiais.

Num primeiro momento, o repórter não consegue ligação para o delegado, mas este lhe retorna no celular. “Jogam pra cima do morto e o cara que matou se livra né?”, diz o repórter ao delegado. Em outras palavras, ele afirma, parecendo querer arrancar uma resposta cúmplice, que os jovens detidos estariam apontando o rapaz, morto na ação da PM, como o responsável pela morte de um policial, na tentativa de abrandarem as punições ao verdadeiro culpado. “E o nome do morto?”, pergunta. “A PM mandou uma notinha, mas não fala o nome do morto”. O delegado informa a identidade. “E esse cara tinha bronca aí? Esse que morreu?” Mostrando-se confuso por conta de duas fotos, sem identificações, trazidas pelo fotógrafo, Eduardo pergunta à sua fonte: “São três os suspeitos de matar o PM?”, “São três caras e um menor, né? Ou dois caras e um menor?”. Uma possível dúvida também do outro lado da linha faz o repórter se decidir: “Eu ligo mais tarde só pra falar com o escrivão pra identificar os presos das fotos. Só o fotógrafo que foi”.

Após colocar o fone no gancho, Eduardo se vira para o fotógrafo, que permanecera a seu lado durante o telefonema, e lhe reclama: “Pô, cê nem pegou o primeiro nome de cada um!” “É verdade. Eu marquei. Devia perguntar o nome”, reconhece o fotógrafo. O repórter procura os nomes nos *sites* de notícia.

O editor entra na redação cerca de meio-dia e meia. O repórter lhe passa as pautas do dia.

– Quais lugares teve essa operação? – pergunta o editor, indicando seu maior interesse pela operação da PF.

– Tá na notinha – responde o repórter, rápido, sem tirar os olhos do seu computador e buscando encerrar o diálogo.

– Ainda não tem o total de máquinas apreendidas?

– A Fernanda vai dar os dados depois.

Os dois jornalistas começam a conversar sobre a pauta relativa à suposta represália de policiais militares à morte de um colega. Após um breve silêncio, o editor desabafa: “Pô, isso é foda! Vai lá e não vê essa coisa. É pra isso que é *repórter-fotográfico*”. O editor está aborrecido com o problema das identidades dos detidos. Ele enfatiza que o fotógrafo também é um repórter, deixando implícito que sua função também é a de colher informações.

O editor menciona uma nota ao repórter. “Tem essa nota aqui”. Eduardo, sem tirar os olhos de seu computador, responde com um pedido: “Oh, cê faz essa aí. Já tô com muita coisa aqui”. Voltam a falar sobre a confusão com os nomes dos detidos.

– Vai ter que ver certinho. Tá tudo enrolado no meio de campo, afirma o repórter, agitado.

– Mas eu vi aqui. O *Campo Grande News* [um jornal *on-line* local] fez foto.

– Ah! Eu não tinha visto isso.

São 14h03. O repórter faz uma pausa na digitação e informa ao editor que está tentando uma entrevista com o secretário de Segurança Pública para inserir na sua matéria, de fim de semana, sobre a Agepem. O editor demonstra razoável interesse e os dois retomam seus afazeres. Em seguida, Denilson começa a olhar as fotos do dia. São fotos da operação da PF, da coletiva no presídio e de detidos. “Essas fotos foram tiradas de vários locais?”, pergunta sobre as imagens da operação da PF. “Vários locais”, diz o Eduardo. E cita os lugares [nomes de bairros da cidade].

O relógio marca 14h07 quando o instrutor de ginástica laboral convida, da porta da redação, os jornalistas para se exercitarem por alguns minutos. Ninguém responde e ninguém vai. A redação entra, neste momento, no período de calma em seu ritmo de oscilação muito barulho/muito silêncio. O silêncio repentino (apenas os teclas “falando”) me permite atentar a alguns detalhes e contraste o ritmo da redação com o da diretora, que fuma um cigarro, em sua sala, com ar de grande tranquilidade.

Uma fala, em voz alta, do editor, rompe o ciclo de aparente calma de sua editoria: “Oh, Hordonês, já vem olhar essas fotos”. Hordonês é o jornalista mais antigo do veículo e editor de Brasil/Mundo. Nas férias do chefe de redação, como é o caso, ele assume a função,

ficando encarregado pelo fechamento da capa. Denilson o chama para que escolha uma foto para a capa (caso ache pertinente). Hordonês não atende, de imediato, ao pedido do editor, afirmando que “depois vê”.

Por volta das 14h30, o editor conversa com o repórter sobre a matéria do presídio:

– Vou pôr assim: “Secretário é surpreendido com presídio recém-reformado”. Ele não sabia, né?

– Não. Mas dá uma olhada aí – responde seco o repórter, como quem está acumulado de tarefas, podendo seu interlocutor resolver, ele mesmo, sua dúvida.

– Posso pegar essa matéria já? – pergunta o Denilson, indicando, simultaneamente, que buscará sanar sua dúvida conforme sugestão do repórter e que “seu subordinado” estaria atrasado.

– Só vou dar uma olhada nela.

Perto das 15h, o editor pede ligação para a assessora da PF. Ele pretende dar continuidade à matéria sobre a operação da corporação, mas não encontra a sua fonte. Põe o fone no gancho e interpela seu repórter, enquanto lê a matéria sobre o presídio: “Foi uma visita de inspeção?” O repórter lhe explica e voltam a falar sobre a grade cerrada. O repórter afirma: “O secretário, antes de ver isso [o bastão de uma grade cerrado], tinha dito que o presídio tem 'habite-se' [consentimento técnico para habitação do local]”. O editor pergunta, numa demonstração de cumplicidade, se o fotógrafo do veículo foi o primeiro a saber do problema. No mesmo tom de cumplicidade, o repórter confirma, mas acrescenta: “É. Só que é uma entrevista coletiva. Se um percebe, todos vão atrás”. Denilson passa para outra pauta e informa a seu repórter o título que está pensando para ver se está de acordo com os dados levantados na apuração: “Já que não tá confirmado [se o rapaz que morreu teria matado um policial], vou colocar assim: 'Suspeito de matar PM é morto’”. O repórter concorda com o título. No entanto, o título ficaria “*Suspeito de roubo é morto pela PM*”.

Após um breve silêncio, o editor volta à matéria do presídio, questionando se é uma ou se são duas celas com grades cerradas – o repórter dissera duas, mas escrevera uma. Eduardo abre seu texto e lê o início do *lead* a Denilson: “Ontem, grades de pelo menos duas celas...” “Ah, não tava assim não!”, devolve, num riso irônico, o editor. Ao que o repórter admite ter feito a mudança. “E a do policial, você já liberou?”. Eduardo responde: “Já”. Encerrado esse diálogo, o repórter faz nova ligação: “Fernanda, adivinha quem é? Te dou duas chances”, brinca com sua fonte, a assessora da PF. “Mais de quinhentas!?”, surpreende-se o jornalista. “Mais tarde, eu procuro você ou então o Denilson procura”.

– Quinhentas máquinas – informa o repórter a seu editor.

- Porra!
- Máquinas caça-níqueis ou níquel?
- Níquel.

O relógio está prestes a romper a primeira dezena das 15h quando o repórter (ainda sem almoço) recebe, ao mesmo tempo, duas ligações, uma no telefone fixo e outra no celular. “Sei, sei, sei”, diz ao interlocutor do celular. “Carol, te ligo daqui a pouco”, fala no outro aparelho. A pessoa do fixo é assessora da Polícia Militar e alguém conhecido, que poderia aguardar o término do outro telefonema. Já quem fala pelo celular é um advogado, que tenta passar uma pauta ao jornal. Eduardo demonstra querer aceitar o assunto, mas não atribuindo a importância pretendida por seu interlocutor. “Que dia que ele foi preso? O nome dele?”, “Rapaz, se for fazer a matéria de hoje pra amanhã, meu horário já tá no fim. É melhor você falar com o Denilson.”, “Esse *habeas-corporis* saiu hoje?”, “Vou fazer assim, doutor, se o senhor não passar nada pra ninguém, posso fazer essa matéria pra amanhã”, “Me dá um telefone”, “Tranquilo, doutor Benedito”. O advogado tenta publicar que um cliente seu seria posto em liberdade em razão da concessão de um *habeas-corporis*. Informado pelo repórter do assunto, o editor é enfático na negação da veiculação: “Se fosse fazer matéria pra cada bandidinho que recebe *habeas-corporis*... No máximo, uma notinha de *Ronda*”. O outro jornalista endossa: “Eu acho.”

O repórter pede ligação para a assessora da PM, que “dispensara” por conta do outro telefonema. Depois de falar com a assessora, o repórter informa ao editor: “A PM vai fazer uma operação às 6 da tarde”. Denilson não dá muita atenção e o Eduardo segue lendo algo em seu computador. Cerca de cinco minutos depois, o repórter retoma o assunto:

- E se pintar esse negócio de operação?
- Aí tem que ver... Manda o fotógrafo.
- Depois faz o balanço?

O editor não responde. Após uma pequena pausa, ele pergunta ao repórter:

- Com que objetivo essa operação?
- Ah, é pra cumprir mandado de prisão.

Encerram o assunto, demonstrando, ambos, que a pauta é pouco relevante. O repórter conclui seu trabalho e se despede. São 15h30. Ele permanecera trabalhando por cerca de sete horas seguidas.

Faltando dez minutos para as 16 horas, o editor fica sabendo, durante leitura de um *on-line*, que presos tentam fugir do mesmo presídio onde o secretário de Segurança estivera pela manhã. Ele liga para o agente Fernando Anuniação, presidente do Sindicato dos Agentes

Penitenciários de Mato Grosso do Sul (Sinsap). “Anunciação, teve tiroteio aí na Máxima?, “Qual cela foi isso aí?”, “Três presos?”, “Um conseguiu pular?”, “Um foi baleado, é verdade?”, “Como posso levantar o nome desse preso ferido?”, “E tem como conseguir foto desse preso?”, “Tá na Santa Casa?”

Em seguida, após encerrar sua entrevista, o editor pede outra ligação à telefonista. Já são 16 horas. Ele tem pressa. “Companhia de Guarda e Escolta?” [trata-se de um prédio no interior do complexo e do lado da Máxima, onde ficam policiais responsáveis pela guarda externa dos presos], “Quem tá responsável aí hoje?”, “É que teve um tiroteio aí né?” Permanece um tempo em silêncio com o fone no ouvido como quem aguarda um interlocutor do outro lado da linha. Desiste de esperar, desliga o telefone e pede nova ligação. “O Catalão tá de serviço hoje?” Trata-se de um agente penitenciário, *fonte do jornalista*. Como não o encontra no momento, deixa recado, pedindo que lhe retorne. Telefona para o setor de diagramação e avisa: “Olha, eu vou mudar essa matéria do presídio, viu?” Na seqüência, pede para a telefonista ligar ao Fernando Anunciação. Não o encontra. Nesse momento, recebe ligação da rua de um fotógrafo. “Isso. Parece que só esse foi baleado”, diz o editor, sanando uma dúvida do fotógrafo quanto ao número de pessoas a serem fotografadas no hospital.

Já passam das 16h30. O editor está cada vez mais apressado. São muitos acontecimentos jornalisticamente com peso de manchete. O problema é que *ainda acontecem*. Ele não consegue fechar suas páginas. Sua situação se complica quando, faltando 20 minutos para as 17 horas, um repórter de Cidades lhe passa uma pauta. Ele recebera a ligação de um bombeiro, informando da ocorrência de um suposto homicídio. O chefe de fotografia, Valdenir Rezende, também se encontra na redação. Aproxima-se da mesa do editor e lhe pergunta: “Só fotógrafo lá?” O editor está ao telefone, falando com alguém do Corpo de Bombeiros e diz ao repórter-fotográfico: “Tá confirmando o endereço pra mim”. Valdenir liga para o seu setor e fala com um fotógrafo: “O Denilson tá procurando o endereço. Vai indo que eu te ligo”. Depois, repete a seu colega as instruções recebidas pelo editor: “Você pega a rua Rio Brilhante...” Após a ligação, Valdenir pergunta a um repórter, que também trabalha na televisão do grupo (no programa *O Povo na TV*): “Você avisou a TV?”

Tendo resolvido parcialmente os procedimentos para essa pauta de “última hora”, o editor retoma a matéria que está apurando. Faltando dez minutos para as 17 horas, ele pede nova ligação para o Fernando Anunciação. Desta vez, tem êxito. “Confirma os nomes dos presos pra mim”. Recebe os nomes. “Foram quinze!?”, “E esse cara que foi baleado levou tiro onde? Na perna, né?”, “E o Flávio não foi capturado. Confirmado, né?” A pauta se valoriza na avaliação do editor. Após desligar o telefone, ele me informa, eufórico: “Na verdade quinze

fugiram e os *sites* estão dando três”. Depois, ele me explica que os policiais conseguiram recuperar quase todos. “Mas um eles não conseguiram prender”.

São 17h04 quando chega um fotógrafo, demonstrando contentamento com o material que traz da rua. São fotos do detendo ferido e de policiais num matagal procurando fugitivos do presídio. “Eu fiz o pessoal no mato e o cara na Santa Casa”, conta o fotógrafo, olhando, junto com o editor, as fotos no computador. Com seu texto encerrado e ainda olhando as fotos, o editor me diz: “Tá vendo. São essas coisas que acontecem. A página já tava lá em cima [no setor de diagramação]. Tive que trazer de volta e desmontar toda a matéria”.

No minuto seguinte, o editor recebe uma ligação rápida, possivelmente do repórter-fotográfico, que foi fazer a última pauta. Apenas diz: “Ah, o marido dela? Tá”. Desliga. Eu lhe pergunto se é sobre o homicídio: “O marido matou a mulher? É isso?” Ele responde: “Não morreu. Alarme falso”. Um repórter quer saber: “Não foi homicídio?” O editor retorna um “não”, que ressoa como um alívio, por não precisar apurar mais uma matéria. Faz uma pausa e, por fim, revela: “Perdi o interesse. Não morreu”.

Perto das 17h20, o chefe de redação interino pergunta ao Denilson: “Já fez o *Eletron*?” Trata-se do nome da pasta, onde ficam arquivadas as chamadas para a capa. Cada editor faz suas chamadas, que são selecionadas pelo chefe de redação após ligeira discussão com os demais editores na sala de reunião de pauta. Após responder negativamente para o chefe de redação, o editor me diz que não pretende mudar o enfoque da matéria sobre o presídio por conta dos acontecimentos no período da tarde. E deixa escapar um certo devaneio conspiratório: “Até desconfio que [a fuga de um preso e tentativa de outros] foi armação para tirar o enfoque da imprensa na falha na reforma”. Na edição do dia seguinte, o assunto da fuga apareceria apenas como um intertítulo da matéria sobre a “falha na reforma”. Ele me mostra as fotos que pretende usar. “Essa aqui do secretário dizendo 'o que eu faço?'. Depois eu ponho a da grade e a foto do preso [ferido]”. Evidentemente, o secretário não se perguntava, na ocasião da foto, “o que eu faço?”. O editor apenas brinca com a expressão um pouco perturbada do fotografado.

Às 17h42 pede ligação para a assessora da PF. Fica aguardando. Ele revela que sua matéria principal é da apreensão dos caça-níqueis. Nesse meio-tempo, o chefe de redação chega perto de sua mesa e lhe pergunta:

- Qual a moral de seus bandidos?
- Qual bandido? Tem tantos.
- Ah, da apreensão dos caça-níqueis.
- Então, tô ligando lá pra confirmar os dados.

São 17h46. A telefonista retorna ao editor lhe informando que a assessora já não estaria mais na sede da PF. “Oh, meu Deus, não tem um celular dela não?” Minutos depois, a telefonista retorna, desta vez, com uma notícia boa: a assessora da PF está na linha. “Fernanda, o Eduardo colocou quinhentas [máquinas apreendidas]. É isso?” Ela confirma a informação.

Seu celular toca às 18 horas. É a assessora da PM, reforçando a divulgação para a imprensa do resultado de uma operação realizada naquela tarde pela corporação. O jornalista atende à colega amigavelmente, mas com pressa. Eu lhe pergunto se pretende apurar essa pauta. “Ah, isso [apreensão de drogas] já virou rotina. O Estado quer aparecer. Eles [os policiais] vão num bar, fazem uma revista, apreendem cem gramas de droga e querem divulgar. Toda semana eles fazem [operação dessa natureza]”.

Encerradas as apurações, redações de textos, diagramações e de posse das fotos encomendadas aos fotógrafos, o editor encerra, por volta das 18h30, as suas páginas. Seu destaque ficou mesmo para os “caça-níqueis”.

Quinta-feira, 05 de abril – 4º dia

Chego à redação por volta das 8h30 e percebo que o Eduardo também acaba de chegar. Ele olha as notas das polícias, uma de suas primeiras tarefas no início de sua rotina diária. Eu lhe pergunto se já pensou em alguma pauta e ele destaca duas. “Tem um homicídio aqui em Campo Grande e a prisão de um equatoriano por tráfico de drogas”. Eduardo explica que prisões de traficantes nem sempre rendem matérias, mas aquele caso era diferente por se tratar de um estrangeiro. “É um equatoriano. E tráfico internacional de drogas tem mais peso”, completa.

Passa algum tempo centrado em seu computador, olhando, além das notas policiais, *sites* de notícias, seus e-mails e conversando pelo *MSN*. Convido-o para uma entrevista no momento em que considerar oportuno. “Tudo bem. Só deixa eu levantar as pautas e nós vamos”. Depois ele se embrenharia mais e mais em sua rotina e a entrevista ficaria para a tarde.

Peço a opinião do repórter sobre a edição das matérias do dia. Após se mostrar um pouco irresoluto (talvez por sua posição de repórter, por não querer se opôr às decisões de seu editor), ele confessa: “Eu não daria tanta importância ao caça-níqueis”. Pergunto-lhe qual seria, então, o seu destaque. “Acho que a matéria do presídio. O paradoxo entre a entrega das

reformas e a grade cerrada e a fuga do preso”. Eu me levanto para ver os destaques dos outros jornais do Estado e constato que os concorrentes também dão como manchete o assunto da operação da PF. Informo ao repórter desse consenso. Ele permanece firme em sua opinião e, para fundamentá-la, abre sua gaveta de onde retira um manual de redação da *Folha de São Paulo*. Folheia o manual e cita os três primeiros critérios de noticiabilidade. “Aqui no manual da *Folha*, os principais critérios são ineditismo, improbabilidade e interesse das pessoas”. Para o jornalista, os acontecimentos da véspera, envolvendo o maior presídio da cidade, portam mais esses elementos que as ocorrências relativas à operação da PF.

A manhã está bastante calma se comparada com a do dia anterior. Já são quase 11 horas e o repórter ainda não precisou sair da redação. Ele apenas reescreve algumas notas para a coluna *Ronda* a partir de outras enviadas pelas assessorias das polícias. Também usa as informações policiais, recebidas via *Internet*, para escrever dois textos maiores: sobre o homicídio e a prisão do equatoriano. Por outro lado, o correspondente de Dourados apura uma pauta, que pode ganhar o destaque de uma das páginas de Polícia. Trata-se da morte de um adolescente por um policial, ocorrida na madrugada da véspera. O rapaz, de 17 anos, estaria tentando assaltar o policial quando este o matou.

Passam das 11h30. Eduardo atende uma ligação em seu celular. É o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Mato Grosso do Sul (Sinsap), Fernando Anunciação. Ele informa de outras celas que também têm as grades com problema. “Então, eram quatro Fernando? Nossa!” O repórter divulgara, em sua matéria, a existência de duas celas com grades cerradas. “Mas por que não querem ouvir mais vocês?”, pergunta o repórter, indicando que seu interlocutor entrou em outro assunto, possivelmente reclama do não atendimento pelo Estado de reivindicações da categoria. “Para piorar, presidiários fugiram ontem”, diz o repórter reforçando, em coro afinado com sua fonte, a situação crítica do sistema penitenciário. “E, ontem, o cara escalou a muralha?”, pergunta o repórter em meio a risos. Como conversa de comparsas que planejam uma ação conjunta, o jornalista afirma à sua fonte: “Então rapaz, final de semana vou soltar outra matéria do sistema penitenciário. Essa coisa de pôr a PM para cuidar de vocês”. O verbo no singular (“vou” em vez de “vamos”) pode querer indicar que a decisão de “soltar a matéria” é do repórter. Na busca da gratidão como resposta, o jornalista quer levantar outras informações: “E o pessoal da secretaria deu alguma coisa?” A “secretaria” é a Secretaria de Estado de Segurança Pública. O assunto, agora, é sobre a posição do governo estadual quanto ao projeto dos agentes penitenciários de aumentar suas incumbências e autonomia nos trabalhos no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande. Voltam à repercussão jornalística dos acontecimentos

da véspera. “Então, a notícia inverteu o gancho. Todos os jornais deram 'Presídio é entregue com celas com problemas’”. Entremeiam a discussão sobre as coberturas dos jornais com o assunto relativo às reivindicações dos agentes. “Ah, a questão de carreira vamos fazer”, compromete-se o repórter em nome da editoria e do jornal. Por fim, Eduardo “lembra” a fonte de sua importância no jogo de trocas. “É importante sua colaboração”, afirma ao sindicalista. “Bacana essa idéia. Pode soltar esse final de semana já? Aí você dá uma exclusiva pra nós”, negocia.

No início do período da tarde, por volta das 13h, participo de uma reunião de pauta. Nem todos os editores estão presentes. Faltam três: o de Cidades, o de Política e o de Polícia. O clima é de véspera de feriado – no dia seguinte, Sexta-feira Santa, o jornal funcionará, mas com pessoal reduzido. Os editores estão poucos dispostos a discutirem quaisquer assuntos. Simplesmente apresentam, descontraídos, suas pautas. O chefe do setor de fotografia e a editora de jornalismo da televisão participam da reunião, o que ocorre comumente. Dos presentes, apenas o editor de Interior não apresenta suas pautas, alegando “não ter nada”. “Mas se o Antônio João [dono do jornal] estivesse aqui você ia ter alguma coisa, né?”, provoca um colega. O editor provocado entra no clima: “Aí eu inventava umas pautas rapidinho. Não sou besta”. Conversam sobre os anúncios e uma jornalista ironiza: “Nossa, quantos anúncios! Pena que é um só pra cada dia!” Todos riem. O chefe de redação apresentara todos os anúncios para os próximos dias (de quinta-feira a domingo), correspondentes ao “feriadão da Semana Santa”. Os editores satirizam o que consideram uma desproporcionalidade entre o pequeno volume de anúncios e a baixa oferta de material durante o “feriadão”, como a dizerem: “Vamos ter de fazer milagre para encher as páginas”.

Findada a reunião, pergunto ao chefe de fotografia se ele pode me atender para uma pequena entrevista sobre as rotinas dos fotógrafos. Minutos depois, ele me atende na sala dos fotógrafos, no terceiro andar. O que seria uma ligeira conversa se transforma numa entrevista com duração média de 40 minutos. Passo a considerar o trabalho dos fotógrafos necessariamente casado com o dos repórteres e também imprescindível nas rotinas produtivas jornalísticas. Desço para a redação e lembro o repórter da entrevista. Ele pede alguns minutos e, por fim, me diz: “Vamos lá”. Converso com o jornalista numa sala reservada para entrevistas, um espaço confortável com sofás, chão acarpetado e mesa de centro e situado próximo à redação. Um jornalista abre a porta da sala, interrompe a entrevista com o repórter e o informa que sua editoria não teria duas páginas na edição do dia seguinte. “Tá moleza lá, só uma página!” Para o repórter, naquela altura do dia, pode significar trabalho perdido.

O repórter volta para a redação apenas para pegar os seus pertences e se despede. São

quase 15 horas. Enquanto isso, o editor Denilson – que chegara por volta das 14 horas, novamente atrasado –, aproveita a quantidade reduzida de páginas para fazer uma matéria especial para o fim de semana. Trata-se de uma pauta sugerida havia alguns dias pela editora de Economia. O assunto é sobre a prisão, em Campo Grande, de um austríaco, acusado de envolvimento num roubo milionário de obras de arte famosas, ocorrido na década de 90 na Alemanha. A colega de Economia soubera do caso, antes de outros jornalistas, através de um amigo. “Já tô há uma hora e meia aqui apurando informação na *Internet*”, conta Denilson um pouco aborrecido com a demorada busca. Ele pesquisa sobre as obras (nomes e valores) e tenta se inteirar sobre os roubos para “cozinhar” parte de sua matéria. O problema é que a maioria das notícias está em *sites* estrangeiros e escrita em inglês. O jornalista fala, medianamente, esse idioma.

Já são quase 15h20 e o Denilson segue dedicando exclusividade à sua “reportagem especial”. Ele me explica que o “cara lavou o dinheiro do roubo em Campo Grande”. Em seguida, volta a falar do perigo de o jornalista se valer apenas das informações dos *sites* de notícias. “Você tem que tomar cuidado com a *Internet*”, alerta em menção a supostos erros nos nomes dos quadros. Ele usa a reportagem que está fazendo como exemplo de que os jornalistas não buscam suas informações somente em fontes humanas, mas também em documentais.

Minutos depois, o chargista do jornal, que também é professor de Inglês, chega próximo da mesa do editor de Polícia e lhe entrega uma folha com a tradução de uma extensa notícia em inglês sobre o assunto. “Pô, nem precisava traduzir tudo! Era só pra dar uma idéia geral. Mas, valeu”, agradece o editor. O chargista se mostra satisfeito com o trabalho, indicando que traduzir lhe dá prazer. De posse da tradução, Denilson se aprofunda no caso. Fala do assunto, fazendo-se um jornalista desconfiado. Como um dos quadros roubados foi comprado de volta por uma galeria londrina que tinha o direito de posse das obras, o editor afirma: “Sei não. Tô achando que isso é uma armação da própria galeria para receber o dinheiro do seguro, que é bem mais do que ela pagou pra ter um quadro de volta”.

Enquanto Denilson se submerge na *Internet* buscando informações sobre o caso que apura, detenho-me na observação do quadro geral da redação. É uma Quinta-feira Santa e o silêncio é quaresmal. Os únicos a fazerem algum barulho são os teclados e o condicionador de ar. Apenas Política e Esportes contam com todos seus jornalistas (três repórteres e um editor, no caso da primeira e um repórter e um editor, em se tratando da segunda); em Cidades, há uma repórter solitária; Cultura, Economia e Polícia só estão com os editores. Os jornalistas de Esportes marcam uma ligeira pausa no silêncio da redação para tratar de uma pauta do dia.

Dois fotógrafos “passeiam” pela sala de redação. Um deles aguarda a repórter de Cidades. Eles vão sair para uma matéria na rua. O ciclo do barulho de vozes começa a se iniciar com alguns telefonemas.

Passam das 16h. Denilson pede à telefonista que ligue para um correspondente de Dourados. “Elvio, você fez a matéria do policial que matou um assaltante?” O repórter já havia feito e enviado. “Não recebi não”, objeta o editor enquanto consulta a caixa de e-mails da editoria. “Não, peraf. Tá aqui. Recebi sim”.

Com apenas uma página e já tendo o seu *abre*, o editor deve encerrar cedo o seu expediente. Terá tempo para me ceder a entrevista, que eu lhe pedira no início de seu trabalho. Ainda não são 16h30 e o editor está perto de findar a diagramação de sua página. Ele liga para o setor de paginação para saber se seu repórter já encaminhou alguma foto. Encerrado seu trabalho por volta das 16h45, o jornalista pergunta ao editor de Interior se ele “não quer pegar a matéria de um equatoriano preso por tráfico de drogas”. O colega aceita. Em seguida, Denilson, “vangloriando com sutileza” de seu trabalho, afirma que fez consultas em três diferentes *sites* na produção da “reportagem” sobre a prisão do austríaco. A matéria lhe valeria a manchete de domingo, dia comumente “fraco de notícias”.

Depois de findar o trabalho, o jornalista aproveita a folga para se lamentar de problemas financeiros. Demonstra certo aborrecimento e nervosismo: mexe ligeira e demasiadamente na aliança e numa correntinha, olha para os lados, fala mais baixo que de costume. Sua situação piorou com a redução do seu salário no jornal. Volta a revelar a possibilidade de vender o seu carro. Após essa conversa, ele me diz: “Na hora que você quiser, vamos lá”. Saímos da redação e nos dirigimos à sala de entrevistas. Eu o entrevisto por quase uma hora.

Sexta-feira, 06 de abril – 5º dia

É grande o silêncio no centro de Campo Grande. Pouquíssimas lojas estão com as portas abertas. As ruas, quase sem carros, estão mais calmas que em outros dias da semana, mesmo em comparação aos domingos, quando há, pela manhã, intenso movimento numa das avenidas principais da cidade – pessoas que voltam de festas, bares abertos, alguns buscando jornais gratuitos... Apesar disso, não sendo “dia produtivo”, o domingo carrega uma aparente ociosidade ou, sob uma ótica oposta, um repouso para sustentar o ritmo produtivo de outros dias. Mas, hoje, feriado de Sexta-feira Santa, esse “aparente ócio” é ainda maior que o dos

domingos. Demoro alguns bons minutos para encontrar, já por volta das 8h30, um *cibercafé* aberto. Digito um pedido de autorização dos pesquisados para usar seus nomes e imagens na dissertação e em outros eventuais trabalhos acadêmicos.

O Eduardo me dissera que trabalharia normalmente neste feriado. Chego ao jornal perto das 9h10 e o aguardo. O segurança, atencioso, informa que não há nenhum jornalista na redação. “Bem, se ele disse que vem trabalhar, daqui a pouquinho ele deve estar chegando”, ameniza. Diferentemente do que ocorre nos outros dias, as portas da recepção estão fechadas. Um jornalista, dono de um semanário, passa rápido pelo local, deixa uma edição de seu jornal em troca de uma do *Correio*. Momentos depois, um homem entrega ao segurança alguns ternos endereçados a um editor. “Pode deixar que eu entrego”, afirma. Passo o tempo conversando com o segurança. Ele fala de suas outras atividades, do seu lado evangélico e de suas prestações de atividades voluntárias.

Apenas um jornalista aparece no veículo. Ele me cumprimenta e diz que veio “fazer umas coisas rápidas na redação”. Passa pela porta de acesso ao elevador e à escadaria e, depois de cerca de dez minutos, retorna.

Como a demora do repórter de Polícia se alarga, peço ao segurança seus números de telefone. Não consigo encontrá-lo. Por volta das 10h40, resolvo ir embora para retornar à tarde.

Volto às 13h30. Denilson já se encontra no jornal. Pergunto se seu repórter viria trabalhar. “Ah, dei folga pro Eduardo hoje”, avisa-me. Sua matéria principal é sobre um suposto latrocínio, envolvendo um adolescente e um empreiteiro. É também o assunto de destaque entre as notas policiais e entre as matérias dos *on-line*. A relevância atribuída ao acontecimento e o número reduzido de páginas (tem, hoje, apenas uma) fazem o editor descartar, ligeiro, algumas ocorrências. Assim, ainda às 14h, ele resolve se desfazer de um *release* enviado pela assessoria de imprensa da Polícia Rodoviária Federal (PRF): “Quer pegar essa matéria da maconha, Tiago?”, pergunta ao editor de Interior. Dois minutos depois, passa para o mesmo colega outra nota sobre apreensão de droga.

Depois de olhar as notas recebidas das polícias e matérias dos repórteres do interior do Estado, Denilson se prende na apuração do suposto latrocínio. Em voz alta, pede ao chefe de redação opinião sobre o título: “‘Empreiteiro é morto por adolescente com quatro tiros’, o que você acha, Hordonês?” O colega quer saber se a vítima não seria também empresário (demonstrando que acompanha o assunto em *sites* de notícia). Denilson não se mostra seguro quanto a esse dado. Eles concordam que “empresário” soa mais forte que “empreiteiro”.

Após essa conversa, Denilson se volta para mim e justifica a importância do

acontecimento por ser um “fato atípico”. “É atípico, envolve um hotel de luxo”¹⁶, diz. Ele revela a dúvida entre destacar, no título, os “quatro tiros” ou o “hotel”.

São 14h20. O jornalista busca iniciar, pelo hotel, a apuração extra nota policial. Informa-se com um funcionário do estabelecimento a cidade de origem do empreiteiro. Minutos depois, liga para um outro hotel, da cidade paulista de Promissão. Tenta descobrir contatos de possíveis familiares da vítima através do seu sobrenome. Não tem sucesso. “Vocês têm algum telefone de uma delegacia do município?”, resolve, então, perguntar. Agora, sim, tem êxito. Essa ligação dura menos de um minuto. Ele faz sua terceira ligação. “Delegacia de Promissão?” Após a confirmação e a identificação do policial do outro lado da linha, o editor começa a explicar o motivo da ligação. “Natal, estou precisando de uma ajuda sua. Por acaso, uma pessoa...” Denilson relata o crime, conforme divulgado pela polícia, e busca se aprofundar nas informações sobre a vítima. “Ele tinha dois processos na polícia de vocês. É isso?”, “Empreiteiro de construção na esfera pública?” Essa pergunta provoca comentários irônicos de editores. Um deles diz: “O cara já morreu. O que você quer saber da vida dele?” Denilson, como quem não se importa com as provocações, continua: “Ele é empreiteiro no sentido de construção civil?”, “Ele é cheio da gaita aí, não?” Nisso, o editor de Interior ironiza: “Agora o cara é gaiteiro? O cara é fabricante de gaita?” O editor de Polícia dá um riso tímido, talvez por educação, e continua o telefonema: “É que ele tava hospedado num hotel caro aqui de Campo Grande”. Feitas essas perguntas sobre a vítima, o editor agradece e desliga o telefone. Digita algumas linhas já na própria página, no programa de diagramação.

Como o crime ocorreu na noite anterior, o editor não conta com fotos produzidas pelos fotográficos do veículo – o plantonista fica só até o início da noite. No entanto, uma equipe da *TV Campo Grande* cobriu o acontecimento e tem as imagens. “Uma coisa importante é essa parceira com a *TV Campo Grande*. Eles cedem a imagem e a gente digitaliza aqui”, afirma Denilson. Esse recurso possibilita ao editor uma considerável seqüência de fotos. A edição do dia seguinte traria a matéria ocupando mais de meia página e com quatro fotos.

O editor lê uma nota, com fotos, enviada pela PRF. Trata-se da detenção de um homem com uma submetralhadora e um colete à prova de balas. O relógio da redação já marca 15h. O jornalista resolve usar a nota. Pede à telefonista ligação para a Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) para onde o preso e os objetos foram encaminhados. “Doutor Márcio? Vocês já tem o resultado da submetralhadora apreendida?”, “Essa arma é do Estado ou não? Da Polícia Civil!?”, “Devem ter roubado um monte de armas

16 O crime ocorreu em frente ao Hotel Jandaia, um dos mais caros de Campo Grande.

naquela fuga. Essa arma que apreendeu é igualzinha”. Após esgotar as informações do delegado (ao menos as que pretendia passar à imprensa), o assunto é findado. Antes de encerrar a ligação, Denilson partilha com o delegado algumas de suas “descobertas” sobre o outro caso que apura. “O cara é conhecido lá na cidade dele. Tem umas broncas por lá [risos]. Dois processos envolvendo drogas”. Despede-se e desliga o telefone. “Beleza. Falou”.

Denilson passa algum tempo buscando nos *sites* oficiais da Justiça e os de notícias outras informações sobre o caso que apura. O silêncio do editor frente a seu computador me permite observar o ambiente da redação. Como é um feriado, alguns jornalistas não estão trabalhando. Há somente seis na redação: cinco editores e um repórter, o de Esportes. Por conta do banco de horas, muitos repórteres folgam em feriados. Como se trata de uma sexta-feira, possivelmente, só retornam na segunda. O silêncio é maior que o de outros dias. Apenas o som do ar condicionado. Uma conversa rápida entre o repórter e o editor de Esportes corta o silêncio. Mais alguns minutos sem sons de vozes.

A calma se arrasta até as 15h15, quando os editores de Polícia e Cidades (Fausto) e o chefe de redação (Hordonês) iniciam um diálogo. Os primeiros estão de pé, próximos da mesa do terceiro, que permanece sentado. Conversam alto – comportamento que observo mais entre os editores que entre os repórteres. O chefe de redação tenta construir o título na capa usando a palavra “adolescente”, mas sente dificuldade por conta do espaço que havia reservado.

Fausto: Usa menor no título. Dá mais impacto

Hordonês: No nosso tempo era assim: “Pivete mata homem na porta de hotel”. [risos]

Denilson: Se for “menor” tem que ser “menor de 15 anos”. Mas “menor de 15 anos”, podem achar que ele tem menos de 15 anos. “Menor de idade” dizem que é correto. Só “menor” é apelativo.

Fausto: Ah, com o ECA tudo é apelativo! Vamos mandar eles fazer um título com duas colunas contando essa história. [risos]

Denilson: É, é verdade.

Passam 15 minutos e o editor entrega sua página. “Pode pegar aí a [página] 10”, diz ao telefone para alguém do setor de paginação. Cinco minutos depois, encerra sua chamada para a capa. “Doze centímetros de chamada? Hein, Hordonês?”

Mesmo depois de entregar a página já diagramada, o editor faz uma última ligação para a delegacia de Promissão. São 15h45. “O que ele [a vítima] era?”, “Empresário!?”, “Ele tem obra aqui?”, “Chequei no [*site* do] TJ de São Paulo, ele tinha dois processos. Que processos são esses?”, “É muita coincidência a esposa entrar com ação” [dias antes do crime,

a esposa do empreiteiro entrara com processo contra o mesmo por ameaçá-la de morte], “Essa história tá mal contada”, “O menor seria drogado, só que o menor não é daqui”, “Ele tinha quantos filhos aí?”, “Então, ele era tido como empresário bem de vida até porque...”, “Cerca de 60, 80 funcionários, não é?” Aparentemente, as perguntas e comentários do jornalista deixam o seu interlocutor desconfiado. Com isso, Denilson precisa se reapresentar. “Eu sou editor de Polícia do *Correio do Estado*. Peguei o telefone de vocês com a polícia”, “Essa questão do corpo... Ah, tá pra ser liberado?”, “Nenhum desses processos [contra a vítima] não teria negócio de droga?”, “Mas ele nunca foi envolvido com homicídio, né?”, “Brigado, Carlão. Qualquer coisa, se precisar, liga aqui no *Correio do Estado*”.

Encerrada a ligação, o editor confirma ao chefe de redação que o “cara era mesmo empresário”. Como a capa já fora findada, o chefe de redação resolve não alterar o título. Denilson comenta para mim que a “história está mal contada” e que o empreiteiro teria muito dinheiro e estaria envolvido com algumas ações criminosas. Na sua opinião, o assassinio seria crime de execução.

Com apenas um página, Denilson encerra seu trabalho antes das 17 horas. Na interna, o termo usado é “adolescente” e na capa permanece “menor”. “Dá mais impacto”, conforme o editor de Cidades.

Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



5.2. Jornal *O Estado de Mato Grosso do Sul*

Segunda-feira, 09 de abril – 1º dia

A rotina de Polícia no jornal *O Estado de Mato Grosso do Sul* se inicia antes que a no seu concorrente, o *Correio do Estado*. Por isso, preciso chegar mais cedo a este jornal. Começo a observação no dia 09 de abril, uma segunda-feira – neste dia, chego por volta das 7h30. Converso rapidamente com duas recepcionistas, perguntando sobre os jornalistas Azael (repórter de Polícia), Jacqueline (chefe de reportagem) e Cristina (editora de Cidades). Elas me informam que “o Azael se encontra” e me perguntam se eu saberia chegar à redação. Respondo que sim – em janeiro, eu estivera no jornal e conversara com a jornalista Jacqueline, a qual autorizara a pesquisa. “Pode vir, sem problema”, dissera algo como isso na época. Dias antes da pesquisa, voltei a falar, por telefone, com essa mesma jornalista, que sustentara a autorização.

A redação fica no primeiro andar do prédio, construído na esquina das ruas 14 de julho e Dr. Mário Corrêa, a duas quadras do jornal *Correio do Estado*. Na frente do local, há três estátuas com motivos indígenas, aparentando ser totens, sobre um canteiro com gramas e outras plantas [imagem 8]. No térreo, além da recepção do jornal, há uma loja que comercializa produtos feitos de couro e uma gráfica. A construção é pintada de um amarelo claro e cortada por duas faixas (na margem superior e entre o térreo e o primeiro andar) azuis. A segunda faixa é ondulada e em relevo e traz, no vértice, a inscrição “O Estado” em caixa alta e, imediatamente acima, “Mato Grosso do Sul” em caixa baixa (exceto as iniciais) e em letras menores. Sob a letra “O” de “O Estado” há um mapa de Mato Grosso do Sul na cor verde. Nota-se também uma sacada numa das laterais do primeiro andar.

Subo a escadaria (não há elevador). Ao deixar as escadas, deparo-me com uma telefonista, numa espécie de segundo serviço de recepção. Pergunto do Azael e explico, em resumo, do que se trata. Ela o chama pelo telefone. O repórter parece pedir para esperar um pouco. “Ele já vem”, informa a telefonista. Oferece água, café ou chá e indica o caminho onde posso encontrar as bebidas. Tomo café. O corredor, onde está esse bebedouro e essa mesa com café e chá, fica defronte da sala do dono do jornal e diretor-geral, Jaime Vallér, empresário e fazendeiro. Na sua sala, há duas imagens de santos (de Nossa Senhora e de São José, aparentemente) e uma vela, que fica acesa o tempo todo, como contam os jornalistas.

Passados alguns minutos, Azael me recebe e me convida para entrar na redação. As

divisórias das salas são envidraçadas. Um repórter me diria depois: “Aqui não tem segredinhos”, num comentário positivo sobre o material das paredes e sobre a reunião de pauta ser realizada numa pequena sala, uma espécie de apêndice da redação. Passamos por essa sala e entramos na redação [imagem 9]. Percebo o desenho de um “L” maiúsculo e deformado (pois sua base é mais larga que sua coluna) na sala de redação. Na verdade, a redação é a base (e também o vértice) desse “L”. Na “coluna da letra”, trabalham os fotógrafos e os diagramadores. Há aí uma porta que dá numa sacada, transformada num “fumódromo” pelos funcionários. Diferente da organização do *Correio do Estado*, os móveis da sala de redação não estão distribuídos totalmente conforme as editorias. O maior número de repórteres está em Cidades, que ocupa mais de uma ilha, dividindo-as com colegas de outras áreas. Próximo a uma das paredes (no desenho do “L”, correspondente à parte inferior da letra) está uma mesa maior, ocupada pelo chefe de redação. Na parede, que fica às suas costas, há um mapa e um relógio, posto quase todo sobre um mural. Neste mural, estão afixados alguns papéis com mensagens de incentivos à produção e ao coleguismo e um pequeno artigo, que critica os constantes erros de Português nos textos de jornais. Do lado direito da mesa do chefe de redação, há uma ilha (com três mesas), onde trabalham dois editores (de Esportes e de Cidades) e a chefe de reportagem (que, na prática, também atua como editora). Do lado esquerdo, há um armário sustentando uma televisão de porte médio (parece ser de 20 polegadas) e também outra ilha, com outros dois editores (de Economia e de Política) e um repórter (de Política). Na frente desse ilha, há outra com três repórteres de Cidades. Na ilha seguinte, trabalham o jornalista responsável por Cultura (é editor e repórter ao mesmo tempo) e um repórter de Economia. Encerra-se, deste lado, a redação. A continuidade no mesmo trajeto permite a “entrada” no espaço dos fotógrafos e dos diagramadores. Na parte oposta da redação (do lado da ilha dos editores de Cidades, Esporte e da chefe de reportagem), está uma ilha na forma de um sinal de “+”, ocupada pelo repórter Azael e por mais três repórteres: de Economia, de Cidades e de Política. Noto que essa aparente “descentralização” editorial (ou de poder) fortalece uma outra centralização, que tem os editores e o chefe de redação, como um único corpo, no centro.

Fico na mesa do repórter de Política (que só trabalha às tardes) e inicio uma conversa com o Azael. Busco saber há quanto tempo ele é *editor de Polícia*. Ele me corrige. Afirma que não é editor, mas, sim, repórter. “É que aqui não tem uma editoria de Polícia”, me explica. Ele completa que Polícia está dentro de Cidades e que ele fica mais com a parte policial, mas que também faz matérias gerais.

A pauta que está apurando no momento em que chego é uma suíte do caso do

austríaco, acusado de participar do roubo de obras de arte. Ele liga para a assessoria da Polícia Federal. Pergunta: “O austríaco está detido aí na Federal?” Divide uma informação, que valorizaria, no seu entendimento, o assunto: “Sabe onde tem uma matéria sobre esse cara? Num jornal inglês!” Encerra a ligação dando impressão de não ter conseguido informações importantes. Mas não se mostra aborrecido. Pelo contrário, está tranqüilo. Ainda é cedo, não demonstra muita pressa e parece que já estava esperando não receber informações novas sobre o caso. Apenas cumpre seu “dever” de ligar e saber sobre o assunto, que fora manchete na edição da véspera do *Correio do Estado*.

Depois que o repórter encerra o telefonema, intercepto-o para saber sobre como planeja suas pautas. “Ah, tem o *Sigo*, as pautas das polícias e ligo também para as delegacias dos bairros. Só que isso às vezes não dá tempo”. Ele explica que é por conta desse último procedimento que precisa iniciar cedo seu expediente. “Como não dá pra ir a todas as delegacias, eu converso com os policiais antes de deixar o plantão, que é às 8 horas. Às vezes, a gente consegue histórias até pra outras editorias”. E cita um exemplo: “Teve um caso de agressão... corriqueira contra mulher. Era pauta boa para a editoria de Cidades. A mulher agredida tinha 103 anos de idade! É uma pauta forte! Afinal, não é todos os dias que uma mulher de 103 anos sofre agressão! Aí, a matéria na outra editoria passa a ser sobre violência contra os idosos. E aí pega o Estatuto [do Idoso]... Essa coisa...” Ele também conta que tem suas fontes [como policiais e bombeiros]. “Tem que ter [as próprias fontes] senão não vai”. O repórter explica que suas fontes o acompanham nas trocas de veículos e que traz fontes do rádio [ele era locutor de um programa de rádio, seu último emprego antes do – e concomitante ao – atual]. “Tem o pessoal da Segurança Máxima [Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande] que liga, tem o pessoal da Agepen que liga.”

Por volta das 9h, noto que um jornalista [depois descubro se tratar do editor de Economia e antigo chefe de reportagem, além de ser uma pessoa com certo poder geral de decisão, aparentemente delegado por seus superiores. Seu nome é Valter e os colegas o chamam de Valtinho] passa por algumas editorias, apresentando pautas.

Passado algum tempo em atividade em seu computador, o repórter volta a falar sobre sua rotina. Ele afirma que, além de matérias, precisa fazer, mas não todos os dias, notas para uma coluna batizada de “Giro”. “São cerca de quatro notas, mas como na segunda-feira sai o resultado da loteria [na página reservada à Polícia], têm menos notas, o espaço é menor.”

A chefe de reportagem, Jacqueline Bezerra, chega pouco depois das 9h. Ela me cumprimenta. Logo depois, conversa com o repórter de Polícia, lamentando-se de uma matéria do colega não ter sido valorizada. Demonstra certo aborrecimento relativo aos

processos de decisões – aparenta não ter muita força de decisão. “Aza, sabe essa matéria sobre a morte no hotel, não foi valorizada na reunião de pauta. O Paulo [chefe de redação] perguntou por que não demos. Imagina! Mas eu disse que a gente deu. É que não foi valorizado”. O repórter concorda: “Era pra ser *abre*”. A jornalista continua: “É. E como não foi *abre*, não teve pauta [isto é, não foi discutida na reunião de pauta, porque não estava sendo trabalhada como um *abre*]. Pôxa! E você foi ao local, apurou bem!” O repórter apenas concorda, balançando a cabeça. Sua feição é de descontentamento. A jornalista prossegue o lamento: “E o nosso título foi igualzinho ao do *Correio!*”.

Pouco depois, a jornalista conversa comigo. Ela conta que o repórter de Polícia precisa chegar cedo ao jornal. “Temos só dois carros. Se ele tiver que sair, já sai para liberar [o carro] para os outros. Também tem o plantão do pessoal das delegacias, que termina às 8 horas”, explica. Minutos depois, Jacqueline chama uma repórter de Cidades e fala de uma matéria da revista *Isto É* sobre esquadrão da morte. A repórter afirma que leu a matéria, mas pela *Internet*.

São 9h20. Azael cita para mim as pautas que apura. “Olha eu tô com duas pautas principais aqui: tem um atropelamento na [avenida] Presidente Vargas e a do empresário morto na frente do hotel. Essa é uma repercussão”. Em seguida, explica-me um pouco a dinâmica de seleção de pauta. Ele afirma que, depois que faz uma pré-seleção, passa as pautas para a chefe de reportagem [ele também a chama de “editora de reportagem” e de “pauteira”]. Tenta demonstrar que argumenta em defesa de suas decisões. “Eu defendo meu *abre*”, diz. E ilustra com um exemplo: “Bati o pé defendendo o *abre* do caso do empresário assassinado, mas a editora [aponta para a ilha, onde trabalham a chefe de reportagem e a editora de Cidades] me deu outra pauta pra ser o *abre*. Tenho que respeitar, né?”

Às 9h30, editores se encontram na sala de reunião de pauta. Não há portas entre a redação e essa sala. Volto a atenção para o Azael, que continua explicando sobre sua rotina. “Outra fonte aqui é o *MSN*”. Ele conta que mantém conversas constantes com assessores e outras fontes através do *MSN*. Azael fala sobre sua jornada e diz que agora está trabalhando menos. Ele lembra que há poucos meses, ele saía do jornal e ia direto para a emissora de rádio, onde fazia programa. “Agora, tá menos corrido, diminuiu meu horário”. Fala, com certo descontentamento, sobre o emprego atual. “Eu falo pra minha esposa que até conseguir uma coisa melhor eu continuo aqui”. Em seguida, faz uma ligação para um amigo – o repórter faz muitas ligações pessoais, talvez por passar grande parte do seu dia no jornal.

Por volta das 10h15, a chefe de reportagem inicia um diálogo sobre distribuição de pauta. “Natália, sua terceira matéria do dia”, diz para uma repórter de Cidades. Jacqueline

explica que a pauta é sobre o depoimento que o acusado de participação no roubo de quadros estaria dando para um juiz federal. “Liga pro Odilon”, orienta a chefe em menção ao juiz. A repórter replica: “Ah, passa pra outro. Já tô com duas aqui. Vou me ferrar!” “Será?”, responde, reflexiva, a chefe de reportagem.

Os jornalistas concentram-se pouco mais em seus afazeres. Silêncio na redação é pouco freqüente. Em geral, há bastante barulho. Aproveito o rápido silêncio para observar o ambiente. Noto que todos os setores do jornal funcionam no mesmo andar (com exceção da gráfica e da recepção, que ficam no térreo): além da redação e da diagramação, que dividem o mesmo espaço, há a parte comercial e todo o administrativo, incluindo-se as salas dos diretores. Confirmo isso com um repórter. Só há uma telefonista, que também exerce tarefas de recepcionista desse andar. Ela trabalha todo o dia e é coberta por uma colega de outro setor no horário de almoço.

Cinco minutos depois, em razão de seu fracasso na distribuição da pauta, a chefe de reportagem resolve passar a pauta para o repórter de Polícia. “Aza, tenta ligar para o assessor do [juiz] Odilon para pegar o depoimento do austríaco”. O jornalista solta um “aham” seco como resposta. Após dois minutos [10h22] faz sua ligação: “Bom dia. Quem poderia falar sobre o depoimento do austríaco lá, que roubou os quadros?”, “Vejo com ele”, “Tá legal. Obrigado”. Levanta-se e se dirige à mesa da chefe: “Liguei lá. O Odilon só chega à tarde, a 1 hora”. Em seguida, reclama para a colega da quantidade de pautas que apura, citando-as. “Olha, já tô fazendo a do atropelamento e a do empresário morto no hotel”. A chefe insiste, mas busca aparentar preocupação com o acúmulo de trabalho do repórter: “Acha que não dá tempo de ver essa pauta?” “Acho que não”, responde o Azael. A conversa é interrompida por uma repórter, que chega para tratar de sua pauta.

Já passam das 10h30. Eu pergunto para o Azael se ele tem horário de almoço. Ele responde que é pouco tempo. Ele almoça rápido, pois a empresa oferece almoço – o refeitório corresponde a um grande salão, que ocupa quase todo o segundo andar. Às 10h35, a chefe de reportagem, olhando para seu computador, fala ao repórter de Polícia: “Azael, teve assalto”. Ele não responde, mas provoca a impressão de que se certifica do que se trata na *Internet*. No minuto seguinte, a chefe diz, ainda consultando *sites* de notícia: “Viu o austríaco? Parece que ele pode ser extraditado.” O repórter volta a dar a mesma informação: “Eu liguei para o Odilon. É só 1 hora, pra ver se ele libera o depoimento.” Os dois conversam em tom amigável. A chefe faz uma ligação para ajudar na apuração do assunto. Ela volta a falar com o repórter: “Vou te passar o que me passaram. Parece que o cara não sabia que os quadros eram roubados. Conversinha, né?” O repórter responde: “O cara é esperto.” Jacqueline continua:

“Disseram que a partir das 10 horas pode ir lá ver o processo.” O repórter retorna com um misto de surpresa e de ironia: “Dez de hoje?!” “É. Vai te enrolar, né?”, diz, num tom de desânimo, a chefe de reportagem.

A própria chefe decide fazer nova ligação para o assessor do juiz Odilon. “Deixa eu te falar: Como é que a gente faz pra ter acesso ao depoimento do austríaco dos quadros?”, “Deixa eu te falar: não tem como passar pra gente?”, “Tá bom. Daqui a 30 minutos eu te ligo”. Desliga o telefone. Ela conversa com o editor de Economia, que passa por sua mesa: “O assessor do Odilon disse pra ligar daqui meia hora. Ele vai ler o processo e passar os detalhes, porque o Odilon só chega a 1 hora. Ele disse que o cara não sabia que [os quadros] eram roubados. Conversinha, né?”

Passam das 11 horas. O editor de Economia chega à mesa do repórter de Polícia e lhe sugere uma pauta: “Parece que o doleiro do Beira-Mar vem pra cá. Na hora que você conservar com o Odilon, já pergunta isso pra ele”. O repórter faz que aceita a sugestão, sem dar muita importância.

A chefe de reportagem pergunta ao Azael se ele tem balanço dos acidentes no feriado. “Tô terminando”, diz, enquanto digita uma matéria. “Foi maior que no ano passado?”, pergunta a jornalista. “Maior”, responde o colega. Ele pára de escrever e detalha os números.

Ao retornar no período da tarde, recebo da chefe de reportagem o aviso eufórico de que vou sair, porque o Azael iria fazer uma matéria na rua sobre um atropelamento. Ele chega ao local do acidente às 12h30. Conversa com um militar do Corpo de Bombeiros. Fala com pessoas, que teriam testemunhado o atropelamento. “Ele tinha saído do Detran e talvez se esqueceu de alguma coisa e resolveu retornar, contornando a rotatória. Aí, ele não viu o caminhão. A mulher [no carona] ainda gritou pra ele parar”, conta uma testemunha. [Esse caminhão envolvido no acidente seria de propriedade do Jaime Vallér, dono do jornal]. Depois, o repórter se aproxima de um sargento da Polícia de Trânsito, com quem colhe informações mais detalhadas. Faço foto do repórter com esse policial, que me adverte, desconfiado, que não pode ter sua imagem em jornal, pois não é autorizado a dar entrevistas. Eu lhe explico que se trata. Depois de falar com as fontes, o repórter anota dados da motocicleta envolvida no acidente. Encontro uma repórter de Cidades do *Correio do Estado*. Sabendo que continuo minha pesquisa no *O Estado*, ela me comenta: “Lá [no *O Estado*], é Polícia que faz acidentes, né?”. O repórter pede ao fotógrafo para tirar fotos da carteira de habilitação do motociclista, para ter *close* do seu rosto.

De volta à redação, o repórter conversa com a chefe de reportagem sobre o acidente. Ela lhe diz: “Oh Aza tem que juntar os dois [acidentes]. Os dois foram na saída pra Rochedo”.

O repórter diz: “O caminhão, que atropelou, é do patrão”. A chefe: “Mentira! E agora?” O repórter responde *como repórter*: “Bem, eu vou fazendo a outra [matéria sobre o outro acidente]. Aí, vocês resolvem”. A matéria sairia na edição do outro dia, com os dois acidentes noticiados num só texto, tal como orientara a chefe.

Enquanto escreve uma matéria, o repórter estima para mim sua produção diária. “Hoje, eu tô com cinco matérias, além do *Giro*. Eu faço, em média, três matérias por dia além de notas. Minha responsabilidade é fechar uma página, mas acabo escrevendo para outras páginas”, conta. Também afirma que não diagrama as páginas, mas “apenas” escreve os textos.

São quase 14 horas. Todos os editores já se encontram. Eles se reúnem na sala ao lado para discutirem as pautas do dia. Anoto no caderno de campo que, apesar de não existir porta entre as duas salas e aparentar ser um espaço mais democrático, há um outro tipo de controle. Talvez uma espécie de *Panóptico*, usando metáfora de Foucault. O espaço todo aberto, sem portas e/ou com paredes envidraçadas, permite melhor visualização dos “olhos superiores”. Anoto também que o repórter chegara pouco antes das 7h30 e almoçara em 20 a 30 minutos (isto é, ficara ausente da redação por esse período) e tem que dar conta de uma quantidade expressiva de pautas. Da reunião entre os editores, é possível ouvir a editora de Cidades citando uma pauta, com o formato de título: “Trânsito da Capital mata dois motociclistas ontem”.

São 14 horas. A Jacqueline olha o Azael escrevendo em seu computador e eu, do seu lado, fazendo anotações em meu caderno e brinca: “Azael e o Sombra”. O repórter continua me explicando sobre como se informa de pautas: “No caso de acidente, o pessoal dos bombeiros está comigo no *MSN*. Comigo e com um monte de gente [de jornalistas]”. Volta a digitar sua matéria. Busca se concentrar. Passa um tempo em silêncio. Solta um suspiro como de reclamação (sem nada dizer), pára de digitar, consulta o seu caderno, folheia-o. Volta a escrever.

Aproveito uma brevidade de ócio do repórter e pergunto quem deu o nome de “*Giro*” para a coluna com notas policiais. Ele não sabe responder. O nome me aguça a curiosidade, porque remete a uma *ação* policial de fiscalização. Lembra um *movimento* policial, tal como “Ronda”, nome da coluna do outro jornal.

Faltam 20 minutos para as 15 horas. A redação está bastante barulhenta. Pessoas andando, telefonando, conversando alto, tomando café [há uma mesa com café e chá, dentro da redação]. É permitido beber e comer dentro da redação – noto que a editora de Cidades traz um pacote com doces e salgados e os come por quase toda a tarde. Não há obrigatoriedade do

uso de crachá. Os jornalistas só usam credenciais em pautas externas. Cronometro o tempo que o repórter de Polícia fica com um copo de café (quase totalmente cheio) na sua mesa, sem tomá-lo – já havia notado esse comportamento, por isso resolvo cronometrá-lo. Ele fica com o café sem beber das 15h01 às 15h20. Isso talvez por conta das muitas matérias. Esse tempo, ele passou digitando. A editora de Cidades recebe uma ligação rápida [interna] e avisa aos gritos: “Gente, dinheiro só quarta-feira”. Depois, completa, ainda aos gritos: “Tenho que pagar minha faxineira. Tá entendendo?”.

A matéria do austríaco fica mesmo com uma repórter de Cidades [Nathália]. Ela telefona para a assessora da PF. Diz ao telefone: “Eu quero. Me passa”, “Tá jóia, Fernanda. Obrigada por sua ajuda”. Desliga o telefone e se volta ao repórter de Polícia: “O cara tá preso aqui ainda.” Azael diz: “Ela [a assessora] falou?” A colega responde falando rápido, como quem tem muito por fazer e aparentando querer demonstrar ser ligeira na apuração: “A extradição demora um ano”, diz enquanto digita alguns números no telefone para chamar a telefonista. Pede uma ligação para fora do estado [para o departamento da PF em Brasília]: “Posso falar com a assessoria de imprensa de vocês?”, “Eu sou de Mato Grosso do Sul”, “Quería saber da extradição do...” [a voz do outro lado parece pedir para aguardar], “Boa tarde” [explica do que se trata e espera um tempo], “Quem poderia falar?” [o interlocutor passa um número de telefone e a jornalista o anota], “Muito obrigada. Tchau”. Faz outra ligação. Identifica-se. “Alexandre?”, “Olha...” [explica o caso], “Tô querendo tirar uma dúvida sobre a extradição dele”, “Demora? E ele vai ficar preso até quando aqui?”, “Ah, entendi”, “As informações são todas com vocês, da Interpol, e não com a PF em si” [a fala é mais tranqüila], “Claro”, “Entendi”, “Uhum”, “Tá jóia” [passa o nome do preso], “Ele é austríaco” [detalha informações sobre o caso e passa o número do telefone do jornal]. Terminado o telefonema, reclama para mim, após lhe perguntar para onde ligou: “Lá [na DPF de Brasília] é uma bagunça. O pessoal não sabia que tinha assessoria de imprensa e me passaram pra secretária do delegado. Lá eles me falaram que eu tinha que ligar pra comunicação social e me passaram o número. Na comunicação social me falaram que tem a comunicação social e que tem a assessoria de imprensa e me passaram pra lá.” “E você conseguiu a informação que queria?”, pergunto. “Mais ou menos. Ele ficou de ver pra mim”, responde.

São 15h40. O repórter Azael pede à telefonista uma ligação para a Cepol (órgão, que centraliza todas as polícias). “Alô, boa tarde. Gostaria de falar na Deaj [Delegacia Especializada da Adolescência e Juventude]”, “Claudinéia?” [identifica-se como repórter], “Com quem eu poderia falar sobre esse caso do empresário que foi assassinado na frente do

hotel Jandaia? Parece que [o caso] foi aí para a Deaj”. Aguarda. Nisso toca o seu celular e ele atende: “Só um pouquinho”. A interlocutora do telefone fixo retorna. “Qual é o número?”, “Tá bom. Obrigado”. Atende rápido o celular [ligação pessoal]. Às 15h51, faz nova ligação, buscando por uma delegada [Maria de Lourdes]. “Boa tarde, quero falar com a delegada Maria de Lourdes” [espera e consegue falar com a delegada]. “Boa tarde. Tá correndo aí né, doutora Maria de Lourdes? Imagino”. Fala num tom jovial. Explica do que se trata. “A senhora que tá com o caso?”, “Tive no local, conversei com várias pessoas, com o doutor Fernando [um delegado]”, “Tô fazendo uma suíte da matéria”, “Mas é que eu tô ligando pra senhora, porque essa possibilidade [de envolvimento de tráfico de drogas no crime] não é descartável [diz num tom mais alto, mas não nervoso, apenas para refutar, com segurança, algo que a policial tenha dito]”, “Certo” [o tom é mais calmo], “Aham”, “Certo”, “Eu vou ser breve. A gente acaba conversando com muita gente”, “Conversando algumas coisas. Levantam a hipótese que ele consumia entorpecente. Alguns levantam a hipótese de envolvimento com drogas. Queria saber se essa linha de investigação está sendo seguida?”. Ouve a resposta e encerra a ligação, deixando os números dos telefones do seu ramal no jornal e do seu celular. Agradece e anota o nome completo da delegada. Põe o telefone no gancho e exclama [como quem imagina ter descoberto ou estar por descobrir alguma coisa]: “Huum, grande doutora!”

Enquanto o repórter se volta às suas matérias, noto que a editora de Cidades [cuja mesa é próxima, ficando de costas para mim e seu computador de frente] faz muitas mudanças nos textos dos repórteres (cortando parágrafos inteiros e reescrevendo boas partes), chamando-os vez por outra, quando não entende algo ou quando quer dar alguma “lição” de redação e de texto jornalístico, reclama muito dos textos em geral. Às 16h10, ela pergunta ao repórter de Polícia [enquanto lê uma matéria]: “Aza, você tem a quantidade de multas aplicadas pela PRF?” “Tenho”, responde ele. “Passa pra mim então!” [o repórter consulta em seu computador o que parece ser o *site* oficial da corporação]. Nesse rápido intervalo, a jornalista detalha sua pergunta, aparentando ter pressa: “Quantas na semana passada?” O repórter diz: “Mil seiscentos e sessenta e oito”.

Passados alguns minutos, Cristina, ainda lendo as matérias do repórter, pergunta: “Esse moleque tá na Unei [Unidade Estadual de Internação, espécie de Febem de MS], Aza?”. Ele responde: “Não, na Deaj”. O repórter se levanta e se dirige à mesa da editora para lhe explicar: “Ele tá na Deaj. A delegada ainda não o ouviu. Depois que ela ouvir, ele vai para a Unei”.

São 16h38. A editora diz ao repórter: “Você deixa a chamada do acidente. Oitocentos

caracteres”. O repórter faz a chamada e encerra o expediente.

Terça-feira, 10 de abril – 2º dia

Ainda não são 8 horas quando entro na redação. Azael já se encontra em frente de seu computador. Aproveito a calma de início de expediente para saber sobre o pagamento de horas extras: “As horas extras são pagas?”, pergunto. “São... mais ou menos”, responde Azael. Como ele demonstra não se sentir à vontade com a questão, resolvo retomar o assunto mais tarde [falo sobre isso com a editora em entrevista, que afirma que há, sim, o pagamento, embora eu observe reclamações a respeito].

O repórter faz ligações para delegacias. “Celso, você tá saindo agora?”, “Como foi o plantão aí?”, “Foi tranquilo então?”, “Nada fora do normal”, “Então, beleza. Tchau”. Telefona para outra delegacia. “Delcídes, tô ligando nas delegacias pra ver... Como que tá aí nas Moreninhas? [uma região de Campo Grande, com tradição de ser violenta, embora se trate de conjunto de vilas com boa infra-estrutura. No local, há uma grande delegacia, marcada por algumas rebeliões de presos], “Maravilha, então”, “E nas celas?”, “Me fala uma coisa: já consertaram as câmeras?”, “Rapaz!”, “Eu sei como é que é”, “Pode ficar tranquilo”. “Tá bom, então”.

Retomo com o Azael a mesma pergunta que fizera ao repórter Eduardo durante pesquisa no *Correio do Estado*. “Azael, pra você qual das matérias da quarta passada é a mais importante: a reforma da Máxima e a fuga de presos, a operação Caça-níqueis ou a morte de um rapaz por um PM como represália?”. O Azael busca se concentrar. Pede para repetir: “como é que é?”. E, num *trejeito de repórter*, começa a anotar rápido em seu caderno enquanto eu repito. Afirma, por fim, que acha mais importante a do presídio e, em segundo lugar, a da morte do rapaz. [O seu jornal, da mesma forma que o *Correio*, destacara a do Caça-níqueis]. “Na minha opinião, né!”, enfatiza.

Às 8h20, o repórter pára de digitar algo no computador e exclama descontente: “O computador travou, cara!” Demonstra impaciência na frente da máquina que não responde. Minutos depois, desiste do computador, levanta-se e vai para a sala de reunião de pautas ler os jornais [algumas edições – também as dos concorrentes – podem ser encontradas na mesa dessa sala. Semelhantemente ao *Correio do Estado*, também são furadas e dependuradas numa armação de madeira, a qual fica numa parede da mesma sala].

Após um curto intervalo, o computador volta a funcionar. O repórter está no *MSN*. Ele

conta que está conversando com um amigo de Dourados [Azael morava nessa cidade]. “Ele [o amigo] me falou de uma ocorrência: três pessoas invadem uma casa pra cobrar uma dívida, matam o dono da casa, atiram na mulher e no filho!” Depois, comenta sobre a violência em Dourados.

Busco me informar sobre a tiragem média do jornal com a chefe de reportagem. Solícita, ela se inteira a esse respeito e me retorna: “A tiragem média é de 6.500 jornais/dia”. Continuo conversando com a jornalista, que demonstra desânimo e desabafa: “Tô pedindo as contas daqui. Tô estressada!” Ela reclama de tomadas de decisões desencontradas. Prefere não citar nomes. Completa que sairá de férias [por orientação da direção do jornal, como uma forma de pensar melhor sobre sua vontade de deixar o veículo] e que pode não retornar. Diz que gosta muito de ser jornalista, mas está cansada. Está pensando em tentar dar aulas em universidades. Reclama, ainda, do salário. Pergunto se recebe como editora. Diz que não. Ganha pouco acima de um repórter.

O relógio marca 9h15. O repórter Azael se mostra aborrecido – o seu computador trava novamente. Ele se levanta para tomar café. Dez minutos depois, Jacqueline pergunta: “Aza, tá muito puxado de coisa?” O repórter responde: “Tô com bastante coisa!”. Mesmo assim ela o chama para a sua mesa: “Deixa eu te mostrar um negócio”. Parece ser uma pauta sobre a Receita Federal. “Se você não conseguir fazer, falo pro Marcelo [repórter de Economia, que entrara no jornal no dia anterior]”. O repórter concorda.

Às 9h30, Azael faz uma ligação para a PRF (Polícia Rodoviária Federal). “De Souza?”, pergunta ao interlocutor – o “De Souza” é assessor de imprensa da PRF. “Cê tá podendo falar De Souza?”. Com a resposta positiva do outro lado, o diálogo prossegue. “Aquele projeto é da Receita só?” [o repórter faz uma seqüência de “ahans”, como quem escuta uma longa explicação], “Naquela região ali?”, “Essa estrada que você diz é uma [rodovia] MS?”, “Quinhentos metros? Na saída? Divisa?” [nova seqüência de “ahans”], “Esse trecho aí já era anexo da BR?”, “Já? Certo”, “E a partir daí que surgiu...?”, “E já foi solicitado?”, “Aham”, “Aham”, “Aham”, “Mas não tem nenhum tipo de conversa com a Receita Federal a respeito disso?”, “E como posso falar com ele?”, “E como é o nome dele?”, “Martine? Vou falar com ele”, “Essa intensificação da fiscalização em Foz do Iguaçu...?”, “Aham”, “Aham”, “Aham”, “Ponta Porã?”, “Você acredita que isso é reflexo...?”, “Já existe uma construção da Receita Federal ali?”, “Tá em obra”, “É nesse trequinho de quinhentos metros que o pessoal acaba usando pra...?”, “Cê vai na BR-163 e entra nesse acesso?”, “Beleza, De Souza. Brigado”, “Vou ligar pro Martine pra ver se ele tem informação sobre a obra”, “Beleza, De Souza. Brigado.”

Após desligar o telefone [o telefonema dura oito minutos] pede outra ligação para a telefonista. Passa o número [ligações para fora da cidade e para celulares são feitas pela telefonista]. “Oh, Martine, bom dia”, “Tô fazendo uma matéria sobre a construção de um posto junto à Receita Federal, no trecho saindo da BR-163 e entrando pra [direção de] Salto del Guará. Que condição que tá a obra?”, “O De Souza me falou que você poderia me fazer...”, “Eu tô fazendo uma matéria sobre o aumento da fiscalização em Foz do Iguaçu...”, “Percebeu um número maior de apreensões nessa região aí?”, “E não houve nenhum tipo de reclamação dos comerciantes do Salto del Guará?”, “Não?”, “Aham”, “Aham”, “Pra poder entrar na Receita?”, “Aham”, “Certo”, “Aham”, “E no caso, vocês trabalham em conjunto com a fiscalização da Receita?”, “Aham”, “Certo”, “Mas não tem nenhum tipo de projeto para que vocês atuem junto com a Receita, no mesmo local?”, “Aham”, “Certo”, “Certo”, “Certo”, “Isso iria facilitar o trabalho de vocês?”, “Aham”, “Aham”, “Aham”, “Sem dúvida”, “Certo”, “Hoje o posto fica a que distância do prédio da Receita Federal?”, “Aham”, “Certo”, “Oh Martine, me passa o seu nome certinho”, “Moisés, certo. Não entendi o último sobrenome”, “Você tem quantos anos?”, “Quarenta e um anos”, “E você é o que aí?” “Chefe de delegacia”, “No caso, você é chefe de delegacia de Naviraí [cidade na fronteira sul do estado]?”, “Tá bom, Martine. Brigado”, “Esse trabalho em conjunto com a Receita Federal...”, “Tô fazendo uma matéria sobre uma espécie de muro construído pra dificultar a passagem de contrabando...”, “Beleza”. A chefe de reportagem solicita: “Vê se ele pode mandar fotos pra nós” [a foto que quer a jornalista – movimentação de contrabando na Ponte da Amizade – o delegado ao telefone não poderia ceder, uma vez que ele atua em Naviraí e não na região onde está a ponte]. O repórter continua o telefonema. “Você tem telefone de contato do pessoal da Receita?”, “Legal, eu ligo lá”, “Brigado, Martine”, “Pra você também”, “Bom trabalho aí”.

Assim que o repórter põe o fone no gancho, a chefe lhe pergunta: “E aí?” Azael se levanta e passa as informações para a jornalista. O enfoque discutido pelos dois é sobre o aumento do contrabando pelas fronteiras do sul do estado, em consequência do maior “cerco” no Paraná, na região de Foz do Iguaçu. Minutos depois, o editor de Economia vem saber da Jacqueline: “E aí, começou a construção [do tal muro fluvial]?” A jornalista lhe repassa as informações do repórter.

Pouco tempo depois, Jacqueline avisa para o Azael: “Vou procurar foto [da construção do muro ou de movimento de contrabando na Ponte da Amizade] no *Google*.” Aproveito a breve “folga” do repórter entre as ligações e conversas com a editora, para me inteirar melhor da pauta. Ele explica: “É o seguinte, o pessoal da PRF tá tentando construir um anexo no prédio da Receita em Mundo Novo, na fronteira com Salto del Guará [no Paraguai]”. Ele

explica que esse novo posto visa intensificar a fiscalização pela PRF de ação de contrabandistas, a qual estaria aumentando nessa região do estado. Também diz que vai ser construído um muro, na linha de fronteira já no Paraná (região de Foz do Iguaçu), por debaixo da Ponte da Amizade como forma de evitar o contrabando pela água – ele diz que muitas pessoas jogam produtos de cima da ponte (ainda no lado do Paraguai) para outras em barcos. O gancho, segundo ele, é que depois que aumentaram as fiscalizações e apreensões no Paraná, teria aumentado o contrabando através das fronteiras de Mato Grosso do Sul.

Às 10h, o repórter faz uma ligação para a Receita Federal. “Tô fazendo uma matéria... [explica do que se trata]”, “Parece que há solicitação da delegacia para construir um anexo...”, “Um posto. Exatamente”, “Como é que tá isso? Tem alguma novidade?”, “O que isso representa?”, “Facilita mais o trabalho de vocês?”, “Dificulta mais a ação dos contrabandistas?”, “Tem no estado um local onde exista um posto anexo à Receita?”, “Ali?”, “Migrou esse contrabando para Mato Grosso do Sul?”, “É um muro?”, “Não tem uma idéia de como está sendo a análise desse posto junto à Receita em Guaíra?”, “Certo”, “Por que junto à Itaipu?”, “Isso...”, “Aham”, “Certo”, “Existe a possibilidade de fazer como se fosse uma parceria: a Receita faz um posto e doa para a PRF?”, “É isso aí! Queria ouvir de você. Uma fala sua é importante!” Despede-se e desliga o telefone eufórico. Conta que a fonte no telefone é o superintendente da Receita Federal em Mato Grosso do Sul. Levanta-se para conversar com a chefe de reportagem. Afirma, demonstrando certeza: “Eles intensificaram a fiscalização lá e os caras vêm pra cá.” A chefe ouve atenta e animada. Ele continua: “Pode relacionar assim: com a fiscalização e a construção do muro, os contrabandistas começam a migrar para Mato Grosso do Sul em Ponta Porã e Mundo Novo.” Também explica que a PRF solicita da delegacia [da Receita Federal] esse posto anexo à Receita Federal. O editor de Economia se junta aos outros dois jornalistas. O repórter repete: “O gancho é que aumentou o contrabando aqui depois que aumentou a fiscalização lá.” Fala também que a PRF quer fazer um posto anexo ao prédio da Receita. “Hoje o posto da PRF mais perto fica a 15 quilômetros de distância”, afirma. A chefe lhe diz: “Hein, Aza, depende de quanto aumentou o volume de contrabando.” Ou seja, depende desse dado para a matéria ter mais relevância.

São 10h23. O repórter faz outra ligação para a assessoria de imprensa da PRF. Revela ao assessor o gancho da matéria. “E uma das formas de barrar [o aumento do contrabando através da fronteira de MS] é a construção de um posto da PRF [de MS] anexo ao prédio da Receita”, comenta o repórter com a fonte, buscando compartilhar uma mesma opinião. Pede um balanço de apreensões. “De repente, um período bom de pegar é do final do ano pra cá”, “Certo”, “Tá”, “Então...”, “Certo”, “Vou fazer um contraponto. É legal ter dados estatísticos

pra ter credibilidade, né cara?”, “Isso você consegue mandar pra mim?”, “Cê manda pra mim”, “Beleza”, “Se você conseguir 2006 e 2007. Aí eu faço um comparativo. Aí a gente faz uma arte”, “Tô tentando uma foto lá”, “Intensificaram o trabalho lá e aumentou aqui”, “Aham”, “Certo”, “Beleza, De Souza”, “E você consegue isso até o final da manhã?”, “Vê aí se você consegue”, “Oh, desculpe. Aquino” [o repórter fala com um assessor achando que está falando com outro]. O repórter encerra a ligação. A chefe pergunta: “Oh Aza, você acha que vale a pena pedir uma foto do local? Pedir pro pessoal do jornal? [jornal *A Gazeta do Iguaçu*, que faz, numa troca entre jornalistas, permuta de imagens com o *O Estado*]. Ao telefone, Jacqueline diz: “Vocês podem ceder pra gente fotos dessa obra embaixo da Ponte da Amizade?”, “Pode mandar pra gente?”, “Tá. Qual é o seu e-mail?”

Num intervalo entre ligações e antes de iniciar a redação da matéria, o repórter toma um café frio, que há vários minutos está sobre sua mesa. São 10h35. Começa a digitar o texto e intercala essa atividade com conversas pelo *MSN*. A chefe o chama: “Aza, vem cá. São duas coisas distintas”. E começa a dizer: “O repórter da *Gazeta* falou...” [explica]. Azael conta que está “pegando os números com a PRF”. Falam sobre o valor limite de compra no país vizinho. Jacqueline pergunta: “E quanto é permitido?”. O repórter responde: “Trezentos dólares”. Ela diz: “Tem que colocar isso”.

Minutos depois, a chefe de reportagem diz ao repórter: “Aza, liga pra Receita de Foz de Iguaçu pra pegar o balanço. O menino [o repórter do outro jornal] vai mandar foto”. Azael pede ligação para a telefonista. Demonstra pressa, impaciência, enquanto aguarda o retorno do seu telefonema. Ele está com o fone nas mãos. A ligação não completa. “Alô?”, chama, impaciente e em vão. Aguarda por 40 segundos e desliga. Liga para a telefonista: “Oh Adriana, você liga de novo lá pra mim, por favor. Obrigado”.

Enquanto o repórter faz sua ligação, noto que o relógio da redação remete a algo como um velocímetro de motocicleta [imagem 10]. A partir das 16 horas (embora, os números do relógio não acompanham os das horas), a marcação fica vermelha – como se iniciasse o horário crítico da rotina produtiva.

São 10h48. Desta vez, o repórter aguarda, em vão, por um minuto. Ele não fica ocioso enquanto espera completar a ligação. Com o ombro esquerdo aperta o fone contra o ouvido para ter as mãos livres para digitar. Às 10h51, insiste com a telefonista: “Oh Adriana, liga lá na Receita. Acho que o pessoal foi almoçar. Mas liga lá de novo”.

A repórter Nathália [cujas mesa fica em frente a do Azael] pergunta ao colega: “Quer foto de um acidente em Aquidauana?” O repórter nada responde. Parece mesmo não ter ouvido a pergunta. Nathália faz cara de “indignada” e aumenta o tom: “Pai da Lize [filha do

jornalista], pai da Lice?”. Agora, ele responde: “Oi?”. “Quer foto de um acidente em Aquidauana?” Ele aceita. “Não é Aquidauana. É Dourados, acho”, corrige Nathália. Salva a foto para o colega.

Às 11h02, o repórter faz ligação para a delegacia da PRF em Mundo Novo. “Meu nome é Azael do jornal *O Estado* de Campo Grande. Peguei seu telefone com o Martine. Quer saber se você tem algum contato com a Receita Federal?”, “Alô?”, “Tá”. Aguarda e depois anota um número de telefone. Agradece e desliga.

A chefe de reportagem grita: “Fechem a pauta de hoje por favor!” [o arquivo com as pautas do dia é consultado pelos jornalistas]. Nesse momento – são 11h08 – Azael faz outra ligação, mas não é a respeito de matérias. Pede à telefonista uma ligação pessoal. Telefona para um banco para tentar resolver problemas com seu cartão.

O relógio da redação marca 11h15 quando a chefe de reportagem ensaia passar nova pauta para Polícia. Olhando um *site* de notícias, ela diz: “Aza, o *Campo Grande News* foi lá na Máxima e eles não deixaram fazer fotos”. O repórter pergunta do que se trata. Ela conta que estão transferindo presos de um pavilhão para outro. “Ah, eles não iam deixar mesmo” – ou seja, segundo ele, nesse caso é comum não permitir que a imprensa acompanhe a tarefa, não tendo o caso relevância de pauta.

O som da TV está um pouco mais audível. A notícia televisiva é sobre um balanço de apreensão de “menores” (termo usado na matéria). O repórter Azael pára um pouco o que está fazendo para prestar rápida atenção ao que diz a televisão. Em seguida, retorna a seu computador.

Faltam vinte minutos para as 11 horas. O repórter de Polícia passa à chefe de reportagem a ocorrência de Dourados, informada por seu amigo no início da manhã. Trata-se do assassinato de uma família. Enquanto o repórter relata, em linhas gerais, o caso, a chefe digita o ocorrido no arquivo de pautas, que será passado para a editora de Cidades e levado à reunião de pautas. Em seguida, Jacqueline pergunta se tem fotos. Azael responde que sim. O repórter volta a seu computador e convida a colega: “Vem ver aqui”. Ela responde com uma expressão facial de repugnância: “Não gosto de ver não!”

No período da tarde, às 13h15, percebe a editora de Cidades “pautando” os repórteres, da sua própria mesa e aos gritos (e, por vezes, sem olhá-los), a partir de notas que lê em *sites* de notícias locais. Dois minutos depois, ainda nessa tarefa (de ler notícias dos *sites* e pautar em voz alta os repórteres), ela exclama: “Olha só: 'Sem-terra ameaça começar *Abril Vermelho* na sexta-feira”. Depois ela diz, ainda em voz alta: “Quem tá com a pauta aberta fecha que eu preciso acrescentar um negócio.”

São 13h50. O gerente administrativo, Alexandre, entra na redação e fala, no geral, para os editores: “Vão fazendo a reunião aí, porque acho que o Paulo [Torres, chefe de redação] não vem” .

Às 14 horas, a Jacqueline conversa com a Cristina. “A imprensa entrou no Presídio Federal [seu rosto é de meia satisfação e meia frustração, como alguém que tem uma 'pauta boa' mas não tem como apurá-la] e só o fotógrafo tava lá. Eu podia mandar o Azael, mas ele não tava aí”. A editora apenas ouve.

Após receber uma ligação, a editora de Cidades informa a todos acerca do pagamento: “Amanhã sai o de vocês normal... mas o meu é cheque”, lamenta-se [aparenta querer lembrar a diferença, também no que diz respeito a salário, entre ela e os repórteres].

Pergunto à editora quem está fazendo a matéria sobre presídio. Ela diz que a Silvia [repórter de Cidades] está com uma das pautas de presídio e o Azael, com outra. “A gente dá uma pulverizada”, diz. “A da transferência [de presos] tá com o Azael. Só que ele ainda não sabe”, completa, buscando demonstrar bom humor.

Hoje o repórter prolonga o tempo de horário de almoço. Não come no jornal [talvez tivesse que resolver alguma coisa nesse horário]. Retorna às 14h10.

Pergunto para a jornalista Silvia se ela está apurando alguma matéria de Polícia. “Teoricamente sim”, responde. E explica que está com uma pauta sobre o depoimento de um preso do Presídio Federal, mas só poderá apurá-la *da redação* – daí, o “teoricamente”. “Eles lá e eu aqui. O [juiz federal] Odilon tá ouvindo o Girotti lá. Quando acabar o depoimento, eu falo com ele”. Pergunto se essa pauta não seria do Azael. “Não, essa pauta é minha. O Azael entrou de manhã. Talvez eu fique aqui até às 8 da noite”, reclama.

São 14h20. O repórter está no *MSN* (desde que chegara). O chefe de redação ainda não chegou. Talvez não venha hoje. O repórter começa a digitar uma matéria. Às 14h30, a editora de Cidades fala com ele: “Azael, eu deixei uma pauta pra você. A Silvia tá fazendo uma do Presídio Federal. Mas parece que cinquenta presos serão transferidos” [a editora demonstra confundir o Presídio Federal com o Estabelecimento de Segurança Máxima de Campo Grande, onde ocorre a transferência – dá impressão de que toma os dois lugares como sendo um só]. A chefe de reportagem dá mais uma “ordem”: “Aza, fala com a [jornalista] Fabíola da *Gazeta*. Ela tem informações sobre o muro.”

O jornalista telefona para a mencionada Fabíola. Faz muitas anotações no caderno, sem perguntas, apenas demonstrando estar acompanhando com “uhuns” e “ahans”. Por fim diz: “Me dá seu telefone. Precisando da gente é só ligar”. Antes de desligar, explica o gancho para a colega. “Eu tô seguindo esse gancho”, “Acho legal. Eu quero”, “Uhum”, “Pôxa!”, “Me

ajuda” [como quem diz: “o que vai me passar me ajuda”], “Ah, legal. Manda, manda também”. O repórter encerra a ligação e faz uma espécie de levantamento de matérias de jornais *on-lines* sobre as apreensões de contrabando, uma espécie de balanço paralelo ao da PRF.

São 14h40. A chefe de reportagem recebe uma ligação sobre acidente. Não parece entusiasmada a passar mais essa pauta para o repórter de Polícia. O Azael digita uma matéria em seu computador. Observo que ele, diferente da maioria de seus colegas, faz anotações de entrevistas por telefone em seu caderno e não direto no computador.

Faltam cinco minutos para as 15 horas quando o repórter Azael recebe uma nova ordem, agora vinda de alguém de uma escala mais elevada na hierarquia. “Aquele acidente [o da frente do Detran, apurado na véspera], parece que a moça morreu. Vê pra nós”, diz o gerente-administrativo, Alexandre. Responde o repórter, demonstrando estar chateado, tocado com a situação: “Tá. Deve ter morrido. Coitada! Coisa horrível!” Pede ligação para a Santa Casa. Fala com o assessor de imprensa. Ele iria verificar ao repórter sobre a suposta morte. Azael diz que liga em instantes. “Josiel, eu te ligo daqui a pouco.”

São 15h20. O repórter volta a ter problemas com seu computador. “Meu computador não me autoriza que eu entre no *Google*. Puta que pariu!” Passam dez minutos e o repórter volta a ligar para a Santa Casa. “Oh, Josiel”, “Ela tá internada?”, “Tá na CTI?”, “Ah, tá ok Josiel. Obrigado”. Em seguida, liga para o ramal do Alexandre e lhe diz: “Ela tá mal!”

Confirmado que a mulher acidentada está mal (portanto, não morrerá), o repórter passa para outra atividade. Dá impressão de que apenas revisa uma matéria, acrescentando informações, cortando algumas partes. Enquanto isso [são 15h33], a editora de Cidades se prende numa atividade de ócio: ela lê uma revista de comércio de produtos de beleza [se detém nisso por mais de dez minutos]. Alguns repórteres comem na redação [são pãezinhos vendidos por um ambulante no jornal]. O relógio faz a editora se lembrar do fechamento. São 15h45. Ela cobra em voz alta: “E aí gente? Nada? Quase quatro já!” No funcionamento de produção do jornal, os repórteres fazem as matérias e entregam para os editores tiras de papel com nomes dos arquivos dos textos. São essas tiras que a editora está cobrando. Ela precisa ler os textos antes de enviá-los para a revisão.

A reunião de pauta só acontece às 16h. O chefe de redação não veio mesmo trabalhar. Todos os editores participam. A chefe de reportagem não. O anúncio para a reunião é feito pelo gerente administrativo: “Vamos ver o que a gente tem lá?”

Após alguns minutos no *MSN*, o repórter faz uma matéria menor, sem apurar, apenas a partir de uma nota da Polícia Federal. Trata-se de prisões de três pessoas. Já são 16h30.

Depois de quinze minutos, Azael, como quem está perto do fim do expediente, faz uma leitura geral de suas matérias.

A repórter Silvia passa pela mesa onde estou e diz: “Ainda não comecei aquela!”. Já são 16h50. Isso significa que ela pode mesmo ficar até 20h como previra. Nisso, Azael e outro repórter [Afonso, de Política] “brincam”. Diz o repórter de Polícia: “Afonso, cadê seu chefe? Seu chefe, cara!” O outro jornalista entende a palavra “chefe” como uma provocação e devolve num “bom humor”, em meio a risos, e engalfinhando: “Você é o cara que mais tem chefe aqui!”

Passam cinco minutos das 17 horas. Como o repórter de Polícia é o único do turno matutino que ainda está na redação, eu lhe pergunto se, geralmente, sai nesse horário. “Eu saio mais cedo. É que hoje enrolou essa matéria [a suposta ligação entre o aumento da fiscalização no Paraná e o aumento de contrabando pela fronteira de Mato Grosso do Sul]”. Dois minutos depois, o repórter fica sabendo que sairá ainda mais tarde do que planeja. A chefe de reportagem, após receber uma ligação, diz para a editora de Cidades: “A polícia invadiu a Máxima!” As duas discutem sobre quem irá fazer a matéria. “As meninas [as repórteres de Cidades – só há mulheres nessa editoria] já estão cheias de coisa”, alega Cristina. Ela pergunta das pautas do Azael e diz que ele deve substituir alguma por essa nova do presídio.

Ao se aproximar da mesa do Azael para autá-lo, a chefe de reportagem me cochicha e sem esconder o entusiasmo: “Se prepara que você vai lá pra Máxima!” [como a sugerir uma aventura]. Ela liga para um dos motoristas [só tem dois] e lhe diz: “Volta que a casa tá caindo lá na Máxima!”

São 17h15. A editora recebe muitas tiras de papel dos repórteres. A chefe de reportagem se despede e tenta ser solidária com o repórter de Polícia: “Conforme for eu vou te ajudar à tarde nessas pegadas nervosas.”

Chegamos ao Estabelecimento Penal de Segurança Máxima às 17h30. A calma faz o repórter retomar [não fazendo uso proposital] a metáfora da “casa”, usada pela chefe de reportagem, mas num sentido inverso. “Aqui tá mais tranqüilo que minha casa!”, diz ainda no carro do jornal. Desce do veículo. Conversa com uma policial numa guarita de pouca altura na frente do presídio. Ela lhe diz que o “sargento Motta” (que também está do lado de fora do estabelecimento) poderia dar melhores informações. O sargento diz que está tudo bem, que apenas foi feita a transferência de presos de um pavilhão para outro e que tal transferência já fora encerrada. O repórter mostra-se cético, embora não muito animado com a pauta. Vai para a entrada principal do presídio. Bate na porta e é atendido por um agente através de uma

janelinha. Ele diz para aguardar que viria uma pessoa falar. Nesse intervalo, sai um agente federal [faz parte de um grupo de agentes federais aprovados em concurso para trabalharem no Presídio Federal de Campo Grande e que foram cedidos, temporariamente, ao estabelecimento estadual] com semblante tenso. O repórter o aborda. O agente está nervoso. “Eles [os presos] não querem deixar a gente trabalhar!”, diz numa fala rápida, atropelando as palavras e em tom elevado. Embora muito nervoso com a situação, atende bem o jornalista. “Estão querendo derrubar o presídio!”, tenta resumir a situação conforme a percebe. O agente conta que, durante a transferência, não houve problemas sérios. Mas depois que os presos já estavam no outro pavilhão e em razão da demora em levar seus pertences [pois os agentes estavam fazendo revista – a chamada “pente-fino” – nas celas desocupadas], alguns teriam começado a bater nas grades e nas paredes e a gritar. Isso teria sido imitado por outros até se transformar num ensaio de rebelião. “Aí nós tivemos que agir para conter a exaltação”. O repórter pergunta como agiram. “Nós soltamos três granadas de efeito moral, com luz e som”. Isso teria surtido algum resultado, conforme o agente. “Tá mais calmo agora”, diz. Passa informações gerais, dizendo que foram transferidos 756 detentos. “Teve alguém ferido?”, pergunta o repórter. O agente nega: “Não, sem ferimentos!”

O aparente início de calma é desmentido pelo comportamento de outros agentes, ainda mais exaltados, que saem do presídio. Eles falam em repôr o estoque de granadas de efeito moral e de bombas de gás. Uma agente reclama para nós: “Nesse horário, eu já devia estar em casa, com meus filhos. Tô aqui!” Nisso chega um outro agente, geralmente o escalado para falar com a imprensa. Tenta mostrar que a situação, apesar das exaltações, é de rotina. Ele traz celulares apreendidos durante a revista. Coloca os aparelhos no chão para serem fotografados [imagem 11]. Pergunta se pode pôr junto aos celulares duas pequenas faixas com as inscrições “Sistema Penitenciário Estadual” e “Agente Penitenciário Federal”, como forma de identificar os responsáveis pelas apreensões. “Claro! Isso é fundamental!”, responde o repórter.

Enquanto deixa o presídio, o repórter se mostra satisfeito. “Isso vai ser exclusivo!”, exclama, uma vez que não há nenhum outro veículo de comunicação no local.

Chegamos à redação às 18h25. A editora de Cidades pergunta: “E aí?” O repórter conta: “Fizeram pente-fino, 22 celulares. Os presos estavam revoltados, começaram a bater nas grades...” A editora comenta com hostilidade e indignação: “Que absurdo gente! Oh raça de filhos de puta, hein!”. Depois pergunta ao colega: “Ninguém tem isso, né? Só a gente!?” O repórter confirma que só o jornal tem a matéria. “Tá bom, Aza”. A editora cobra: “Você tem três [matérias] pra mim né?” Azael responde que vai terminar “algumas coisas rápidas” nas

outras para começar a do presídio. Ele deixa a redação por volta das 20 horas. Foram mais de dez horas de trabalho!

Quarta-feira, 11 de abril – 3º dia

Azael chega mais tarde que de costume, por volta das 8h20. Minutos depois, a chefe de reportagem, que chegara antes, partilha um lamento com o colega: “A casa caiu na Máxima e não deram abre!” Ela completa que a outra matéria de Polícia que fora abre [sobre o aumento do contrabando nas divisas do estado com o Paraguai] devia mesmo ser destacada. A notícia do presídio deveria, então, abrir outra página, pois em todo o caderno de Cidades podem entrar matérias de Polícia, conforme explica a jornalista. O repórter concorda, mas não faz alarde.

Por conta do horário, Azael corta de sua rotina de início de expediente os telefonemas para as delegacias. Consulta o *Sigo*, e-mail, *MSN*, as notas do dia.

Converso com um repórter de Política. Eu lhe digo: “Interessante que a sala de reunião de pauta é quase dentro da redação.” Ele responde: “Aqui é tudo aberto [tenta mostrar 'todo' o jornal com o movimento dos braços e mãos abertos]. Todo mundo ouve. Não tem segredinho.” Depois, o mesmo jornalista fala sobre o jornal *Correio do Estado*, dizendo que pode passar por uma crise financeira profunda, por questões de embates políticos. “O governador [André Puccinelli, adversário político do dono do *Correio do Estado* – o jornal faz matérias críticas a esse político desde sua primeira gestão como prefeito de Campo Grande, iniciada em 1996] tá pressionando as empresas para não anunciar no *Correio*. O [supermercado] Extra fez um anúncio. No outro dia um fiscal baixou lá e deu uma multa de 9 mil [reais]”. Pergunto por que o supermercado foi multado. Ele explica que os fiscais sempre acham algum tipo de irregularidade. “Ah, eles sempre descobrem umas irregularidades. O Extra entrou na Justiça, mas isso dá uma dor de cabeça!” [ou seja, as empresas prefeririam evitar essa “dor de cabeça” a anunciar no jornal]. Eu digo: “Jogo sujo do governador, né?” E ele: “Mas o *Correio* também joga sujo. Agora que eles deram uma maneirada”. O jornal *O Estado*, ao contrário do seu concorrente, é “pró-governo”. Isso, na atual gestão.

São 9h03. A chefe de reportagem procura o repórter para lhe passar uma pauta. Ele não está na redação. “Cadê o Aza?”, pergunta em voz alta. Não tem respostas. Novamente a jornalista se lamenta de a matéria sobre o presídio da Máxima não ter sido valorizada, agora em conversa com o fotógrafo que esteve na apuração.

Assim que retorna, Azael recebe duas “pautas de rua”: uma na Máxima (para verificar como amanheceu o presídio) e a outra na sede da Polícia Federal (os policiais fazem uma paralisação).

O presídio aparenta tranqüilidade. O repórter vê filas e se lembra: “Ah, hoje é dia de visita. Dá pra conversar com o povo aí” [mas ele não conversa]. Dirige-se para a entrada [porta pequena] do estabelecimento para falar com alguém.

No local, há um ex-detento tentando ser recebido pela assistente social do presídio. Suas mãos, sem alguns dedos, estão bem calejadas. Ele reclama de não conseguir emprego. “Olha, eu não sei o que fazer mais. Eu tô correndo atrás de emprego, mas não consigo. Por isso vim aqui”, explica sua visita para uma agente. Suas palavras soam mansas e submissas. Ele argumenta que a assistente social lhe dissera para procurá-la em caso de dificuldade. A agente o atende buscando aparentar alguma paciência, que esconde a pressa, manifestada na tentativa de estreitamento da visita, reduzindo-a apenas ao diálogo na recepção. Assim, mostra-se resoluta em não chamar a assistente. “Ela não pode atender você. Ela está ocupada”, informa. O ex-detento, sem preocupação em disfarçar sua situação de desespero, insiste. A agente lhe diz para procurar o INSS e não mais a assistência social do presídio, pois já não é mais um presidiário. Ele alega não conhecer nada na cidade. Ela pergunta se sua companheira não conhece. “Também não”, responde. A mulher tenta explicar onde fica o prédio central do INSS. O semblante do homem é confuso. Vencido, termina aceitando que seus esforços para conseguir falar com a assistente social são inúteis. Com passos pesados pelo desespero e pelo desânimo, caminha devagar para longe do presídio e da esperança de ajuda.

Na observação dessa situação, penso na importância da presença da imprensa no local. O caso poderia servir de gancho para uma matéria sobre as condições de vida de ex-detentos em Campo Grande. O ex-preso poderia ser abordado e entrevistado ali mesmo. No entanto, olho para o repórter e noto que ele não se mostra interessado pelo caso. Parece mesmo ignorar a cena.

Em seguida, Azael se dirige à Companhia de Guarda e Escolta, prédio que fica no mesmo complexo que a “Máxima”. Conversa com o responsável pelo setor, o qual confirma que “está tudo tranqüilo”. Hoje o repórter não insiste. Ele ainda tem outra pauta para apurar pela manhã. Fica pouco tempo no local. Pede uma foto para o fotógrafo. A foto é da fila. O fotógrafo a faz do próprio carro, quando já íamos embora.

Atravessamos a cidade para chegar à sede da Polícia Federal. Na frente do local, estão policiais à paisana, em paralisação. Tomam tereré, jogam dominó e bozó. Há salgados e

refrigerantes num clima mais de confraternização que de reivindicação. O jornalista se identifica e depois pergunta: “Quem pode falar do manifesto aí?”. É recebido pela líder do movimento. Os dois se apresentam. “Marlene, a manifestação é só hoje?” Ela responde que, em princípio, sim, mas que poderia se estender. Também afirma que a paralisação de 24 horas funciona como uma “advertência”. “Nesse período de paralisação o que deixa de funcionar?” Marlene cita os setores e diz que os demais estão fazendo “um tipo de operação tartaruga”. “E quais são as reivindicações?” Ela informa que o movimento visa pressionar a agilização do plano de cargos da categoria junto ao Governo federal e forçar a abertura de um concurso público para aumentar o contingente de policiais. Completa que a ação é nacional. “Você é a presidente do sindicato?”, pergunta o repórter. “Sou suplente”. “Qual o seu nome completo?” Ela diz. “A idade?” “51 anos”. O repórter brinca com a fonte. “Olha, eu pergunto a idade, porque senão minha editora me diz assim: 'Como você não perguntou a idade da Marlene?' Então, por isso pergunto”. Marlene acha graça. O jornalista quer saber quem preside o sindicato. A fonte informa que é “a Dirce”. Ele pergunta o nome completo e o celular da Dirce. A entrevistada me olha fazendo anotações e busca saber se também sou do mesmo jornal. Digo que não e, junto com o repórter, explico o que faço no lugar. Ela não demonstra estar incomodada.

O jornalista revê pontos da entrevista com a fonte. Ela completa, citando cidades do interior onde há paralisações. O repórter busca finalizar: “Está ótimo. É isso. Tem alguma informação a mais?” Ela passa alguns detalhes. “Tem idéia de quantos policiais estão na área administrativa?” Não tem idéia. Apenas diz: “Muita gente”. “Tem idéia do efetivo de agentes?” Também não sabe. “Tá bom”, diz o repórter. Ele deixa os números do telefone do jornal (o seu ramal) e o do seu celular.

No trajeto de volta para o jornal, o repórter recebe uma ligação da chefe de reportagem. Ela fala de uma ação policial, que pode ter relação com um possível seqüestro. “Me dá o endereço”, pede ele. Em seguida, liga para a assessoria da PM, enquanto o motorista pára o carro para consultar um mapa da cidade. O motorista aumenta a velocidade e fura sinais vermelhos. A assessoria de imprensa não sabe informar. Fica de verificar. “Antônio Marcos [motorista] faz o seguinte: segue pela Salgado Filho”, sugere o repórter. O colega responde que pretende ir mesmo por essa avenida. Passamos, sem descer do carro, pelo endereço indicado pela chefe. Não verificamos nenhuma ação policial. Damos algumas voltas pela região. Depois das vãs tentativas do motorista, o jornalista pede para que ele retorne ao jornal. Liga para a chefe e lhe diz que não encontrou nada. O suposto falso alarme foi dado por um colega enquanto se dirigia para o jornal. Ele teria visto movimentação de policiais em

frente a uma casa. Anotou o endereço e ligou para a Jacqueline.

Chegamos à redação faltando dez minutos para as 11 horas. Enquanto o repórter se organiza para começar as matérias, procuro o gerente Alexandre para conversar sobre o funcionamento hierárquico do jornal. Ele diz que, no ápice, há uma diretoria geral, formada por três diretores: os dois donos do jornal (é um casal) e ele, que é diretor executivo. Depois, vêm os gerentes dos setores (como do comercial e da circulação) – inclui aí o “gerente editorial” (que é o chefe de redação). “Na ausência do Paulo (chefe de redação), participo da reunião de pauta”, conta.

São 11h05. A chefe de reportagem pergunta ao Azael: “O que deu lá na Máxima?” Ele diz que está tudo tranqüilo. “Mas tem uma foto do pessoal na fila”, acrescenta. A medida que passam os minutos, aumenta o silêncio na redação seja porque os jornalistas buscam concentrar-se em seus textos e terminá-los ainda durante a manhã seja porque estão saindo para o almoço.

Pergunto ao repórter quantas matérias está fazendo. Ele informa que tem “a da Máxima, a da Polícia Federal, a do prefeito preso”. Busco saber do que se trata a da prisão do prefeito. “Bem, ainda vou ver diretinho aqui. Mandaram no meu e-mail”.

Às 11h40, o editor de Economia sugere uma pauta sobre um garimpo irregular. O repórter diz que já está sabendo e que está salvando as fotos. Diz que vai ligar para o delegado (da cidade de Rochedo, pois foram os policiais daí que fecharam o garimpo). Antes, porém, ele escreve a matéria sobre o presídio.

A chefe de reportagem Jacqueline em diálogo com um editor, ironiza a manchete do jornal *Correio do Estado*. “Cê viu a manchete do *Correio*?. Trata-se de um assunto de Economia. “Que furo nós levamos!”, diz em meio a risos. “Povo mais lelé da cuca! Nós demos. Depois, o *Diário MS* [jornal do interior do estado] deu. E só agora eles estão dando!”

Faltam dez minutos para o meio-dia. O silêncio é ainda maior na redação. Um repórter pergunta ao Azael: “Vamos almoçar?” Ele responde: “Eu já almocei, cara. Dei uma fugida. Já almocei.”

No início do período vespertino, o repórter Azael me explica melhor a “pauta do prefeito”. Ele diz que se trata de um ex-prefeito de Coronel Sapucaia, interior do estado. “Ele mandou matar um jornalista em 2004 e o julgamento dele é amanhã.”

O repórter se volta para a pauta do garimpo. São 12h47. Pede ligação para a Delegacia de Rochedo. “Edson, queria informação sobre o garimpo ilegal na região de Aquidauana. Quem pode dar informações?”, “Tá. Obrigado”. Aguarda. Depois, fala com outro interlocutor. “Fernando, me tira uma dúvida: só uma pessoa que foi detida?”, “Não tem informação! Nem

no Sigo! Por isso tô ligando pra vocês.” O repórter tenta convencer o interlocutor de que está tentando veicular o trabalho da polícia daquela cidade. “Estamos tentando colaborar com vocês.” Ele deixa os telefones do seu ramal no jornal e do seu celular. “Tá ok. Obrigado” Encerra o telefonema com ar descontente. Esbraveja sem alterar o tom de voz: “Assessor de imprensa filho da puta!” Depois explica: “O delegado não quer falar. Vou pôr o nome desse delegado aqui [na matéria]. Quero que se foda!” Pergunto se a assessoria não mandou *release*. Ele diz que “tem alguma coisa no *Sigo*, mas que está muito incompleto”. Ele reclama: “Aqui a gente esbarra no problema da Polícia Civil. Burocracia! Tem uma determinação que os delegados não podem falar, só a assessoria. Tem delegado que cumpre, mas tem delegado que não tá nem aí.” Segundo o repórter, o assessor de imprensa da corporação já chegou a ir ao jornal para reclamar da citação do nome de um delegado. “Só com a Polícia Civil que acontece isso! Com as outras polícias não!”, completa.

São 13h05. Chegam as editoras de reportagem e a de Cidades. Peço às duas que assinem autorizações para eu usar seus nomes e imagens na dissertação e em eventuais trabalhos acadêmicos. Também faço o mesmo com o repórter. A Jacqueline brinca: “Oh, tô assinando aqui confiando que é pra isso mesmo, hein?”

A reunião de pauta se inicia às 13h35. Peço para acompanhar. Sou autorizado. Os editores falam da manchete do *Correio do Estado*, lembrando, aos risos, que já abordaram o mesmo assunto. “Que temos de manchete, Cristina?”, pergunta o chefe de redação. “Nada”, responde. Há cinco editores de áreas presentes (Economia, Cidades, Esportes, Cultura e Política), além da chefe de reportagem e do chefe de redação. “Não tenho material pra fechar cinco páginas!”, reclama Cristina. “Tem que pensar outras pautas”, diz Paulo Torres. Ele se mostra disposto a ajudar: “Vou pensar algumas coisas pra Cidades.” Ela cita uma pauta, sugerida por uma repórter, sobre reclamação de usuários de ônibus acerca da mudança de linha dos coletivos. E avalia: “Eu não gostei dessa história!” À medida que informam suas pautas, os editores vão saindo.

São 13h45. O repórter Azael está na *Internet*, consultando o arquivo de notícias do jornal *on-line Campo Grande News*. A editora de Cidades lhe aborda: “A do presídio federal você não fez!?” Ao que ele responde: “Disseram que não era pra fazer.” Cristina insiste: “Eu coloquei na sua pauta!” O repórter se silencia e seu rosto se fecha. Em seguida, desabafa em voz baixa, falando para dentro, para si mesmo: “É duro, né? Eu tinha que ser dois!” Depois, a editora tenta lhe passar mais uma pauta. Ele reclama, alega que já está apurando muitas matérias e as cita.

Minutos depois, a editora Cristina diz ao repórter: “Oh Aza, a Polícia Federal

interditou uma carvoaria em Bonito. Pode colocar como intertítulo na matéria do diamante.” Em seguida, chama a repórter Nathália, que sugerira a pauta sobre reclamações de usuários de ônibus (ela pretende fazer uma enquete). Repete à jornalista o que já havia dito na reunião de pauta: “Eu não gostei dessa história.” E justifica o porquê de sua avaliação: “Seu leitor não anda de ônibus.” De imediato, a repórter rebate rápido e no mesmo terreno: “Mas a empregada dele anda. E ele não vai querer que ela chegue atrasada.” A editora ri e diz: “Você ganhou a sua capa!” Conforme a editora o que fez a repórter ganhar no ligeiro embate foi sua resposta. A repórter se mostra satisfeita com sua imagem de sagaz.

A editora de Cidades se ausenta por algum tempo e próximo das 14 horas retorna à redação com um pacote com pão doce. Enquanto isso, o repórter digita a matéria da paralisação dos agentes da PF. Os ponteiros entram na casa das 14h quando a chefe de reportagem avisa, após encerrar uma ligação: “Hoje quem quiser sair só sai com um carro. Só tem um carro hoje”. Minutos depois, reforça: “Quem quiser sair saia agora ou cale-se para sempre. Só tem um carro!”

Busco saber com a repórter Silvia como ela apurou a matéria sobre o depoimento prestado ao juiz Odilon, pauta de Polícia, que foi lhe passada por conta do excesso de pautas do Azael. Pergunto se ela conseguiu entrevistar o juiz. “Não consegui achar aquele filho da puta [apesar do palavrão, ele não aparenta estar brava, seu tom de voz não está alterado]. Falei com a assessora dele. Única novidade que ela tinha era que ele [o acusado] negou tudo.”

Às 14h55, a editora de Cidades chama o repórter de Polícia: “Aza vem cá um pouquinho.” Ela quer se inteirar melhor das pautas que estão sendo trabalhadas pelo jornalista. “Você tem fugitivo, cocaína, Máxima e atropelamento?”, busca conferir. Também vê com o repórter quais matérias ele já encerrou. A editora busca se organizar.

A tentativa de organização produtiva da editora contrasta com o ambiente. Corro os olhos pela redação e percebo um espaço com certa desorganização. Perto da parede que separa a redação da sacada e entre duas ilhas, há um amontoado de jornais junto com uma gaveta quebrada ao lado de uma lixeira. Uma parede externa tem marcas de reboco, aparentando ser remendos de dois buracos. Paisagem distante da exibida pela fachada do jornal, moderna e agradável aos olhos.

Às 15 horas, a editora de Cidades e alguns repórteres comemoram uma informação do setor comercial [passada por telefone para a editora]. Iriam precisar de quatro páginas de Cidades para anúncios. A alegria dura pouco. Uma pessoa do setor comercial avisa, por telefone, à editora que vai fazer um pequeno caderno especial de anúncios nas páginas 9, 10, 11 e 12, que são de Cidades. Combinam a transferência excepcional das matérias da editoria

para outras páginas. Ela dá, então, um novo aviso: “Aí gente, vamos ter a 13, 14, 15 e 16. Eles vão criar um caderninho à parte nas páginas de Cidades. Mas, continua tudo normal. Só mudou os números das páginas.” Continua a conversa ao telefone. Deixa um pouco o interlocutor do telefone, mas sem desligar o aparelho. Volta-se para o editor de Esportes [que trabalha na mesa à sua frente] e pede, num misto de súplica, dengue e incisividade: “Esse [anúncio] 3 por 26 é do seu coração?” [o espaço é de 3 colunas com 26 centímetros de altura] O colega devolve um ligeiro riso de quem não concorda, mas que busca manter o coleguismo e diz: “Tá. Pode pegar.” Em seguida, a jornalista volta ao telefone, agora com uma fala mais contundente: “Cláudio, ele me deu. Põe na 13, na página 13.”

São 15h10. A editora cobra uma foto do repórter de Polícia:

- Oh Aza, e a foto?
- Tá salva.
- Não tô achando. Não tá.
- Deixa eu ver aqui.
- De quem é a foto, Aza?
- Polícia Civil.
- Quem?
- Polícia Civil.

Passam alguns minutos e a editora volta a cobrar do repórter:

- Salvou Aza?
- Cristina, a *Internet* caiu.
- É verdade.
- Não sei o que aconteceu. Já salvei essa foto. Salvei duas: do diamante e da draga.
- Mas não tá lá. Você viu né?
- Pois é. Não sei o que tá acontecendo.

São 15h18. A editora prossegue lendo as matérias do repórter de Polícia. Busca sanar dúvidas pontuais: “Esse Ricardo Trad é o que do prefeito?”, “Todos esses presos estão envolvidos na morte do jornalista?” O repórter sana as dúvidas. Ele prossegue olhando *sites* de notícias e escrevendo sua matéria. Abre o *site* oficial da Polícia Civil e tenta baixar fotos. Não consegue. Irrita-se. Entra no *MSN*. Volta a escrever. Digita rápido, sem consultar anotações. Volta e meia aparece na tela do seu computador uma janela avisando que alguém entrou no *MSN*. Volta a conversar por esse meio.

Faltam 15 minutos para as 16 horas. A editora avisa o repórter que tem uma foto do prefeito e mostra receio em usá-la. “Aza, será que é ele mesmo [o ex-prefeito de Coronel

Sapucaia, Eurico Miranda]? O *Campo Grande News* que mandou. Eu tenho medo. Vai que não é ele. Aza, vê no *Google* se é ele mesmo.” O repórter se certifica.

Azael entrega, às 15h50, uma tira de papel com os nomes dos arquivos de suas matérias para a editora. “Beleza, Aza. Deixa chamadinhas pra mim”. O repórter volta a seu computador para escrever as chamadas. Ele encerraria o expediente, mas surge uma última pauta. A chefe de reportagem lhe diz: “Aza, a dupla [sertaneja] Jade e Jadson parece que eles desapareceram.” O boato é que os dois teriam morrido num acidente de avião. O repórter acabara de saber do caso em conversa pelo *MSN*. “Pois é. Tô conversando aqui no *MSN* pra ver isso.” Ele pega um número de celular com uma colega jornalista através do *MSN*. Pede ligação para a telefonista. Inicia o diálogo com seu interlocutor. “Quem fala aqui é o Azael do jornal *O Estado*. O que foi?”, “Tá sendo velado aqui né?”, “Que música ele compôs?”, “O que aconteceu com o avião?”, “Foi semana passada isso?”, “Então, com eles não aconteceu nada?”, “Beleza. Brigadão”. A fonte do repórter é o empresário da dupla, que desfaz o mal-entendido. Findado o telefonema, ele se levanta para conversar com a chefe de reportagem: “Jacque, não foi a dupla que morreu. Eles estão fazendo show fora do estado” [por isso teriam “desaparecido”]. Ele conta que um compositor, amigo da dupla, foi quem morreu. A editora de Cidades entra no diálogo e diz ao repórter: “Escreve um texto pequeno pra mim.” O repórter responde como alguém já advertido para não exceder muito o horário: “Depois o chefe [possível referência ao dono do jornal] me vê aí...” Cristina retruca como quem tem influência na alta hierarquia: “Pode deixar, eu explico pra ele.”

O repórter faz um texto pequeno de três parágrafos. Minutos depois, finda seu expediente.

Quinta-feira, 12 de abril – 4º dia

Ao chegar à redação, pouco antes das 8 horas, encontro o Azael telefonando para um posto da Polícia Militar do bairro Aero Rancho, na periferia da cidade. Ele busca informações de uma pauta passada pela chefe de reportagem. É um assunto que fora veiculado em *sites* de notícias do dia anterior, mas que cabe repercussão. “Morales, queria pegar informações sobre essa ocorrência”, diz ao telefone. “Isso, rapaz”, “Ahan”, “Certo”, “Eu sei”, “Eu sei”, “Eu sei”, “Preciso contato com a família dos garotos”, “O mercado fica onde?”, “Rapaz, a gente vai se ajudando”. Anota endereço e telefone de um familiar de um dos garotos. Busca detalhes. “Foram dois adolescentes?” É informado dos nomes completos (e não as iniciais). “Morales,

me diz uma coisa: como foi? Como aconteceu?”, “Tem o nome dele?”. Faz uma longa seqüência de “uhuns” e “certos”. Perto de findar o telefonema, o repórter deixa com seu interlocutor o seu nome, seu ramal no jornal e seu celular. “Tá bom Moraes. Você liga pra mim.” Antes de desligar, busca se informar de outra pauta. “Esse homicídio que aconteceu no Aero Rancho não tá no *Sigo*.” Como a fonte não acrescenta informações, o repórter se despede e encerra a ligação.

Passa algum tempo digitando. Aproveito esse intervalo para lhe pedir, quando puder, a concessão de uma entrevista. “Sem problema. Quando der uma acalmada, a gente faz.” Na continuação da apuração de sua primeira pauta, faz uma ligação, às 8h40, para a delegada Maria de Lourdes, da Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude (Deaij). “Doutora Maria de Lourdes, tudo bem com a senhora?”, “A senhora tá com esse caso dos dois adolescentes no mercado?”, “Só com os menores?”, “No caso, os menores respondem por alguma coisa?”, “O que aconteceu com eles, então? Com os adolescentes?”, “Então eles foram encaminhados para a Deparc? Ontem mesmo?”, “Eram dois ou três que foram encaminhados para a Deparc?”, “E os meninos, estão muito machucados, doutora?”, “E eles estão aí, os adolescentes?”, “Foram para o Deparc. Já devem estar em casa, então?” O repórter passa para outra pauta. “Agora, mudando de assunto: o caso do empresário, a senhora já tomou depoimento dele, do adolescente?”; “A senhora não quer comentar nada, continua investigando” – diz como quem repete o que está ouvindo; “Tudo bem”; “Acaba atrapalhando” – demonstra continuar repetindo a fala da delegada; “Tá bom”; “Certo” – diz educadamente, apesar de não conseguir esconder, no tom da voz e no semblante, certo desapontamento. Despede-se e encerra a ligação. Num riso de aborrecimento diz: “Ah esses delegados são tudo doido!”

Assim que finda o telefonema, o repórter se levanta para passar o assunto para a chefe de reportagem, Jacqueline. Ela opina: “É importante contar um pouco da história desses meninos”. O editor de Economia, que está próximo, entra na conversa e endossa a posição da colega. “Nós não vamos defender [os adolescentes]. Vamos contar a história”. O repórter enfatiza que eles teriam passagens pela polícia, como que buscando se precaver de advertências de algum superior na hierarquia da redação por conta de um certo aprofundamento na história dos meninos. No entanto, ele demonstra não concordar com a ação dos torturadores: “O que eles fizeram foi horrível!” O editor de Economia, que também desaprova a tortura, apela para um chavão: “Violência gera mais violência.” A conversa faz a chefe de reportagem recordar uma história de um caso semelhante. “Vocês se lembram daquele caso de um menino que roubava sardinha num mercado e foi morto por um policial?

Teve passeata até... Depois o policial afirmou que ficou arrependido. Ele falou em depoimento: 'Eu pensei que ele tava armado e atirei. Me cortou o coração quando cheguei perto dele e vi que só tinha alimento'. Ele [o menino] não tinha roubado um centavo do caixa!" Depois, a chefe sugere que os garotos podem ter sido levados para outra delegacia [já que não se encontram na Deaj]. "Os dois estão lá na Deparc. Vou ligar na Deparc", responde o repórter.

Ele não faz a ligação e resolve sair para apurar o caso. Decide ir até à casa de um dos adolescentes. No carro, também está um repórter de Política [João]. Conversam sobre a pauta de Polícia. "Eles [os adolescentes] são vítimas duas vezes: do aliciamento e da violência que sofreram." Azael comenta: "Pode ser três [isto é, vítimas três vezes]. Vamos ver como é a família!" O colega exclama, perguntando: "E um morreu!?" Azael nega. E explica: "Olha, são dois casos..." Ele conta que, num caso, dois meninos foram torturados depois que foram pegos furtando e, no outro, um adolescente foi assassinado. O repórter de Política teria confundido, porque os dois acontecimentos tiveram lugar no mesmo bairro. Azael também afirma que foi pautado pela chefe de reportagem e que ligou para a PM e para uma delegada a fim de pegar o endereço. Salienta que os garotos torturados "têm passagem por furto e tentativa de homicídio".

Chegamos à casa de um dos adolescentes. Ele mora com a avó. "Ninguém quer mais esse menino. Nem a mãe. Por isso, ele fica comigo", explica a avó o porquê do endereço do garoto. O bairro é pobre e afastado do centro. Algumas crianças brincam nas ruas. A chegada do carro da imprensa aguça a curiosidade de algumas delas, que correm a nosso encontro e permanecem a meia distância para observarem o que se passa.

A casa da avó do adolescente é de alvenaria, pequena e simples. Fica nos fundos de um terreno, delimitado por um cercado de madeira. No quintal, há uma grama rala e dispersa margeando uma trilheira, que conduz moradores e visitantes até uma estreita varanda. É neste espaço, que nos ajeitamos para entrevista. A anfitriã nos convida a sentarmos. Há um considerável número de pessoas no local: o adolescente, a avó, o irmão mais velho e um conhecido da família. O motorista também é convidado para entrar, mas fica fora da varandinha [pois não há mais espaço]. Após um tempo de conversa, o fotógrafo faz fotos das costas do garoto [imagem 12], que trazem marcas fortes aparentemente de fios elétricos ou de pauladas. Na imagem do jornal, no entanto, as marcas são ofuscadas por tatuagens do adolescente.

Após os cumprimentos e apresentações, inicia-se a entrevista:

Azael: Ronei, você que passou o aperto lá garoto?

Ronei (adolescente): Eu mesmo [responde com voz fraca e cabisbaixo – assim procede durante quase toda a entrevista]. Levei choque!

Suzana (avó): Isso não pode acontecer, pôxa! Ele é só um menino!

O repórter pergunta como aconteceu.

R: Eu tava com o Guilherme no mercado. Aí ele pegou um creme hidratante *Monange* e colocou no saco. Aí perceberam e pegaram ele. Aí levaram ele pro fundo. Foram levando ele pelo pescoço. Aí me pegaram também e me levaram. Quando cheguei lá no fundo, eles já tavam batendo no Guilherme...

A avó, uma pessoa de baixa estatura, magra e cabelos grisalhos, levanta-se. Está nervosa. Conversa com o motorista:

S: Isso não pode acontecer! Eles não podem fazer isso! Deve ter alguma lei que não deixa eles fazer isso! Ele é um menino!

O repórter busca saber detalhes:

A: E vocês ajoelharam?

R: Nós ajoelhamos. E tinha água lá nonde nós tava. Aí eles começaram a dar choque ni nós. Tava o Dênis [o dono do mercado], o padeiro e o entregador de compra. Batiam também com um pau. Aí nós gritava...

A tortura ocorrera durante a manhã. Eram cerca de 9 horas. Para espancar os adolescentes, o dono do mercado fechou o estabelecimento e chamou seus dois funcionários. Levou os garotos para os fundos, onde foram torturados. A polícia chegou ao local, possivelmente após denúncia de um vizinho que ouvira os gritos. Obrigado pela polícia, o dono do mercado abriu as portas da entrada do estabelecimento. Uma policial [mulher] entrou no local.

R: Aí, a policial falou: “Tô sabendo que tem menores aí dentro”. E foi entrando. Eles já tinham ameaçado nós pra não contar nada pra ninguém. Mas a polícia chegou lá e levou eles preso. E aí, na delegacia, eu contei que quem bateu ni nós foi o Dênis, o entregador de compra e o padeiro. O entregador de compra que dava o choque.

A: Ronei, por que o Guilherme resolveu pegar o negócio?

R: Ele queria passar nas espinhas.

O repórter parte para a entrevista com a avó:

A: Como é o nome da senhora?

S: Suzana Maria Chaves.

A: Quantos anos a senhora tem?

S: Sessenta e dois anos.

Volta-se para o menino:

A: E sua mãe mora aqui também?

Ele nega.

A: E seu pai?

A avó conta que o casal está separado.

A: Seus pais estão separados há quanto tempo?

R: Sete meses, por aí.

A: Eles separaram por quê?

R: Problema de casal.

A: Ele bebia?

R: Não... Quando não dá certo não dá... Eles separaram numa boa. Tranquilo. [a voz do menino está mais triste]

A: No Aero Rancho!... [bairro onde ocorreu o caso] O que você foi fazer lá, rapaz? [o bairro tem fama de violento]

S: Ele nunca tinha ido lá.

O adolescente fica em silêncio.

A: Você tá estudando?

R: Eu parei.

S: Eu falo pra ele que tem que estudar. Esse outro aqui [aponta para o irmão do menino] estudou direitinho. E eu falo pra ele [para o Ronei] que tem que estudar!

Irmão mais velho: Eu também falo, mas ele não quer saber. Não quer sair dessa vida.

A: Você parou [de estudar] por quê?

R: Não sei.

A: Tem que estudar, rapaz!

O adolescente apenas ouve de cabeça baixa.

A: Você tem passagens [pela polícia]?

R: Tenho.

O repórter cita números do Código Penal:

A: O quê? 'Um, cinco, sete' e 'dois, cinco, cinco'?

R: É. Mas a tentativa já provaram que eu não tinha nada a ver.

A: E o Guilherme já teve passagem?

R: Já.

O repórter dá início a uma série de “conselhos”:

A: Você precisa tomar jeito. Precisa voltar a estudar. Olha, vou te dizer uma coisa: eu

faço matéria policial e vejo muito garoto na sua idade, que segue esse caminho que você tá seguindo, que vai parar só num lugar. É, só num lugar! Você sabe qual é, né? É bicho, é sério mesmo o que tô te falando! Então, assim, meu irmão, é procurar companhia melhor. E vai estudar. Tem escola municipal, que é de graça. Tem escola estadual, que é de graça...

Nisso, o irmão e a avó se manifestam:

I: A gente fala isso pra ele direto.

S: Nem a mãe dele quer mais ele. E eu acolho ele aqui. Eu sou criticada neste bairro, porque eu abro a porta pra ele.

I: A gente conversa com ele. Entra num ouvido e sai no outro. E eu falo pra minha mãe não fechar a porta pra ele. Ele é meu irmão! Os parentes da gente criticam. Falam pra nós entregar ele pra polícia.

Ronei só ouve. Continua calado e cabisbaixo.

S: Eu sei que uma hora ele vai me agradecer.

Retomam a entrevista, falando sobre o que aconteceu depois que a polícia chegou. O adolescente conta que foi levado para prestar depoimento. Em seguida, foi encaminhado para o IML para fazer o exame de corpo de delito. Ele passara todo o dia anterior e toda a noite realizando esses procedimentos. Só fora liberado durante a madrugada.

O amigo da família, que se encontra no local, comenta: “Nem a polícia tem direito de bater, quanto mais funcionários do mercado!”

O repórter encerra a entrevista. Pergunta o nome e a idade do irmão do adolescente. Depois, anota o número do telefone do rapaz. Deixa o número de seu celular com a família. “Se precisar falar com a gente é só ligar.”

No carro, comenta que o “guri é malandro mesmo”. O comentário sai carregado de uma demonstração de autoridade, delegada por sua experiência como jornalista de Polícia.

Ao chegar à redação, o repórter inicia um diálogo com a chefe de reportagem:

– O guri é malandro! O guri é malandrão! Não é daqueles casos de família toda desestruturada.

– Mas, às vezes o pai bebe, é grosso com ele... – pondera Jacqueline.

– Que nada! A avó tava ali, é carinhosa com ele. O irmão também tava. Mas o gurizão...– diz o repórter balançando a cabeça negativamente. Pode-se notar indignação na sua voz. Aparenta estar preocupado com a situação do menino ao mesmo tempo em se mostra cético quanto à possibilidade de mudanças em sua vida.

– Mas agora, depois dessa, é capaz dele mudar, né?

– Ah, isso não adiantou nada. O gurizão vai continuar!

– Ah, eu acho que adianta!

Aproveito o tempo que o repórter passa digitando sua matéria para entrevistar a chefe de reportagem. “Tudo bem, vamos lá!”, diz Jacqueline. Vamos a uma sala reservada para recepcionar convidados e fontes. O ambiente é confortável, com sofás e uma mesa no centro. Sentamo-nos à mesa. Passado algum tempo da entrevista e já de volta à redação, Jacqueline me procura para dizer: “Você acrescenta na entrevista, que eu esqueci de dizer: o que também mudou na Polícia é o tratamento dos jornalistas com as fontes, suspeitos e tal... Agora, tem mais respeito.”

A chefe de reportagem conversa com o repórter: “Aza, tem uma pauta: acareação do *Caso Motel*.” O repórter ensaia a dispensa: “É bom a Silvia [repórter de Cidades, que geralmente é escalada para ajudar na produção de matérias de Polícia] fazer essa”. Jacqueline afirma que a repórter não poderia fazer. “É que tem um cara que acabou de morrer na Santa Casa e parece que é vítima de homicídio”, contra-argumenta o repórter. A conversa sobre a pauta fica em aberto, pois o repórter recebe uma ligação em seu celular. “Como é o nome dele?”, “Era ele que era o dono da jóia?”, “Certo”, “Tá”, “Esse é o dono da jóia?”, “Dono da jóia. Certo”, “Ahan”, “Em Sidrolândia?” [cidade no interior do estado], “Ahan”, “Certo”, “Ahan”, “Tá”, “Tá legal. Brigado.”

Inicia-se o expediente da tarde. O repórter está concentrado na digitação de suas matérias. Pergunto se está com muito trabalho. “Eu tô com quatro pautas. Três eu já apurei, só tô redigindo. O negócio das jóias tenho que ligar daqui a pouco. A Jacque acabou de me passar uma agora [referindo-se à quarta pauta]”.

Noto que a editora de Cidades e a chefe de reportagem, apesar de trabalharem na mesma ilha, conversam pelo *MSN*. A propósito, os demais editores e os repórteres, de modo geral, conversam, mesmo estando na mesma redação, através da *Internet*. É claro que também se falam diretamente. Como há problema com a *Internet*, Cristina diz para sua colega: “Não consigo [acessar a *Internet*]. Não entra. Fala, então, o que você queria”. E conversam sem intermediação tecnológica.

São 13h30. A editora Cristina inicia um diálogo com o repórter Azael:

– Aza, nosso abre é o latrocínio, né?

– O abre é a tortura.

– Ah não!

O repórter não responde. Há uma pequena pausa na conversa. Azael retoma:

– Mas que latrocínio você tá falando?

– Ué, o cara que foi assaltado e levou um tiro na cabeça!

- Você acha mais forte?
- Os menores que apanharam não são menores infratores?

O repórter pára de digitar, levanta-se e se aproxima da mesa da editora. Ele quer fazer valer o seu *abre*, argumentando contra a outra matéria:

- O cara do latrocínio foi assaltado ontem e só morreu hoje na Santa Casa.
- O problema é que essa dos moleques os *sites* soltaram ontem.
- Essa outra também tava nos *sites* ontem.

Neste momento, talvez entendendo que a discussão já tenha se estendido mais do que deveria, a editora mostra-se resoluta e diz enfática:

- Mas acho que o abre melhor é do latrocínio. Faz essa!

O repórter volta aborrecido para sua mesa e recomeça a digitar em silêncio. Pergunto se mudou o *abre*. “Mudou. Caiu. Vai usar o latrocínio”, diz, não escondendo seu descontentamento. Continua quieto. A editora lhe intercepta novamente: “E teve um moleque assassinado no Aero Rancho, né?” O repórter afirma que sim. “Pode colocar como intertítulo do latrocínio”, ordena. Azael responde um “tá” rápido e fraco, que passa com esforço pela garganta amarrada. Continua digitando chateado. Fala com um repórter de Política [Afonso]: “Acho que essa história dos meninos vai ser manchete no *Correio*”. O colega concorda, também aparentando indignação. “É. Latrocínio acontece todo dia!”, comenta ele.

O relógio da redação marca 13h50. Os editores estão reunidos discutindo as pautas. Azael os escuta falando sobre a matéria que apura. Alguém comenta que os meninos teriam roubado um condicionador. “Estão falando errado. Ele roubou um creme pra tratar acnes”, diz para si mesmo, como quem pensa alto.

Encerrada a reunião de pauta, pergunto para a Cristina se ela pode me ceder uma entrevista. A jornalista responde positivamente. Vamos para a mesma sala da entrevista anterior, mas, desta vez, sentamo-nos no sofá.

De volta à sala de redação, percebo uma rápida conversa sobre redistribuição de pautas. A chefe de reportagem diz para uma repórter de Cidades [Daniela]: “Dani, como você tá cheia de coisa, o Azael vai fazer a matéria do acidente.” A repórter se mostra surpresa e responde: “Mas eu já comecei a apurar!” Jacqueline transfere a questão para outra editora: “A Cris passou para o Azael.” A repórter se dirige à ilha das editoras e a Cristina lhe diz: “Esquece as outras pautas. A greve é o abre do jornal.” Ou seja, como a repórter vai trabalhar a matéria eleita como a mais importante pelos editores, é desafogada de trabalho.

Às 15h03, enquanto lê a matéria sobre a tortura contra os adolescentes, a editora de Cidades pergunta ao repórter de Polícia: “E os caras [que torturaram] vão ficar presos, Aza?”

Não vão ser soltos?” O jornalista explica que isso é decisão da Justiça, por enquanto continuam detidos... Minutos depois, a editora volta a chamar o jornalista:

– A gente tem foto da vítima do latrocínio, Aza?

– Não.

– Tem como conseguir?

– Tem... Eu tenho que pedir.

– Pede!

– Tá.

O repórter faz diversas atividades simultaneamente. Ao mesmo tempo em que telefona (resolvendo assuntos pessoais), procura a foto pedida pela editora, digita sua matéria, lê notícias na *Internet* e conversa pelo *MSN*. Ele diz baixo, conversando consigo mesmo: “Só consigo a foto do cara se for do *Orkut*. E isso é muito feio! Poderia ser do enterro, mas o enterro é só amanhã.” Apesar de considerar “feio” [o que ele afirma com leve sorriso], o repórter continua procurando foto do estudante no *Orkut*.

A editora Cristina diz ao Azael em referência a uma das matérias de Polícia: “Acrescentei aqui o motivo do crime.” Ele não responde. Pouco tempo depois, ela pergunta: “Como vai chamar o *nosso abre*, Aza?” Ele diz: “12 Latrocínio” [o número serve para indicar a data – é uma quinta-feira, 12 de abril] “Ah, tá. Achei aqui”, afirma Cristina, enquanto abre arquivos em seu computador.

São 15h30. Azael está ao telefone. “Cê tá mandando a foto de onde roubou a jóia?”, “Manda também no meu e-mail.” Nisso, a editora se levanta e diz em voz baixa para o repórter, assumindo a responsabilidade: “Esqueci dessa pauta!”

Quinze minutos depois, o repórter faz outra ligação para continuar apurando a pauta “esquecida pela editora”. Telefona para um funcionário do dono da loja em Sidrolândia, de onde foi roubada uma jóia. Com essa fonte, o jornalista consegue o telefone da vítima e liga para ela. “Como que foi esse roubo das jóias?”, “À noite?”, “Certo”, “Ahan”, “Conseguiu registrar?”, “Você trabalha com o Jorge faz tempo, Edson?”, “Nunca teve problema?”, “Isso. Eu fiz a matéria. Será que é o mesmo pessoal?”, “Por que não conseguiu?”, “Não tinha gasolina?”, “Entre nós (não vou falar): que festa era essa?”, “Você percebeu...?”, “Beleza”, “Oh, Edson... É Edson, né?”, “Qual o nome de sua funcionária que tava com a jóia?”, “Helena?”, “Quantos anos ela tem?”, “E ela mora onde?”, “No centro”, “Foi cedo, né?”, “Seis horas da tarde”, “Eram quantos caras?”, “Beleza”, “Obrigado”. O jornalista finda a ligação.

São 15h54. A editora de Cidades vê o técnico de informática na redação e o aborda: “Juninho, o que tá acontecendo com o *Messenger*? Cai e volta!” O técnico tenta resolver o

problema. Neste instante, o repórter busca café e enche quase um copo. Toma um pouco e deixa o copo sobre sua mesa.

Às 16 horas, a editora de Cidades pergunta ao repórter: “Aza, tá com o latrocínio aberto?” Ele responde: “Tô.” A editora pede, num tom de ordem: “Então, fecha aí”. Minutos depois, ela volta a cobrar: “Azael, e a foto?” Ele diz baixo, como uma reflexão: “Só tem do *Orkut*”. Depois responde para a editora: “O duro é ter de usar foto do *Orkut*.” Ela pergunta sobre a foto do velório e o repórter explica que o corpo só seria velado no outro dia. Os dois não discutem a possibilidade de ligar para a família e solicitar uma foto.

Enquanto isso, Jacqueline está preocupada tentando resolver um problema com a saída da repórter Daniela para apurar a matéria eleita como manchete. O problema é que o único carro disponível não está no jornal. A chefe liga para o fotógrafo que está com o motorista. Faz uma rápida pausa no telefonema e comenta com a repórter, que está de pé, como se estivesse apressada para sair: “Estamos sem motorista. Eles estão longe. Fudeu!” A outra jornalista, também ansiosa, solta um palavrão estranho: “Fudeu mesmo! E de verde e amarelo!” Jacqueline, ainda ao telefone, diz para a colega: “Concordo.” Em seguida fala com a pessoa do outro lado da linha: “Faz essa foto da poluição e corre pra cá, porque a Dani tá com a manchete.”

O relógio já marca 16h12. O repórter recebe uma ligação em seu celular. “Oh, Aquino!”, diz, aparentando falar com uma fonte conhecida. Trata-se de um assessor de imprensa da PRF. “Tamo trabalhando. Eu recebi, Aquino”; “Mas se não der para amanhã, eu falo com o pessoal e a gente faz uma coisa maior pro final de semana” – tenta negociar o jornalista. Continua a conversa com o assessor. “Tá ruim aí também? Aqui também tá a maior dificuldade a *Internet*.” Despede-se e encerra a ligação.

O problema com a *Internet* persiste e o tempo continua passando. São 16h20 quando a editora grita: “A *Internet* caiu de novo!” No computador do Azael, o mesmo problema. Ele reclama quase junto com a editora, porém sua voz é muito mais baixa: “Fechou tudo!” [isto é, caiu o acesso à *Internet*]. Dez minutos depois, os dois jornalistas conversam sobre uma pauta referente ao treinamento de agentes da PRF.

– Já falei com o Aquino. Ele me ligou aqui – afirma o repórter mostrando estar inteirado do assunto e à frente de sua editora, que pretendia lhe pautar. “*Ele me ligou aqui*” indica que foi a fonte que procurou o jornalista [o acontecimento foi até ele] e não vice-versa.

– É em Campo Grande?

– Eu não sei. Ainda vou ler o *release*. Vou ler aqui. Pode deixar, eu vou fazer ela.

Antes, porém, o jornalista se ocupa de uma pauta relativa a um acidente. Faltando

quinze minutos para as 17 horas, ele liga para o assessor de imprensa da Santa Casa. “Teve um atropelamento na [avenida] Salgado Filho com a [avenida] Ernesto Geisel. A vítima foi levada aí pra Santa Casa?”, “Ok. Tá”, “E o outro caso do motociclista?”, “Tá, eu vejo no IML”. Cinco minutos depois, pede à telefonista outra ligação para o mesmo hospital. “Josiel, me tira uma dúvida: o Sebastião, que faleceu, ele tava com um bebê no carrinho?”, “Ele entrou direto. Você não sabe”, “Beleza”. Despede-se e encerra o telefonema. Minutos depois, Azael faz nova ligação. “Oh, Márcio, cê lembra que data foi o outro assalto em Sidrolândia?”, “Pergunta aí pro nosso amigo, Mineiro”, “Tá feio aí em Sidrolândia, né?”, “Se não der pra fazer a da falta de combustível [em viaturas], eu faço ela mais direitinho amanhã. Mas já vou fazer essa do assalto.” Após o jornalista encerrar o telefonema, eu lhe pergunto quem é Márcio. “O Márcio vende jornal lá em Sidrolândia e sempre dá uma ligada aqui pra gente sugerindo pauta.” Eu me lembro que a Jacqueline já havia me falado dessa fonte de pautas. O repórter prossegue sua série de entrevistas por telefone. Após quatro minutos da última ligação, ele telefona para o IML para apurar uma pauta sobre um acidente que terminou na morte de um motociclista. A ligação é rápida. Ele me diz que, por fim, está fechando suas matérias. “Tô terminado essa [sobre acidentes]. Depois só vou fazer um TL [texto-legenda] da PRF e vou embora”. Essas tarefas finais lhe consomem cerca de dez minutos. Depois disso, ele encerra seu expediente. Combinamos deixar a entrevista para o dia seguinte.

Sexta-feira, 13 de abril – 5º dia

A manhã desta Sexta-feira 13 se inicia, como as outras, tranqüila. São pouco mais de 8 horas quando chego à redação. O repórter de Polícia está levantando suas pautas. Aproveito a considerável calma para lhe lembrar da entrevista. Ele se desculpa por não ter cedido na véspera. Faltando 20 minutos para as 9 horas, iniciamos a entrevista na sala de recepção de convidados. A entrevista é interrompida por uma pessoa que informa ao repórter que há dois policiais no jornal querendo lhe falar. Eu o aguardo na sala. Passado algum tempo, ele me avisa, educadamente, que lhe disseram que não poderíamos fazer a entrevista nesta sala. O jornalista pede desculpas. Como ele começa a se acumular de atividades, decidimos adiar o término da entrevista.

Enquanto isso, pergunto ao editor de Economia se posso entrevistá-lo. Considero pertinente essa entrevista, porque esse jornalista está presente em diversas decisões produtivas envolvendo matérias policiais. O editor se mostra contente com o convite, mas pede para

esperar algum tempo. Ainda pela manhã, ele me atende na sala de reunião de pauta. O jornalista se apresenta com mais de uma função, dizendo ser editor de Economia e “editor executivo”. Completa que, no momento, também está como chefe de reportagem.

Terminada essa entrevista, retorno à redação e busco me inteirar das pautas do repórter de Polícia. “Bem, eu tô com uma pauta sobre duas toneladas de maconha apreendidas pela Polícia Federal, tem uma suíte dos adolescentes agredidos (tô vendo se saiu o resultado do exame de corpo de delito) e uma tentativa de fuga do Presídio de Trânsito de Campo Grande.” Eu leio o jornal e lhe pergunto se saíram todas as matérias que ele fizera na véspera. “Não saiu o TL do treinamento da PRF e a matéria da jóia. Essa era pequena.”

A manhã está calma. O repórter não vai à rua apurar matérias. Ele as faz por telefone e a partir de *releases*. A chefe de reportagem não aparece para trabalhar. Ela dissera, no dia anterior, que não viria. Entrou de férias, mas, possivelmente, não retorna ao jornal.

Faltando cinco minutos para as 13 horas, Walter, já na função de chefe de reportagem substituto (e, certamente, definitivo), conversa com o Azael sobre as pautas – o repórter está sentado em sua mesa e o editor, a seu lado, de pé. O primeiro assunto é sobre a suíte dos adolescentes torturados. Walter pergunta se o resultado do exame de corpo de delito será usado para abrir o inquérito. “Vai servir pra indiciar os caras [que torturaram]. É pra indiciar”, explica o repórter. Continuam conversando sobre as pautas. “O pessoal da PM está fazendo a transferência de 28 presos do Presídio de Trânsito para a Máxima [os dois estabelecimentos ficam no mesmo complexo], enquanto consertam essas celas”, conta o repórter. Ele se refere aos problemas com tranca e fechadura encontrados pelos carcereiros em duas celas de onde alguns presos tentariam fugir. “Aí tem uma apreensão da PMA [Polícia Militar Ambiental] e da PM”, continua Azael. “Apreenderam o quê?”, quer saber o outro jornalista. O repórter abre um *release*. Procura por algum tempo e, por fim, responde: “É uma operação. Apreenderam pescado.” Seguem falando sobre as pautas. “E o caso do assassinato do estudante, vou fazer uma suíte. Vou ver se tem novidade”, conta Azael. “E esse caso da clínica [de aborto] não sei se vai ficar na Polícia...”, põe-se em dúvida o editor. “Não. Tá em Cidades”, corrige o repórter. O editor já vai saindo, quando Azael lhe diz: “Esqueci, Walter. Tem o caso... o protesto... Acho que é o abre.” O “protesto” fora realizado por estudantes durante a manhã na cidade de Miranda. Eles cobram maior agilidade nas investigações do assassinato de uma criança de nove anos, ocorrido há vários meses. “É que eu passei essa pra menina da tarde”, diz o editor. O repórter não quer abrir mão da pauta: “Eu fiz a matéria na época. Tenho foto no arquivo. Tenho contato com o delegado”, argumenta e convence o editor, que resolve: “Então, fica pra você.”

O repórter busca no arquivo de matérias do jornal uma notícia que fizera à época da morte da menina. Ele precisa resgatar o assunto por conta do protesto ocorrido pela manhã. Puxa no arquivo uma matéria intitulada: “Polícia ouve suspeito de violentar e matar criança”. A retranca do texto é “Miranda”. Lê matérias em *sites* de notícias sobre o protesto. Às 14h30 faz uma ligação para um delegado de Miranda, que cuida do caso. “O doutor João não está?” Não consegue encontrar o delegado. Decide conversar, então, com a pessoa que lhe atende. “Júlio, queria informações sobre esse protesto dos estudantes... da Camila [nome da criança]”, “A questão é do DNA. Nem é o caso da polícia” [aparenta estar repetindo a fala da fonte], “Vocês fizeram o trabalho de vocês. Eu sei. Eu acompanhei todo o caso na época”. Começa a receber algumas informações da fonte e as anota ligeiro em seu caderno. “Sabe dizer quantas pessoas tinham [na manifestação]?”, “Me fala uma coisa: o exame no sêmen na camisinha ainda não foi feito, né?”, “Quem tinha?”, “O IML. Certo”, “Tá bom. Beleza. Obrigado.”

O repórter continua a apuração da pauta, buscando pessoas das relações próximas da vítima. “Quem fala?”, diz ao telefone. “Odília, queria falar com a Cleidonil [madrinha da menina assassinada]”, “Obrigado”. Aguarda um tempo. “A Cleidonil foi ao banco!?”, “Eu sou Azael, do jornal *O Estado*. Ela tem celular?”, “Eu ligo daqui a pouquinho”, “Com quem eu falei?”, “Lídia?”, “Brigado, Lídia.” Volta a digitar. Consultas matérias de arquivo sobre o caso.

Faltam dez minutos para as 15 horas. Eu noto que os outros jornais impressos publicaram a foto do estudante vítima de latrocínio, enquanto o *O Estado* não. Busco saber o motivo. Pergunto à editora de Cidades. “Isso foi uma ridícula falta de planejamento. Eu fiquei pedindo essa foto até à noite”, esbraveja. Ela acredita que os outros jornais tenham tirado a imagem do *Orkut*.

São 14h55. Azael faz ligação para a madrinha da vítima. “Oh, Cleidonil, aqui quem fala é o Azael do jornal *O Estado*”, “Tô fazendo uma matéria sobre o protesto... [explica do que se trata]”, “Por que vocês tiveram essa iniciativa?”, “Colegas da escola onde a menina estudava”, “Vocês estão cobrando o resultado desses exames?”, “E tinha mais ou menos quantas pessoas?”, “Muita gente?”, “Cleidonil, você é o que da Camila?”, “E quem era o suspeito era o tio dela. E ele ainda está na cidade?”, “Não pode sair, né?”, “Qual o seu nome completo?”, “Sua idade?”, “Trinta e seis”, “Você é funcionária da prefeitura?”, “Tem um celular que eu possa ligar pra você?”, “Tá bom. Pega lá.” O jornalista anota os dados da fonte, despede-se e encerra o telefonema.

Passam das 15 horas e os jornalistas aparentam estar mais apressados. Noto que há seis repórteres telefonando. Também digitam enquanto falam ao telefone. Outros apenas

redigem seus textos ou lêem algo em seus computadores. Alguns andam ligeiro pela redação. Os fotógrafos descarregam fotos. Na tela do computador do Azael, há diversas janelas e programas abertos, correspondentes a matérias que digita, arquivos que consulta, *sites* e e-mails que acessa.

O jornalista pede ligação para a assessoria de imprensa da Polícia Civil. São 15h15. A telefonista demora cinco minutos para dar o retorno. O repórter espera ao telefone, mas ninguém lhe atende. Desiste. Pede nova ligação. “Adriana, liga de novo pra mim. É na Sejusp [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública]”. Aguarda por um minuto e desliga. Volta a falar com a telefonista: “Adriana, liga de novo pra mim, por favor!” Desta vez espera por mais de um minuto. Não consegue falar. Sua ansiedade e nervosismo aumentam a cada telefonema frustrado.

Enquanto isso, uma repórter de Cidades [Fernanda] conversa ao telefone com uma delegada, que lhe diz que uma médica, suspeita de prática ilegal de aborto e em cuja clínica a polícia apreendera remédios abortivos, estaria em instantes na delegacia para prestar depoimento. Ela passa a informação para o editor Walter, que pauta um fotógrafo para fazer fotos da suspeita. “Olha, não pode tirar foto da delegada. Ela me disse que não pode tirar foto dela!”, observa a repórter. “Qual é o nome da delegada?”, pergunta o repórter-fotográfico. “Regina”, informa a jornalista. “Azael, o 1º DP é onde?”, busca saber o fotógrafo. O repórter explica.

São 15h30. Azael está preocupado por não conseguir completar suas ligações. Ele tenta falar com fontes da Polícia Civil, do IML e da Sejusp, mas não tem êxito. “Não consigo falar com o IML”, partilha a angústia com um repórter. Ele está agitado. Olha para seu computador. Coça a cabeça. Balança ligeiro as pernas. Aciona a telefonista: “Adriana, qual o número que você tá ligando pra Sejusp aí?”. Ela passa o número e o repórter liga direto do seu telefone. Desta vez, consegue falar com alguém do outro lado da linha. “Alô, Daniela. Tudo bem?”, “Tô fazendo uma matéria do protesto em Miranda. Mais de 1500 estudantes foram pra rua”, “De um crime que aconteceu em junho do ano passado”. O repórter mais passa informações do que recebe. “Eles prenderam dois suspeitos e o delegado ficou esperando o laudo do IML. Simplesmente, o IML não emitiu o resultado. Não se pronuncia sobre isso...”, “Não, não tenho o número do inquérito”, “Tenho, tenho. O nome dela é Camila Pereira Florenciano”, “Dizem que é por falta de equipamento [o porquê da demora do resultado do exame]”, “Foram colocados em liberdade porque expirou o prazo da prisão preventiva”, “O que tenho de oficial... Essa informação que eu tenho é da família e foi passada pela Polícia Civil”, “Ainda não se transformou em processo, porque não tem o

laudo”, “Na verdade, Daniela, eu tô ligando mais pela questão do IML” [sua fala é mais incisiva], “Exatamente”, “Isso”. Desliga o telefone com ar de insucesso. Depois do telefonema, procura a editora Cristina para quem reclama de não conseguir falar com fonte do IML. Ele se preocupa mais com a falta de êxito em telefonemas para o IML, porque busca uma informação pontual: quer saber se já há resultado do exame de DNA, de responsabilidade desse instituto. Tenta falar com alguém da Sejusp, porque o IML está subsumido a essa secretaria. E quando busca fontes da Polícia Civil é para sondar se elas têm algo a acrescentar sobre o mesmo assunto.

Faltam quinze minutos para as 16 horas. Enquanto lê e altera matérias dos repórteres, a editora de Cidades come metade de um salgado e joga o resto na lixeira. Abre um pacote de bolacha de maisena e começa a comer. Exclama: “Huum, isso aqui é uma delícia!” Eu a abordo para me esclarecer sobre o pagamento de horas extras. “Sim, todo mundo recebe. Nós trabalhamos cinco horas e podemos exceder até duas horas, o que é pago como extra. Mas se, por acaso, passar dessas duas horas, também é pago hora extra”, explica.

Azael volta a ligar para uma das únicas fontes, com a qual conseguiu avanço na apuração. “Cleidonil, você sabe se esses exames foram encaminhados para a o IML de Campo Grande?”, “Certo. No início foram encaminhados para o IML de Aquidauana. Você se lembra?”, “E o delegado falou que isso que tá atrasando a investigação”, “Você tem o número do inquérito?”, “Tá com ele. Ok”, “É Azael”. Após confirmar seu nome para a fonte e perceber que, desta vez, ela não tem muito a acrescentar, o repórter se despede e finda a ligação. Depois disso, ele se lembra de consultar a *Internet* e diz reflexivo: “Quem sabe no *site* do TJ [Tribunal da Justiça] tem o número do processo da menina.” Até a tecnologia parece conspirar contra. O *site* está fora do ar. O repórter volta a digitar sua matéria.

Hoje a presença do diretor Alexandre na redação é mais acentuada. Volta e meia, ele chama algum repórter para conversar sobre a pauta que apura.

Às 16 horas, os dois policiais, que procuraram o Azael pela manhã, retornam ao jornal. O repórter se levanta com caderno e caneta e os atende na ante-sala do andar, onde fica a telefonista. Os três não se sentam para conversar. Um dos policiais está com camiseta preta, onde se pode ler, na parte de trás, “Academia de Polícia”. Após dez minutos, eles se despedem.

Azael resume a um repórter de Política [Afonso] o teor da conversa com os policiais. Ele conta que os seus visitantes estiveram numa reunião entre o governador do estado, André Puccinelli, e um pequeno grupo de aprovados em concurso para o ingresso na Polícia Civil. Era uma audiência viabilizada por alguns deputados para que os interessados pudessem

reivindicar de Puccinelli o decreto das posses. Irritado, o governador teria dito que iria postergar as posses dos aprovados até o concurso caducar. Os policiais, que estiveram no jornal, teriam gravado a fala do governador. Azael aparenta demonstrar interesse pelo caso, mas não faz a matéria. O assunto se transformaria numa pequena nota numa coluna de Política, na qual não são citados nomes e tudo é dito com sutileza. O repórter Afonso faria o pequeno texto.

Perto das 17 horas, Azael faz para mim um ligeiro balanço de sua produção. “Eu fiz quatro matérias. Vou fazer, agora, a quinta. Essa é de um BO da PRF.” Diz, ainda, que trabalhou a pauta sobre o protesto de estudantes em Miranda como abre.

Minutos depois, a editora de Cidades pergunta para o repórter quais as matérias que ele tem. Azael as cita. Ela está preocupada com um “buraco” na página. “Não tem mais?” O jornalista diz que não. “Faz mais uma pequenininha pra gente fechar. Não tem homicídio? Faz do homicídio.” O repórter volta para sua mesa e digita rápido uma matéria sobre um homicídio, sem fazer entrevistas, apenas a partir de uma nota da polícia. Alguns minutos depois, o texto está pronto.

De sua mesa, a editora grita para a repórter Silvia: “Oh Silvia, a Fernanda também não recebeu hora-extra?” Silvia teria reclamado para Cristina sobre o não-pagamento de horas extras. A editora é quem busca resolver essas questões tocantes a seus repórteres. A repórter não tem certeza se a outra colega também tivera problema no pagamento. Assim que entra na redação, Fernanda é abordada pela editora: “Fernanda, você não recebeu hora extra?” A repórter diz que não e a editora se propõe a resolver a questão.

Cristina pergunta ao repórter Azael sobre a identidade do suspeito de matar a menina de Miranda. Ele explica: “O nome do cara foi divulgado, mas como ele foi posto em liberdade eu não quis divulgar. Quando ele tava preso, eu coloquei o nome dele.” A editora acata a explicação e não altera o texto.

O repórter encerra seu expediente por volta das 17h30. Em seguida, ele me concede a entrevista na sala de reunião de pauta.

Imagem 8



Imagem 9



Imagem 10

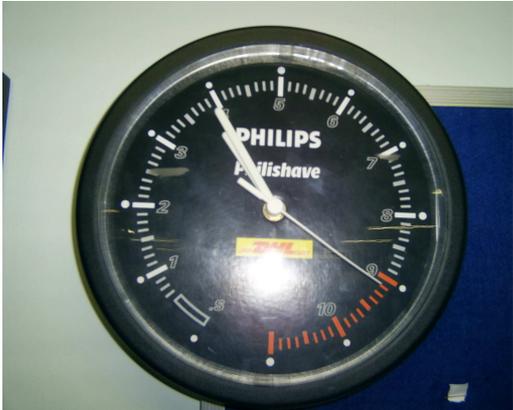


Imagem 11



Imagem 12



Capítulo 6: As notícias de crimes

6.1. Apresentação dos dados

Durante os dias de observação, foram publicadas 73 notícias de crimes concernentes a Mato Grosso do Sul¹⁷ nos jornais *Correio do Estado* e *O Estado de Mato Grosso do Sul*. Deste total geral, 45 foram publicadas no *Correio do Estado* e 28, no *O Estado*. O número maior de notícias no primeiro jornal decorre da quantidade acentuada de notas¹⁸ em coluna denominada “*Ronda*” e da colaboração de correspondentes do interior. Apenas duas dessas notícias se tornaram manchetes (as duas são do *Correio do Estado*). Das notícias de crimes constantes nos dois jornais, 33 foram produzidas pelos três jornalistas pesquisados. Deste total, os jornalistas de Polícia do *Correio do Estado*, Denilson Pinto e Eduardo Miranda, produziram 15 notícias, e o repórter de Polícia do outro jornal, Azael Júnior, produziu 18.

Para possibilitar a construção das análises, assunto da terceira parte, as notícias de crimes dos dois jornais foram ordenadas, de modo geral, conforme os seguintes aspectos: assuntos, fontes, caracterizações de vítimas e suspeitos/acusados/autores¹⁹ (tabela 1). As matérias produzidas pelos jornalistas pesquisados recebem atenção mais profunda, pois estão diretamente associadas às práticas observadas nas redações. Sobre essas notícias, há maior atenção aos tratamentos conferidos às vítimas e suspeitos, como também aos locais dos acontecimentos e das apurações pelos jornalistas [tabela 2]. Esses aspectos remetem a hierarquizações, “*valores-jornalista*”, percepções e representações do mundo, questões tratadas na parte subsequente.

A ordenação das notícias de acordo com os aspectos acima permite “quantificar” a relação estreita entre polícia e jornalismo policial. A polícia (as diversas corporações)

17 Foram publicadas outras notícias de crime, mas não sobre acontecimentos relativos a Mato Grosso do Sul. As notícias analisadas correspondem a produções dos dias da pesquisa: no *Correio do Estado*, de 2 a 6 de abril de 2007; e no *O Estado de Mato Grosso do Sul*, de 9 a 13 de abril. As edições são, portanto, as dos dias seguintes aos das observações. No entanto, no *Correio do Estado*, há duas matérias produzidas em dias da pesquisa, mas não publicadas em edições de dias seguintes. Trata-se das notícias intituladas “*Austríaco é preso em MS por vender telas milionárias roubadas*” (edição de 8 de abril, domingo) e “*Agentes querem ampliar poder em presídios*” (edição de 10 de abril, terça-feira).

18 Estão sendo consideradas notas notícias com até dois parágrafos e as que compõem a coluna “*Ronda*” do *Correio do Estado*.

19 Os jornalistas se referem aos supostos criminosos como suspeitos, acusados e/ou autores sem muito cuidado em distinguir os termos. Os suspeitos podem ser transformados, no mesmo parágrafo, em acusados (o que, em princípio, implica uma acusação, como a citação no inquérito policial) e em autores (o que pressupõe a certeza da culpa). Também são usados outros termos, como criminoso, bandido e marginal. Por conta desses empregos indiscriminados, será utilizado a partir daqui apenas o termo “suspeito”.

alimenta e orienta o fluxo de pautas, através de informações, sobretudo, sobre seu próprio trabalho. Das 73 notícias, 36 tratam de ações policiais²⁰ (investigações, prisões, apreensões, aplicações de multas, impedimentos de fugas de presos). A temática homicídio/morte²¹, na seqüência, aparece em 22 notícias. Narcotráfico/crime organizado²² é tema de 17 notícias. Em seguida, está assalto/roubo²³, assunto de 12 notícias. Acontecimentos sobre presídios são relatados em dez notícias, sobre processo judicial, em nove, e acerca de ferimentos e/ou morte de suspeitos, em três.

Há uma distância abismal entre a procura por fontes policiais e a por outras fontes. As polícias são fontes em 62 notícias. A Polícia Civil, a mais citada, é apresentada como fonte em 33 notícias. A segunda fonte mais procurada é o Ministério Público Estadual, presente em cinco textos. Agentes penitenciários são citados como fontes em quatro. Advogados e familiares de vítimas são fontes em três notícias cada. Vítimas também são fontes em três notícias. A Justiça Federal foi procurada duas vezes. Suspeito, por fim, aparece como fonte em uma notícia.

As informações das profissões ou ocupações e das idades das vítimas e dos suspeitos nem sempre estão presentes nas notícias. Em geral, as profissões dos envolvidos em crimes, conforme as notícias, são as exercidas por pessoas ocupantes de pontos baixos da estrutura social. As profissões das vítimas citadas são as seguintes: policial, bioquímica, vendedor de lanche, estudante, trabalhador braçal, trabalhador rural, militar do Corpo de Bombeiros, aposentado, ajudante-geral, funcionários de loja, motorista de ônibus, empreiteiro, empresário, radialista, sargento do Exército e marceneiro. Quanto aos suspeitos, foram mencionadas as profissões seguintes: mestre-de-obras, pedreiro, encarregado de fazenda, advogado, manicura, político, empresário, aposentado, trabalhador rural, trabalhador braçal, agente penitenciário, ajudante-geral, enfermeira, estudante, frentista, empreiteiro, comerciante, funcionário de loja, médica, além de duas situações em que as suspeitas estão desempregadas. De modo geral, as poucas suítes repercutem acontecimentos que envolvem pessoas em profissões consideradas como pertencentes ao universo da classe média ou alta. É o caso da morte de um empresário na região central de Campo Grande (nesta ocorrência específica, há outros elementos que tornam o assunto jornalisticamente importante e

20 A soma das notícias pelos aspectos “assunto” e “fonte” terá resultado superior ao número total. Isso porque cada notícia pode tratar de mais de um assunto e ter mais de uma fonte.

21 São empregados os dois termos (“homicídio” e “morte”), porque nem todas as mortes são apresentadas, nas notícias, como resultantes da prática do homicídio, mas a menção a homicídio é mais freqüente.

22 Do mesmo modo, o uso das duas expressões (“narcotráfico” e “crime organizado”) é necessário, porque há, nas notícias, crimes organizados diversos, entre os quais se destaca o de tráfico de drogas.

23 Semelhantemente às observações anteriores, são utilizados os dois termos, porque algumas notícias tratam de roubos e não de assaltos, mas as referências a esse tipo de crime são mais freqüentes.

merecedor de suítes, como o local do crime e a suposta culpa de um adolescente de 15 anos).

As citações das idades dos envolvidos é maior quando se trata de adolescentes, sobretudo, quando são referidos como suspeitos. Em algumas notícias, a idade não é precisada, mas há usos de expressões indicativas de uma faixa etária determinada, como “jovem”, “adolescente”, “rapaz” e “menor”. Das idades de vítimas citadas, a maior parte (nove) corresponde a pessoas no intervalo etário de 15 a 24 anos. Essa também é a faixa que predomina entre as idades mencionadas de suspeitos. Uma quantidade significativa (31 pessoas) tem entre 15 e 24 anos. Deste número, a maior parte (20 jovens) tem entre 15 e 19 anos. A distância do grupo com essas idades a outros é expressiva – a segunda faixa de idades (de 25 a 34 anos) em frequência de citações aparece em 13 notícias, ou seja, menos da metade do volume de suspeitos com 15 a 24 anos.

Do total geral de notícias, 33 são matérias (exclui-se, portanto, as notas) produzidas pelos jornalistas de Polícia pesquisados. Sobre essas notícias, há uma atenção mais profunda aos tratamentos conferidos às vítimas e aos suspeitos, como também observações dos lugares dos acontecimentos, das apurações e das matérias nas páginas. Essas relações com vítimas e suspeitos e essas dimensões espaciais ajudam nas análises desenvolvidas na terceira parte.

Os tratamentos dispensados pelos jornalistas variam, em geral, de acordo com os diferentes lugares dos acontecimentos e dos diferentes lugares sociais dos envolvidos. Vítimas ocupantes de pontos sociais diversos recebem distintos tratamentos, o que também ocorre com os suspeitos. Por exemplo, uma notícia sobre homicídio e tentativas de homicídios de jovens de periferia (“*Jovem é morto em briga de bar na Capital*”) faz referências às vítimas através de construções, como “*teriam se envolvido em uma confusão*” e “*bebia cerveja em um bar*”. São ações que podem conduzir à compreensão de que essas vítimas fizeram por merecer a violência sofrida. O mesmo sentido pode ser engendrado por formulações como “*usuário de drogas*”, “*tem antecedentes criminais*” e “*com tatuagem nas duas pernas e nas costas*”, também referentes a vítimas de periferias. Por outro lado, as referências gerais às vítimas de grupos situados socialmente em pontos mais elevados são positivas. Podem ser, por exemplo, mostradas como pessoas “cheias de vida”, preocupadas com o futuro, através de informações de que fazem um curso universitário e trabalham. É o caso da notícia sobre assalto e morte de um estudante na área central de Campo Grande (“*Estudante é assassinado durante roubo*”). Diferentemente das situações anteriores, o estatuto de vítima é incontestável. Esse sentido é possível através de construções como: “*cursava Relações Internacionais*”, “*trabalhava no setor financeiro de uma empresa*” e “*universitário entregou a carteira e o aparelho celular aos ladrões sem reagir*”.

As notícias circunscrevem áreas próprias para o crime. Em geral, são os bairros da periferia da cidade²⁴. Das 33 matérias feitas pelos pesquisados, a maioria (dez) tem a periferia como palco do crime. Esse número se torna mais significativo se for considerado que, em geral, as menções a bairros são feitas quando se trata de acontecimentos em Campo Grande. Do total de matérias, 20 relatam ocorrências da Capital. Assim, a metade das notícias referentes à cidade trata de acontecimentos nas periferias²⁵. Seis notícias fazem referências à região central e a bairros nobres, sendo que duas dessas notícias são *suítes* de um mesmo assunto (morte de empresário em frente de um hotel) e uma (“*Austríaco é preso em MS por vender telas milionárias roubadas*”) não menciona um bairro nobre como local de crime propriamente, mas como lugar de residência de suposto criminoso. Presídios, assunto de seis notícias, também são locais propulsores de pautas. Quanto às notícias do interior do estado, a maioria (sete) trabalha ocorrências em rodovias federais. Trata-se de ações policiais, sobretudo, de apreensões de drogas (cinco ocorrências noticiadas). A região de fronteira também é local recorrente, aparecendo em cinco notícias. Há seis notícias sobre ocorrências em cidades do interior que não estão na linha da fronteira. É preciso considerar, entretanto, a diferença entre a quantidade de cidades fronteiriças e a de não-fronteiriças: dos 78 municípios sul-mato-grossenses, 12 estão nas faixas de fronteira; ou seja, quase 85% das cidades do estado não são de fronteira. Como a diferença entre os volumes de notícias sobre ocorrências de crimes em cidades de fronteira e nas demais cidades é pequena (neste caso, de apenas uma matéria), a fronteira parece ser lugar de violência extrema e a maior parte do restante do estado, de grande tranqüilidade. As fronteiras com o Paraguai e com a Bolívia são, a partir de representações construídas nos jornais, *periferias* do estado, cuja função é a de permitir o escoamento de drogas para o território brasileiro.

Quanto à distribuição nos espaços dos jornais, dez das 33 matérias abrem páginas, sendo que duas delas ocupam, sozinhas, páginas inteiras. Dessas notícias em destaque, a metade trata de ações policiais (prisões, apreensões e combate ao contrabando), duas sobre mortes de membros de classe média e/ou alta, uma a respeito do suposto envolvimento de um político no crime de homicídio, uma acerca da mobilização de agentes penitenciários em busca de maior autonomia e uma sobre protesto popular contra a demora nas investigações da morte de uma criança. São acontecimentos que comportam valores-notícia significativos,

24 Estão sendo considerados periferia não apenas os bairros de pobreza extrema, de muita miséria, mas também os residentes por pessoas pobres e de classe média baixa e afastados do centro.

25 Há notícias que tratam, sob o mesmo título, de mais de um acontecimento, podendo ser um na região central ou bairro nobre e outros na periferia. Foram considerados, assim, os lugares de cada ocorrência, de tal modo que em um mesmo texto podem existir locais diversos de ocorrências noticiadas.

como elitismo e comoção popular, e eventos interessantes aos proporcionadores regulares de pautas (no caso, policiais e agentes penitenciários). As duas matérias, que ocupam páginas inteiras, tratam de ações da Polícia Federal.

Os dados também indicam que os jornalistas relatam sobre os acontecimentos a partir de seu próprio lugar, isto é, da redação. Das 33 notícias, 28 foram produzidas apenas nas redações. É o caso de todas as matérias de *abre*. Somente cinco pautas foram trabalhadas também fora das redações. Durante os dias da pesquisa, o repórter Eduardo fez duas matérias “de rua” e o Azael, três²⁶. As duas matérias produzidas pelo primeiro jornalista correspondem a pautas abertas a toda imprensa local e passadas por assessorias (entrega de reformas de um pavilhão de um presídio e apresentação de um preso numa delegacia). Já o Azael trabalhou, na rua, pautas não programadas por assessorias. Esteve duas vezes no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande e entrevistou um adolescente, vítima de tortura, na sua casa.

6.2. *Títulos das notícias e tabelas*

Abaixo seguem os títulos das 73 notícias publicadas pelos dois jornais durante os dias de pesquisa e duas tabelas referentes às observações acima. Os títulos em destaque correspondem às matérias produzidas pelos jornalistas pesquisados:

Títulos das notícias:

Jornal *Correio do Estado*

Terça-feira, 3 de abril

Página 9a

1. *Braçal encontrado morto dentro de forno de cerâmica*

2. *Polícia divulga foto de suspeito de matar bioquímica*

Página 10a

3. *Índios acusados de matar 2 policiais são libertados*

4. *Jovem é morto em briga de bar na Capital*

5. *Trio realiza sequestro relâmpago de casal*

Notas da coluna “Ronda”

6. *Criminalidade: Invasão de ladrões gera pânico em cyber café*

26 O repórter Azael saiu outras vezes para apurar matérias, mas de acontecimentos não relativos a crimes, como acidentes.

7. *Narcotráfico: Advogado preso com 6,5 quilos de cocaína, na BR-262*

8. *Caça: Polícia encontra mais um fugitivo da Polinter (foto de arma)*

9. *Violência: Homem morto com facada na barriga em Aquidauana*

Página 11a

10. *Assaltantes armados levam caminhonete*

Quarta-feira, 4 de abril

Página 9a

11. *Manicure é presa por planejar a morte de seu ex-marido*

12. *Morte de militar do Corpo de Bombeiros ainda não foi esclarecida*

13. *Juiz começa a ouvir testemunhas*

Página 10a

14. *Mestre-de-obras confessa que assassinou bioquímica*

15. *Dois acusados de homicídio são presos*

16. *Homem leva dois tiros ao tentar assalto*

Notas da coluna “Ronda”

17. *Boca-de-fumo: PM prende dois e apreende drogas, armas e dinheiro falso*

18. *Fiscalização: PRF retém 104 kg de maconha em Ponta Porã e Bataguassu*

19. *Assalto: Aposentado roubado durante caminha*

20. *Narcotráfico: Passageira de ônibus levava cocaína para Campo Grande*

Página 11a

21. *PMA embarga atividades em duas carvoarias*

Página 12a

22. *DOF apreende droga*

Quinta-feira, 5 de abril

Página 9a

23. *PF apreende 500 máquinas caça-níqueis*

Página 10a

24. *Suspeito de roubo é morto pela PM*

25. *Presídio reformado entregue com as grades cerradas*

26. *Presidiário da Máxima foge e outro é ferido*

Página 11a

27. *Motociclista é detido pela Guarda Municipal*

28. *Morte de menor vai ser lembrada em Corumbá*

Página 12a

29. Preso o trio acusado de render família em assalto

30. Ladrões atacam até vendedor de lanches

Sexta-feira, 6 de abril

Página 10a

31. Policial reage a roubo e mata adolescente com cinco tiros

32. Jovem assassinado em frente de igreja

33. Presos promovem farra com cachaça

Notas da coluna “Ronda”

34. Campo Grande: Homem preso por assassinato que teria cometido há 18 anos
(com foto)

35. Narcotráfico: Polícias apreendem 96 quilos de maconha em estradas

36. Rotina: Motorista de ônibus assaltado pela segunda vez em 30 dias

Página 11a

37. Policial militar prende suspeito de realizar tráfico de drogas

38. Polícia Rodoviária deteve pedreiro que levava seis quilos de cocaína

39. Três são acusados de assalto a supermercado e a vendedor de lanches

Sábado, 7 de abril

Capa (machete):

Menor mata empreiteiro a tiros na porta de hotel

Página 10a

40. Empreiteiro é morto por adolescente com 4 tiros

41. Pintor é preso pela PRF com submetralhadora

42. Trio é apreendido por roubar loja no centro e duas universitárias

Página 11a

43. Polícia Rodoviária consegue barrar carga de 1,2 tonelada de maconha

Domingo, 8 de abril

Capa (manchete)

Austríaco é preso por vender obras de arte roubadas

Página 11a

44. Austríaco é preso em MS por vender telas milionárias roubadas

Terça-feira, 10 de abril

45. Agentes querem ampliar poder em presídios

Jornal O Estado de Mato Grosso do Sul**Terça-feira, 10 de abril**

Página 11

1. Doleiro de Beira-Mar quer cumprir pena em Campo Grande

Página 12

2. Polícia ouve mulher de empresário assassinado

3. Extradicação de austríaco pode demorar 18 meses

4. Dois são presos por morte de sargento

Quarta-feira, 11 de abril

Página 13

5. Polícia endurece e contrabando 'migra'

6. Cobrança de dívida termina com um morto e dois feridos

7. Agentes controlam princípio de motim

8. Polícia levanta terceira hipótese para assassinato

9. Preso nega acusações durante depoimento

10. Trio é preso por roubo no Aero Rancho

Quinta-feira, 12 de abril

Página 16

11. Servidores de Cassilândia são presos

12. Polícia apreende cocaína e haxixe em ônibus

13. Ação da Campina Verde volta a tramitar

14. Polícia fecha garimpo ilegal em Rochedo

Página 17

15. Ex-prefeito vai a julgamento por homicídio

16. Clima volta a ficar calmo na Máxima após pente-fino

17. Agricultor é assassinado em Indápolis

18. EUA inauguram heliporto na fronteira

Sexta-feira, 13 de abril

Página 13

19. Estudante é assassinado durante roubo

20. Menores denunciam tortura em mercado

21. Júri de ex-prefeito de Sapucaia é adiado

22. Polícia recupera picape depois de trocas de tiros

Sábado, 14 de abril

Página 15

23. Polícia acha Cytotec e arma em clínica

24. Defesa de Beira-Mar pede suspensão de processo

Página 16

25. Miranda protesta contra impunidade

26. PF apreende 2,2 toneladas de maconha

27. Homem é morto com dois tiros em Naviraí

28. Agentes e PMs impedem fuga de detentos

Tabela 1: Quadro geral de notícias relativas a crimes

Correio do Estado					
<i>Notícias</i>	<i>Assunto/ local</i>	<i>Fonte</i>	<i>Vítima (profissão/ qualificação e idade)</i>	<i>Suspeito (profissão/ qualificação e idade)</i>	<i>Data e página</i>
<i>1. Braçal encontrado...</i>	<i>Homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Trabalhador braçal, 28</i>	<i>Encarregado-geral</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>2. Polícia divulga foto...</i>	<i>Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil e advogado da vítima</i>	<i>Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48</i>	<i>construtor</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>3. Índios acusados de matar...</i>	<i>Decisão judicial e homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil e “fontes extra- oficiais”</i>	<i>Policiais civis</i>	<i>“indígenas”</i>	<i>3 de abril, Página 10a</i>
<i>4. Jovem é morto em briga de bar na Capital</i>	<i>Homicídio e tentativas de homicídio (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Militar e IML</i>	<i>1º: ajudante- geral, 2, colega, 19; 2º: ajudante- geral, 31 anos</i>	<i>1º: Não identificado 2º: Apenas o primeiro nome</i>	<i>3 de abril, Página 10a</i>
<i>5. Trio realiza sequestro relâmpago de casal</i>	<i>“seqüestro relâmpago”, assalto (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>51 e 46 anos</i>	<i>_____</i>	<i>3 de abril, Página 10a</i>

Correio do Estado					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
<i>1. Braçal encontrado...</i>	<i>Homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Trabalhador braçal, 28</i>	<i>Encarregado-geral</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>2. Polícia divulga foto...</i>	<i>Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil e advogado da vítima</i>	<i>Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48</i>	<i>construtor</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>6. Invasão de ladrões gera... [nota]</i>	<i>Assalto (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Funcionários de loja e clientes</i>	<i>Trio</i>	<i>3 de abril, Página 10a</i>
<i>7. Advogado preso com... [nota]</i>	<i>Ação policial, narcotráfico (Anastácio)</i>	<i>PRF</i>	_____	<i>Advogado, 52</i>	<i>3 de abril, Página 10a</i>
<i>8. Polícia encontra mais um... [nota]</i>	<i>Ação policial, presídio (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	_____	<i>Foragido, 21 anos</i>	<i>3 de abril, Página 10a</i>
<i>9. Homem morto com facada... [nota]</i>	<i>Homicídio (Aquidauana)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>31 anos</i>	_____	<i>3 de abril, Página 10a</i>
<i>10. Assaltantes armados levam...</i>	<i>Assalto (Ponta Porã)</i>	<i>Polícia e vítima</i>	<i>Apenas o nome</i>	<i>“Dois marginais”</i>	<i>3 de abril, Página 11a</i>
<i>11. Manicure é presa...</i>	<i>Ação policial, homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Ex-marido, 55</i>	<i>Manicure, 49, aposentado, 52 e braçal, 27</i>	<i>4 de abril, Página 9a</i>
<i>12. Morte de militar do Corpo de...</i>	<i>Ação policial, investigação, morte, suicídio (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Militar do Corpo de Bombeiros, 49</i>	<i>Agente penitenciário, 43</i>	<i>4 de abril, Página 9a</i>
<i>13. Juiz começa a ouvir...</i>	<i>Investigação judicial, crime organizado (Três Lagoas)</i>	<i>MPE</i>	_____	_____	<i>4 de abril, Página 9a</i>
<i>14. Mestre-de- obras confessa...</i>	<i>Ação policial, investigação, homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 47</i>	<i>Mestre-de-obras, 54</i>	<i>4 de abril, Página 10a</i>
<i>15. Dois acusados de homicídio...</i>	<i>Ação policial, homicídio (Campo Grande)</i>	<i>Polícia e um dos presos</i>	<i>1ª: 31 anos 2ª: 23 anos</i>	<i>1º: ajudante-geral, 27 2º: 33 anos</i>	<i>4 de abril, Página 10a</i>
<i>16. Homem</i>	<i>Tentativa de</i>	<i>Polícia Militar,</i>	<i>Moradores</i>	<i>Ladrão, 28</i>	<i>4 de abril,</i>

Correio do Estado					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
<i>1. Braçal encontrado...</i>	<i>Homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Trabalhador braçal, 28</i>	<i>Encarregado-geral</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>2. Polícia divulga foto...</i>	<i>Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil e advogado da vítima</i>	<i>Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48</i>	<i>construtor</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>leva dois tiros...</i>	<i>assalto e ferimento grave do suposto assaltante (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil e vítima</i>	<i>(entre os quais, o autor dos disparos)</i>		<i>Página 10a</i>
<i>17. PM prende dois e... [nota]</i>	<i>Ação policial, narcotráfico (Capital)</i>	<i>Polícia Militar</i>	_____	<i>18 e 20 anos</i>	<i>4 de abril, Página 10a</i>
<i>18. PRF retém 104 kg de maconha... [nota]</i>	<i>Ação policial, narcotráfico (Ponta Porã e Bataguassu)</i>	<i>PRF</i>	_____	<i>1º: enfermeira, 27 e estudante, 19 2º: vendedor, 40</i>	<i>4 de abril, Página 10a</i>
<i>19. Aposentado roubado durante... [nota]</i>	<i>Assalto (não cita a cidade)</i>	<i>Não menciona</i>	<i>Aposentado, 66</i>	<i>“dupla de bandidos”</i>	<i>4 de abril, Página 10a</i>
<i>20. Passageira de ônibus levava... [nota]</i>	<i>Ação policial, narcotráfico (Ponta Porã)</i>	<i>PRF</i>	_____	<i>Desempregada, 21 anos</i>	<i>4 de abril, Página 10a</i>
<i>21. PMA embarga atividades...</i>	<i>Ação policial (Três Lagoas)</i>	<i>PMA</i>	_____	_____	<i>4 de abril, Página 11a</i>
<i>22. DOF apreende... [nota]</i>	<i>Ação policial, narcotráfico (Corumbá)</i>	<i>DOF (Departamento de Operações de Fronteira)</i>	_____	<i>“Traficante”, 31; passageiro do ônibus, 18; passageira, 29</i>	<i>4 de abril, Página 12a</i>
<i>23. PF apreende 500...</i>	<i>Ação policial, crime organizado (cidades diversas)</i>	<i>Polícia Federal</i>	_____	<i>empresário</i>	<i>5 de abril, Página 9a</i>
<i>24. Suspeito de roubo é morto...</i>	<i>Ação policial, morte (Campo Grande)</i>	<i>Polícias Militar e Civil</i>	<i>Policial militar</i>	<i>Adolescente e jovens de 18, 20 e 22</i>	<i>5 de abril, Página 10a</i>
<i>25. Presídio reformado entregue...</i>	<i>Presídio (Campo Grande)</i>	<i>Secretário de Estado e agentes penitenciários</i>	_____	_____	<i>5 de abril, Página 10a</i>
<i>26. Presidiário</i>	<i>Presídio, ação</i>	<i>Agentes</i>		<i>Presos</i>	<i>5 de abril,</i>

Correio do Estado					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
1. Braçal encontrado...	Homicídio (Dourados)	Polícia Civil	Trabalhador braçal, 28	Encarregado-geral	3 de abril, Página 9a
2. Polícia divulga foto...	Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)	Polícia Civil e advogado da vítima	Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48	construtor	3 de abril, Página 9a
da Máxima foge...	policial (Campo Grande)	penitenciários	_____		Página 10a
27. Motociclista é detido...	Ação policial, porte ilegal de arma (Dourados)	Guarda Municipal e PRF	_____	1º: 19 anos 2º: padeiro, 37	5 de abril, Página 11a
28. Morte de menor...	Passeata (Corumbá)	Organizadores da passeata	Criança, 6 anos	“Cinco marginais”	5 de abril, Página 11a
29. Preso o trio acusado de render família em assalto	Ação policial, assalto (Campo Grande)	Polícia Civil	1ª: proprietário da residência, seu filho e duas empregadas; 2ª: sem identificações	1º: Pedreiros, 18 e 19 outro, 19 anos; 2º: 19 anos	5 de abril, Página 12a
30. Ladrões atacam vendedor...	Assalto (Dourados)	Não cita fonte	Vendedor de lanches, 52	“três rapazes armados, aparentando serem menores de idade”	5 de abril, Página 12a
31. Policial reage a roubo e mata...	Tentativa de assalto e morte de assaltante (Dourados)	Polícia Civil	Policial civil (que matou o adolescente), 26 e sua noiva, 21	Adolescente, 17 anos	6 de abril, Página 10a
32. Jovem assassinado em frente...	Homicídio (Campo Grande)	Polícia Civil	“Rapaz”, 22 anos	_____	6 de abril, Página 10a
33. Presos promovem farra com...	Presídio (Dourados)	Polícia Militar	_____	presos	6 de abril, Página 10a
34. Homem preso por assassinato... [nota]	Ação policial, homicídio (Campo Grande)	Polícia Civil	“amante da mulher do acusado”	“acusado”, 46	6 de abril, Página 10a
35. Polícias apreendem 96 quilos de... [nota]	Ação policial, narcotráfico (Ponta Porã, Camapuã e Nova Alvorada do Sul)	PRF e PRE	_____	1º: “motorista do veículo”, 51 e “uma adolescente”, 17; 2º: frentista, 21; 3º: desempregada,	6 de abril, Página 10a

Correio do Estado					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
1. Braçal encontrado...	Homicídio (Dourados)	Polícia Civil	Trabalhador braçal, 28	Encarregado-geral	3 de abril, Página 9a
2. Polícia divulga foto...	Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)	Polícia Civil e advogado da vítima	Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48	construtor	3 de abril, Página 9a
				27	
36. Motorista de ônibus assaltado... [nota]	Assalto (Campo Grande)	Polícia Civil	Motorista de ônibus	“Dois rapazes armados”	6 de abril, Página 10a
37. Policial militar prende...	Ação policial, narcotráfico (Dourados)	Polícia Militar	_____	42 anos	6 de abril, Página 11a
38. Polícia Rodoviária deteve...	Ação policial, narcotráfico (Miranda)	PRF	_____	Pedreiro equatoriano, 36	6 de abril, Página 11a
39. Três são acusados de assalto...	Ação policial, assalto (Dourados)	Polícia Civil	1º: “supermercado e vendedor de cachorro quente” 2º: sem identificação	1º: “acusados”, 15, 18 e 18 anos; 2º: braçal, 21 anos	6 de abril, Página 11a
40. Empreiteiro é morto por adolescente com 4 tiros	Homicídio (Campo Grande)	Polícia Civil de Campo Grande e de Promissão (SP) e funcionário do hotel	Empreiteiro, empresário, 58	Adolescente, 15	7 de abril, Página 10a
41. Pintor é preso pela...	Ação policial (Campo Grande)	PRF	_____	Pintor, 23	7 de abril, Página 10a
42. Trio é apreendido por roubar...	Ação policial, roubo (Dourados)	Polícia Civil	“Loja de acessórios” e “duas universitárias”	Adolescentes, 15, 16 e 17 anos e adulto, 37	7 de abril, Página 10a
43. Polícia Rodoviária consegue...	Ação policial, narcotráfico (Campo Grande)	PRF	_____	1º: motorista do veículo, 58 anos; 2º: 50 e 20 anos	7 de abril, Página 11a
44. Austríaco é preso em MS por...	Ação policial, roubo, crime organizado (Campo Grande)	Sites da Justiça (STF) e de outros jornais	_____	Empresário austríaco, 59	8 de abril, Página 10a

Correio do Estado					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
<i>1. Braçal encontrado...</i>	<i>Homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Trabalhador braçal, 28</i>	<i>Encarregado-geral</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>2. Polícia divulga foto...</i>	<i>Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil e advogado da vítima</i>	<i>Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48</i>	<i>construtor</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
45. Agentes querem ampliar poder em presídios	<i>Presídio (Campo Grande)</i>	<i>Agente penitenciário e Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp)</i>	_____	_____	<i>10 de abril, Página 9a</i>
O Estado de Mato Grosso do Sul					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
<i>1. Doleiro de Beira-Mar quer...</i>	<i>Processo judicial, narcotráfico, presídio (Campo Grande)</i>	<i>MPE</i>	_____	<i>Doleiro libanês, 36</i>	<i>10 de abril, Página 11</i>
2. Polícia ouve mulher de...	<i>Ação policial, investigação, homicídio (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Empresário, 48</i>	<i>Adolescente</i>	<i>10 de abril, Página 12</i>
<i>3. Extradicação de austríaco...</i>	<i>Processo judicial, roubo, crime organizado (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Federal</i>	<i>Galeria de arte britânica</i>	<i>Empresário austríaco, 59</i>	<i>10 de abril, página 12</i>
4. Dois são presos por morte de sargento	<i>Ação policial, homicídio (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Sargento do Exército, 38</i>	<i>27 anos</i>	<i>10 de abril, Página 12</i>
5. Polícia endurece e...	<i>Contrabando (Ponta Porã e Mundo Novo)</i>	<i>PRF e Receita Federal</i>	_____	_____	<i>11 de abril, Página 13</i>
<i>6. Cobrança de dívida termina...</i>	<i>Homicídio e tentativas de homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Marceneiro, 41 (morto), seu filho, 18, e mulher do marceneiro, 52 (feridos)</i>	<i>Empreiteiro, 48, seu filho e outro homem</i>	<i>11 de abril, Página 13</i>
7. Agentes controlam	<i>Presídio (Campo Grande)</i>	<i>Agentes penitenciários</i>	_____	<i>presos</i>	<i>11 de abril, Página 13</i>

Correio do Estado					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
<i>1. Braçal encontrado...</i>	<i>Homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Trabalhador braçal, 28</i>	<i>Encarregado-geral</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>2. Polícia divulga foto...</i>	<i>Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil e advogado da vítima</i>	<i>Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48</i>	<i>construtor</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>princípio...</i>					
<i>8. Polícia levanta terceira...</i>	<i>Ação policial, investigação, homicídio (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Empresário, 48</i>	<i>Adolescente e esposa da vítima, 52</i>	<i>11 de abril, Página 13</i>
<i>9. Preso nega acusações...</i>	<i>Ação judicial, depoimento de preso, presídio, homicídio (Campo Grande)</i>	<i>Justiça Federal</i>	<i>_____</i>	<i>Preso, 35</i>	<i>11 de abril, Página 13</i>
<i>10. Trio é preso por...</i>	<i>Ação policial, assalto (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Mercado</i>	<i>19, 19 e 27 anos</i>	<i>11 de abril, Página 13</i>
<i>11. Servidores de Cassilândia...</i>	<i>Ação policial, fraudes em prefeitura (Cassilândia)</i>	<i>Promotor do MPE</i>	<i>_____</i>	<i>Funcionários públicos</i>	<i>12 de abril, Página 16</i>
<i>12. Polícia apreende cocaína...</i>	<i>Ação policial, narcotráfico (Campo Grande e Ponta Porã)</i>	<i>Polícia Civil e PRF</i>	<i>_____</i>	<i>1º: não encontrado 2º: 22 anos</i>	<i>12 de abril, Página 16</i>
<i>13. Ação da Campina Verde...</i>	<i>Processo judicial (Campo Grande)</i>	<i>Advogados das partes</i>	<i>_____</i>	<i>Empresários (pai e dois filhos)</i>	<i>12 de abril, Página 16</i>
<i>14. Polícia fecha garimpo...</i>	<i>Ação policial, crime ambiental (Rochedo, Bonito e Batayporã)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>_____</i>	<i>1º: garimpeiro, 35 2º: proprietária de carvoaria 3º: casal</i>	<i>12 de abril, Página 16</i>
<i>15. Ex-prefeito vai a julgamento...</i>	<i>Ação judicial, homicídio (Coronel Sapucaia)</i>	<i>MPE, sites de notícias e arquivo do jornal</i>	<i>Radialista</i>	<i>Político, 54 Genro do ex- prefeito, 30, campeiro, 26 e dois irmãos</i>	<i>12 de abril, Página 17</i>
<i>16. Clima volta a ficar calmo...</i>	<i>Presídio (Campo Grande)</i>	<i>Agentes penitenciários</i>	<i>_____</i>	<i>Presos</i>	<i>12 de abril, Página 17</i>

Correio do Estado					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
<i>1. Braçal encontrado...</i>	<i>Homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>Trabalhador braçal, 28</i>	<i>Encarregado-geral</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>2. Polícia divulga foto...</i>	<i>Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia Civil e advogado da vítima</i>	<i>Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48</i>	<i>construtor</i>	<i>3 de abril, Página 9a</i>
<i>17. Agricultor é assassinado...</i>	<i>Homicídio (Dourados)</i>	<i>Polícia</i>	<i>Agricultor, 49</i>	<i>Agricultor, 37</i>	<i>12 de abril, Página 17</i>
<i>18. EUA inauguram heliporto...</i>	<i>Ação governamental, narcotráfico (região de fronteira)</i>	<i>Embaixador americano</i>	<i>_____</i>	<i>_____</i>	<i>12 de abril, Página 17</i>
<i>19. Estudante é assassinado durante roubo</i>	<i>Assalto e morte (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil e familiares da vítima (1ª)</i>	<i>1ª: Universitário, funcionário de autopeças, 24, 2ª: 18 anos</i>	<i>1º: Dois rapazes, “usuários de drogas” 2º: sem identificação</i>	<i>13 de abril, Página 13</i>
<i>20. Menores denunciam tortura em mercado</i>	<i>Tortura, agressão, cárcere privado (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil, adolescente e seus familiares e advogado dos suspeitos</i>	<i>Adolescentes, 14 e 15 anos</i>	<i>Comerciante, 30, funcionários do mercado, 24 e 30 anos</i>	<i>13 de abril, Página 13</i>
<i>21. Júri de ex- prefeito é adiado...</i>	<i>Ação judicial (Coronel Sapucaia)</i>	<i>MPE</i>	<i>Radialista</i>	<i>Político, 54</i>	<i>13 de abril, Página 13</i>
<i>22. Polícia recupera picape...</i>	<i>Ação policial (Mundo Novo)</i>	<i>PRF</i>	<i>_____</i>	<i>Sem identificação (fugiu)</i>	<i>13 de abril, Página 13</i>
<i>23. Polícia acha Cytotec...</i>	<i>Ação policial, prática ilegal de aborto (Campo Grande)</i>	<i>Polícia Civil</i>	<i>_____</i>	<i>Médica</i>	<i>14 de abril, Página 15</i>
<i>24. Defesa de Beira-Mar pede...</i>	<i>Ação judicial, narcotráfico (Campo Grande)</i>	<i>Juiz federal</i>	<i>_____</i>	<i>Narcotraficante</i>	<i>14 de abril, Página 15</i>
<i>25. Miranda protesta contra...</i>	<i>Passeata, homicídio (Miranda)</i>	<i>Polícia Civil e familiar da vítima</i>	<i>Estudante, 9 anos</i>	<i>Parente da vítima e um adolescente</i>	<i>14 de abril, Página 16</i>
<i>26. PF apreende 2,2 toneladas de maconha</i>	<i>Ação policial, narcotráfico (Amambai, Douradina e Naviraí)</i>	<i>Polícia Federal</i>	<i>_____</i>	<i>1º: Motorista do veículo, identificações não divulgados pela polícia;</i>	<i>14 de abril, Página 16</i>

Correio do Estado					
Notícias	Assunto/ local	Fonte	Vítima (profissão/ qualificação e idade)	Suspeito (profissão/ qualificação e idade)	Data e página
1. Braçal encontrado...	Homicídio (Dourados)	Polícia Civil	Trabalhador braçal, 28	Encarregado-geral	3 de abril, Página 9a
2. Polícia divulga foto...	Ação policial, investigação de homicídio (Dourados)	Polícia Civil e advogado da vítima	Bioquímica e ex-esposa de deputado federal, 48	construtor	3 de abril, Página 9a
				2º: boliviano, 25	
27. Homem é morto com dois tiros...	Homicídio (Naviraí)	Polícia Civil	Trabalhador rural, 38	Não identificado	14 de abril, Página 16
28. Agentes e PMs impedem...	Ação policial, presídio (Campo Grande)	Polícia Militar	_____	Presos	14 de abril, Página 16

Tabela 2: Quadro de matérias produzidas pelos jornalistas de Polícia pesquisados

Jornais Correio do Estado e O Estado de Mato Grosso do Sul						
Notícia	Jornalista	Referências à vítima	Referências ao suspeito/ acusado	Local da ocorrência	Espaço na página	Apuração (local)
1. Jovem é morto em briga de bar na Capital	Eduardo Miranda	1. “Teriam se envolvido em uma confusão”, estava num bar ; 2. “bebia cerveja em um bar”	Apenas citação do primeiro nome relativo ao segundo caso	Periferia de Campo Grande	Parte inferior da página, sem foto, 9 parágrafos em 4 colunas, duas ocorrências	Da redação
2. Trio realiza sequestro relâmpago de casal	Eduardo Miranda	Casal de meia-idade	“Trio de ladrões”, “acusados com revólveres”, “bandidos armados”, “criminosos”	Avenida de acesso a uma universidade, que atravessa bairros de periferia	Cercado no canto inferior da página, sem foto, 5 parágrafos em 4 colunas	Da redação
3. Morte de militar do Corpo de Bombeiros ainda não foi esclarecida	Eduardo Miranda	Soldado do Corpo de Bombeiros	“Marido dela”, “agente penitenciário estadual”	Periferia	Parte inferior, sem foto, 5 parágrafos em 3 colunas	Da redação
4. Dois	Eduardo	pelos nomes	Acusados de	Cita as	Parte	1. Da

Jornais <i>Correio do Estado</i> e <i>O Estado de Mato Grosso do Sul</i>						
<i>Notícia</i>	<i>Jornalista</i>	<i>Referências à vítima</i>	<i>Referências ao suspeito/ acusado</i>	<i>Local da ocorrência</i>	<i>Espaço na página</i>	<i>Apuração (local)</i>
<i>acusados de homicídio são presos</i>	<i>Miranda</i>		<i>homicídio, suspeito de assassinato</i>	<i>idades (interior e Campo Grande) e o bairro (periferia) de um dos crimes</i>	<i>inferior, foto em uma coluna de um preso (close), 4 parágrafos em 3 colunas, duas ocorrências</i>	<i>delegacia 2. Da redação</i>
<i>5. PF apreende 500 máquinas caça-níqueis</i>	<i>Eduardo Miranda e correspondentes</i>	_____	<i>empresário</i>	<i>Região central, bares e lanchonetes em áreas de grande concentração, cidades do interior; perto de escola</i>	<i>Toda a página, 10 parágrafos em 6 colunas, 3 fotos grandes, 2 intertítulos</i>	<i>Da redação</i>
<i>6. Suspeito de roubo é morto pela PM</i>	<i>Eduardo Miranda</i>	<i>Cabo da PM</i>	<i>Rapazes Suspeitos de assalto, suspeitos, envolvimento no assassinato</i>	<i>Periferia</i>	<i>Abre de página, 6 parágrafos em 3 colunas, foto em 3 colunas,</i>	<i>Da redação</i>
<i>7. Presídio reformado entregue com grades de celas serradas</i>	<i>Eduardo Miranda</i>	_____	_____	<i>Presídio</i>	<i>Mais da metade da página, 5 parágrafos em 6 colunas, 3 foto (2 colunas cada)</i>	<i>Do presídio (coletiva)</i>
<i>8. Presidiário da Máxima foge e outro é ferido</i>	<i>Denilson Pinto</i>	_____	<i>Internos, presidiário</i>	<i>Presídio</i>	<i>No mesmo cercado da outra matéria, 3 parágrafos em 4 colunas, foto em 4 colunas</i>	<i>Da redação</i>
<i>9. Preso o trio acusado de render família</i>	<i>Denilson Pinto</i>	<i>1º: família, dono do imóvel 2º: mulher</i>	<i>Trio, veio do interior para praticar crimes na Capital, suspeitos,</i>	<i>1º: bairro nobre; 2º: Periferia</i>	<i>Duas ocorrências, 5 parágrafos em 4 colunas, foto</i>	<i>Da redação</i>

Jornais Correio do Estado e O Estado de Mato Grosso do Sul						
<i>Notícia</i>	<i>Jornalista</i>	<i>Referências à vítima</i>	<i>Referências ao suspeito/ acusado</i>	<i>Local da ocorrência</i>	<i>Espaço na página</i>	<i>Apuração (local)</i>
			<i>acusados, marginais; 2º: acusado, autor do assalto</i>		<i>em 3 colunas, abre de página</i>	
<i>10. Jovem assassinado em frente de igreja</i>	<i>Eduardo Miranda</i>	<i>Jovem, rapaz, cadáver, com tatuagem nas duas pernas e nas costas</i>	_____	<i>Periferia, em frente a uma igreja</i>	<i>Parte inferior da página, cercado, 5 parágrafos em 4 colunas, sem foto</i>	<i>Da redação</i>
<i>11. Polícia Rodoviária deteve pedreiro que levava seis quilos de cocaína</i>	<i>Eduardo Miranda</i>	_____	<i>Equatoriano, pedreiro</i>	<i>Rodovia federal, perto de cidade do interior</i>	<i>Parte inferior da página, 5 parágrafos em x colunas, com foto da PRF</i>	<i>Da redação</i>
<i>12. Empreiteiro é morto por adolescente com 4 tiros</i>	<i>Denilson Pinto</i>	<i>Empreiteiro, vítima, denunciado pela esposa, teria sido preso</i>	<i>Adolescente, suspeito de ser o autor, menor de idade, sobrevivendo de esmolas nos semáforos, acusado, roubou revólver, usuário de “crack”, sob influência de drogas</i>	<i>Área central, frente de hotel</i>	<i>Mais da metade da página, parte superior, título em vermelho com fundo preto, 4 fotos, 1 boxe, 10 parágrafos (com boxe) em 6 colunas</i>	<i>Da redação</i>
<i>13. Pintor é preso pela PRF com submetralhadora</i>	<i>Denilson Pinto</i>	_____	<i>Pintor, [confesso]: “disse que receberia...”, etc. (revela detalhes)</i>	<i>Rodovia federal, Campo Grande</i>	<i>Parte inferior, 3 parágrafos em 4 colunas, 2 fotos (close do preso)</i>	<i>Da redação</i>
<i>14. Austríaco é preso em MS por vender telas milionárias roubadas</i>	<i>Denilson Pinto</i>	_____	<i>Suspeito de..., conhecido como empresário da noite campo-grandense, [empreendedor] : comprou casa,</i>	<i>Bairro nobre</i>	<i>Toda a página, com dois boxe, no total de 27 parágrafos em 6 colunas, três</i>	<i>Da redação (consulta a sites)</i>

Jornais <i>Correio do Estado</i> e <i>O Estado de Mato Grosso do Sul</i>						
Notícia	Jornalista	Referências à vítima	Referências ao suspeito/ acusado	Local da ocorrência	Espaço na página	Apuração (local)
			<i>empresário no ramo de bares...</i>		<i>fotos</i>	
<i>15. Agentes querem ampliar poder em presídios</i>	<i>Eduardo Miranda</i>	_____	_____	<i>Presídio</i>	<i>Abre de página, metade superior, 7 parágrafos em 6 colunas, foto em x colunas</i>	<i>Da redação (apurada em mais de um dia)</i>
<i>16. Polícia ouve mulher de empresário assassinado</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Empresário, vítima</i>	<i>Adolescente, teria confessado o assassinato, menor, ainda disparou mais duas vezes</i>	<i>Área central, frente de hotel</i>	<i>5 parágrafos em 2 colunas, sem foto, canto esquerdo</i>	<i>Da redação</i>
<i>17. Dois são presos por morte de sargento</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Sargento do Exército e outra vítima (apenas citação do nome)</i>	<i>Suspeitos de matar, confessado o crime motivado por uma dívida</i>	<i>Não informa</i>	<i>Pé da página, 3 parágrafos em 1 coluna, sem foto</i>	<i>Da redação</i>
<i>18. Polícia endurece e contrabando 'migra'</i>	<i>Azael Júnior</i>	_____	<i>Contrabandistas</i>	<i>Fronteira com o Paraguai, cidades do interior</i>	<i>Abre de página, 10 parágrafos em 6 colunas, 1 foto em 3 colunas</i>	<i>Da redação</i>
<i>19. Agentes controlam princípio de motim</i>	<i>Azael Júnior</i>	_____	<i>Presos, começaram a depredar</i>	<i>Presídio</i>	<i>Meio da página, 4 parágrafos em 3 colunas, 1 foto em 2 colunas</i>	<i>Do presídio</i>
<i>20. Polícia levanta terceira hipótese para assassinato</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Empresário</i>	<i>Adolescente, consumo de pasta-base de cocaína, chegou ao local atirando</i>	<i>Área central, frente de hotel</i>	<i>Parte inferior, 7 parágrafos em 2 colunas, sem foto</i>	<i>Da redação</i>
<i>21. Trio é preso por roubo no Aero Rancho</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Mercado</i>	<i>Trio, suspeitos de praticar assaltos, suspeitos</i>	<i>Periferia (bairro com fama de violento)</i>	<i>Canto esquerdo, 3 parágrafos em 1 coluna</i>	<i>Da redação</i>

Jornais <i>Correio do Estado</i> e <i>O Estado de Mato Grosso do Sul</i>						
Notícia	Jornalista	Referências à vítima	Referências ao suspeito/ acusado	Local da ocorrência	Espaço na página	Apuração (local)
22. <i>Polícia apreende cocaína e haxixe em ônibus</i>	<i>Azael Júnior</i>	_____	<i>1º: não encontrado, 2º: Suspeito</i>	<i>Rodoviária de CG, região central; e Rodovia federal, na fronteira, cita a cidade</i>	<i>Canto direito, 4 parágrafos em 1 coluna, sem foto, duas ocorrências</i>	<i>Da redação</i>
23. <i>Polícia fecha garimpo ilegal em Rochedo</i>	<i>Azael Júnior</i>	_____	<i>1º: Responsável pela draga; 2º: proprietária do local; 3º: casal</i>	<i>Cidades do interior do estado</i>	<i>Centro inferior, 7 parágrafos em 4 colunas, sem foto (há um calhau, o repórter não conseguiu fotos)</i>	<i>Da redação</i>
24. <i>Ex-prefeito vai a julgamento por homicídio</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Radialista</i>	<i>Acusado de ser o mandante, político, ex-prefeito</i>	<i>Fronteira com o Paraguai, cidade do interior</i>	<i>Abre, 11 parágrafos em 6 colunas, 1 foto em 3 colunas</i>	<i>Da redação</i>
25. <i>Clima volta a ficar calmo na Máxima após pente-fino</i>	<i>Azael Júnior</i>	_____	<i>Presos, os presos começaram a depredar</i>	<i>Presídio</i>	<i>Centro da página, 5 parágrafos em 2 colunas, sem foto</i>	<i>Do presídio</i>
26. <i>Estudante é assassinado durante roubo</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>1º: Estudante, universitário, entregou a carteira e o aparelho celular aos ladrões sem reagir, trabalhava no setor financeiro de uma empresa; 2º: Usuário de drogas</i>	<i>Dois rapazes em uma bicicleta, ladrões, usuários de drogas que ficam na área central</i>	<i>1º: Área central, perto de parque esportivo; 2º: bairro de periferia</i>	<i>Abre, 10 parágrafos em 6 colunas, 1 foto em 3 colunas, duas ocorrências</i>	<i>Da redação</i>
27. <i>Menores denunciam tortura em mercado</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Dois adolescentes, dizem ter sido torturados,</i>	<i>Dono do mercado, funcionários, proprietário do</i>	<i>Periferia (bairro considerado violento)</i>	<i>Meio da página, 10 parágrafos em 4</i>	<i>Da casa de uma das vítimas e da redação</i>

Jornais <i>Correio do Estado</i> e <i>O Estado de Mato Grosso do Sul</i>						
<i>Notícia</i>	<i>Jornalista</i>	<i>Referências à vítima</i>	<i>Referências ao suspeito/ acusado</i>	<i>Local da ocorrência</i>	<i>Espaço na página</i>	<i>Apuração (local)</i>
		<i>menores, serão indiciados por tentativa de furto, tem antecedentes criminais, chegou a ficar internado, errou muito</i>	<i>mercado, envolvidos na suposta agressão, três suspeitos</i>		<i>colunas, 1 foto em 2 colunas</i>	
<i>28. Júri de ex-prefeito de Sapucaia é adiado</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Radialista</i>	<i>Ex-prefeito, acusado de ser o mandante do assassinato..., político</i>	<i>Fronteira com o Paraguai, cidade do interior</i>	<i>7 parágrafos em 2 colunas, sem foto, canto direito</i>	<i>Da redação</i>
<i>29. Polícia recupera picape depois de troca de tiros</i>	<i>Azael Júnior</i>	_____	<i>Suspeito de roubar o veículo, desrespeitou a ordem e iniciou uma troca de tiros</i>	<i>Rodovia federal, cidade do interior, na fronteira com o Paraguai</i>	<i>3 parágrafos em 2 colunas, sem foto, pé da página</i>	<i>Da redação</i>
<i>30. Miranda protesta contra impunidade</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Estudante, menina, tenha sido estuprada antes de ser morta,</i>	<i>Parente da menina, suspeito de ser o autor do crime, adolescente, suspeitos do crime, menor</i>	<i>Cidade do interior</i>	<i>Abre, 11 parágrafos em 6 colunas, 1 foto em 3 colunas</i>	<i>Da redação</i>
<i>31. PF apreende 2,2 toneladas de maconha</i>	<i>Azael Júnior</i>		<i>1º: Motorista do veículo, nome não divulgado, suspeito de ser o proprietário, nome também não divulgado; 2º: cidadão boliviano, após confessar ter ingerido...</i>	<i>Cidades do interior do Estado; duas ocorrências</i>	<i>Centro da página, 9 parágrafos em 5 colunas, um intertítulo, 1 foto em 2 colunas, duas ocorrências</i>	<i>Da redação</i>
<i>32. Homem é morto com dois tiros em Naviraí</i>	<i>Azael Júnior</i>	<i>Morador da cidade de Fátima do Sul, prestava serviços na fazenda,</i>	<i>Motorista de uma caminhonete branca, não identificado, teria discutido com a vítima</i>	<i>Fazenda no interior do estado</i>	<i>Canto esquerdo, 5 parágrafos em 1 coluna, sem foto</i>	<i>Da redação</i>
<i>33. Agentes e</i>	<i>Azael</i>		<i>Internos</i>	<i>Presídio</i>	<i>Pé da</i>	<i>Da redação</i>

Jornais <i>Correio do Estado</i> e <i>O Estado de Mato Grosso do Sul</i>						
<i>Notícia</i>	<i>Jornalista</i>	<i>Referências à vítima</i>	<i>Referências ao suspeito/ acusado</i>	<i>Local da ocorrência</i>	<i>Espaço na página</i>	<i>Apuração (local)</i>
<i>PMs impedem fuga de detentos</i>	<i>Júnior</i>	_____			<i>página, 3 parágrafos em 3 coluna, sem foto</i>	

6.3. Transcrições das notícias produzidas pelos jornalistas pesquisados

Seguem as transcrições das matérias produzidas pelos pesquisados. O conhecimento do conteúdo dessas notícias é necessário para o acompanhamento das análises posteriores:

Correio do Estado

Terça-feira, 3 de abril

Página 10a

Jovem é morto em briga de bar na Capital

EDUARDO MIRANDA

Uma pessoa morreu e outras duas ficaram feridas em brigas de bar na noite deste domingo, em Campo Grande. Os incidentes foram registrados nos bairros Tarsila do Amaral e Parque do Lageado.

O ajudante-geral Dhione Pereira de Souza, 21, foi assassinado a tiros na noite do último domingo durante uma briga ocorrida dentro de um bar na Rua Mãe Menininha, Bairro Tarsila do Amaral. O colega dele, Cristiano Roberto Pondura, 19, também foi baleado na mesma briga.

Cristiano e Dhione teriam se envolvido em uma confusão que foi contida pelos colegas e pessoas que trabalham no local, e que os colocaram para fora do estabelecimento. Os dois, entretanto, não se conformaram com o desfecho do conflito, e voltaram para o bar, desta vez armados com facas.

Quando retornaram foram recebidos à bala. Dhione foi atingido com dois tiros no peito, e teve morte instantânea. Cristiano ficou ferido na cabeça, e foi levado para a Santa Casa.

Policiais civis estiveram no local e chegaram a identificar um dos suspeitos do assassinato. Até o final da tarde de ontem os investigadores tentavam encontrar o autor dos

disparos. Uma das pessoas que estavam no bar ajudou na fuga do suspeito, e responderá criminalmente por sua atitude.

Esfaqueamento

O ajudante-geral Aldemir Bezerra da Silva, 31 anos, foi esfaqueado na noite deste domingo, quando bebia cerveja em um bar do Parque do Lageado. De acordo com a Polícia Civil, a vítima foi agredida por um homem identificado como Juarez.

Aldemir foi ferido na mão esquerda, no braço esquerdo, e no peito, perto do coração. Ele foi socorrido e lavado para o Hospital Regional, onde estava internado na manhã de ontem.

A vítima revelou, enquanto era socorrida, que há mais de um mês teve um desentendimento com o suspeito, que ela identifica apenas como Juarez. Aldemir não quis dizer o motivo da discórdia.

Os dois crimes aconteceram antes da meia-noite, horário limite para o funcionamento dos bares, conforme prevê a Lei Seca de Campo Grande.

ROUBO

Trio realiza seqüestro relâmpago de casal

EDUARDO MIRANDA

O casal Elias Januário, 51 anos, e Abigaial Feliciano Marques Januário, 46, foi vítima de um seqüestro relâmpago na noite deste domingo na Avenida Tamandaré, no Jardim Seminário, em Campo Grande. O crime foi praticado por um trio de ladrões armados com revólveres, que roubaram dinheiro e objetos da casa das vítimas.

Elias foi abordado pelo trio quando seguia para sua casa juntamente com sua mulher. Ele parou seu carro, um GM Corsa branco, com freada brusca, depois que um dos ladrões invadiu a pista. Primeiramente, Elias pensou tratar-se de um andarilho, ou de uma pessoa bêbada, mas foi imediatamente abordado por outros dois bandidos armados.

O trio entrou no carro e obrigou o casal a seguir até a agência do Banco do Brasil da Avenida Afonso Pena, no centro da cidade. Lá a vítima não conseguiu sacar todo o dinheiro da conta, por conta do limite de segurança imposto pelo sistema de automação bancária. Sem a quantia em dinheiro que esperavam conseguir, os ladrões obrigaram o casal a seguir até a casa onde mora.

Lá Elias e Abigail foram amarrados, enquanto os criminosos roubavam diversos objetos da casa, como peças de roupa, cosméticos e um aparelho umidificador de ambiente. O automóvel foi encontrado por policiais a poucos metros da casa da vítima.

O crime será investigado por policiais da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf). Não há pistas dos bandidos. (EM)

Quarta-feira, 4 de abril

Página 9a

Morte de militar do Corpo de Bombeiros ainda não foi esclarecida

EDUARDO MIRANDA

A Polícia Civil ainda aguarda uma prova técnica para poder afirmar se a soldada do Corpo de Bombeiros Adriana Gonzaga da Silva Menezes, 28 anos, cometeu ou não suicídio na tarde do último sábado, dentro de sua casa, no Bairro Tiradentes, em Campo Grande. Os investigadores esperam o resultado de um exame que deve apontar se, logo depois do crime, havia vestígio de pólvora nas mãos dela ou de seu marido.

Logo depois que o corpo da militar foi encontrado, policiais da Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac) também prenderam o marido dela, o agente penitenciário estadual Jorge Leandro dos Santos, 43 anos. A acusação era de posse irregular de arma de fogo. Os policiais acreditam que o projétil que matou Adriana saiu do revólver dele.

No domingo, depois de detido, o agente penitenciário foi ouvido pelos policiais e liberado em seguida após o pagamento de fiança. A situação irregular do revólver apreendido despertou a desconfiança dos policiais, que solicitaram exames para comprovar a autoria do disparo. O caso que foi registrado na Depac, será investigado por policiais da 4ª Delegacia da Capital.

Até o final da manhã de ontem, entretanto, todo o procedimento judicial, como boletim de ocorrência e o depoimentos das testemunhas do incidente, ainda não havia chegado à delegacia, que fica nas Moreninhas.

O exame residuográfico, solicitado no domingo, também não estava pronto. De acordo com os policiais, somente a prova técnica poderá mudar o rumo das investigações do caso, que foi registrado como suicídio.

Página 10a

Dois acusados de homicídio são presos

EDUARDO MIRANDA

Dois suspeitos de assassinato foram presos entre a noite de segunda-feira e a manhã de ontem pela Polícia Civil em Campo Grande. Um dos crimes ocorreu na Capital e o outro, na cidade de Aquidauana.

O ajudante, geral Reginaldo Rodrigues Ortega, 27 anos, foi preso por policiais do Grupo Armado de Resgate e Repressão a Assaltos e Sequestros (Garras) durante a noite de segunda. Na manhã de ontem, depois de detido, ele admitiu o assassinato de Laudson Alexandre Chaparro, 31, ocorrido na noite de domingo em Aquidauana.

Reginaldo disse que cometeu o crime porque Laudson o agrediu durante uma discussão. O motivo da discussão seria uma apropriação de objetos e dinheiro de Reginaldo, pela vítima. O ajudante-geral estaria cobrando uma dívida.

Procurado

Na manhã de ontem. Equipes do Serviço de Investigações Gerais da Polícia Civil (SIG) prenderam Josenildo Guimarães Fernandes, 33 anos. Ele era procurado pela Justiça por ser apontado como o principal suspeito do assassinato de Claudemir Pereira da Silva, 23 anos, ocorrido em 9 de outubro do ano passado, no Jardim Sumatra.

Quinta-feira, 5 de abril

Página 9a

CRIME ORGANIZADO

Operação simultânea realizada na Capital e 5 municípios do interior resultou na apreensão de centenas de máquinas montadas com peças contrabandeadas

PF apreende 500 máquinas caça-níqueis

EDUARDO MIRANDA, **REDAÇÃO**

ÉLVIO LOPES, **DOURADOS**

ROSE RODRIGUES, **TRÊS LAGOAS**

A Polícia Federal apreendeu na manhã de ontem 500 máquinas caça-níqueis em Mato Grosso do Sul, sendo 400 em Campo Grande e 100 distribuídas nas cidades de Três Lagoas, Dourados, Corumbá, Ladário e Bataguassu. Os equipamentos estão avaliados em aproximadamente R\$ 1 milhão, sem contar o valor das moedas. A ação faz parte da terceira etapa da Operação Artêmis, que teve início em julho do ano passado e apura o contrabando dos componentes utilizados para montar as máquinas.

Desde a primeira das operações de combate à jogatina, a Polícia Federal já recolheu quase 1 mil máquinas em todo o Estado. Até hoje, entretanto, nenhuma pessoa foi presa.

Nas duas primeiras etapas da operação, a maior parte das máquinas foi apreendida em endereços ligados ao empresário Nilton Cezar Servo. A casa dele chegou a ser, em julho do ano passado, um dos endereços em que os agentes federais cumpriram mandados de busca e apreensão. Desta vez, entretanto, a Polícia Federal não revelou a identidade do proprietário

dos equipamentos. Segundo a assessoria de imprensa, investigação terá prosseguimento com o objetivo de apurar quem são os donos dos equipamentos.

Na manhã de ontem, equipes da Polícia Federal estiveram em 33 endereços de estabelecimentos comerciais que mantinham os caça-níqueis à disposição de seus clientes ou de depósitos que armazenavam este tipo de equipamento. No centro de Campo Grande, em um depósito na Rua 14 de Julho, havia 28 caça-níqueis, e em um bar, na Avenida Calógeras, mais 15.

Quase todos os endereços em que os mandados de busca e apreensão foram cumpridos eram bares e lanchonetes localizados em áreas de grande concentração de pessoas, como pontos de ônibus e centros comerciais como o Camelódromo.

Dourados

A operação em Dourados foi realizada por volta das 9h da manhã, no corredor de uma residência localizada na Rua Oliveira Marques, no centro da cidade, a menos de 50 metros da Escola Estadual Presidente Vargas, a maior escola pública de Dourados. Na endereço, onde estavam em operação as máquinas caça-níqueis, foram apreendidas 18 delas. Segundo informações da Polícia Federal, outros endereços também foram averiguados, mas nenhuma máquina foi encontrada.

Três Lagoas

Em Três Lagoas, foram apreendidas 56 máquinas caça-níqueis em dois bingos da cidade. Foram apreendidas 29 máquinas no Vídeo Bingo Fortuna, região central de Três Lagoas, 27 no Bingorama, localizado na Avenida Ranulpho Marques Leal, na saída para São Paulo.

Além das máquinas, foram apreendidos equipamentos eletrônicos sem nota fiscal de origem. As máquinas foram levadas para o prédio da PF e serão encaminhadas para a perícia. Os bingos permanecerão fechados por determinação judicial.

Em Bataguassu, a Polícia Federal apreendeu 16 máquinas caça-níqueis. A operação aconteceu onde funcionava o Vídeo Bingo Fortuna, localizado no prolongamento da Avenida Campo Grande, numa loja localizada no pátio do posto Prudentão. O Vídeo Bingo Fortuna já vinha funcionando há alguns meses, conseguindo atrair várias pessoas, que tentavam tirar a sorte grande.

As máquinas, num total de 16, foram colocadas em um caminhão-baú, pertencente à Polícia Federal. Segundo informou o delegado Marcius Fernandes Kdenemann, no momento da apreensão foi encontrada no interior das máquinas a quantia de R\$ 2.698,00 provenientes da arrecadação dos jogos. O delegado disse ainda que havia mais dinheiro arrecadado e que

ainda não tinha sido contabilizado pelos agentes.

Página 10a

TROCA DE TIROS

Mauro Sérgio Estival acabou morto com dois tiros no peito e um no braço. A polícia suspeita que ele participou da morte do cabo Sandro Vlademir

Suspeito de roubo é morto pela PM

EDUARDO MIRANDA

Uma perseguição a cinco rapazes suspeitos de assalto, ocorrida na madrugada de ontem, terminou com quatro deles detidos e um morto. De acordo com a Polícia Militar, o grupo roubava carros para assaltar restaurantes, lojas de conveniência e pequenos supermercados. Os policiais também acreditam no envolvimento destes rapazes com o assassinato do cabo da PM Sandro Vlademir Jesuíno, ocorrido em 23 de março último, no bairro Taveirópolis.

O confronto entre os policiais militares da Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (Cigcoe) começou pouco depois das 3h de ontem, no Bairro Gunandy. Os cinco rapazes estavam em uma GM S10 roubada na noite anterior, no Bairro Tiradentes. Eles abandonaram o veículo e fugiram a pé quando viram os militares.

Durante a perseguição, conforme a PM, houve troca de tiros. Um dos suspeitos, Mauro Sérgio Estival da Silva, 22 anos, acabou morto com dois tiros no peito e um no braço. Além dele, as equipes da Cigcoe também detiveram um adolescente, Rodrigo Dutra Lima e Silva, 20 anos, e Diego Rodrigo Botelho, 22. o quinto integrante do grupo conseguiu fugir.

Depois da perseguição, a Polícia Militar ainda foi à casa de um dos suspeitos e deteve Rodrigo Xavier Bragante, 18. O rapaz estava com o aparelho de som retirado da caminhonete S10.

Os quatro detidos foram levados para a Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf). Eles devem responder pelo crime de roubo. No auto de prisão dos rapazes não é citado o envolvimento dos rapazes no assassinato do policial militar Sandro Vlademir Jesuíno, ocorrido há 14 dias, em frente a um pequeno supermercado do Bairro Taveirópolis.

A Polícia Militar também informou que Rodrigo e Diego Botelho confessaram a participação no assassinato de Sandro, que foi morto com um tiro na testa. Segundo a PM, os rapazes mataram o policiais porque perceberam que ele reagiria ao assalto que estava prestes a acontecer. O assassinato do cabo da PM é investigado pela 6ª Delegacia.

SISTEMA PENAL

Presídio reformado entregue com grades de celas serradas

Depois de quase cinco meses de obras, a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) entregou ontem a primeira etapa da reforma do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande. O pavilhão, que tem capacidade para quase 200 presos, recebeu pintura, ajuste no sistema hidráulico e elétrico, uma muralha interna e um novo cercamento; o corredor central ganhou um túnel de metal. Durante o ato de entrega, contudo, as grades de pelo menos duas celas continuavam serradas. Os responsáveis pela obra, que está custando mais de R\$ 2,3 milhões aos cofres públicos, descuidaram de alguns detalhes antes de entregá-la à Sejusp. Durante uma inspeção final, realizada pelo secretário Wantuir Jacini e membros do Poder Judiciário e Ministério Público Federal, acompanhada por jornalistas, foi constatado que a grade de uma das celas estava serrada. Agentes que trabalham no presídio garantem que há pelo menos uma outra cela em situação semelhantes no novo pavilhão, que já tinha até mesmo recebido o habite-se da prefeitura municipal.

Diante da constatação, Jacini prometeu submeter o pavilhão a uma nova vistoria técnica, antes de liberá-lo para receber presidiários. Ele também reconhece que a situação do sistema carcerário não é a ideal.

A reforma

A reforma do presídio de Segurança Máxima, inaugurado há 17 anos, já era apontada como necessária há pelo menos quatro anos, mas recebeu caráter de urgência em maio de 2006, quando uma rebelião promovida por detentos ligados à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) deixou o presídio semidestruído.

Para diminuir o contato entre um número grande de detentos, os dois principais pavilhões do presídio foram divididos. O pavilhão 1, entregue ontem, ganhou uma muralha onde havia uma grande quadra esportiva. Na parte externa foi instalada uma cerca de aço com ouriços (espirais de arame farpado) para dificultar fugas.

A reforma do presídio de Segurança Máxima não ameniza a superlotação, o maior problema do sistema carcerário do Estado. A penitenciária, que abriga aproximadamente 1,1 mil presidiários, continuará com capacidade de 400 detentos. Em Mato Grosso do Sul existem 11 mil presos, mas a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário pode dar custódia, com segurança, a no máximo 4 mi. (EM)

Presidiário da Máxima foge e outro é ferido

DENILSON PINTO

Cerca de 15 internos da Penitenciária de Segurança Máxima tentaram fuga ontem à tarde. Dois internos conseguiram pular a muralha. Um deles conseguiu fugir e outro foi ferido.

A fuga aconteceu por volta das 15 horas, quando cerca de 200 presidiários do Pavilhão III tomavam banho de sol. Cerca de 15 presos tentaram escalar a muralha e acabaram desistindo, após militares começarem a atirar contra eles. Dois conseguiram pular.

De acordo com o agente penitenciário Fernando Anunciação, o presidiário Flávio Rodrigues Aredes de Araújo conseguiu fugir. Já seu colega, Carlos Antônio Acosta, acabou sendo baleado na perna e foi capturado, sendo encaminhado ao pronto-socorro da Santa Casa.

Página 12a

CRIMINALIDADE

A Polícia Civil informou que os três vieram de Nova Alvorada para a prática de crimes em Campo Grande

Preso o trio acusado de render família em assalto

DENILSON PINTO

Natanael Guimarães de Paula, 19 anos, Ezequiel Guimarães de Paula, 18 anos, e Ozeias Gonçalves da Silva, 19, foram presos em flagrante acusados de render família durante assalto à residência, no Bairro Jardim dos Estados. Segundo a Delegacia Especializada em Roubos e Furtos (Derf) o trio veio de Nova Alvorada para praticar crimes na Capital, na madrugada de terça-feira.

Eles foram até a residência da vítima, residente no Jardim dos Estados, onde os irmãos Natanael e Ezequiel, trabalhavam como pedreiros para reformar uma piscina. Por volta das 7h, eles foram até o imóvel e ficaram vigiando o local, sendo que por volta das 12h, renderam a vítima, na garagem do imóvel, quando ela retornou para almoço. Duas empregadas e o filho do proprietário também foram rendidos.

Porém, um vizinho acabou observando a ação dos marginais e acionou a Polícia Militar. Os policiais foram até o local, tocaram a campainha e perguntaram ao dono do imóvel se estava tudo bem. Rendido pelos assaltantes, ele gesticulou com a mão que estava tudo bem.

Os policiais não acreditaram na resposta e fingiram que foram embora, ficando de tocaia próximo ao imóvel. Quando a vítima saiu conduzindo o veículo na companhia do trio, os policiais dominaram os acusados.

Outro flagrante

Também foi preso Carlos da Silva Caldeira, 196 anos, acusado de furtar uma bolsa de uma mulher, que transitava na Rua Cahrim, no Bairro Taquaral Bosque. A vítima acionou a Polícia Militar, que ao fazer ronda na região, acabou localizando o acusado, na Rua Senhor do Bonfim, no Bairro Taquaral Bosque, que acabou sendo reconhecido como autor do assalto. Ele estava de posse a bolsa, contendo os documentos e a importância de R\$ 61,00.

Sexta-feira, 6 de abril

Página 10a

HOMICÍDIO**Jovem assassinado em frente de igreja**

EDUARDO MIRANDA

Um rapaz de aproximadamente 22 anos de idade foi encontrado morto na manhã de ontem em frente a uma igreja evangélica, na Rua José Maria, Vila Rosa Pires, em Campo Grande. A vítima, segundo a Polícia Civil, teria sido morta com pelo menos cinco tiros.

O cadáver encontrado por moradores daquele bairro é um rapaz de 1,70 m, magro, cabelos escuros ondulados e com tatuagem nas duas pernas e nas costas. O corpo estava com uma bermuda jeans, uma camiseta azul clara e não estava calçado.

Nenhum documento foi encontrado pelos policiais que estiveram no local, e nem uma informação foi dada pelos moradores da região, que alegaram não ter visto movimentação estranha e desconhecer o rapaz. O corpo estava em frente da Igreja Batista.

Ao lado do cadáver, os peritos encontraram diversos projéteis de arma de fogo, mas não souberam informar o calibre. Um dos disparos, segundo o policial, perfurou uma das janelas da igreja.

O crime foi registrado por equipes da Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac), e será apurado por policiais do Serviço de Investigações Gerais (SIG).

Página 11a

Polícia Rodoviária deteve pedreiro que levava seis quilos de cocaína

EDUARDO MIRANDA

Um pedreiro nascido no Equador e que viajava em um ônibus de transporte internacional, cujo destino era o Rio de Janeiro (RJ), acabou sendo preso no final da tarde de anteontem. A prisão foi feita pela equipe da Polícia Rodoviária Federal, na BR-262, perto da cidade de Miranda, a cerca de 212 quilômetros de Campo Grande. Ele levava

aproximadamente 6 quilos de cocaína escondida no tecido de várias peças de roupa.

O equatoriano José Gabriel Zumba Orellana, de 36 anos, contou aos policiais que pegou a mala contendo roupas com cocaína na cidade de Lima, no Peru. Ele viajou por toda a Bolívia até chegar a Corumbá, de onde embarcou no ônibus da empresa Cruceña.

José Gabriel disse que desceria na cidade de São Paulo (SP) e de lá tomaria um avião rumo a Natal (RN). De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, o destino final da cocaína seria a capital potiguar.

Suspeitas

O peso acima do normal fez com que os policiais desconfiassem da mala do pedreiro equatoriano. Eles chegaram a pensar que a droga estivesse escondida sob o forro da mala, mas com a aplicação de uma reagente químico, descobriram cocaína na composição do tecido das roupas que levava.

Diante da constatação dos policiais, José Gabriel foi detido e levado em seguida para a Superintendência Regional da Polícia Federal, em Campo Grande, onde seria autuado em flagrante por crime de tráfico de drogas. Caso condenado pela Justiça brasileira, o pedreiro pode pegar pena de até 15 anos de prisão.

Sábado, 7 de abril de 2007

Capa (manchete)

ASSASSINATO

Segundo a polícia, o suspeito do crime é de Minas Gerais e estava há 5 dias em Campo Grande

Menor mata empreiteiro a tiros na porta de hotel

O empreiteiro Juvenal João de Lima, 58 anos, foi morto com quatro tiros na Rua Barão do Rio Branco, em frente do Hotel Jandaia, onde estava hospedado desde o início do mês. A vítima residia no município de Promissão (SP). O crime foi praticado por volta das 21h de quinta-feira e, alguns minutos depois, agentes da Depac conseguiram apreender o menor de 15 anos, suspeito de ser o autor dos disparos. Juvenal estava próximo de um ponto de táxi em frente do hotel, com uma pasta executiva, quando foi abordado pelo adolescente que tentou roubá-lo, segundo informou a polícia. **PÁGINA 10A**

Página 10a

REAÇÃO FATAL

Empreiteiro é morto por adolescente com 4 tiros

DENILSON PINTO

O empreiteiro Juvenal João de Lima, 58 anos, foi morto com quatro tiros na Rua Barão do Rio Branco, em frente do Hotel Jandaia, onde estava hospedado desde o início do mês. O crime foi praticado por volta das 21h e alguns minutos depois agentes da Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac) conseguiram apreender o adolescente de 15 anos, suspeito de ser o autor dos disparos.

De acordo com os primeiros levantamentos da polícia, Juvenal estava próximo de um ponto de táxi em frente do hotel, com uma pasta executiva, quando foi abordado pelo adolescente, que tentou roubá-lo. O empreiteiro reagiu e o menor de idade disparou seis tiros em sua direção, acertando quatro no seu tórax, levando-o à morte no local. Algumas correntes de ouro foram encontradas próximo ao corpo da vítima.

Os policiais apuraram que o adolescente é de Minas Gerais e estava há 5 dias em Campo Grande, sobrevivendo de esmolas na região central. O revólver utilizado pelo crime foi furtado, no dia anterior, pelo acusado do ato infracional do interior de veículo que estava estacionado próximo ao Shopping Campo Grande. A arma tem numeração raspada.

Segundo a polícia, o adolescente é usuário de “crack” e confessou que tentou roubar a vítima. Ele disse que estava sob influência de drogas e devido ao fato de o empreiteiro ter reagido, acabou disparando os tiros em sua direção.

O caso será investigado pela Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude (Deaij). O adolescente será encaminhado à Unei. O corpo de Juvenal João de Lima será encaminhado para o município de Promissão, onde ele residia, para ser velado e enterrado.

Vítima foi acusada de ameaçar de morte a esposa

No dia 1º de Abril deste ano, o empreiteiro Juvenal João de Lima foi denunciado por sua esposa Rita de Cássia Rodrigues de Lima, 52 anos, de ameaçá-la de morte, quando estava hospedada no Hotel Advanced, situado na Avenida Calógeras. Segundo ela, o casal estava em via de separação.

A ameaça teria ocorrida por volta das 8h. Rita contou à polícia que estava hospedada no hotel, quando recebeu várias ligações no seu celular do seu marido. Nas ligações ele teria dito para não ir até o frigorífico, onde ela prestava serviços.

Rita contou que Juvenal chegou a dizer: “eu estou armado, eu tenho uma 9mm, e se vocês vierem até o frigorífico eu vou matar vocês. Eu tenho uma metralhadora e vou metralhar vocês”. Segundo ela, ele chegou a ir até a frente do frigorífico e ameaçou

funcionários que trabalham com ela.

Rita informou ainda que Juvenal já chegou a ficar preso em São Paulo, por força de mandado de prisão, embora não soubesse informar o motivo. Ela relatou também que Juvenal já chegou a ameaçá-la outras vezes, tendo registrado boletim de ocorrência no município de Promissão (SP), acusando-o de violência doméstica.

Quanto registou queixa em Campo Grande, Rita informou que estava voltando para sua cidade de origem, por estar sentindo-se ameaçada e que tais ameaças vinham causando inúmeros transtornos em âmbito pessoal, bem como no profissional. (DP)

Pintor é preso pela PRF com submetralhadora

O pintor Erivelto Pereira da Silva, 23 anos, foi preso pela Polícia Rodoviária Federal com uma submetralhadora, calibre 45, sem o carregador. A prisão correu na BR-163, por volta das 19h de quinta-feira.

Ele estava no ônibus da Viação Eucatur que faz as linha Alta Floresta (RO) a Porto Alegre (RS). Em fiscalização de rotina no posto da PRF de Campo Grande, os policiais acabaram encontrando a arma na sua bagagem. Na mala, também foi encontrado colete à prova de balas que costuma ser usado pela polícia. Erivelto disse que embarcou de Cuiabá, onde recebeu a mercadoria. A missão seria entregá-la em Mundo Novo (MS), onde uma pessoa estaria esperando na rodoviária. Ele disse que receberia R\$ 1 mil pelo serviço.

O preso, a arma e o colete foram encaminhados para a Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário em Campo Grande. A Polícia Civil abriu inquérito para investigar a procedência da arma e o envolvimento de outras pessoas no caso. (DP)

Domingo, 8 de abril

Capa (manchete)

QUADROS

Trata-se de duas pinturas do século XIX avaliadas em R\$ 100 milhões

Austriaco é preso por vender obras de arte roubadas

O austríaco Josef Stolz, 59 anos, acusado de envolvimento em um dos maiores roubos de obras de arte na Alemanha, realizado em 1994, foi preso em Campo Grande. Procurado pela Interpol, ele acabou sendo detido quando foi verificar documentação na Polícia Federal. Conhecido como empresário da noite campo-grandense, desde 2004, dono de bares e boates, o império de Josef Stolz acabou desmoronando na Quarta-feira de Cinzas (21 de fevereiro), quando teve que trocar o quarto de sua residência, na Rua Fortuna, no Carandá Bosque, por

uma das celas da Polícia Federal. Josef Stolh é suspeito de ter ligação com a máfia Balkan e ter escondido durante anos duas telas do pintor inglês Joseph Mallord William Turner, avaliadas em aproximadamente R\$ 100 milhões. **PÁGINA 11A**

Página 11a

CRIME INTERNACIONAL

CRIME QUASE PERFEITO

Josef Stolh fugiu para Campo Grande, onde se casou e montou vários negócios

Austríaco é preso em MS por vender telas milionárias roubadas

DENILSON PINTO

O austríaco Josef Stolh, 59 anos, suspeito de envolvimento em um dos maiores roubos de obras de arte na Alemanha, realizado em 1994, foi preso em Campo Grande. Procurado pela Interpol, ele acabou sendo detido quando foi verificar documentação na Superintendência da Polícia Federal. O seu comparsa, Hartmut Klatt, que também estava residindo no Brasil, foi preso no dia 12 de fevereiro, em Porto Seguro (BA).

Conhecido como empresário da noite campo-grandense, desde 2004, dono de bares e boates, o império de Josef Stolh acabou desmoronando na Quarta-feira de Cinzas (21 de fevereiro), quando teve que trocar o quarto de sua residência, localizada na Rua Fortuna, no Carandá Bosque, por uma das celas da Polícia Federal.

Acusado de lavagem de dinheiro e receptação de objetos roubados, o Supremo Tribunal Federal já autorizou sua extradição, solicitada pelo Governo alemão. Josef Stolh é suspeito de ter ligação com a máfia Balkan e ter escondido durante anos duas telas do pintor inglês Joseph Mallord William Turner avaliadas em aproximadamente R\$ 100 milhões.

Trata-se das pinturas “Shade abde darkness: the evening of the deluge” (Sombra e escuridão: a noite do dilúvio) e “Light and colour: the morning after the deluge”, (Luz e cor – A teoria de Goethe: a manhã seguinte ao dilúvio), ambas do século XIX.

Os dois quadros de Turner foram roubados da galeria Schim Kunstalle, em Frankfurt. Eles tinham sido emprestados da Galeria Tate Britain, em Londres, para uma exibição sobre Goethe e as artes visuais. As obras foram recuperadas seus anos depois do assalto.

Três ladrões e o motorista que levou os quadros foram presos em 1995 e condenados na Alemanha em 1999. as telas foram encontradas intactas, mas sem as molduras originais. As pinturas estavam em imóvel alugado por Josef Stolh.

“Sombra e escuridão” foi na verdade recuperada em julho de 2000, nas o farto foi mantido em segredo enquanto as investigações para encontrar a outra tela continuavam. “Luz

e cor” foi recuperada no dia 16 de dezembro e as duas telas foram levadas de volta para a Grã-Bretanha no dia 18 de dezembro.

Segundo reportagem publicada pela “BBC News”, Josef Stolh teria sido encarregado de esconder as obras-primas para a máfia Balkan dentro de partes ocas de carros.

Os negócios do austríaco não estavam indo bem e seu colega Hartmut Klatt propôs fazerem fortuna vendendo as telas que Stolh estava guardando. Após a negociação, os dois fugiram da máfia com o dinheiro, primeiro para Cuba e depois para o Brasil.

A Tate Galery de Londres admitiu que pagou 3,1 milhões de libras (cerca de R\$ 12 milhões) para recuperar as duas obras. **(Colaboradores: jornalista Rosana Siqueira e o tradutor Éder Ramos)**

Empresário confirma que lucrou 1 milhão de euros com as pinturas

Preso há 46 dias na cela da Polícia Federal, em Campo Grande, Josef Stolh prestou depoimento na Justiça Federal. No dia 27 de março, por meio de carta precatória expedida pelo Supremo Tribunal Federal, ele confirmou ter negociado os quadros. Um intérprete foi contratado para acompanhar a audiência, que durou mais de três horas. No depoimento, ele confessou que, por meio de seu comparsa Hartmut Klatt, localizou um advogado que foi responsável em vender as telas para a Tate Galery de Londres.

Adilar José Betoni, advogado do austríaco, disse que Josef informou que uma das telas foi negociada por cerca de 2,5 milhões de euros, o equivalente a R\$ 6,7 milhões. Josef ficou com 1 milhão de euros, seu colega com 1 milhão e o homem que intermediou a venda ficou com 500 mil euros mais a outra tela.

Após a comercialização, Josef Stolh foi morar em Cuba, onde ficou apenas alguns meses e em seguida mudou-se para o Brasil, em 2003, fixando residência em Campo Grande. Com o dinheiro dos quadros, o austríaco comprou uma casa no Carandá Bosque e começou a atuar como empresário do ramo de bares e casas noturnas. Na Capital, acabou se casando no dia 1º de outubro de 2004, garantindo direitos de cidadão brasileiro.

O Governo alemão assegurou a Josef Stolh, por exemplo, que ele não será transferido ou expulso para um terceiro Estado, sem o consentimento do Governo brasileiro.

Posse de telas

Segundo o advogado, Stolh nega sua participação no roubo dos quadros. “Ele alugou um imóvel em Frankfurt, com algumas garagens e um apartamento, onde atuava na venda de veículos”, informou Adilar José Betoni.

Josef Stolh contou que teria sido procurado por um homem identificado como

Sthefen, querendo alugar uma das garagens. O austríaco aceitou sublocar o espaço e o homem deixou vários móveis, sem, no entanto, residir no local. “O homem pagava o aluguel certinho e aparecia 3 a 4 vezes por ano para acertar o aluguel”, informou.

Passados alguns anos, o imóvel alugado por Stolh foi repartido em herança e os novos donos solicitaram que ele o desocupasse. Como o homem que sublocou uma das garagens não aparecia, o austríaco então foi obrigado a arrombar o cadeado para retirar os móveis. Foi nesse momento que entre os objetos ele acabou encontrando as duas telas do pintor Joseph Turner.

“Devido à repercussão na imprensa, ele sabia que as pinturas poderiam ser as que haviam sido roubadas. Procurou seu amigo e juntamente com um advogado negociaram a venda das obras”, alegou Adilar Betoni, que agora tenta impedir judicialmente a extradição de seu cliente. (DP)

Joseph Turner foi um pintor solitário

O inglês Joseph Mallord William Turner nasceu em 23 de abril de 1775 e morreu no dia 19 de dezembro de 1885. O pintor romântico é considerado, por alguns, um dos precursores do Impressionismo, pelos seus estudos sobre cor e luz.

Antes de completar 10 anos, Turner, filho de um barbeiro de Londres, ganhou dinheiro como pintor colorindo uma gravura. Quatro anos mais tarde, entrou para a Real Academia de Londres. Começou como pintor topográfico e pouco a pouco foi se inclinando para as paisagens, principalmente as marinhas.

Em 1802 foi admitido como membro da Academia de Londres. Algum tempo depois, fez sua primeira viagem ao continente. Ficou entusiasmado com a pintura dos grandes mestres no Museu de Louvre, então enriquecido com os saques de Napoleão. Lorrain e Poussin eram seus pintores preferidos.

Turner dedicou-se à pintura da paisagem com paixão, energia, força, interpretando seus temas de forma épica. Seus trabalhos transmitiam uma emoção extrema e foi considerado o ponto culminante da paisagem romântica. Turner foi extremamente precoce, brilhante e bem-sucedido. Iniciou-se na arte aos 13 anos com seus desenhos e com 15 anos atingiu sua reputação. Seu acervo contabiliza mais de 2.000 mil obras.

Era um homem solitário, sem amigos e quando pintava não permitia a presença de pessoas, mesmo que fossem outros artistas. Uma de suas preocupações principais foi a aplicação da luz e sua incidência sobre as cores de maneira mais natural possível.

Pra tanto, dedicou-se intensamente ao estudo dos paisagistas holandeses do século

XVIII, muito em voga naquela época na Europa. Em sua obra, os motivos eram em geral paisagens, e o mar era uma constante nos quadros do pintor inglês.

Com o tempo desenvolveu um estilo próprio de pintar. Sua vida foi inteiramente dedicada à pintura. Os temas que ilustravam efeitos de dramaticidade particularmente o fascinavam. Pintou muito o mar, os rios, as cachoeiras e os abismos, pois eram belos e perigosos.

De 1830 a 1840, Turner deixou de lado a forma e criou espaços voláteis de nuvens e cores, como em “Chuva, vapor e velocidade” (1844), por exemplo, que remete aos quadros abstratos de pleno século XX. Não é sem motivo que foi qualificado por muitos historiadores como o primeiro pintor de vanguarda.

Sua última exposição foi em 1850 e logo no ano seguinte veio a falecer doente e solitário como sempre viveu. Suas obras mais importantes estão na National Gallery e na Tate Gallery, ambas em Londres.

Terça-feira, 10 de abril

Página 9a

AUTONOMIA

Além do trabalho interno de carceragem, eles também querem ficar responsáveis pela guarda externa dos presídios e dos trabalhos de escolta e dos presos

Agentes querem ampliar poder em presídios

EDUARDO MIRANDA

Em busca de mais independência e de mais autonomia no trabalho, os agentes penitenciários estaduais querem aumentar seu poder de atuação. Para que isso aconteça, eles pretendem apresentar à Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) um projeto em que, além do trabalho interno de carceragem, eles também ficariam responsáveis pela guarda externa dos presídios e dos trabalhos de escolta.

O trabalho do agentes estadual ficaria semelhante ao do agente penitenciário federal, que já realiza todas essas atribuições. A categoria, que é composta por aproximadamente 2 mil servidores, vai aproveitar a transição recente do Governo e da direção da Agência de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) para refazer a proposta. Há três anos, o mesmo plano foi apresentado, mas não foi levado adiante.

Um segundo motivo para a ampliação das funções dos agentes estaduais é o fim da parceria da Sejusp com os agentes federais que trabalham no Presídio de Segurança Máxima, que deve acontecer nos próximos 40 dias. “Antes da chegada dos agentes federais, a gente

precisava do apoio constante da Polícia Militar para nos dar segurança nos trabalhos internos”, explica Fernando da Anunciação, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Mato Grosso do Sul (Sinsap). “Se a gente tivesse a mesma autonomia dos federais, não precisaríamos ficar dependendo dos favores de outras polícias ou de outros setores”, complementa.

Conforme Anunciação, para que os agentes penitenciários começassem a fazer o trabalho de guarda e escolta nos maiores presídios de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas, seira necessária a contratação de pelos menos 800 novos servidores e investimentos em infra-estrutura, como a aquisição de viaturas para a Agepen. Atualmente, todo o trabalho de guarda dos presídios é feito pela Polícia Militar, por meio da Companhia Independente de Guarda e Escolta.

“Até a Polícia Militar seria beneficiada com esta medida, pois os policiais que hoje guardam os presídios e escoltam presos ficariam livres para atuar nas ruas”, opina Anunciação.

Além dos presídios federais de Campo Grande e Catanduvas (PR), em penitenciárias dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mina Gerais, Paraná e Pernambuco, os agente já atuam na guarda externa e escoltam os detentos em consultas médicas e audiências jurídicas, por exemplo.

Consultada pelo *Correio do Estado*, a Sejusp informou que não há como se manifestar sobre a proposta sem antes conhecê-la. O presidente do Sinsap disse que pretende fazê-la nesta semana. “Depois que os agentes federais forem embora, restarão somente 10 servidores do Estado, desarmados e com pouca autonomia para cuidar de mais de 1 mil presos na Máxima (penitenciária), por isso temos de agir logo”, informou Anunciação.

O Estado de Mato Grosso do Sul

Terça-feira, 10 de abril

Página 12

INVESTIGAÇÃO

Polícia ouve mulher de empresário assassinado

A Delegacia de Atendimento à Infância e à Juventude (Deaij), que assumiu a investigação sobre o assassinato do empresário Juvenal João de Lima, 48 anos, de Promissão (SP), vai ouvir hoje Rita de Cássia Rodrigues de Lima, 52, mulher da vítima.

A delegada Maria de Lurdes Souza Cano, responsável pelo caso, também vai colher o depoimento do adolescente apreendido logo após o crime. Ele teria confessado o assassinato e

está detido na Deaij.

O crime ocorreu por volta das 21 horas de quinta-feira (5), no ponto de táxi localizado na Rua Barão do Rio Branco, quase esquina com a Rua 13 de Maio, no centro de Campo Grande, próximo ao hotel Jandaia, onde a vítima estava hospedada. Lima foi morto com quatro tiros.

O delegado Fernando Villa de Paula, 29, que deu início à investigação, trabalha com a hipótese de tentativa de roubo seguida de morte, mas não está descartada a possibilidade de o empresário ter sido morto a mando de traficantes.

A segunda hipótese surgiu após o depoimento de uma testemunha à polícia dizendo que o adolescente chegou ao local e começou a atirar em Lima sem dizer nada. Quando a vítima caiu no chão, o menor ainda disparou mais duas vezes. O empresário segurava uma pasta executiva, mas nada foi roubado. (AJ)

Dois são presos por morte de sargento

Policiais do Serviço de Informações-Gerais (SIG) e da Delegacia de Pronto-Atendimento Comunitário (Depac) prenderam Luciano Diniz Ferreira, 27 anos, suspeito de matar o sargento Borge da Silva, 38. O crime aconteceu no dia 9 de junho do ano passado.

Contra Ferreira existia um mandado de prisão em aberto, expedido pela Justiça Militar. Após a prisão dele, foi detido Valdir Cavalheiro, que também teria participado do crime.

Os dois também são suspeitos de matar Antônio Gonçalves Martins, 22, em 10 de fevereiro. Cavalheiro seria o autor dos disparos. Ele teria confessado o crime motivado por uma dívida. (AJ)

Quarta-feira, 11 de abril

Página 13

TRÍPLICE FRONTEIRA

Polícia endurece e contrabando 'migra'

Aumento da fiscalização na Ponte da Amizade faz contrabandistas desviarem rota para MS

AZAEL JÚNIOR

O aumento da fiscalização na região da tríplice fronteira, em Foz do Iguaçu (PR), fez os contrabandistas a buscarem rotas alternativas para entrar no País com produtos legais. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) aponta as cidades de Ponta Porã e Mundo Novo como os novos caminhos utilizados pelos contraventores.

Para tornar a fiscalização ainda mais eficaz está em estudo a construção de um muro que passará por baixo da Ponte da Amizade, que une as margens do Rio Paraná na fronteira com o Paraguai, para conter o contrabando. A medida causa polêmica na região fronteiriça entre Brasil, Paraguai e Argentina.

O receio é de que haja alguma medida segregacional para dificultar a circulação de pessoas entre os países. Segundo a assessoria de imprensa da Receita Federal do Paraná, a barreira que se pretende construir no local terá o formato de uma meia-lua e deverá proteger somente a aduana da Receita Federal.

A medida serviria para impedir que os contrabandistas joguem os produtos de cima da ponte na margem do rio, para ser recolhidas posteriormente por pessoas contratadas para isso.

Em Mato Grosso do Sul, a PRF se mobiliza na tentativa de estancar a entrada de produtos ilegais no Estado após a intensificação da fiscalização na fronteira. Uma das medidas estudadas pela PRF é a instalação de um posto, até o fim do ano, junto ao prédio da aduana da Receita Federal em Mundo Novo. O local fica a cerca de 50 metros da fronteira com a cidade de Salto Del Guairá, no Paraguai.

De acordo com Walter Favaro, superintendente da PRF no Estado, a ação é pioneira. “Estamos tentando unir esforços com a administração da Usina Hidrelétrica de Itaipu e com a Receita Federal para viabilizar o projeto da instalação do posto”, conta.

Favaro afirma que o volume de apreensões de contrabando chegou a aumentar 12 vezes em relação a alguns produtos, como bebidas alcoólicas e medicamentos. “Alguns produtos apresentaram um crescimento vertiginoso após o aumento da fiscalização na Ponte da Amizade. Os contrabandistas procuram agora entrar por Mundo Novo e Ponta Porã”, diz.

De acordo com a PRF, o crescimento no volume de apreensões coincide com a intensificação da fiscalização na Ponte da Amizade, e demonstra que Mato Grosso do Sul vem se transformando na principal opção dos contrabandistas.

De 28 de dezembro de 2006 a 1º de janeiro de 2007, foram apreendidos 90,3 mil medicamentos contrabandeados do Paraguai, contra 5,2 mil no mesmo período em 2005. Em relação aos cigarros, as apreensões passaram de 181 mil pacotes em 2005 para 357 mil em 2006.

Outro aumento significativo, segundo a PRF, foi o registrado nas apreensões de produtos eletrônicos, que totalizaram 40,8 mil unidades no ano passado, contra 8,2 mil em 2005.

SISTEMA CARCERÁRIO

Agentes controlam princípio de motim

Um princípio de motim ocorrido ontem, por volta das 17 horas, no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima (EPSM) de Campo Grande, foi controlado com bombas de efeito moral e disparos de balas de borracha pelos agentes federais.

Após a realização de um pente-fino, foram encontrados 22 aparelho de telefone celular, apetrechos para consumo de drogas e armas artesanais. A confusão foi controlada por cerca de 30 homens do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), que estão emprestados para a Máxima.

De acordo com informações obtidas pelo jornal *O Estado* com agentes penitenciários, após a transferência dos 756 internos do Pavilhão 2 para o Pavilhão 1, a fim de que sejam realizadas obras de reparo no prédio, foi iniciado um pente-fino nos pertences dos presos e nas celas. A ação causou revolta entre os internos.

Os presos começaram a depredar o Pavilhão 1, que foi reformado recentemente. Eles entortaram as portas e tentaram retirar as grades das 78 celas da área, entregue no dia 4 deste mês pela Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp).

O clima tenso na penitenciária era justificado pelos agentes pelo fato de haver superlotação. De acordo com um deles, em média, nove internos estão dormindo em cada cela. Os espaços foram projetados para no máximo quatro pessoas. A unidade prisional abriga hoje 1.222 detentos, mas tem capacidade para apenas 380. (AJ)

INVESTIGAÇÃO

Polícia levanta terceira hipótese para assassinato

Agora existe a possibilidade de o crime ter tido motivação passional

A delegada Maria de Lourdes Sousa Cano, da Delegacia de Atendimento à Infância e à Juventude (Deaij), responsável pelas investigações sobre o assassinato do empresário Juvenal João de Lima, 48 anos, vai ouvir novamente o adolescente apreendido momentos após o crime e indicado por testemunhas como o autor dos disparos.

A polícia investiga três hipóteses para o homicídio – acerto de contas em razão de dívidas envolvendo drogas, tentativa de roubo seguida de morte e crime passional.

A terceira possibilidade foi reforçada depois do depoimento de Rita de Cássia Lima, 52, mulher do empresário. Ela foi ouvida ontem, mas a polícia não revelou detalhes sobre o depoimento. A polícia apura possíveis desentendimentos entre Lima e a mulher, inclusive com registros de boletins de ocorrência na delegacia de Promissão (SP). Teria havido ameaças de parte a parte.

O assassinato do empresário aconteceu por volta das 21 horas, no ponto de táxi localizado na Rua Barão do Rio Branco, quase esquina com a Rua 13 de Maio, no centro de Campo Grande, próximo ao Hotel Jandaia, onde a vítima estava hospedada. Lima foi morto com quatro tiros.

A tese central as investigações ainda gira em torno da versão de que tenha ocorrido uma tentativa de roubo seguida de morte. Testemunhas teriam dito à polícia que o adolescente disparou a arma em direção de Lima após vê-lo em frente a uma agência bancária, supondo que o empresário havia retirado dinheiro do banco.

O delegado da Delegacia de Pronto-Atendimento Comunitário (Depac), Fernando Villa de Paula, 29, que fez o registro da apreensão do adolescente e foi o primeiro a ouvi-lo, atribuiu o crime ao consumo de pasta-base de cocaína pelo rapaz.

Entre as hipóteses a ser investigadas, uma indica que teria havido acerto de contas em razão de dívidas da vítima com traficantes de drogas,. A hipótese surgiu após depoimentos de testemunhas do crime, dando conta de que o adolescente chegou ao local atirando sem ter anunciado o assalto. (AJ)

INVESTIGAÇÃO

Trio é preso por roubos no Aero Rancho

A Polícia Civil prendeu Luciano Oliveira Rocha, 27 anos, Thiago Carmo, 19, suspeitos de praticar assaltos no Bairro Aero Rancho, região sul da Capital.

As prisões ocorreram na noite de segunda-feira (9). Segundo a polícia, os três seriam responsáveis pelo assalto ao Mercado Real, ocorrido no dia 7 deste mês. Um quarto envolvido nos crimes está sendo procurado por investigadores da Delegacia de Pronto-Atendimento Comunitário (Depac), mas não teve o nome divulgado.

Com os suspeitos, a polícia encontrou R\$ 7,8 mil e apreendeu uma motocicleta, que segundo as investigações apontaram teria sido comprada por Rocha com parte do dinheiro roubado do estabelecimento. (AJ)

Quinta-feira, 12 de abril

Página 16

MEIO AMBIENTE

Polícia fecha garimpo ilegal em Rochedo

Local não tinha licença ambiental para funcionar, segundo a polícia

A Polícia Civil de Rochedo, a 82 quilômetros de Campo Grande, fechou um garimpo

ilegal de diamantes na terça-feira (10). Após receber denúncias anônimas, um grupo de investigadores foi até o Rio Aquidauana e descobriu a lavra irregular.

No local, foi preso Jorge da Silva Cerqueira, 35 anos, apontado pela polícia como o responsável pela draga que operava no garimpo. Cerqueira foi detido no momento que em que retirava cascalho do fundo do rio com a máquina. Com ele, a polícia encontrou pedras de diamante que haviam sido tiradas do local.

Na delegacia, Cerqueira disse que trabalhava no local desde 2002, e que não tem licença ambiental para realizar o garimpo. De acordo com a Polícia Civil, oito garimpeiros provenientes de várias regiões do País foram detidos no local, mas não tiveram a identidade revelada. Cada um deles receberia R\$ 35 por diamante encontrado.

Cerqueira e o garimpeiros foram autuado pelo artigo 55 da Lei 9.605/98, a de Crimes Ambientais, e podem ser condenados à pena de detenção de seis meses a um ano, mais multa. Os diamantes foram apreendidos e servirão como provas na instrução criminal.

Carvoaria

A Polícia Militar Ambiental (PMA) interditou uma carvoaria irregular em Bonito, a 245 quilômetros de Campo Grande. Adriana da Costa Melo, apontada pela polícia como proprietária do local, recebeu uma multa no valor de R\$ 5 mil.

De acordo com informações da PMA, a carvoaria não tinha autorização ambiental para funcionar. Foram apreendidos 60 metros cúbicos de carvão no local.

Em Anaurilândia, município localizado a 371 quilômetros de Campo Grande, policiais militares ambientais de Baytaporã multaram Ademar Rodrigues Filho e Maria Carrilho em R\$ 1 mil, por fazerem a queima de pastagem sem autorização ambiental na Fazenda Vista Alegre, de propriedade deles. O casal também responderá a processo por crime ambiental.

TRÁFICO DE DROGAS

Polícia apreende cocaína e haxixe em ônibus

A Polícia Civil apreendeu 50 cápsulas de cocaína por volta da 10 horas de ontem em dois ônibus intermunicipais que faziam a linha Campo Grande-Goiânia (GO). Após receber uma denúncia anônima dando conta de que uma certa quantidade da droga seria embarcada nos veículos, os agentes foram até a rodoviária e fizeram o flagrante.

A cocaína, que pesava 300 gramas, foi encontrada durante uma revista nos veículos. Estava escondida em duas poltronas de dois ônibus. Na tentativa de encontrar os proprietários, os investigadores encaminharam todos os passageiros para a Delegacia de Pronto-Atendimento Comunitário (Depac), mas ninguém foi autuado.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu 340 esferas de haxixe com João Cristóvão Martins Domingues, 22 anos, em uma fiscalização realizada no quilômetro 67 da BR-463, em Ponta Porã, a 326 quilômetros de Campo Grande.

De acordo com a PRF, Domingues viajava em um ônibus que fazia o itinerário Bela Vista-São Paulo (SP). A apreensão ocorreu quando o suspeito demonstrou nervosismo na abordagem dos policiais. (AJ)

Página 17

CORONEL SAPUCAIA

Ex-prefeito vai a julgamento por homicídio

Eurico Miranda é acusado de mandar matar o radialista Samuel Roman em abril de 2004

AZAEL JÚNIOR

O Ex-prefeito de Coronel Sapucaia, Eurico Mariano (PMDB), 54 anos, vai a júri popular hoje, a partir das 8 horas. Mariano é acusado de ser o mandante do assassinato do radialista Samuel Roman.

Os motivos do crime seriam as freqüentes críticas que o radialista fazia à administração do político, e uma série de denúncias referentes ao contrabando de combustível do Paraguai realizado por uma empresa da qual Mariano seria sócio. O ex-prefeito nega todas as acusações.

O júri será presidido por César de Souza Lima, juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais de Amambai. Mariano administrou o município de Coronel Sapucaia, que faz fronteira com o Paraguai, no período de 2000 a 2004.

Na acusação atuarão os promotores de Justiça Thalys Franklin de Souza e Ricardo Rotunno. A defesa do ex-prefeito será feita pelos advogados criminalistas Ricardo Trad e Flávio Fortes.

O crime foi investigado por policiais civis do Grupo Armado de Repressão a Roubos, Assaltos e Seqüestros (Garras). Durante as investigações, alguns dos dez indiciados e denunciados pelo Ministério Público Estadual (MPE) pelo assassinato do radialista foram mortos.

Entre os denunciados estão Alfredo Rui Dias Arevlos, 30, genro de Mariano e que teria atuado na contratação dos executores do radialista, e o campeiro Cleiton de Andrade Sogóvia, 26, responsável por ter dado cobertura aos criminosos em uma caminhonete. A dupla está foragida e teve prisão preventiva decretada. Segundo a polícia, os dois estão escondidos no Paraguai.

Os investigadores do Garras descobriram que dois irmãos, Tony Rojas Gimenez e Emílio Rojas Gimenez, foram os assassinos do radialista. De acordo com a denúncia, o assassinato ocorreu por volta das 18h30 de 30 de abril de 2004, em Coronel Sapucaia, no momento em que o radialista chegava em casa, na Avenida Flávio Derzi, no Centro.

As armas utilizadas no crime foram uma pistola de calibre 380 e uma pistola de 9 milímetros. Mesmo ferido pelos disparos, Roman tentou escapar e correu em direção à divisa com o Paraguai, mas foi perseguido e atingido por mais disparos.

Após atirar, os irmãos Rojas correram em direção a duas motocicletas que aguardavam do lado paraguaio da fronteira e fugiram para o país vizinho, de acordo com a denúncia.

Se for condenado, o ex-prefeito de Coronel Sapucaia pode pegar uma pena que varia de 13 a 30 anos de reclusão.

Ricardo Ortiz, presidente do Sindicato dos Radialistas de Mato Grosso do Sul (Sintercom), diz que a entidade orienta os profissionais a denunciar os casos de ameaças de morte. “O sindicato orienta o radialista a atuar com ética, mas também cobra das autoridades quando ocorre alguma coerção da liberdade na atividade do profissional”, diz.

PRINCÍPIO DE REBELIÃO

Clima volta a ficar calmo na Máxima após pente-fino

O clima no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande era calmo na manhã de ontem, após o pente-fino realizado por agentes penitenciários estaduais e federais no início da noite de quarta-feira (11), quando houve um princípio de motim motivado pela transferência de detentos do Pavilhão 2 para o Pavilhão 1 da unidade.

Na tarde de anteontem, os agentes tiveram de usar bombas de efeito moral para conter o tumulto. Após a transferência, eles iniciaram uma revista nas celas e encontraram pelo menos 22 celulares e armas artesanais.

De acordo com informações obtidas pelo jornal *O Estado* com agentes penitenciários que pediram para não ter os nomes divulgados, foram transferidos 756 internos do Pavilhão 2, a fim de que sejam realizadas obras de reparo no prédio. O pente-fino que sucedeu a mudança causou revolta entre os internos.

Os presos começaram a depredar o Pavilhão 1, reformado recentemente. Eles entortaram as portas das 78 celas da área, entregue no dia 4 deste mês pela Secretaria de Estado da Justiça e de Segurança Pública (Sejusp).

O clima tenso na penitenciária era justificado pelos agentes pelo fato de haver superlotação. Segundo um deles, em média, nove internos estão dormindo numa cela

projetada para no máximo quatro pessoas. A unidade prisional obriga hoje 1.222 detentos, mas tem capacidade para apenas 380. (AJ)

Sexta-feira, 13 de abril

Página 13

VIOLÊNCIA

Estudante é assassinado durante roubo

Segundo testemunhas, Fábio Oshiro foi morto mesmo depois de entregar a carteira a ladrões

AZAEL JÚNIOR

O estudante Fábio Ozuna Oshiro, 24 anos, morreu na manhã de ontem, na Santa Casa de Campo Grande, cerca de 12 horas após ter sido baleado durante um assalto no momento em que estacionava o carro na Rua Barão do Rio Branco, região central de Campo Grande.

Segundo registros da polícia, Oshiro parou o veículo no local por volta das 20 horas de quarta-feira (11), e seguiria a pé para uma aula de inglês em uma escola na Avenida Afonso Pena, a uma quadra dali, entre a Rua Artur Jorge e a Rua 13 de Junho.

Segundo testemunhas disseram à polícia, dois rapazes em uma bicicleta abordaram Oshiro no momento em que ele descia do veículo, um Fiesta, e anunciaram um roubo. O universitário entregou a carteira e o aparelho celular aos ladrões sem reagir, mas mesmo assim levou um tiro na cabeça.

Uma viatura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi chamada para socorrer Oshiro. Ele foi levado em estado grave para a Santa Casa, onde ficou internado, mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

A vítima, que cursava Relações Internacionais na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), trabalhava no setor financeiro de uma empresa de autopeças localizada em Campo Grande. Segundo a família, o estudante sempre deixava o carro estacionado no local onde foi morto, por ser um local claro e que ele julgava seguro, pela proximidade com o Belmar Fidalgo, praça esportiva utilizada por grande número de pessoas para caminhadas vespertinas e noturnas.

A Polícia Civil investiga o crime e trabalha com a tese de que o assassinato tenha sido cometido por usuários de drogas que ficam na área central. O corpo do rapaz será enterrado hoje, às 9 horas, no Cemitério Parque das Primaveras.

Aero Rancho

William Medeiros Carvalho, 18, foi assassinado por volta das 2h30 de ontem. Segundo informações da Polícia Militar, Carvalho foi alvejado por dois disparos no abdômen,

nas costas e no tórax. O crime aconteceu na Rua Rio Apa, quadra 5, lote 13, Bairro Aero Rancho, em Campo Grande.

Conforme informações da Delegacia de Pronto-Atendimento Comunitário (Depac), Carvalho foi morto quando estava a uma quadra da casa. Uma vizinha, que não teve o nome divulgado, escutou os tiros e, ao sair de casa, encontrou o rapaz já morto.

Ela chamou a mãe da vítima, que foi ao local acompanhada do outro filho, um adolescente de 14 anos. A mãe, que também não teve o nome divulgado, relatou que o menino era usuário de drogas e que acredita que ele foi morto em um acerto de contas em razão de dívidas com traficantes. O crime é investigado pela Polícia Civil.

INVESTIGAÇÃO

Menores denunciam tortura em mercado

Dois adolescentes, de 14 e 15 anos de idade, dizem ter sido torturados durante 30 minutos na manhã de quarta-feira (11), nos fundos de um supermercado instalado na Rua Tancredo Neves, Bairro Aero Rancho, região sul de Campo Grande.

Os dois teriam levado choques elétricos e sido espancados, segundo a polícia, pelo dono do mercado Dênis Xavier da Silva, 30, e pelos funcionários dele, Jocilei Silva Almeida, 32, e Anderson Gomes, 24, depois de terem tentado furtar um produto no local. Policiais do 10º Batalhão da Polícia Militar receberam um chamado anteontem de manhã, dando conta de que alguém estaria pedindo ajuda e gritando no mercado. De acordo com registros da polícia, no momento em que os PMs chegaram ao local Silva perguntou o que eles estavam fazendo ali, já que não os havia chamado.

O policial disse que a equipe recebeu uma denúncia de maus-tratos e entrou no estabelecimento. Os dois adolescentes foram encontrados nos fundos do prédio, ajoelhados no chão molhado e com fios elétricos próximos. Segundo a polícia, os rapazes estavam com lesões na boca, costas, braços, pernas e cabeça.

Os PMs perguntaram aos menores o que havia acontecido e eles teriam dito que foram flagrados durante tentativa de furto de um creme para eliminação de acne no local, e levados para os fundos do estabelecimento, sendo submetidos à tortura.

O proprietário do mercado, os funcionários e os dois adolescentes foram levados para a Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e à Juventude (Deaij). De acordo com a delegada Maria de Lourdes Souza Cano, os menores foram ouvidos e liberados, mas serão indiciados por tentativa de furto.

Os três envolvidos na suposta agressão foram encaminhados para a Delegacia de

Pronto-Atendimento Comunitário (Depac) depois de prestar depoimento na Deaij. Segundo informações da Polícia Civil, o caso vai ser tratado como cárcere privado e agressão, com pena de até 10 anos de reclusão.

O advogado Eduardo de Paula, representante do proprietário do supermercado e dos funcionários, nega as agressões contra os adolescentes. Segundo ele, houve uma luta corporal para conter os rapazes no momento em que eles foram flagrados com o produto que pretendiam furtar. Os três suspeitos ficarão detidos no 4º Distrito Policial, no Bairro Moreninhas 3.

O adolescente de 15 anos tem antecedentes criminais por furto, tentativa de roubo e tentativa de homicídio. Ele chegou a ficar internado na Unidade Educacional de Internação (Unei) por três meses. O outro menor tem antecedentes criminais por tentativa de homicídio e furto.

Na manhã de ontem, a reportagem do jornal *O Estado* esteve na casa de Suzana Maria Chaves, 62, avó de uma das supostas vítimas da agressão. O rapaz, ainda assustado, mostrou as marcas no corpo. “Foram muito dolorosos os choques e as pancadas que me deram. Quando jogaram água e encontraram o fio na minha cabeça quase desmaiei”, afirmou.

Para a avó, com quem o rapaz vive há sete meses, desde quando os pais se separaram, o menor não merecia a agressão. “Meu neto já errou algumas vezes, mas não podem sair batendo no menino desse jeito, dando choque”, diz. (AJ)

ASSASSINATO

Júri de ex-prefeito de Sapucaia é adiado

O julgamento do ex-prefeito de Coronel Sapucaia, Eurico Mariano (PMDB), 54 anos, que deveria ter acontecido ontem, foi adiado para o dia 1º de junho, porque a testemunha Ernesta Rolon Mendonza, tida como peça-chave pelo Ministério Público Estadual (MPE), não foi localizada para ser intimada.

Mariano é acusado de ser o mandante do assassinato do radialista Samuel Roman, em 30 de abril de 2004. A decisão do adiamento partiu do juiz de Amambai, César de Souza Lima. A acusação considerou imprescindível a participação da testemunha.

A sessão do julgamento já havia começado, com o sorteio dos sete jurados, quando o presidente do júri decidiu pelo adiamento. Os advogados do ex-prefeito, Flávio Fortes e Ricardo Trad, arrolaram como testemunhas Aires Noronha Adures e Carlos Araújo Nunes. O MPE havia arrolado Willian Mayer Romã, Mirian Regina Mayer, Fabiano Góes Nagata e Luiz Aberto Ojeda, os dois últimos delegados da Polícia Civil.

Segundo o MPE, a ausência de testemunhas não resulta em adiamento, exceto quando a testemunha é considerada imprescindível para formar o convencimento de quem arrolou. É o caso da testemunha não encontrada pela MPE.

Dos dez denunciados pelo MPE pelo crime, três foram assassinados. Os demais, com exceção de Mariano, estão foragidos. O crime foi investigado pelo Grupo Armado de Repressão a Roubos, Assaltos e Seqüestros (Garras), que descobriu que dois irmãos – Tony Rojas Gimenez e Emílio Rojas Gimenez – executaram o radialista. De acordo com a denúncia, o assassinato ocorreu por volta das 18h30, no momento em que o radialista chegava em casa, na Avenida Flávio Derzi, Centro. Na denúncia do MPE consta que os irmãos utilizaram uma pistola de calibre 380 e uma pistola 9 milímetros.

Mesmo ferido pelos disparos, Roman tentou escapar, correndo em direção à linha internacional, que faz divisa com o Paraguai, mas foi perseguido e levou mais dois tiros. Após atirar, os irmãos Rojas teriam corrido em direção a duas motocicletas que aguardavam do lado paraguaio da fronteira e fugido para o país vizinho.

Os motivos do crime seriam as freqüentes críticas que o radialista fazia à administração do político e uma série de denúncias referentes ao contrabando de combustível do Paraguai, realizado por uma empresa da qual Mariano seria sócio. O ex-prefeito nega todas as acusações. (AJ)

MUNDO NOVO

Polícia recupera picape depois de troca de tiros

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) recuperou uma caminhonete Hilux com placas de Goiás (GO) após trocar tiros com o suspeito de roubar o veículo. O tiroteio aconteceu por volta das 22 horas de quarta-feira (11), no quilômetro 6 da BR-163, em Mundo Novo, a 469 quilômetros de Campo Grande.

De acordo com a PRF, os policiais deram ordem para que motorista parasse em uma barreira policial montada na estrada. O condutor, no entanto, desrespeitou a ordem e iniciou uma troca de tiros com os agentes, parando o veículo no acostamento e fugindo por uma área de mata fechada.

Na caminhonete, os policiais encontraram várias cápsulas de munição de calibre 38. Ao checar a documentação do veículo, descobriram que a Hilux tinha sido roubada no dia 4 por um grupo de quatro homens, que renderam uma família no Paraná e roubaram jóias, aparelhos celulares, perfumes e equipamentos eletrônicos. (AJ)

Sábado, 14 de abril

Página 16

ASSASSINATO

Miranda protesta contra impunidade

Ontem fez 7 meses do encontro da ossada de Camila Florenciano, 9; crime continua impune

AZAEL JÚNIOR

Cerca de 1,5 mil aluno de escolas públicas e particulares de Miranda, a 194 quilômetros de Campo Grande, participaram de um protesto na manhã de ontem, cobrando o empenho das autoridades para solucionar o assassinato da estudante Camila Pereira Florenciano, 9 anos.

A menina desapareceu no dia 20 de junho do ano passado, enquanto andava de bicicleta pelo centro da cidade. O corpo dela foi encontrado no dia 13 de setembro. A suspeita é de que Camila tenha sido estuprada antes de ser morta.

Utilizando faixas e cartazes, os estudantes lembravam que ontem fez sete meses que os restos mortais de Camila foram achados e que o caso continua sem solução. Cleidonil Lopes da Silva, 36, madrinha de Camila e uma das organizadoras do protesto, reclama que os exames foram encaminhados para o Instituto Médico-legal (IML), mas os resultados ainda não voltaram para a delegacia.

A Polícia Civil de Miranda chegou a deter um parente da menina, suspeito de ser o autor do crime. A prisão preventiva dele foi decretada. No dia 29 de novembro do ano passado, a juíza Vânia de Paula Arantes, da 1ª Vara Criminal de Miranda, autorizou que ele fosse colocado em liberdade.

Segundo a Polícia Civil, o parente da menina foi posto em liberdade em virtude do término do prazo da prisão temporária, que já tinha sido prorrogada para a conclusão dos exames de DNA. Ele estava preso juntamente com um adolescente, por serem os principais suspeitos do crime. O menor continua detido, mas por outro crime.

O pedido da prorrogação da prisão temporária era para que o exame de DNA pudesse ser concluído e apontar de quem era o sêmen encontrado em um preservativo que estava do lado da ossada da menina. Os exames também irão dizer se a menina foi estuprada, mas estão parados no IML de Campo Grande.

A Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp), a qual o instituto de perícias é vinculado, foi procurado pela reportagem do jornal *O Estado* ontem para falar sobre o atraso na devolução dos exames, mas até o fechamento desta edição ninguém da pasta deu retorno.

Assassinato

Camila desapareceu no dia 20 de junho de 2006, quando estava hospedada na casa da avó materna, em função de uma viagem dos pais dela para tratamento de saúde em São Paulo.

Por volta das 7 horas daquele dia, ela saiu de bicicleta para ir à casa da avó paterna, passando pela Rua 1º de Maio, no Centro. Essa foi a última vez que Camila foi vista. Ela ficou desaparecida por 114 dias.

A ossada da menina foi encontrada por um campeiro no Pesqueiro Primavera, a três quilômetros da cidade, em uma estrada de acesso à cidade de Bodoquena. Além da ossada, foi encontrada também a bicicleta utilizada por ela no dia do desaparecimento.

Rosângela Pereira, mãe da criança, conseguiu reconhecer a filha por meio de pedaços de roupas e de um par de chinelos que foram encontrados ao lado do corpo da menina. A família de Camila estava distribuindo cartazes com a foto dela por toda a cidade, na esperança de encontrá-la com vida.

TRÁFICO

PF apreende 2,2 toneladas de maconha

A Polícia Federal (PF) de Naviraí, a 361 quilômetros de Campo Grande, apreendeu 2,2 toneladas de maconha por volta das 23h de quarta-feira (11), mas a ação só foi divulgada ontem, segundo a PF para não atrapalhar as investigações.

O flagrante ocorreu após os agentes receberem uma denúncia anônima dando conta de que um caminhão iria transportar o entorpecente escondido em uma carga de bancos de madeira. A carga iria de Coronel Sacupaia para Campinas (SP).

Conforme informações da PF, uma equipe de agentes policiais iniciou uma vigilância próximo à cidade de Amambai, a 340 quilômetros de Campo Grande. Após localizar o veículo, em uma breve revista na carroceria foi encontrada a maconha, distribuída em sacos de defensivos agrícolas sob a carga de bancos de madeira.

O motorista do veículo, cujo nome não foi divulgado, foi detido e disse que não sabia que estava transportando o entorpecente. No desenrolar das investigações sobre o caso, a PF prendeu o suspeito de ser o proprietário da droga, que também não teve o nome divulgado. A prisão aconteceu na cidade de Douradina, a 224 quilômetros da Capital.

A polícia espera agora identificar outros envolvidos no esquema de tráfico. Os suspeitos estão detidos na Delegacia da Polícia Federal de Naviraí. A última grande apreensão de maconha feita pela PF ocorreu no dia 30 de janeiro, quando duas toneladas da droga foram retidas em um caminhão no município de Nova Andradina. Na ocasião, os agentes

encontraram o carregamento da droga envolto em fitas adesivas e oculto em meio à carga de madeira, de forma a simular várias tábuas amarradas juntas, em feixes.

De 1º de janeiro a 31 de março, cinco toneladas de maconha foram apreendidas pela instituição em Mato Grosso do Sul.

Cocaína

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) deteve ontem, por volta das 2 horas, o cidadão boliviano Manuel Jesus Solano, 25 anos, que transportava 73 cápsulas de cocaína no estômago.

De acordo com informações da PRF, em uma fiscalização realizada no quilômetro 600 da BR-262, próximo à cidade de Miranda, a 194 quilômetros de Campo Grande, foi parado um ônibus de passageiros que fazia o itinerário Santa Cruz de La Sierra (Bolívia)-São Paulo (SP).

Na abordagem policial, Solano demonstrou nervosismo, entrando em contradição, quando questionado o motivo da viagem. Após confessar ter ingerido cocaína, o suspeito de tráfego foi encaminhado à Polícia Federal de Campo Grande, onde expeliu as cápsulas. Depois de pesadas, elas totalizaram 847,9 gramas. O homem foi autuado por tráfico internacional de drogas. (AJ)

VIOLÊNCIA

Homem é morto com dois tiros em Naviraí

José Carlos da Silva, 38 anos, foi encontrado morto com dois tiros no tórax e um nas costas na manhã de ontem, em uma propriedade rural de Naviraí, a 361 quilômetros de Campo Grande, próximo ao Rio Cambai.

De acordo com a polícia, Silva era morador da cidade de Fátima do Sul, a 249 quilômetros de Campo Grande, e prestava serviços na Fazenda Tucura.

Uma testemunha do crime, que também trabalhava na fazenda, mas não teve o nome divulgado, seguia com Silva para Fátima do Sul na noite de quinta-feira (12).

Os dois foram alcançados pelo motorista de uma caminhonete branca, ainda não identificado, que efetuou três disparos.

Um disparo feriu Silva nas costas, e outros dois o atingiram no tórax. O condutor da caminhonete teria discutido com a vítima e a testemunha antes do crime. O Serviço de Investigações Gerais (SIG) da Polícia Civil de Naviraí investiga o assassinato. (AJ)

PRESÍDIO DE TRÂNSITO

Agentes e PMs impedem fuga de detentos

Agentes penitenciários e policiais militares impediram uma fuga do Presídio de Trânsito de Campo Grande, programada para ocorrer na noite de quinta-feira (12). O plano foi descoberto durante o banho de sol dos presos.

Os agentes descobriram um problema na fechadura da cela 8 e resolveram realizar uma revista minuciosa em toda a unidade. A Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) alertou os plantonistas do presídio sobre a possibilidade de fuga, o que levou à contagem dos internos com a ajuda da Polícia Militar.

Durante a ação, os agentes perceberam ainda que a tranca da cela 17 apresentava problemas. As duas celas, juntas, abrigavam 28 internos, em um espaço projetado para apenas oito. (AJ)

Parte III

***Análises: Práticas jornalísticas na construção
de notícias de crimes***

Capítulo 7: Relações de forças no campo

O jornalismo, como campo social, comporta, ao mesmo tempo, uma estrutura objetiva própria, na qual são produzidos *habitus* comuns incorporados pelos jornalistas, e um campo de relações de forças, concretizado em embates entre os agentes ocupantes de diversas posições na hierarquia. Isso significa que as percepções e as representações do mundo e os comportamentos dos jornalistas carregam aspectos comuns, mas também apresentam contornos diferenciados de acordo com o lugar ocupado por cada membro nas estruturas internas do campo.

Essas relações de forças são, simbolicamente, manifestadas no próprio espaço físico e concretizadas nos embates corriqueiros. No que tange à produção cotidiana de notícias de crimes nos veículos pesquisados, as disputas se acentuam nas relações entre editores e repórteres, por suas maiores proximidades a essa produção. Essas diferenças, provocadas pelas disposições dos agentes na estrutura do campo, não se restringem às relações diretas entre os jornalistas, mas se estendem às diferentes áreas jornalísticas. A área responsável pela cobertura de crimes ocupa a base dessa hierarquia.

7.1. Manifestações das relações de forças no espaço físico

“Aqui é tudo aberto. Todo mundo ouve. Não tem segredinho.”
(Repórter de Política do O Estado)

A redação é um espaço simbólico das relações de forças existentes na empresa e no campo jornalísticos. As paredes, os móveis, os murais, os relógios... advertem, sem cessar, sobre as disposições no espaço sócio-redacional e sobre os comportamentos esperados de cada integrante desse espaço.

As paredes das redações dos dois jornais têm vidro em suas construções. No caso do *O Estado*, são inteiramente envidraçadas. No *Correio do Estado*, esse material constitui a parte central da parede da redação, que separa essa sala do escritório da diretora e sócia do jornal, Ester Figueiredo, a ocupante privilegiada do “aquário”. A transparência do vidro permite a presença na ausência, através dos olhares atentos. A vigilância pelo olhar se camufla de esvaziamento do poder. E assim pode ser percebida por membros dispostos em diferentes

pontos da hierarquia, que tendo internalizado a dominação, não mais a percebem. É o caso de um repórter de Política do *O Estado*, o qual explicitou bem a apropriação discursiva dos superiores ao afirmar, com orgulho, que em seu jornal não há “segredinho”: “*Aqui é tudo aberto [tenta mostrar 'todo' o jornal abrindo os braços e as mãos]. Todo mundo ouve. Não tem segredinho*”. Ele se referia ao fato de a sala de reunião de pauta ser uma extensão, sem porta, da redação e ao uso intenso de vidro em todas as paredes entre as repartições.

No *Correio do Estado*, a visão “através da parede” é privilégio, quase exclusivo, da diretora-geral do jornal. A posição de sua mesa lhe permite trabalhar olhando, simultaneamente, para seu computador e para a redação – tornando difícil ao jornalista, que tenta escapar da zona do olhar, saber se a diretora está atenta a uma leitura no computador ou ao movimento na redação. Segundo os jornalistas, a “dona Ester” pode vigiar, de seu lugar (que também é, simbolicamente, o lugar no espaço da estrutura social interna), as consultas demasiadas aos e-mails particulares, os telefonemas freqüentes e/ou demorados e alguma eventual quebra de regras, como a de “não comer na redação” e a de “sempre usar o crachá”. Apesar disso, os jornalistas, com cautela necessária a um “transgressor”, intercalam conversas diversas pela Internet com ações ligadas à produção de notícias, comem algum doce ou salgado (mas com pouca freqüência) e bebem café (às vezes, até mesmo refrigerante) na redação.

No *O Estado*, a presença dos proprietários do jornal, Jaime e Lídia Vallér, não é direta. A intrusão da direção na redação – o que medeia a presença dos donos da empresa nas rotinas produtivas dos jornalistas – é realizada pelo diretor-executivo, Alexandre. Segundo contou, o topo da hierarquia do jornal é formado por três diretores: os proprietários, Jaime e sua esposa, Lídia, e por ele. Os proprietários da empresa não cuidam diretamente dos assuntos jornalísticos. Isso fica incumbido ao diretor-executivo. As salas dos donos são relativamente distantes da redação (demonstram voltar-se estritamente às negociações, às transações que permitem o fluxo de capital interna e externamente à empresa). Já o escritório do diretor-executivo é casado à redação e à sala de reunião de pauta e as paredes são, como as demais divisórias, envidraçadas. Ele sugere pautas (em razão de sua posição, essa “sugestão” beira uma ordem), participa de algumas reuniões com os editores e chega, até mesmo, a interferir nas construções das notícias em quase todas as suas etapas. Na tarde de uma sexta-feira, dia 13 de abril, sua presença na redação foi acentuada. Vez e outra, chamava um repórter para conversar sobre a matéria que produzia.

A diferença entre a presença direta nas redações por parte dos proprietários dos dois jornais parece estar relacionada à diferença entre os seus históricos no campo jornalístico.

Antônio João Hugo Rodrigues, herdeiro do *Correio do Estado*, é jornalista e sua sócia, Ester Figueiredo, acompanha-no, há tempos, nas dinâmicas do jornal, que tem mais de cinquenta anos. Ela escreve uma coluna, sugere pautas (como no caso do diretor de *O Estado*, essa sugestão se aproxima de uma ordem), avalia as notícias, conversa com editores e repórteres sobre as matérias. Jaime Vallér, por sua vez, é latifundiário, não aparentando ter contato interno prolongado com o campo jornalístico. Além disso, seu jornal é novo, com apenas cinco anos. Assim, a incorporação das dinâmicas do jornalismo, conseqüente da vivência cotidiana e continuada das relações internas do campo, faz com que a proximidade ao movimento redacional seja maior em uma situação que em outra.

A ordenação dos espaços das redações não apenas possibilitam os olhares superiores de fora como também representa a estruturação hierárquica entre os membros internos. As diferenças entre os *status* dos jornalistas pode ser notada pelas particularidades das mesas e pelos lugares onde se sentam. O jornalista do *Correio do Estado* há mais tempo no veículo, responsável pelas páginas de Brasil/Mundo e chefe de redação substituto, ocupa um lugar de honra. Numa sala com ilhotas padronizadas para quatro ocupantes cada, sua mesa se destaca pela singularidade: é maior, permitindo uma melhor organização dos seus pertences e impossibilitando a conjunção com mesas de outros colegas. O jornalista tem um espaço só seu, como só seu aparenta ser o posicionamento ocupado na estrutura do jornal. De modo semelhante, a mesa do chefe de redação do *O Estado* é maior e fica perto de uma parede externa, no meio do corredor formado pelas fileiras de ilhas produtivas. É, dentro da redação, *o lugar do chefe*. Os editores de áreas do *Correio do Estado* se sentam na mesma ilha de seus repórteres. Isso faz com que os editores acompanhem, com uma certa constância e proximidade, a produção de matérias dos repórteres. A distância de *status* entre os editores de áreas desse veículo é menos acentuada que a do outro jornal. Assim, num jogo de forças relativamente equilibrado, os editores do *Correio* tornam-se “iguais” em seu grupo, dispensando maior energia nas relações hierárquicas com seus repórteres. Nesse feudo redacional, cada editor exerce poder em seu condado com relativa autonomia. Existem as diferenças entre editores (que se manifestariam até mesmo em diferenças salariais, como comentaram alguns repórteres), mas permanecem escondidas sob a cumplicidade de todos, quase não existindo embates explícitos entre esse grupo. No *O Estado*, os *status* diversos entre editores de áreas é mais flagrante. A editora de Cidades parece ter poder de influência no ápice da hierarquia próximo ou equivalente ao do chefe de redação. Ela se mostra muito segura na busca de resolução de assuntos administrativos, como os relativos a erros nos pagamentos de hora extra de seus repórteres e às negociações de anúncios. Essa editora divide

sua ilha com outro editor (o de Esportes, que não tem repórter, escrevendo, ele mesmo, suas matérias ou “emprestando” repórteres de Cidades para lhe ajudar quando há muitas pautas) e com a chefe de reportagem. Como não se senta com seus repórteres, constantemente os chama, em voz alta, *à sua mesa* para tratar de assuntos relativos às pautas. As ilhas de produção desse jornal não seguem uma divisão por editoria. Repórteres de variadas áreas dividem as mesmas ilhas, o que também ocorre com os editores. Os repórteres não se sentam com os editores, com exceção de um repórter de Política, jornalista veterano, diferente da maioria dos seus colegas, que são jovens na idade e na profissão. Esse veterano é o dono do discurso de que *“não há segredinho no jornal”*. Há outra exceção, mas inversa: um editor (o de Cultura, também sem repórter) da geração mais nova divide espaço com três repórteres de Cidades. Ele aparenta ser o editor posicionado na base da hierarquia de seu grupo, mostrando-se mais à vontade, por meio de conversas e brincadeiras, com o grupo dos repórteres.

Peça imprescindível na redação, o relógio, do alto, visível por todos e “vendo a todos”, não apenas informa as horas, mas “determina” os movimentos a cada hora informada. É, simbolicamente, um deus, que se sobrepõe à hierarquia da redação. Como um deus severo, vê mais do que é visto e “diz” aos jornalistas como devem se comportar a cada momento do dia. No início da manhã, é mais complacente e permite ações tranquilas, apurações mais demoradas, conversas mais longas e com menos pressa ao telefone. No fim da manhã, mostra um pouco de sua ira e os jornalistas passam a correr, mas nem tanto, em seus afazeres. Depois do almoço, tolera uma certa vagarosidade. Ao avançar na casa das 15 horas, começa a se agigantar aos olhos de todos. Os jornalistas ficam agitados, fazem diversas atividades ao mesmo tempo, mostram-se preocupados. A agitação e a ansiedade são ainda maiores, quando não conseguem informações para encerrar apurações de pautas. A observação do comportamento do repórter Azael às 15h30 de uma terça-feira, 10 de abril, ilustra esse aspecto:

São 15h30. Azael está preocupado por não conseguir completar suas ligações. Ele tenta falar com fontes da Polícia Civil, do IML e da Sejusp, mas não tem êxito. “Não consigo falar com o IML”, partilha a angústia com um repórter. Ele está agitado. Olha para seu computador. Coça a cabeça. Balança ligeiro as pernas. Aciona a telefonista: “Adriana, qual o número que você tá ligando pra Sejusp aí?” Ela passa o número e o repórter liga direto do seu telefone.

Nesse horário, em que demonstra toda sua ira, o relógio da redação parece ficar muito mais rápido, à semelhança dos relógios das primeiras fábricas capitalistas, que rodavam com

mais pressa em momentos estratégicos²⁷. O desenho do relógio do *O Estado* é emblemático nesse sentido. Ele imita o velocímetro de uma motocicleta. Depois das 16 horas, os números e os riscos de marcação de minutos e segundos ganham um tom vermelho, avisando da entrada no horário crítico da rotina produtiva.

Inseparáveis dos relógios, mapas de Mato Grosso do Sul completam o par tempo-espço, lembrando aos jornalistas dos enquadramentos do mundo dentro de recortes espaciais e temporais. Nas duas redações, os mapas estão afixados juntos dos relógios. Mapas do estado remetem à valorização jornalística do local, ao valor-notícia relativo à proximidade espacial do acontecimento. As notícias do estado, sobretudo as da capital, ganham primazia sobre as de outros lugares, excetuando acontecimentos que comportem valores-notícia com peso significativo na balança de seleções. Os mapas, mais “amigáveis” que os relógios, exibem-se para as consultas dos jornalistas quando produzem matérias que envolvem cidades do interior.

Os murais carregam mensagens de “incentivo” à produção (o que se inclui informes de concursos de premiações de reportagens), charges e críticas aos jornalistas (como um artigo de um professor sobre os erros gramaticais em matérias de jornais). No *Correio do Estado*, há uma charge que reforça a idéia de supremacia da publicidade sobre as notícias [imagem 13]. O desenho, com caricaturas de funcionários fantasiados de heróis, é um agradecimento do setor comercial aos que “facilitam” as entradas de anúncios nas páginas e aos que “não se importam” em ceder seus anúncios aos colegas que estão atrasados nas entregas das páginas. São os anúncios salvando o dia de presas prestes a serem devoradas pelo tempo.

No *O Estado*, há uma mensagem carregada da ideologia do conformismo, da produção sem conflitos, sem críticas, sem reclamações [imagem 14]. Além de estar afixada no mural, a mensagem se encontra espalhada em outros lugares, como em algumas mesas e paredes. Trata-se de “orientações” (todas na forma de imperativo) para um “bom convívio” no ambiente de trabalho. Eis alguns itens:

Não fale mal dos colegas, amigos e concorrentes

Queira sempre aprender mais

Mantenha sempre a calma

Cumpra a sua parte

Não tome decisões quando estiver cansado ou nervoso

27 Robert Heilbroner (1996) conta que os relógios das primeiras fábricas, controladores do ritmo produtivo do trabalhador, ficavam mais rápidos num determinado momento. Ele afirma que “muitos dos capatazes não permitiam que os trabalhadores entrassem na fábrica com relógios, e o único relógio existente no local, que regia tudo, tinha a estranha tendência a andar mais depressa durante os períodos de parada do trabalho para a alimentação” (p. 102)

Dê o melhor de si no seu trabalho
Seja humilde, principalmente nas vitórias
Escute mais, fale menos
Esteja sempre disposto a servir
Sorria
Seja otimista
Elogie três pessoas por dia
Gaste menos do que ganha
Ame a profissão que você escolheu.

O recado, que se intitulada “Para se viver bem”, traz o desenho de uma “cara feliz”, feita de um círculo com sorriso que quase alcança os olhos.

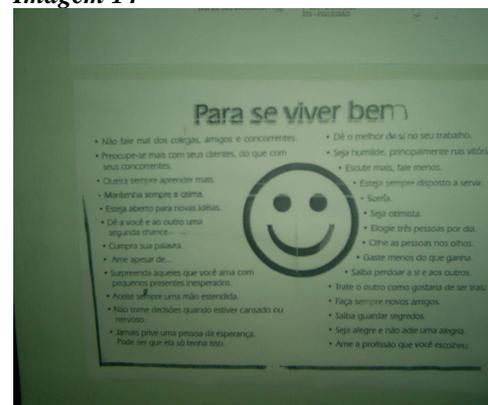
As relações de forças, manifestadas simbolicamente nesses espaços que falam, sem cessar, de poder, de hierarquia, de controle, são concretizadas nos relacionamentos entre os jornalistas, especificamente, entre editores e repórteres.



Imagem 13



Imagem 14



7.2. Relações de forças entre repórteres e editores

O repórter tem que ser mais ágil na apuração, mais rápido ao redigir o texto... Às vezes a matéria não tem jeito, mas você ficar elucubrando, ficar até meia-noite, uma hora da manhã... Acabou isso. (Walter, editor de Economia e chefe de reportagem)

As relações de forças entre repórteres e editores se manifestam em duas frentes: uma relativa aos constrangimentos do trabalho (jornadas longas, excesso de pautas) e outra, às diferentes percepções de mundo, relacionadas às posições distintas no espaço da estrutura do

jornal e provocadoras de entendimentos variados dos valores-notícia. As diferenças, proporcionadas por posições distintas no espaço social da redação, são externalizadas também em comportamentos diversos.

Os repórteres reclamam de acúmulo de pautas, das horas extensas de trabalho e das cobranças constantes dos editores. Por seu lado, os editores alegam que têm horário para encerrar as páginas (sendo cobrados por isso) e que precisam que os repórteres sejam rápidos na produção de matérias.

Quando o volume de acontecimentos noticiáveis no dia – o que os jornalistas chamam de “pautas factuais” – é expressivo, os repórteres estendem suas jornadas, adiam o horário de almoço e se fazem menos tolerantes nos diálogos sobre a produção com os editores. É o caso da quarta-feira, 03 de abril, que já começou agitada, diferenciando-se de outras manhãs, marcadas pela tranqüilidade, com a permanência do repórter na redação em conversas pelo *MSN*, em sondagens, sem pressa, de pautas. No dia, havia acontecimentos agendados, portanto, já programados pelos jornalistas, mas também outros que explodiam sem aviso prévio. Na madrugada, um rapaz de 22 anos fora morto por policiais militares durante uma perseguição. Na mesma ação, outros quatro jovens foram detidos. A ação da PM teria sido uma represália – o jovem assassinado seria suspeito da morte de um policial da corporação. Durante a manhã, havia, ainda, uma coletiva com o secretário de Estado de Segurança Pública, Wantuir Jacini. Sua assessoria convocara a imprensa para marcar a entrega das reformas de um pavilhão do Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande – um ritual necessário para um campo social tornar público seu discurso. O outro acontecimento, com o mesmo objetivo de mostrar à população a atuação do Governo (desta vez, o Federal) na área de segurança, também estava agendado para o dia. Trata-se do cumprimento de mandado de busca e apreensão de máquinas caça-níqueis, numa operação realizada pela Polícia Federal. Além desses, durante o dia, acontecimentos não-programados clamariam por coberturas. No período da tarde, houve tentativa de fuga em massa de presos da Máxima, presídio visitado pelo secretário Jacini. Um dos detentos foi baleado. Também ocorreu uma tentativa de homicídio.

Com a concomitância de acontecimentos com apelo jornalístico, o repórter Eduardo prolongou seu expediente. Só deixou a redação às 15h30 num dia em que entrara antes das 8 horas. Seu avanço durante a tarde fez com que ficasse por cerca de três horas trabalhando em companhia de seu editor, o que não é freqüente (o repórter trabalha de manhã e o editor, à tarde). Nesse período, em que se apressava para findar as redações de seus textos, respondia às interpelações do editor rápido e sem muita atenção. Este, em *seu papel*, fazia as *cobranças*

de editor. Nos diálogos abaixo, é possível perceber a tensão entre os jornalistas, provocada pela pressa do repórter em encerrar seus textos e pela preocupação do editor em não atrasar a entrega das páginas:

O editor entra na redação cerca de meio-dia e meia. O repórter lhe passa as pautas do dia.

– *Quais lugares teve essa operação?, pergunta o editor, indicando seu maior interesse pela operação da PF.*

– *Tá na notinha – responde o repórter, rápido, sem tirar os olhos do seu computador e buscando encerrar o diálogo.*

– *Ainda não tem o total de máquinas apreendidas?*

– *A Fernanda vai dar os dados depois .*

Por volta das 14h30, o editor conversa com o repórter sobre a matéria do presídio:

– *Vou pôr assim: “Secretário é surpreendido com presídio recém-reformado”. Ele não sabia, né?*

– *Não. Mas dá uma olhada aí – responde seco o repórter, como quem está acumulado de tarefas, podendo seu interlocutor resolver, ele mesmo, sua dívida.*

– *Posso pegar essa matéria já? – pergunta o editor, indicando, simultaneamente, que buscará sanar sua dívida conforme sugestão do repórter e que “seu subordinado” estaria atrasado.*

À medida que avança o horário, os jornalistas passam a ser menos tolerantes com os colegas, de cujas ações dependem seus trabalhos. Nesse mesmo dia, o editor já estava nervoso com o repórter-fotográfico, por não ter anotado nomes de presos (pois *fotos de presos*, que são apresentados à imprensa pela polícia, são *cópias* umas das outras e sem os nomes dos fotografados, não há como saber do que se trata) de duas ocorrências diferentes. Com o passar das horas, dos minutos, passava a cobrar, mais incisivamente, as matérias do repórter. É preciso considerar que o editor também é cobrado por outros agentes da hierarquia do jornal.

O acúmulo de pautas – que se relaciona à burocratização do trabalho jornalístico e à banalização do acontecimento (o que será tratado adiante) – também é motivo de reclamações de repórteres. O repórter Azael, único responsável direto pela cobertura de matérias policiais (que em seu jornal, também estão incluídos acidentes), deve fechar uma página e ajudar, quando preciso, na produção de notícias de Cidades. Como em seu jornal é mais acentuada a inferioridade da editoria de Polícia, o repórter se torna, por vezes, depósito de pautas excedentes. Isso faz com que sempre tenha, em média, três matérias em processo de apuração. Nem todas, no entanto, terminam publicadas. Para viabilizar o trabalho, ele elege (ou algum editor elege) uma como mais importante e realiza uma apuração relativamente aprofundada.

Na construção das demais, limita-se às informações das assessorias e às notas das polícias.

Como lida diariamente com acúmulos de pautas, o repórter transforma o volume excessivo em quantidade aceitável, por ser rotineira. Assim, estabelece um limite de tolerância, algo como o excesso do excesso. Quando extrapola esse ponto ou quando se vê em contratempos nas apurações, ele se dirige à chefe de reportagem ou à editora de Cidades (que, na prática, dividem o comando das páginas de Cidades, incluindo-se as matérias policiais) e reclama da quantidade de trabalho, citando suas pautas. Como outras, a situação abaixo, referente ao dia 11 de abril, quarta-feira, ilustra um desses momentos de aborrecimento do repórter em razão do excesso de trabalho:

São 13h45. O repórter Azael está na Internet, consultando o arquivo de notícias do jornal on-line Campo Grande News. A editora de Cidades lhe aborda: “A do presídio federal você não fez!?” Ao que ele responde: “Disseram que não era pra fazer.” Cristina insiste: “Eu coloquei na sua pauta!” O repórter se silencia e seu rosto se fecha. Em seguida, desabafa em voz baixa, falando para dentro, para si mesmo: “É duro, né? Eu tinha que ser dois!” A editora tenta lhe passar mais uma pauta. Ele reclama, alega que já está apurando muitas matérias e as cita.

Ser rápido, um alto valor no jornalismo, é evocado pelos editores como contra-argumento às reclamações dos repórteres do excesso de trabalho. Basta ao repórter ser rápido, e cada vez mais rápido, para atenuar o sofrimento provocado pelas muitas pautas – nesse discurso, ligeiro é quem não perde tempo com divagações nas apurações e nas digitações, encerrando a contento suas matérias. Perguntado sobre a possibilidade de o tempo de produção comprometer a qualidade das notícias, o editor de Economia, Walter Gonçalves, que, na prática, divide a chefia de reportagem com a jornalista Jacqueline [quando esta jornalista deixou o jornal, ele voltou a ser o chefe de reportagem], mencionou a aquisição paulatina, pelo jornalista, de uma habilidade de reunir rapidez e qualidade.

A gente tem que se esforçar para que não [para que o tempo não comprometa a qualidade]. Você vai criando uma forma de ter agilidade sem perder a qualidade. O repórter tem que ser mais ágil na apuração, mais rápido ao redigir o texto... Às vezes a matéria não tem jeito, mas você ficar elucubrando, ficar até meia-noite, uma hora da manhã... Acabou isso! Quer dizer, você tem que mandar pau mesmo. O leitor quer saber do jornal cedo na casa dele.

Este veterano, com 34 anos de jornalismo, menciona a incorporação de um *habitus*, decorrente do confronto cotidiano entre tempo de produção e quantidade significativa de

pautas. O *habitus* é o de ser “bom jornalista”, sendo rápido e escrevendo “boas matérias”. Isso aprende-se na prática, considerando que “boas matérias”, dentro das lógicas do campo, resultam de formas objetivadas de estruturação do texto, fazendo das notícias sempre as mesmas notícias. Basta ao repórter usar desse formato predeterminado para fazer das diversas pautas as pautas de sempre e pôr um ponto final no texto em pouquíssimo tempo. Ou seja, basta ser objetivo. Nas palavras do editor, o repórter não pode “ficar elucubrando”.

As guerras entre repórteres e editores também são deflagradas em razão das percepções de mundo diversas. Os olhos dos editores tendem a ser mediados pelos óculos da empresa. Vêm os acontecimentos conforme a linha editorial do veículo (isto é, dos donos do veículo). Essa visão particular também se relaciona às suas práticas dentro das rotinas produtivas: a de fechar as páginas, atribuindo-lhes suas aparências finais. Preocupam-se, portanto, com o tempo, com a ida das páginas para a gráfica, com a ida dos jornais para as bancas e para os assinantes e com a venda das edições. Como afirmou, acima, o editor Walter: “*O leitor quer saber do jornal cedo na casa dele*”. Já os repórteres, os quais assinam os nomes sobre as matérias, preocupam-se mais com suas imagens através de suas notícias. Querem realizar matérias que despertem leituras e elogios – ao menos uma desse tipo por dia. Querem ouvir comentários dos editores e de seus pares. Vêm nas histórias “mais interessantes” as melhores para serem noticiadas. Buscam, assim, valorizar o inusitado, as grandes quantidades (como “fuga em massa” ou “toneladas de maconha”), os detalhes pitorescos (como “transportes de drogas nos órgãos genitais ou no estômago”), a crueldade (como “vítima que tem a cabeça decepada”). Os editores também se interessam por esses aspectos, mas somente na medida em que rendam títulos apelativos, ajudando a vender o jornal sem comprometer a linha editorial do veículo.

Os editores são, por conta dessas diferenças, mais elitistas no seu tratamento das pautas. As notícias, exibidas no dia seguinte, passam, assim, pelo filtro editorial, que as deixa, o mais próximo possível, da aparência desejada pelos proprietários dos veículos, conforme suas visões de mundo. Portanto, os entendimentos de valores-notícias dos jornalistas não são unívocos, podendo se diferenciar conforme as posições nas hierarquias redacionais. Na quarta-feira de “pautas agitadas”, mencionada acima, diversos acontecimentos tinham força para pleitear o estatuto de *abre de página* ou mesmo de manchete, segundo avaliações próprias do campo. Os jornais, num coro bem afinado, deram como manchete a operação da Polícia Federal. A decisão de escolher uma notícia para manchete cabe aos editores. Caso essa tarefa fosse delegada aos repórteres, a manchete desse dia levaria ao leitor, possivelmente, os acontecimentos envolvendo o Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo

Grande. O Eduardo e o Azael citaram esse assunto como sendo o mais importante. “*Eu não daria tanta importância ao caça-níqueis*”, comenta o Eduardo. E cita o seu destaque: “*Acho que a matéria do presídio – o paradoxo entre a entrega das reformas e a grade cerrada e a fuga do preso*”. Para justificar sua decisão, o repórter buscou, em sua gaveta, um manual de redação e citou que os principais princípios de noticiabilidade são ineditismo, improbabilidade e interesse público. Para ele, tentativa de fuga e grades cerradas no mesmo dia em que o Governo busca tornar públicas as reformas do maior presídio da cidade portam esses princípios. Da mesma forma, Azael considerou o conjunto de acontecimentos envolvendo a Máxima como sendo o mais relevante.

Por outro lado, a lógica de um editor não avalia apenas o evento, mas também o seu casamento com as vendas. Esse objetivo é mais fácil de ser alcançado quando há um interesse prévio do leitor, que quer saber melhor sobre determinados acontecimentos. É o caso de ocorrências testemunhadas por muitas pessoas. Essas testemunhas podem se interessar em saber do que se trata e, para isso, buscarem jornais, no dia seguinte, para lerem a respeito. Ou seja, uma matéria tem mais chances de ser manchete se for considerada pelos editores como boa vitrine para as vendas dos jornais. Sobre as notícias daquela quarta-feira, o editor Denilson argumenta que “*o primeiro critério é escolher a matéria que mais mexeu com a vida das pessoas, que todo mundo viu, como a ação da Polícia Federal. Pô, todo mundo na rua ontem, que tava na área central, viu essa ação!*” O leitor, insatisfeito com a informação direta recebida do acontecimento “ainda mundano” e carregado de caoticidade, quer saber o que, *na verdade*, está acontecendo. Reivindica informações precisas, organizadas, plausíveis, inteligíveis. Assim, o leitor/testemunha do evento diria, segundo Denilson: “*Amanhã eu vou comprar o 'Correio do Estado' para ver o que aconteceu*”. O “para ver o que aconteceu” significa que, no entendimento interno do campo, o jornal (e o seu jornal, conforme o editor) é o informante, por excelência, do acontecimento. Mesmo quando se torna testemunha direta, o leitor, em meio ao acontecimento, *não vê* o que acontece. Precisa comprar o jornal.

A conciliação do seu trabalho à lógica empresarial (como a de obtenção de boas vendas) não representa, necessariamente, um fardo ao editor. Não há simplesmente uma imposição pela empresa e um acatamento submisso e contra a vontade por parte do editor. Nas suas práticas rotineiras, coerentes à sua posição no espaço sócio-redacional, o editor passa a partilhar princípios da empresa, abrandados com a denominação de “linha editorial”. A editora de Cidades do *O Estado*, Cristina Martins, durante a entrevista, afirmou que algumas matérias têm certa importância para ela, como jornalista, mas não para o jornal. Ela citou duas situações como exemplos: manifestações indígenas (como fechamento de rodovias)

e movimentos de reivindicações pela Reforma Agrária. Acontecimentos que envolvem a questão da terra, portanto. *“O jornal despreza índios, sem-terra”*, reconheceu. E moderou dizendo que esse desprezo se dirige aos movimentos e não às pessoas. No detalhamento de sua explicação, a editora demonstra a ausência de conflitos entre sua visão e da jornal (que, diferente do que pretende aparentar, mostram-se como uma só visão). Afirma:

O dono do nosso jornal é um latifundiário. Então, a questão agrária, a questão indígena pra ele... Agora, eu não acho que isso seja errado, porque o jornal é dele. Sempre escutei isso desde a faculdade: “Se você quiser ter a sua opinião compre o seu jornal”, não é? Eu não acho que ele esteja errado. Tipo assim: “se você não se adapta vai embora, vai procurar outro trabalho”. Eu acho que todo o jornal tem que ter sua linha editorial.

Antes dessas justificativas em favor da empresa, a editora deixou explícita a postura classista do jornal, que concede voz a alguns e não a outros. Ela fala de choque entre uma manifestação (que não considerada como um direito) e o “direito de ir e vir”. Portanto, o desprezo a índios e a sem-terra seria justo: *“Porque o jornal crê no seguinte: a partir do momento que sua manifestação impede meu direito de ir e vir, você tá liquidado, entendeu? Não vou te dar espaço. Você fecha a rodovia e eu fico com o carro parado lá!? Esquece, eu não vou te dar voz!”*

A jornalista se mostra, claramente, posicionada num determinado lugar do espaço social (extracampo jornalístico), tomando posição do lado que está à frente de um volante, chocando-se com o outro lado, o que está fora do carro e sem terra. Também se mostra ocupante de determinada posição (intracampo jornalístico), que lhe confere poder (junto com “o jornal”) de dar ou não voz a quem quiser. E aqueles que deixam membros de seu grupo plantados dentro de um carro não terão essa voz – *“estão liquidados!”*.

As diferenças entre repórteres e editores, conseqüentes de suas posições no espaço sócio-redacional, não se manifestam apenas nos conflitos diretos entre os dois grupos, mas também nos seus comportamentos. Em geral, os repórteres conversam com colegas vizinhos de mesa, o que não exige que elevem muito a voz. Já os editores falam, comumente, para a redação toda. Mesmo quando se dirigem a uma pessoa específica, falam como se seu interlocutor fosse toda a redação, pois o tom de voz é, com considerável freqüência, elevado. Essas características se estendem às conversas por telefone: falam alto, com incisividade e, por vezes, com arrogância. Por outro lado, os repórteres conversam ao telefone, sobretudo em se tratando de fontes, com maior moderação, buscando conseguir informações e temendo um eventual decréscimo em seu rol de fontes. A “liberdade” maior do editor não se limita à fala,

mas a todo movimento do corpo. Eles transitam mais pelos diversos setores dos veículos na comparação com os repórteres. Desconsiderando as saídas dos repórteres motivadas por apurações de matérias, os editores se ausentam da redação mais vezes e numa variação de horário maior. Uma observação do ambiente da redação do *Correio do Estado* na tarde do dia 3 de abril, terça-feira, exemplifica parte dessas características comportamentais:

Na casa das 16 horas, a redação volta a se silenciar. Os jornalistas se fecham na correria de seus afazeres. A comunicação é apenas com as teclas dos computadores. Pode-se ouvir o som monótono das teclas apressadas. Alguns repórteres estão ao telefone e falam ligeiro, certamente buscando informações adicionais para concluir seus textos. Num contraste a esta pintura, o editor de Cidades, como quem tem o privilégio do ócio, levanta-se e diz a todos que vai dar uma “saidinha”. “Trago o guardanapo pra vocês”, brinca. Uma repórter de Cidades, religando seu computador, diz: “Achei que já ia embora, mas ainda tem uma coisa pra eu fazer”. Essa jornalista está trabalhando desde a manhã.

Evidentemente, a aceleração da dinâmica redacional a partir da segunda metade da tarde atinge a todos, repórteres e editores. Os jornalistas se preocupam com o fechamento das páginas dentro dos horários predeterminados, como também com seus próprios horários, com o encerramento dos seus expedientes. No caso dos repórteres, esses fechamentos dependem dos términos das digitações de seus textos e, no caso dos editores, dos términos das edições das matérias e das configurações das páginas. Nesse processo, o trabalho dos editores é, necessariamente, indissociável ao dos repórteres. A construção de uma matéria num horário em que o editor, possivelmente, já fechou páginas (como as 16 horas da situação acima) lhe proporciona uma lacuna de ociosidade – deve esperar o repórter encerrar o texto, para editá-lo e lançá-lo à alguma página. O repórter também encontra parênteses de ócio em sua rotina. A diferença é que, em geral, permanece no jornal (tomando café, conversando pela Internet, etc.), enquanto o editor, com o *status* conferido pela hierarquia, ausenta-se com mais facilidade.

Além das diferenças de posições entre repórteres e editores, com delimitações definidas, há um aspecto nas rotinas redacionais relativo às indefinições na identificação de grupo. Quando o jornalista passa da posição de repórter para alguma de chefia e não cruza completamente a fronteira entre os grupos, tende a enfrentar, constantemente, conflitos de poder, manifestados nas tomadas de decisões. É o caso da jornalista Jacqueline Bezerra, que, durante a semana da pesquisa, deixou o jornal (“férias para esfriar a cuca”, como conceituou sua saída). Durante o maior tempo de sua vivência no jornalismo, ela atuou como repórter.

Como chefe de reportagem, carregava comportamentos e visões próprias de repórter e, por conseguinte, nem sempre condizentes com sua posição na hierarquia.

A jornalista reclamou de tomadas de decisões desencontradas. Sua função de chefe de reportagem incluía pensar pautas (não há, especificamente, um pauteiro no veículo), principalmente para Cidades. Ela trabalhava durante a manhã, mas precisava, geralmente, estender seu horário até o meio da tarde. A editora de Cidades, Cristina, trabalha no período da tarde. Assim, Jacqueline selecionava pautas pela manhã. Durante a tarde, parte dessas pautas era derrubada pela editora, o que chateava a chefe de reportagem. *“Eu tô sentindo muita dificuldade. Fico chateada também. A gente briga com os colegas, fica chateada coisa e tal... Aí a Cristina, às vezes, derruba pautas... porque ela não é daqui, às vezes acha que...”* Ao mencionar que a editora *“não é daqui”*, a jornalista Jacqueline deixa implícito que a colega não tem condições necessárias para compreender a relevância de um acontecimento noticiável local.

Os embates corriqueiros, por conta de pautas, não se restringem a essa questão “do nativo e do estrangeiro”, mas também, e sobretudo, às percepções conforme os lugares no espaço social e a conseqüente afinidade ou não às lógicas da empresa. A chefe de reportagem, desentendo daquilo que se espera dela, de sua posição na hierarquia, entende que alguns acontecimentos, relegados a segundo plano em razão do desinteresse de um público de leitores “A” e “B”, tem elevado valor-notícia. *“O nosso assinante mora no centro, é o pessoal da classe 'A' e 'B'. Já me puxaram a orelha: 'Você fica pautando muita coisa de presídio e tal. Não é o interesse do nosso assinante'. Eu acho que sim”*. Ela argumenta a partir das próprias lógicas capitalistas-empresariais: *“O jornal é A e B, mas tem interesse. O interesse é vender pra todo mundo, pra ser um grande jornal. Porque essas coisas que acontecem no presídio, eu acho que é interesse de todo mundo... Embora meu chefe acha que não [risos]”*. Como se dá por vencida, dizendo que está cansada e, por isso, saindo do jornal, ela age como lhe resta: ri.

7.3. Polícia: área pobre do jornalismo

“O público leitor do O Estado de Mato Grosso do Sul é classe 'A' e 'B'. E esse público não tá tão preocupado com questão policial.”
(Cristina, editora de Cidades)

Na hierarquia redacional, as posições não se diferem apenas entre os agentes, mas

também entre as áreas. A editoria de Polícia se posiciona, nos dois jornais, na base hierárquica. Isso remete à mesma consideração atribuída à parcela social, predominante nas matérias policiais. Notícias de crimes relatam ações de indivíduos socialmente secundários. Essas ações são ordenadas numa área jornalisticamente secundária. Os jornais só não se desfazem da cobertura de crimes, em razão do estatuto axiológico desse tipo de acontecimento – o crime tem, em si, valor-notícia, por representar o lado negativo do consenso social (HALL et al., 1999) e servir, através dos jornais, de orientadores sobre o certo e o errado, o bem e o mal (BIRD e DARDENNE, 1999; COHEN e YOUNG, 1981), não podendo deixar de ser noticiado num mundo com mentalidade moralmente dual.

A inferioridade da editoria de Polícia se manifesta, primeiramente, na quantidade diminuta de seus jornalistas. No *Correio do Estado*, Polícia e Esportes são as editorias com menos jornalistas, contando, cada uma, com um repórter e um editor. No caso de Polícia, o repórter trabalha pela manhã e o editor, pela tarde. Na prática, há, assim, somente um jornalista cobrindo acontecimentos policiais durante o dia.

No *O Estado*, apenas um repórter trabalha diretamente com a produção de notícias de crimes. O repórter não tem um editor de Polícia, respondendo à editora de Cidades e à chefe de reportagem. No jornal, são três as editorias com o menor número de jornalistas: Esportes (com um editor), Cultura (com um editor) e Polícia (com um repórter). A autonomia produtiva de Cultura e Cidades é maior, pois seus jornalistas são editores. Na posição inferior, Polícia não tem a mesma autonomia (está inclusa na editoria de Cidades – e é assim que aparece nas páginas do jornal²⁸), embora seu único jornalista, o Azael, deva fechar uma página, realizando sozinho quase todas as etapas do processo produtivo, da pauta à redação do texto (só não faz edição e diagramação).

Para se perceber o agravante da situação de infra-estrutura da editoria de Polícia mesmo com relação a outras áreas que também têm poucos jornalistas, é preciso considerar as particularidades dos eventos policiais. Diferente da maior parte dos acontecimentos de outras áreas (como Cultura e Esportes, que também sofrem com a quantidade ínfima de jornalistas), os de Polícia não podem, em geral, ser programados, excetuando as operações policiais, que podem ser informadas com relativa antecedência pelas assessorias. Mas esses acontecimentos agendados correspondem apenas a uma pequena parte do recorte social noticiado nas páginas policiais. Comumente, os jornalistas de Polícia só tomam conhecimento dos acontecimentos

28 No *Correio do Estado*, há uma editoria específica para matérias policiais. No entanto, como no *O Estado*, não aparece a designação “Polícia” nas páginas do jornal. As notícias dessa editoria são publicadas sob a retranca “Geral”.

no mesmo dia em que devem apurá-los. Pequenos relatos de crimes da noite e madrugada anteriores (espaço temporal que abarca o maior volume de crimes a serem noticiados) chegam em notas aos jornalistas no início da manhã, no começo de seus expedientes. É nesse intervalo reduzido entre o primeiro contato (mediado) com o acontecimento e sua apuração que os jornalistas de Polícia traçam suas estratégias produtivas. Além disso, há crimes que acontecem durante o expediente produtivo dos jornalistas, levando-os a improvisar, ainda mais, as coberturas.

Além dessa, há outras questões de rotina, como disputas por carros e fotógrafos. Conforme o assunto da área concorrente, a editoria de Polícia deve dispensar motorista e fotógrafo. O repórter de Polícia deverá buscar informações por telefone e enviar o mesmo fotógrafo, que cobrirá o evento da outra editoria, ao acontecimento policial para fazer, rápido, algumas fotos. Se não for possível, a editoria de Polícia deverá pedir fotos a outros veículos, numa “camaradagem” entre colegas concorrentes.

Essa situação da Polícia, arrastando-se por diferentes épocas e redações, chega, mesmo, a ser reificada e aceita como uma necessidade para o bom funcionamento de toda a redação – se a Polícia se mantiver no seu papel de área secundária, sucateando-se em favor de outras áreas, toda a redação funciona bem. Visão que se mostra mais perceptível em discursos vindos da parte alta da hierarquia do jornal, uma vez que a manutenção de qualquer ordem hierárquica interessa mais a quem se encontra em seu topo. Um comentário da editora Cristina ilustra bem essa reificação:

O jornalismo policial acaba sendo relegado a segundo plano, por causa das outras editorias. E isso acontece em todos os lugares onde eu já trabalhei. Quando eu era repórter policial, muitas vezes deixei de ir pra rua, porque Política tinha matéria e tinha que usar o fotógrafo, porque Economia tinha que ir com o carro pra não sei onde... E aí, eu acabava ficando na redação, porque as outras coisas eram prioridade, entendeu?

A posição de Polícia na hierarquia redacional não diz respeito somente ao pequeno número de seus jornalistas e à tendência a perdas nas disputas por carros e fotógrafos. Relaciona-se a essa situação a compreensão do senso-comum da profissão, partilhada também pelos próprios jornalistas de Polícia, de que as notícias de crimes são simples de serem trabalhadas: “é necessário apenas ser objetivo, contar a história e pronto”.

A objetividade (que será tratada numa seção específica) carrega, no discurso jornalístico, dois sentidos: no texto, como linguagem clara, concisa e verdadeira; na apuração e no texto, como método possibilitador do relato verdadeiro. A pretensa facilidade de ser

objetivo no jornalismo policial remete a esses dois sentidos. Como os acontecimentos-crimes são simples, conforme o entendimento comum do campo, seus relatos devem ser igualmente simples: há uma seqüência de eventos cronológicos, que se repetem, com uma e outra variação apenas, em todos os crimes. Assim, nessa compreensão, é perda de tempo tentar ir além do que já é evidente. O relato do crime em si assegura o entendimento objetivo como método que possibilita se chegar à verdade. As opiniões não alteram a *verdade do fato*. Como o acontecimento fala por si mesmo, o texto do repórter não deve ir além dos limites dessa fala, caso não queira – e jornalistas nunca devem querer – perder tempo.

Esses aspectos são sublinhados em comentários dos jornalistas. Por exemplo, para a editora Cristina, o jornalismo policial apenas relata: “*A pessoa foi roubada, levou tantos mil reais. Segundo o boletim de ocorrência, a vítima não reagiu e viu que os bandidos saíram e foram em direção à Maracaju [rua da região central de Campo Grande]. Ponto final*”. Não investiga, conforme ela. “*Não se perde muito tempo com isso*”, afirma. O repórter Eduardo entende que o jornalismo policial “*não lida com tendências, ele lida com fatos. Então, ele é mais objetivo que outras áreas. Só relata. E mesmo uma investigação de um crime, é um fato, é o que já aconteceu. Ele é muito concreto*”. Da mesma forma, o editor Walter afirma que é mais fácil ser objetivo no jornalismo policial que em outras áreas: “*O crime aconteceu tal... 'Um homem foi morto tal, tal...' Aí, a história, o relato. Com mais criatividade, com menos... Ele [o jornalismo policial] é mais objetivo*”. Denilson, editor de Polícia, comenta que, na produção de notícias de crimes, o jornalista “*tem que contar o fato em si. Você não pode lucubrar, pegar opinião...*”

A complexidade do assunto *objetividade* torna necessário o seu tratamento numa seção específica. Neste ponto, o que nos interessa é mostrar que a pretensa facilidade de produção de notícias de crimes se relaciona à posição de inferioridade da área de Polícia. Como se trata de “acontecimentos simples”, basta um número pequeno de jornalistas para apurá-los e essa apuração pode ser feita da própria redação. Esse problema também segue uma trajetória inversa: a percepção jornalística de uma natureza simplória do crime se consolida em razão da precariedade estrutural da editoria – trabalhando em meio a uma precariedade produtiva, os jornalistas de Polícia tendem a tratar os acontecimentos com a simplicidade possível por essa precariedade, com o endosso dos colegas de outras áreas. Assim, os acontecimentos-crime, vistos por olhos jornalísticos, tornam-se simples.

A discriminação da editoria de Polícia é coerente com uma discriminação de maior dimensão, permeada em todo o espaço social e endereçada aos agentes nos pontos inferiores da estrutura. Uma posição conferida não apenas pela posse ínfima de capitais econômico e

cultural – princípios ordenadores das disposições sociais conforme Bourdieu –, como também pela representação moral dos agentes de lugares variados do espaço social – alguns indivíduos são estereotipados, numa representação quase consensual, como moralmente inferiores; e são esses indivíduos os que simbolizam o mal nas matérias policiais. Neste sentido, “cidadãos de bem” (“que trabalham e pagam altos impostos” – características ideologicamente atribuídas à classe média) desprezariam a leitura de notícias relativas a “crimes corriqueiros”. Isso se explicita no seguinte comentário da editora Cristina: “*A editoria de Polícia é meio discriminada dentro do próprio jornal. Tem porque tem que ter. E aliás, essa é a visão do nosso jornal. Tem Polícia porque tem que ter, porque senão não teria, entendeu? Porque não é o perfil do nosso leitor, não é uma coisa... entendeu?*”. Conforme ela, matérias policiais não despertam leitura de públicos classificados como “A” e “B”, o que teria sido comprovado em levantamento estatístico. “*O público leitor do O Estado de Mato Grosso do Sul é classe 'A' e 'B'. E esse público não tá tão preocupado com questão policial*”, assegura.

Outra manifestação do tratamento recebido por Polícia em razão de sua posição na hierarquia redacional está no menosprezo do espaço reservado às matérias policiais. A posição inferior de Polícia a torna alvo certo dos eventuais cortes de espaço. “*Você tira matérias de Polícia. Se tem que diminuir o espaço, vai diminuir o seu espaço*”, conta o repórter Azael. Para se manter na página, a notícia policial precisa ter relevância de *furo*. Continua o jornalista: “*A não ser quando você tem um furo, quando você tem alguma informação privilegiada, alguma coisa assim, aí é diferente*”.

Os jornalistas não apenas atribuem valores ao mundo, selecionando e hierarquizando os acontecimentos a serem noticiados, através de critérios sistematizados academicamente no conceito de *valores-notícia*, mas também valorizam a si mesmos, possuem certas representações sobre si mesmos e sobre o jornalismo. Essas representações são produzidas por *habitus* gerados nas relações cotidianas estabelecidas no campo e incorporados pelos jornalistas, com variações conforme as diferentes posições dos membros na estrutura interna do campo. Os jornalistas se relacionam com o mundo, do qual “se servem” na produção de notícias, mediados pelos valores que atribuem à sua profissão e ao jornalismo. Os valores-notícias tornam-se, neste sentido, uma manifestação dos valores que os jornalistas atribuem a si mesmos, denominados aqui de “*valores-jornalista*”.

Há uma fronteira entre focas e jornalistas transponível, cotidiana e paulatinamente, pelos membros do campo. O rompimento dessa fronteira invisível ocorre quando o membro do grupo consegue reunir valores, tomados como necessariamente constituintes do *ser jornalista*. Atinge esse estatuto ontológico em meio às práticas jornalísticas rotineiras. Os *valores-jornalista*, notados durante a pesquisa, podem ser assim sistematizados: a) saber o que é e o que não é notícia; b) ser rápido; c) ter suas fontes; e d) ser objetivo.

8.1. Saber o que é e o que não é notícia

*“O critério é justamente você ter uma boa história.”
(Denilson, editor de Polícia)*

Para ser jornalista é fundamental reconhecer quais acontecimentos são noticiáveis e quais não são noticiáveis e por quais enfoques devem ser noticiados e quais enfoques devem ser abandonados ou nem mesmo considerados. Como afirma Luiz Gonzaga Motta (2002: 127), “[t]oda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras”. E as decisões jornalísticas não dizem respeito apenas ao *o que comunicar*, mas também ao *como comunicar*. Assim, há uma série de escolhas – o que implica constantes descartes – a serem tomadas durante todo o processo de produção de notícias.

Os jornalistas tomam suas decisões a partir do próprio grupo (de si mesmos e dos colegas). Nas apurações, dirigem certas perguntas aos entrevistados e não outras, anotam ou gravam algumas falas e consideram outras discursos sem importância noticiosa, elegem parte das falas pré-selecionadas e desprezam as demais. Por fim, reúnem os elementos necessários para construir o *lead* e definir a quantidade de parágrafos. O resultado será *a notícia*

merecedora desse estatuto, não apenas pelo assunto de que trata, mas pela maneira como foi construída.

Essas escolhas, permeadas por valores-notícia, atravessam, portanto, todo o processo produtivo. Os jornalistas começam elegendo quais acontecimentos merecem ser noticiados. Na produção de matérias de crimes dos jornais pesquisados, há um conjunto de “*acontecimentos corriqueiros*”, escolhidos, sobretudo, pelo sucesso de ações policiais (prisões, apreensões, operações, investigações, etc.), pelo grau de violência que encerram (sobrevalorizando as mortes), por se relacionar a crime organizado, principalmente, ao narcotráfico (critério relacionado à situação fronteiriça de Mato Grosso do Sul), pelos detalhes curiosos e pouco comuns das histórias. Há, por outro lado, “*acontecimentos atípicos*”, que chegam a ser manchetes nos jornais. Em geral, são tomados como atípicos por envolver pessoas “impróprias” para as páginas policiais. Dentro da visão dual dos jornalistas, são pessoas que *estranhamente* rompem a divisa entre o bem e o mal e *descem* para o mundo do crime (como vítimas ou autoras). Merecem por isso – e esse “isso” é muito na compreensão jornalística – ser notícias e com destaque. Também recebem o estatuto de manchete acontecimentos que seguem os critérios dos *corriqueiros*, mas numa dimensão maior. Por exemplo, quando o êxito da ação policial é expressivo (resultado de uma operação de longo prazo, com muitas apreensões e/ou prisões), quando há uma chacina, quando a quantidade de drogas retidas quebra recordes num período considerável, etc.

Nos cotidianos produtivos, de tomadas de decisões constantes, os jornalistas não se voltam reflexivamente sobre esses critérios. Agem espontaneamente nas suas escolhas e descartes que não se perguntam por que de um assunto ser elencado para pauta e não outro; por que dirigir uma pergunta para a fonte e não outra; por que buscar determinada fonte e não outra; por que escolher um certo enfoque e não outro; etc. Tudo é evidente. Na simplicidade dessa evidência, os jornalistas conseguem apenas imaginar que agem de determinada maneira por causa dos interesses dos leitores. A justificativa dos assuntos escolhidos e de seus tratamentos nas produções de notícias é buscada nessa entidade abstrata, o leitor. Isso pode ser notado em falas como as seguintes:

“*Sempre que eu penso numa matéria, eu penso no público-alvo*”, da editora Cristina;

“*Você tem que pensar no que é interessante pro leitor, tentar pensar como o leitor pensa*”, do repórter Azael;

“*Sempre me coloquei no lugar do leitor. Coloco na minha cabeça eu indo à banca e me interessando em comprar o jornal por causa daquela matéria 'x'*”, do editor Denilson;

“*Então, o critério que eu levo em conta [na escolha de pauta] é o interesse social –*

isso é importante para a maioria das pessoas? A gente pesa isso”, da chefe de reportagem Jacqueline.

O *interesse do leitor* é o que se encontra na superfície. E essa superfície é o que vêm os jornalistas, com os olhos ofuscados pela embriaguez das práticas rotineiras. Embaixo dessa superfície está a *linha editorial do jornal* e toda a ideologia que carrega essa expressão. Para o chamado público “A” e “B”, que “coincide” com a posição, no espaço social, dos proprietários dos jornais, algumas matérias (e alguns tratamentos das matérias) despertam mais interesse que outras. A esse exigente público, que “não se interessa por matérias de crimes”, é preciso elencar algumas, “entre as poucas interessantes”, para lhes informar. Para esse público, preocupado com seus bens, com sua segurança, torna-se interessante saber que a polícia *está trabalhando*. Por decorrência, torna-se importante divulgar esse trabalho. De igual modo, deve-se mostrar fotos e nomes dos presos, desnudá-los ao público, numa exposição na grande praça social, para que seja consolidada sua posição de inferioridade na estrutura da sociedade. O público “A” e “B” pode ter, assim, certa sensação de *justiça feita*. A esse público também interessa rir das histórias pitorescas vindas do submundo do crime. Portanto, é relevante optar por acontecimentos-crime com detalhes curiosos. A mesma sensação de curiosidade, ladeada pelo senso de justiça em razão do “bom trabalho policial”, pode ser suscitada em matérias sobre grandes apreensões e prisões. A morte também fascina, sobretudo por seu efeito catártico: membros do público “A” e “B” podem respirar aliviados ao saberem que o “jovem morto” é um estranho e não seus filhos. Nesse sentido, os “leitores” são contemplados.

Ocorre que o evocado público “A” e “B” é mais interno que externo, isto é, encontra-se muito mais na redação que fora dela. Trata-se dos próprios jornalistas, agindo em meio a toda carga de interferência de poder da empresa, da força hierárquica, mas, sobretudo, em conformidade com as práticas objetivadas no campo e por eles incorporadas. Os jornalistas escolhem encarando um espelho. Ao imaginar *o que quer* um público específico, com um lugar determinado no espaço social, o jornalista imagina, antes, *o que é* esse público específico a partir de suas percepções de mundo. E essas percepções são próprias de seu grupo, pois, como afirma Bourdieu (1997: 25), os jornalistas “vêm certas coisas e não outras; e vêm de certa maneira as coisas que vêm”.

Como não há campo com membros homogêneos, mas sim relações de forças internas em cada campo, as percepções dos jornalistas se diferem – embora se sustentem sobre uma mesma base – conforme as diferentes posições na estrutura interna do campo, na hierarquia redacional. Assim, há conflitos nas diversas etapas do processo produtivo e o jornalista

termina fazendo, por vezes, *o que não quer* (ainda mais se for repórter em razão da força relativa à sua posição na hierarquia). Por outro lado, o jornalista busca, no bojo dessa relação de forças, externalizar, na produção de notícias, *aquilo que quer*. E esse querer é produto de uma forma própria de pensar e agir. Por exemplo, um repórter compreende que uma pauta é mais importante que outra em razão dos princípios jornalísticos que tem incorporado em consonância com sua posição dentro do campo. Decide trabalhar melhor essa pauta, dando-lhe uma aparência que lhe possibilite competir por um espaço de destaque. O editor, no entanto, pode entender que outra pauta, e não a preferida do repórter, merece o destaque. Os jornalistas discutem, argumentam a partir de *raciocínios jornalísticos* (como “esse assunto é mais inusitado”, “o outro tem mais importância social”, “mas é muito corriqueiro”, “atinge grande número de pessoas”, etc.) e um deles (comumente o que ocupa posição inferior na hierarquia) deverá ceder. Embora haja o embate, a notícia será aquilo que os jornalistas, dentro da arena produtiva, fizeram dela. Portanto, o público-leitor e o que ele quer identificam-se, de modo geral, com o jornalista e com o que ele quer, considerando as disputas internas no campo.

Assim, *notícia é aquilo que os jornalistas entendem, segundo visões próprias do campo, ser socialmente relevante*. Em suas decisões produtivas, o jornalista saberá escolher e fazer notícias como *jornalista numa posição específica*, isto é, como membro do campo jornalístico posicionado em certo lugar desse campo. Suas escolhas são feitas a partir de si mesmo e de seu campo.

Saber o que é notícia não se limita a saber que assunto é mais noticiável. Durante toda a produção, os jornalistas continuam decidindo em consonância com o que acreditam ser notícia. Caso entendam ser necessário, abandonam decisões anteriores, mudando suas estratégias de produção. Outras vezes se engessam nas pautas, sobretudo quando há, do outro lado, a força da oficialidade – fontes oficiais são fornecedoras regulares de pautas e suas versões têm aparência de credibilidade; portanto, é mal negócio jornalístico ignorar a força da oficialidade.

As alterações do assunto a ser “recortado” do mundo social e do tratamento que lhe é conferido são orientadas pela bússola jornalística, que indica onde está a notícia. O editor Denilson oferece um exemplo dessa decisão de mudança de enfoque:

Pra mim, o gancho é variável. Teve uma matéria policial, por exemplo... Um policial militar foi morto, assassinado num bairro. Até então, quando estava apurando aquela informação, o gancho seria mais ou menos assim: “Policial militar foi morto tal tal”. Mas, quando eu fui à delegacia, colher

mais informações, encontrei o pai da vítima desesperado. Daí, eu comecei a falar com o senhor e ele me passou os dados. De repente, ele disse que já era o terceiro filho que perdia de forma violenta, assassinado. Eu mudei totalmente o gancho da minha matéria a partir do momento em que o senhor contou aquilo... Pô, pai, humilde, perdeu três filhos! A partir daquele momento, tornou-se secundário o fato do policial ter sido assassinado. A história do senhor era muito mais chocante! Ele contou que um filho foi morto pelo irmão, o outro foi morto não sei o quê, o outro era usuário de droga e também foi morto, o outro tá desaparecido há doze anos e ele nunca mais viu... A história do senhor ficou muito mais interessante do que a própria morte do policial! Então, é muito relativo. O critério é justamente você ter uma boa história. (...) Eu me lembro muito bem que esse senhor me falou assim... uma frase que ele falou no começo: “Eu torço pra que Deus me leve daqui, que eu morra logo pra não perder mais um filho”. Pô essa frase é muito chocante! E eu abri com essa frase, contando que “esse é o drama do fulano de tal, que perdeu ontem seu filho assassinado. Esse já é o terceiro filho, que ele perde no prazo de dois anos...”. Então, a frase que ele citou aí foi a do início do lead. Uma frase de efeito, que virou o lead da matéria.

Os jornalistas costumam ter *insight* durante a apuração de pautas – como se cada um dissesse no silêncio de seu pensamento: “Eis a notícia!” Para o jornalista Denilson, o novo enquadramento torna o assunto mais noticioso que o anterior. Continuará falando sobre a morte de um policial, mas isso se tornará secundário, servirá apenas como pretexto para tratar do “drama de um pai que já teve três filhos assassinados”. Na sua decisão de mudar o enfoque concorre uma série de valores-notícia. Ele, no entanto, não faz um parênteses na agitação de sua rotina para pensar sobre os diferentes valores, pesá-los e tomar sua decisão. Esta é tão espontânea quanto a decisão de um jogador de não cruzar uma bola para a área e, sim, lançá-la direto ao gol. Os valores-notícia deste caso, de muita relevância em matérias de crimes, são o *grau de violência* (passando de uma para três mortes) e os *detalhes dramáticos* da história (um pai chorando numa delegacia pela morte violenta de seu filho, o terceiro assassinado; na emoção do momento pedindo, paradoxalmente, que Deus não lhe dê mais anos de vida, mas que a abrevie, antes que mais outro filho ingresse nessa lista de assassinados), que rendem um rico enredo. Assim, *como jornalista*, percebeu que uma morte apenas (mesmo sendo de um policial) é menos notícia que a história de um homem desesperado que chora e pede a morte depois de ter três filhos assassinados.

As tomadas de decisões de enfoques podem ocorrer durante determinada fala do entrevistado ou num desvio da seqüência esperada do acontecimento. Durante a entrega das reformas de um pavilhão do Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande, promovido pelo Governo estadual, os repórteres vivenciaram um *heureka* coletivo. O relato abaixo, retirado das observações de campo, descreve esse momento:

Os jornalistas encontram o enfoque de suas matérias ao rumarem a um outro corredor entre celas e telas de proteção. Um agente diz, baixinho, ao fotógrafo do Correio do Estado que há, entre as celas reformadas, pelo menos duas com as grades cerradas. Como prova, ele mostra uma, ali mesmo, por onde passam os presentes. A novidade não é mantida em segredo, pois um repórter ouve a conversa e trata de interpelar o secretário: “O senhor está entregando o presídio hoje, mas há celas com grades cerradas”. De imediato, mostra a seu interlocutor “o achado”. Gaguejando um pouco diante da má surpresa, o secretário afirma que providenciará, com urgência, nova perícia e reformas das grades. Os jornalistas dizem com os olhos: “Está aí o gancho!”

E foi mesmo esse o enfoque de uma só voz dos jornais. É uma forma de mostrar que, apesar da propaganda oficial, a reforma tem falhas. No entanto, a cobertura seguiu persistindo nos limites da oficialidade. A importância dada ao evento foi tamanha que sua nova roupa lhe caiu muito folgada: o corte parcial de uma barra de ferro da grade (o que viram os repórteres, apesar de o agente afirmar que haveria outras em semelhante condição) ganhou proporções, diante da lupa jornalística, de arrombamentos de janelas, por onde fugiriam vários presos.

A contradição entre grade cerrada e entrega de parte das reformas no presídio se tornou a notícia. Tudo no horizonte da oficialidade. Os olhos jornalísticos se petrificaram perante a força sedutora do que é oficial. Por conseguinte, os ouvidos jornalísticos se tornaram surdos aos berros de um preso. Ele gritava de sua cela: “*Aí autoridades, um minuto de atenção pra um preso aqui!*” Nesse momento, os repórteres poderiam ter o heureka do “encontrei a notícia” caso não atribuíssem tanto peso aos discursos oficiais (se um repórter resolvesse parar para ouvir o preso, poderia perder falas do secretário, entre as quais poderia estar algo endereçado ao *lead* por seus colegas; conseqüentemente seria cobrado por seu editor; então, é melhor seguir a todos e fazer o que todos estão fazendo). Interessante observar que no mesmo instante em que o detento grita, o secretário está se dirigindo para outro corredor. Esses movimentos comportam grande riqueza simbólica: os jornalistas dão as costas ao preso (sem importância social e jornalística, não-detentor do discurso oficial; portanto, sem credibilidade) e seguem, todos juntos, a trajetória traçada pelo secretário (importante social e jornalisticamente, detentor de poder e do discurso oficial; portanto, crível). *A autoridade conduz os jornalistas pelo local, buscando traçar o acontecimento.* É preciso recuperar esse relato:

Após a coletiva, o secretário, tentando parecer simpático, convida os

jornalistas a uma nova caminhada pelo prédio, desta vez contornando o lado externo das celas. Repórteres, fotógrafos, assessores, agentes e o secretário passam próximo do Pavilhão II. Um preso grita da estreita janela de sua cela: “Aí autoridades, um minuto de atenção pra um preso aqui!” Ninguém lhe dá ouvidos. Ele berra mais duas vezes o mesmo convite. Guiados pelo secretário, todos seguem para outro lado, onde são mostradas novas grades de segurança, construídas entre as celas e o muro.

O engessamento jornalístico na oficialidade também fez com que o repórter Azael não visse num ex-detento e em sua condição o gancho para uma notícia, que poderia ser sobre a situação de vida de egressos dos presídios da cidade. Esse não seria um acontecimento noticiável conforme a percepção jornalística dualista, muito robusta no jornalismo policial. A cena do ex-detento, na porta do presídio, buscando ajuda da instituição onde esteve preso, representa o desespero da resignação. Eis a descrição da cena:

O presídio aparenta tranqüilidade. O repórter vê filas e se lembra: “Ah, hoje é dia de visita. Dá pra conversar com o povo aí” [mas não conversa]. Dirige-se para a entrada [porta pequena] do estabelecimento para falar com alguém.

No local, há um ex-detento tentando ser recebido pela assistente social do presídio. Suas mãos, sem alguns dedos, estão bem calejadas. Ele reclama de não conseguir emprego. “Olha, eu não sei o que fazer mais. Eu tô correndo atrás de emprego, mas não consigo. Por isso vim aqui”, explica sua visita para uma agente. Suas palavras soam mansas e submissas. Ele argumenta que a assistente social lhe dissera para procurá-la em caso de dificuldade. A agente o atende buscando aparentar alguma paciência, que esconde a pressa, manifestada na tentativa de estreitamento da visita, reduzindo-a apenas ao diálogo na recepção. Assim, mostra-se resoluto em não chamar a assistente. “Ela não pode atender você. Ela está ocupada”, informa. O ex-detento, sem preocupação em disfarçar sua situação de desespero, insiste. A agente lhe diz para procurar o INSS e não mais a assistência social do presídio, pois já não é mais um presidiário. Ele alega não conhecer nada na cidade. Ela pergunta se sua companheira conhece. “Também não”, responde. A mulher tenta explicar onde fica o prédio central do INSS. O semblante do homem é confuso. Vencido, termina aceitando que seus esforços para conseguir falar com a assistente social são inúteis. Com passos pesados pelo desespero e pelo desânimo, caminha devagar para longe do presídio.

Na observação dessa situação, penso na importância da presença da imprensa no local. O caso poderia servir de gancho para uma matéria sobre as condições de vida de ex-detentos em Campo Grande. O ex-presos poderia ser abordado e entrevistado ali mesmo. No entanto, olho para o repórter e noto que ele não se mostra interessado pelo caso. Parece, mesmo, ignorar a cena.

A situação do ex-detento não é vista como assunto noticiável também em razão da rotina do repórter, o único responsável direto pela editoria de Polícia. No dia, o repórter tinha

um roteiro de pautas a cumprir. Saindo do presídio, deveria ir para a Superintendência da Polícia Federal, onde cobriria um movimento de paralisação dos agentes. Notícias são essas pautas já programadas. Ele precisa *prestar contas* na redação. Está em determinada posição numa hierarquia onde agentes nos postos mais elevados cobram procedimentos justos à linha editorial. E o protagonismo de um ex-presos numa matéria não combina com essa linha.

A valorização da oficialidade garante o fluxo cotidiano de pautas, além dos já mencionados ganhos de tempo e de credibilidade. Assim, quando, numa apuração, algum repórter ousa transgredir essa norma, é mal-visto pelos colegas, de sorte que se põe em dúvida quanto a correção de seu procedimento. Durante a entrevista, a jornalista Jacqueline se lembrou de um episódio, ocorrido numa delegacia, que remete a esse linchamento pelos olhos dos colegas repórteres:

Uma vez aconteceu uma apresentação de um casal que tava roubando não sei onde. Na apresentação, a delegacia toda enchendo o casal. O policial querendo bater na mulher. Falei: “Oh, vamo parar! Se é pra homem bater em mulher, então essa reportagem vai mudar!” Aí todos os repórteres e fotógrafos que tavam comigo, ao invés de me apoiar, olharam pra mim: “Você quer acabar com nossa matéria, né? Se o cara não quiser dar mais informação pra gente, nós tamo ferrado. Por tua culpa!” Aí eu fiquei com aquilo: “será que eu tô errada?” Aí falei: “Não. Como é que vai bater numa mulher!? Ele tá louco!?”

Ao se pôr em dúvida com um “*será que eu tô errada?*”, a jornalista remete seu comportamento para o julgamento do grupo, que sentencia de acordo com as regras do campo. Por essas regras, está errada à medida que se coloca como barreira para o bom fluxo de informações vindas das regulares fontes oficiais. Isso se expressa no “*se o cara não quiser dar mais informação pra gente, nós tamo ferrado*”. Paradoxalmente, de acordo com as regras do mesmo campo, também está certa na medida em que ameaça fazer uso de seu principal trunfo jornalístico: tornar público um acontecimento com valor-notícia, tal como seria o de violência contra mulher e abuso de autoridade. A dúvida quanto ao próprio comportamento pode ser traduzida em “*será que estou sendo jornalista agindo dessa maneira?*” A sua resposta (sim, está sendo jornalista, pois noticiaria algo de extraordinário, manifestado na indignação: “*Como vai bater numa mulher!? Ele tá louco!?*”), e não a dos colegas, traduz uma regra do campo: noticiar um evento (policial batendo em mulher), com valor-notícia, caso tivesse sido concretizado.

8.2. Ser rápido

“Daí você fala: 'que erro eu cometi! O cara era o assassino e eu coloquei como se fosse a vítima!' Na correria que gente vive diariamente – numa média de cinco horas fazer as matérias e fechar o jornal –, é muito fácil você cometer esse tipo de erro”.

(Denilson, editor de Polícia)

Entre os valores incorporados pelos jornalistas está o de *ser rápido*. É um valor na medida em que os jornalistas concebem a rapidez como imprescindível à sua profissão, independentemente de reclamarem do excesso de trabalho, do acúmulo de pautas e de precariedades estruturais. A eventual resolução desses problemas não eliminaria a necessidade de ser rápido, em razão das implicações entre esse *valor-jornalista*, a temporalidade singular do jornalismo e as formas de enquadramento dos acontecimentos.

Ser jornalisticamente rápido não corresponde, necessariamente, a digitar textos com rapidez, a rabiscar ligeiro no caderno, a fazer perguntas breves e sucintas às fontes, a sair correndo do carro para “alcançar o acontecimento”. O valor *ser rápido* não está na agilidade do corpo simplesmente, embora os jornalistas demonstrem, com muita freqüência, essa rapidez corpórea. Ao se esforçar para ser produtivamente rápido em sua rotina cotidiana, o jornalista está tentando adequar o tempo dos acontecimentos ao ritmo jornalístico, marcado por *horas de fechamento*, pela *corrida incessante para noticiar a novidade* e pela *busca de chegar ao acontecimento antes dos concorrentes*.

A *hora de fechamento* determina um certo intervalo de horas para o preenchimento, com notícias, de certo espaço das páginas do jornal. Num determinado tempo, os jornalistas devem produzir textos para ocupar um determinado espaço. Para isso usam de estratégias de produção, feitas de escolhas e rejeições. Nessas decisões, estabelecem hierarquia entre os acontecimentos, em conformidade com o momento da ocorrência. Os acontecimentos, com valores-notícias intrínsecos semelhantes, tendem a perder relevância com o avanço das horas – por exemplo, um homicídio, ocorrido às 17 horas, torna-se menos importante que outro, com história parecida (de acordo com o *palimpsesto jornalístico*), ocorrido às 8 horas. O acontecimento da manhã terá uma apuração mais aprofundada, pois a necessidade de conteúdo para o enchimento das páginas é maior. Para escrever uma quantia considerável de parágrafos, o jornalista deverá colher um volume equivalente de informações. Poderá decidir ir ao local da ocorrência, conversar com testemunhas, ir à delegacia, entrevistar um delegado, fazer fotos, etc. A preocupação com a duração da produção da notícia estará presente, mas não tão acentuadamente quanto a que tem lugar nas horas críticas das rotinas (em geral, as que

sucedem as 15 horas). Por seu lado, um acontecimento “semelhante”, ocorrido no fim da tarde, não terá a mesma dedicação produtiva. O jornalista tende a produzir a notícia da própria redação e pedir a um fotógrafo para fazer as imagens. Pode acontecer de decidir, até mesmo, não apurar a ocorrência.

Portanto, *ser rápido* é, nesse primeiro sentido, comportar-se no ritmo necessário para, na hora predeterminada de fechamento, entregar as páginas. Um momento da observação colabora para o entendimento desse aspecto. Na segunda metade da tarde de 4 de abril, uma quarta-feira, o editor Denilson encontra-se sozinho. Seu repórter saíra às 15h30 (ainda estava sem almoço) depois uma rotina pesada, trabalhando cerca de sete horas seguidas. O editor se vê diante de algumas pautas com considerável valor-notícia. Ele aguarda confirmação de detalhes da Polícia Federal sobre uma operação de apreensão de máquinas caça-níqueis, matéria já produzida por seu repórter, quando fica sabendo, através da leitura de um jornal *on-line*, que houve tentativa de fuga do Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande. São 15h50. Ele já havia entregue uma de suas páginas, na qual consta uma notícia sobre o presídio (entrega das reformas e grade cerrada). Antes de pedir a página de volta, liga para um agente penitenciário (presidente do sindicato) para verificar a informação do *on-line* e buscar outros dados. Pede a um fotógrafo para fazer fotos. Quando as estratégias de apuração desta matéria já estão traçadas, ele é informado, às 16h40, pelo editor de Cidades, da ocorrência de um homicídio. “*Ligaram do Corpo de Bombeiros, dizendo que tem um homicídio*”, avisa o colega. O fotógrafo Valdenir, chefe de seu setor, encontra-se na redação e pergunta: “*Só fotógrafo lá?*” Denilson responde que sim enquanto conversa com alguém do Corpo de Bombeiros para se inteirar do endereço. Suspende a apuração dessa última pauta e retorna para a do presídio, telefonando para o mesmo agente penitenciário. São 16h50. Minutos depois chega o fotógrafo com o material da rua: fotos de um detento ferido durante tentativa de fuga e de policiais num matagal procurando fugitivos do presídio. Por volta das 17 horas, o editor já está com suas páginas praticamente prontas. Ele seleciona algumas fotos. Entrega uma das páginas, não mudando o enfoque inicial dos acontecimentos matutinos no presídio, que aparecem sob o título “*Presídio reformado entregue com grades de celas cerradas*”. Os eventos do período da tarde aparecem num box, com o título “*Presidiário da Máxima foge e outro é ferido*”. As matérias apresentam certa autonomia de construção, como se não representassem acontecimentos inter-relacionados. A única ligação é feita pela proximidade espacial. Na outra página consta apenas a matéria sobre a operação da Polícia Federal. Antes de encerrá-la, o jornalista precisa confirmar algumas informações. Após cinco minutos recebe uma ligação de um outro fotógrafo dizendo que não houve homicídio. A

vítima não morrera. Com suas páginas com todos os espaços preenchidos, o jornalista avisa: “*Alarme falso. Perdi o interesse. Não morreu*”. Não apura a matéria. Busca a assessora de imprensa da PF para se certificar dos detalhes da operação. Demora algum tempo para encontrá-la. Por volta das 17h40, consegue falar com a assessora. Precisa de um dado pontual, mas relevante, porque constará do título: “*Fernanda, o Eduardo colocou quinhentas [máquinas apreendidas]. É isso?*”. Era. Entrega a segunda página, com uma notícia intitulada “*PF apreende 500 máquinas caça-níqueis*”. Abre com o material de Campo Grande, feito pelo Eduardo, acrescido de matérias realizadas por dois correspondentes do interior. Também utiliza três fotos grandes (abertas em três e duas colunas), conseguindo ocupar todo o espaço da página, encerrando-a. Entra num momento de ócio e, perto das 18 horas, atende uma ligação, de seu celular, da assessoria da PM reforçando o aviso de uma operação da corporação. Conversa amigavelmente a colega, dando a entender que poderia apurar a pauta, mas não a apura. Encerrado o telefonema, avisa que apreensão de drogas, operação em questão, já é muito rotineira. E completa: “*O Estado quer aparecer*”. Aguarda um tempo na redação e em torno das 18h30 finda seu expediente.

Para *ser rápido*, conforme este primeiro sentido, o jornalista fez escolhas, rejeições, estabeleceu hierarquias entre os eventos. Já próximo das 16 horas, ficou sabendo de uma suposta tentativa de fuga de presos. Valorizou este assunto, mas não a ponto de se dirigir ao local. Apurou por telefone e solicitou fotos. No ápice da hierarquia, está a matéria da operação da PF, a respeito da qual precisou se certificar da quantidade de máquinas apreendidas. Para isso, bastava um telefonema, mas que só pôde ser feito no fim da tarde, pois a PF precisava de tempo para oficializar os detalhes da ação. Decidiu não trabalhar duas pautas, com relevância reduzida em razão da boa oferta de assuntos e do horário de suas ocorrências. Não refez o material do presídio, realizando uma construção textual, na qual os assuntos se apresentaram apenas justapostos. Usou considerável quantidade de fotos, abrindo-as ao tamanho necessário para fechar as páginas. Enfim, fez uso de estratégias produtivas, que contemplaram a necessidade jornalística de rapidez, isto é, de entregar as páginas dentro do horário. Assim, a ação burocrática de fechar páginas dentro de um limite de horário se mostra mais importante que a notícia em si.

O mero preenchimento de buracos das páginas antes do fechamento pode ser notado numa situação emblemática, ocorrida numa Sexta-feira 13, no jornal *O Estado*. Já passavam das 17 horas, momento em que os acontecimentos são considerados com menos valor para serem noticiados. Nesse momento do expediente, os jornalistas já não querem se prender na redação por “uma pauta qualquer”. Eis a situação:

Minutos depois, a editora de Cidades pergunta para o repórter quais as matérias que ele tem. Azael as cita. Ela está preocupada com um “buraco” na página. “Não tem mais?” O jornalista diz que não. “Faz mais uma pequenininha pra gente fechar. Não tem homicídio? Faz do homicídio.” O repórter volta para sua mesa e digita rápido uma matéria sobre um homicídio, sem fazer entrevistas, apenas a partir de uma nota da polícia. Alguns minutos depois, o texto está pronto.

Essa rapidez, que cerca os acontecimentos no intervalo ligeiro das horas do expediente, tem os anúncios como aliados. Quanto mais anúncios nas páginas menor o espaço para notícias. A possibilidade de fechamento no horário se torna maior. Portanto, os jornalistas costumam ver os anúncios com bons olhos. Durante uma reunião de pauta no *Correio do Estado*, à véspera de uma Sexta-Feira Santa, o chefe de redação informa a quantidade de anúncios para os dias de feriado prolongado. Os editores satirizam o que consideram uma desproporcionalidade entre o pequeno volume de propagandas e a baixa oferta de material durante o “feriadão”, deixando implícita a dependência às fontes institucionais quanto ao fornecimento de pautas (uma vez que as repartições públicas costumam permanecer fechadas durante feriados). Uma jornalista brinca: “*Nossa, quantos anúncios! Pena que é um só pra cada dia!*”. Do mesmo modo, no meio da tarde de uma quarta-feira, 11 de abril, os repórteres da editoria de Cidades do *O Estado* têm alguns “minutos felizes” ao serem informados de que uma publicidade de quatro páginas da *Companhia Vale do Rio Doce* ocuparia todo o espaço da editoria. Assim, poderiam produzir, com certa tranqüilidade, matérias frias para outros dias. No entanto, o pessoal do comercial decide fazer um caderno publicitário à parte para a tristeza dos jornalistas. Há também negociações de anúncios entre editores. Quando algum deles considera que a quantidade de pautas no dia não é suficiente para fechar suas páginas costuma apelar para a “solidariedade” de um colega e lhe pedir anúncio. No mesmo dia 11, a editora de Cidades, Cristina, solicita ao editor de Esportes: “*Esse 3 por 26 é do seu coração?*” [o espaço da propaganda era de 3 colunas por 26 centímetros de altura]. Com um riso de quem não faz muita questão de ceder, mas que também busca manter o coleguismo, o colega de Esportes responde: “*Tá. Pode pegar*”.

Além das estratégias produtivas para o preenchimento das páginas em tempo hábil, o *valor-jornalista* da rapidez também se relaciona à necessidade jornalística de arrancar *novidades cotidianas* do mundo social. Os jornalistas valorizam, na sua profissão, a capacidade de captar o que há de mais recente em tudo que acontece. Quando buscam

repercutir um assunto, na produção de uma *suíte*, costumam indagar à fonte: “Tem alguma novidade?” O mundo que surge no dia de hoje sempre deve trazer novidades para que sejam noticiadas. Os repórteres ficam aborrecidos quando entrevistam uma fonte para saber sobre o andamento de algum assunto e são informados de que não há novidade. Após as entrevistas, mostram-se chateados com as fontes (agentes de outros campos sociais, com diferentes ritmos temporais) e criticam dizendo, por exemplo, que “a justiça é muito lenta”, que “o delegado quer manter tudo em segredo de justiça”, que “a investigação não anda”, que “o Ministério Público não está trabalhando”, etc. Esse comportamento pode ser notado no seguinte trecho de uma conversa por telefone entre o repórter Azael e uma delegada:

O repórter passa para outra pauta. “Agora, mudando de assunto: o caso do empresário, a senhora já tomou depoimento do adolescente?”; “A senhora não quer comentar nada, continua investigando” – diz como quem repete o que está ouvindo; “Tudo bem”; “Acaba atrapalhando” – demonstra continuar repetindo a fala da delegada; “Tá bom”; “Certo” – diz educadamente, apesar de não conseguir esconder, no tom da voz e no semblante, certo desapontamento. Despede-se e encerra a ligação. Num riso de aborrecimento diz: “Ah esses delegados são tudo doido!”

A novidade de cada dia é uma exigência para que um acontecimento seja noticiado. Assim, a característica de *novo* é, mais que um valor-notícia, um pré-requisito imprescindível para que um acontecimento possa se transformar em notícia. Caso não tenha algum componente jornalisticamente novo, um acontecimento inexistente aos jornalistas. Só volta a existir quando exhibe alguma novidade considerada noticiosa, após a hibernação na caverna de irrelevância. Na realidade apresentada pelos jornais, o mundo social é feito de cotidianos únicos, cotidianos que não são cotidianos, mas que são, separadamente, dias únicos, novos presentes constituintes de um mundo que morre ao *dead line* dos jornalistas; na manhã seguinte, um outro mundo recomeça e tudo deve ser novo. A notícia de ontem, mesmo a mais trabalhosa, que exigiu grande esforço de produção, já não existe, pois representa um acontecimento sem existência no presente; portanto, já morto. O jornalista pode, mesmo, produzir *suítes*, mas estas representarão novos acontecimentos e não aquele “antigo” da edição passada, uma vez que só há *suítes* se houver novidade. E a novidade é a notícia, é o que estará no título e no *lead*; nos parágrafos seguintes, onde os acontecimentos do “passado” são recuperados, não tem notícia, mas uma mera contextualização para inteirar os leitores que não estão cientes do que se trata.

Na falta de novidade, essa *ausência*, caso tenha peso de notícia, passa a ser “o que há

de novo”. É o caso de uma matéria produzida na manhã de 3 de abril, terça-feira, pelo repórter Eduardo. A pauta é uma *suíte* sobre a morte de um soldado do Corpo de Bombeiros. Ele liga para três delegados, que lhe informam não ter novidades. O máximo que consegue acrescentar ao que já sabia é que a delegacia incumbida das investigações ainda não havia recebido nenhuma documentação (como os relatos dos depoimentos e o boletim de ocorrência) para iniciar os devidos procedimentos. Pensa em puxar por esse enfoque, que logo abandona, por considerar fraco. Mesmo assim trabalha a matéria, que sai publicada sob o título “*Morte de militar do Corpo de Bombeiros ainda não foi esclarecida*”. O “*ainda*” traduz bem a reivindicação jornalística pelo novo, pelo andamento do acontecimento, desencadeador da novidade.

O mundo jornalístico, feito de um só dia, faz com que acontecimentos noticiados por outros veículos sejam descartados do rol de pautas, a não ser que apresentem novidades. Uma rápida discussão entre dois jornalistas, ocorrida no jornal *O Estado*, na tarde de 12 de abril, uma quinta-feira, coloca a *novidade* como critério necessário para a veiculação de notícias. Numa disputa entre duas matérias para destaque, a editora Cristina e o repórter Azael apelam para o aspecto do *novo* na tentativa de derrubar suas notícias preteridas. A editora quer que uma matéria sobre um latrocínio seja o *abre* de página e o repórter prefere uma a respeito de torturas cometidas contra dois adolescentes. Diz a editora em certo momento da conversa: “*O problema é que essa dos moleques os sites soltaram ontem*”. O repórter contra-argumenta: “*Essa outra [do latrocínio] também tava nos sites ontem*”. Apesar de “estarem nos *sites*” portavam novidade no mundo nascido no novo dia. Por essa razão poderiam ser noticiados. Mesmo assim, os jornalistas fizeram questão de enfatizar a aparência “mofa” dessa novidade com um “estava nos *sites* ontem”.

Portanto, por esse segundo aspecto, o jornalista é rápido à medida que *noticia a novidade*, que não é ultrapassado pelo novo acontecimento de cada dia. É rápido na medida em que consegue acompanhar o ritmo sempre novo de um mundo sem rotinas perante a percepção jornalística. Os jornalistas valorizam essa característica que conferem à sua profissão. Gostam de ser jornalistas, porque não tem rotina, tal como afirmam, por exemplo, os editores Denilson (“*Ah, eu gosto, porque é um desafio. Todo dia foge da rotina*”) e Cristina (“*Gosto muito. Gosto demais. Acho que é uma profissão que não tem rotina*”).

Esse segundo aspecto está intimamente ligado ao terceiro: *ser rápido* significa buscar, cotidianamente, estar à frente da concorrência. Isso remete aos ecos bradados pela imprensa. Os jornalistas escrevem menos aos leitores e mais aos outros jornalistas. Quando ocorre *algo novo* no fim da tarde e as páginas já estão encerradas, o jornal *Correio do Estado*, pelo menos,

costuma noticiar o assunto apenas na capa. Pela precariedade de informação, esse procedimento não faz sentido ao leitor. Apenas funciona como aviso aos concorrentes: “chegamos na sua frente”. O jornalista Denilson fala sobre essa questão:

“As páginas estão indo para a gráfica e, de repente, acontece um negócio aí, uma pauta, um fato novo. Você tem que analisar friamente se vale a pena ou não desmontar a página, avaliar o grau de importância daquela notícia. Você tem que, ao mesmo tempo, tomar uma medida gerencial. Tipo quando a capa do jornal já tá pronta, indo pra gráfica e acontece uma queda de avião e morre quatro pessoas. Isso dez horas da noite. Então, já foi todo mundo embora. Tem os telefones de contato e se toma uma decisão que vai fazer uma outra capa pra dar aquela notícia...”

A informação sucinta na capa (às vezes, até mesmo como manchete) engana um leitor desatento, que não percebe a inexistência de remissão da chamada para uma página interna. Compra o jornal e não encontra a notícia dentro dele. Portanto, a informação não é endereçada ao leitor, mas aos concorrentes. No dia seguinte, os jornais concorrentes deverão buscar novos enfoques, uma *novidade* relevante sobre o acontecimento. Ou, ainda, dados considerados importantes e que o jornal que “saiu na frente” não deu. Em todo o caso, o assunto já é velho. Seu valor diminui e a possibilidade de ser nova manchete é menor.

Isso faz com que os jornalistas, responsáveis pela mudança de capa, comemorem o feito. Uma festa para a qual o leitor não é convidado. Como enfatiza Bourdieu (1997: 107) os tão festejados *furos* “estão destinados a permanecer ignorados pelos leitores ou espectadores e a ser percebidos apenas pelos concorrentes”. Este é um efeito de campo que faz com que os jornalistas ironizem os concorrentes quando trabalham como manchete um assunto que já foi noticiado por outros jornais. Foi possível perceber uma cena no jornal *O Estado* referente a essa ironia ao “atraso” da concorrência:

A chefe de reportagem Jacqueline, em diálogo com um editor, ironiza a manchete do jornal Correio do Estado. “Cê viu a manchete do Correio!?”. Trata-se de uma notícia de Economia. “Que furo nós levamos!”, diz em meio a risos. “Povo mais lelé da cuca! Nós demos. Depois, o Diário MS [jornal do interior do estado] deu. E só agora eles estão dando!...”

O *valor-jornalista* da rapidez pode repercutir em sérias conseqüências às pessoas citadas em matérias policiais. Na busca de noticiar antes da concorrência, informar sempre novidades e produzir notícias dentro de um limite de horário determinado pelo fechamento, os

jornalistas podem cometer erros graves. O editor Denilson reconhece, por exemplo, que, na correria diária, pode acontecer de trocar os nomes dos supostos autores e vítimas. *“Daí você fala: 'que erro eu cometi! O cara era o assassino e eu coloquei como se fosse a vítima!'”*, afirma o jornalista. Mas também abranda sua responsabilidade, culpando a própria rotina: *“Na correria que gente vive diariamente – numa média de cinco horas fazer as matérias e fechar o jornal –, é muito fácil você cometer esse tipo de erro”*.

O mesmo jornalista se lembra de um caso em que uma pessoa pagou caro pela “correria” redacional. Ele conta que certa vez o jornal fora processado por um homem mostrado (com foto e nome) erroneamente como traficante de drogas. Na ocasião, a Polícia Militar apreendera drogas num ônibus e prendera um casal de supostos traficantes. Os dois são apresentados à imprensa. O editor, estando sozinho na redação, fez a matéria por telefone e enviou um fotógrafo para tirar fotos dos detidos. No mesmo dia, na delegacia da Polícia Civil, a inocência de um dos supostos traficantes fora revelada. No entanto, o jornalista já havia encerrado a matéria, usando as primeiras informações da PM por se tratar de uma “pauta de relevância secundária”. Publica a notícia, causando grandes danos àquele homem – *“Ele perdeu o emprego, teve de sair da escola, porque foi tachado de traficante, teve que mudar de bairro...”*, lembra o jornalista. Embora ciente da proporção das conseqüências, o editor alega que apenas fez sua matéria, conforme informação da PM e dentro da “correria” de todos os dias. Ou seja, seu comportamento foi orquestrado pelo ritmo do tempo produtivo de todos os dias. É como se o problema fosse exógeno, relativo a uma falta de sintonia entre dois elementos “de fora”: o acontecimento e o tempo – “ora, um acontecimento irrelevante, com chances de vir a ser tão-somente uma nota ao pé da página, não tem o direito do desdobramento, não devendo, assim, extrapolar o modesto intervalo que lhe cabe. E o jornalista, no seu tempo curto e corrido, não poderia dispensar um tempo de produção incompatível a um acontecimento de pouca importância”. Aos jornalistas, um acontecimento de relevância do tamanho de uma nota; ao homem gravemente acusado, de importância do tamanho de sua vida.

8.3. Ter suas fontes

“E eu senti isso quando era repórter policial, porque à medida que minha relação com a polícia se estreitava, com os comandantes, com os capitães, com o delegado geral da polícia, eu tinha mais dificuldade de fazer denúncias, porque eles me boicotavam.”

(Cristina, editora de Cidades)

O acesso dos jornalistas aos acontecimentos noticiáveis é mediado por fontes. Na rotina de produção de notícias, os jornalistas se esforçam para ter acesso privilegiado às ocorrências e informações pontuais sobre as ocorrências através de relacionamento de quase exclusividade com algumas fontes estratégicas. Essas são as *suas fontes*. Conquistar fontes corresponde a uma habilidade necessária para a aquisição do estatuto ontológico de *jornalista*. Trata-se, assim, de um *valor-jornalista*. Nessa disputa por exclusividade de fontes, os jornalistas não poupam aquelas que, por suas funções e posições em seus campos, não podem ser exclusivas de jornais e nem de jornalistas.

Ter as *próprias fontes* se inscreve como uma necessidade produtiva e como um atestado de que são, de fato, jornalistas. Quando mudam de veículos “carregam” suas fontes como algo acrescido a seus currículos. A “necessidade indiscutível” de ter essas fontes pode ser notada numa resposta rápida (*rapidez da evidência*, resultante da incorporação dessa prática) do repórter Azael à pergunta sobre esse assunto. À questão “você tem suas fontes, aquelas que procuram você para passar informações?”, ele respondeu, com um ar de que “isso é lógico!”: “Ah, tem que ter, senão não dá!” O “não dá” soou como engrenagem midiática emperrada em caso de ausência desse tipo de fontes. Tendo *suas fontes*, o jornalista poderá conseguir informações exclusivas. Por sua vez, essas fontes vêm em jornalistas específicos canais certos de acesso à imprensa, uma ponte fácil para o trânsito de seus discursos nos jornais.

Essas relações entre jornalistas e *suas fontes* são complexas e não podem ser vistas, simplesmente, como equivalentes às negociações abertas, que caracterizam as trocas comerciais. Há trocas entre pessoas que não são simplesmente materiais, mas que, por suas características, situam-se em nível simbólico. Bourdieu (2005) fala de trocas, nas quais os agentes participantes, embora saibam da “transação”, agem como se nada estivesse sendo trocado. Mas isso não se dá de forma cínica, hipócrita, pois, no intervalo entre a oferta e a retribuição, “os dois trocadores trabalham, sem sabê-lo e sem estarem combinados, para mascarar, ou recalcar, a verdade objetiva da troca” (p. 160). Nada é combinado, não há uma cumplicidade explícita na negociação: um oferece algo e o outro recebe, sentindo-se no dever de dar algo em troca; mas não explicita esse dever (e nem o outro trocador o explicita); agem como se existissem duas dádivas generosas e não uma troca. Isso remete a uma socialização que se processa desde a infância: a de sempre ser grato às pessoas, *demonstrar gratidão* a quem fez algo por nós. A gratidão se torna uma obrigação, um dever: é preciso retribuir a

dádiva, mas sem que isso seja tomado como uma negociação interesseira. Assim, o ato inicial de entregar a dádiva “contém uma ameaça: obriga à retribuição, e à retribuição com acréscimo; isto é, cria obrigações, é um modo de reter, criando devedores” (p. 160).

Em se tratando das práticas jornalísticas, os jornalistas estabelecem com as *suas fontes* relações singulares, com aspectos sublinhados por Bourdieu. Os jornalistas se sentem na obrigação de não trair a confiança dessas fontes. Precisam corresponder ao crédito que elas depositam nele, em seu trabalho. Vêm nesse comportamento uma postura ética, um procedimento justo ao que rezam os manuais, mas não percebem sua correspondência a uma obrigação, na qual estão amarrados, de serem sempre fiéis a tais fontes. Nesse sentido, o repórter Eduardo fala da importância de o jornalista ter “*credibilidade com sua fonte*”. A credibilidade da fonte se torna, neste caso, mais importante que a credibilidade do leitor, por sua necessária presença no funcionamento do sistema de captação de pautas. O repórter acredita que a confiança das fontes é alimentada por um certo comportamento, pelo “*caráter individual*” do jornalista. Ele percebe a existência de diversas fontes, entre as quais aquelas que procuram o jornal por sua causa: “*é a fonte que conquisto, que eu tenho essa fonte que vai me ligar por causa desse meu padrão de comportamento com elas, ou seja, pelo caráter individual, pela minha pessoa*”.

No que concerne ao jornalismo policial, os jornalistas têm, sobretudo, fontes nas diferentes polícias, como também no Corpo de Bombeiros e nos presídios. O repórter Eduardo, reclamando do *Sigo*, afirmou que só tomou conhecimento da ocorrência de um homicídio, que não constava no programa, através de uma *fonte sua* no Corpo de Bombeiros. “*Quem me passou [a pauta] foi um amigo meu do Corpo de Bombeiros*”, contou o repórter. Da igual modo, o repórter Azael conta que conversa constantemente com *suas fontes* nas polícias e no Corpo de Bombeiros pelo *MSN*. Ele também disse que tem “parceiros” (expressão dele) na Polícia Rodoviária Federal que usam *notebook* e lhe passam informações, pelo *MSN*, do próprio local das fiscalizações.

Essas fontes não se relacionam diretamente com o jornal, mas com o jornalista, pois é com este que as trocas tácitas são estabelecidas. São fontes que, geralmente, não ligam para o telefone do jornal, mas para o celular do jornalista; não enviam *e-mails* para a caixa da editoria, mas para o *e-mail* pessoal do jornalista. Há uma maior intimidade em comparação às demais fontes. Durante a pesquisa, foi possível notar que os jornalistas recebem, algumas vezes, telefonemas em seus celulares e conversam sobre pautas com os interlocutores em tons amigáveis. Em outras situações, ligam para buscar informações sobre pautas que apuram.

Na apuração da pauta sobre acontecimentos no Estabelecimento Penal de Campo

Grande, o editor Denilson, após entrevistar uma fonte usual dos jornais (um agente penitenciário, presidente do sindicato de sua categoria) e querendo outras informações, tenta falar com policiais que fazem a guarda e a escolta de presos. Diante do insucesso, busca acionar uma *fonte sua* no presídio, como mostra o seguinte trecho das observações do campo:

Em seguida, após encerrar sua entrevista, o editor pede outra ligação à telefonista. Já são 16 horas. Ele tem pressa. “Companhia de Guarda e Escolta?” [trata-se de um prédio no interior do complexo e do lado da Máxima, onde ficam policiais responsáveis pela guarda externa e escolta dos presos], “Quem tá responsável aí hoje?”, “É que teve um tiroteio aí né?” Permanece um tempo em silêncio com o fone no ouvido como quem aguarda um interlocutor do outro lado da linha. Desiste de esperar, desliga o telefone e pede nova ligação. “O Catalão tá de serviço hoje?” Trata-se de um agente penitenciário, fonte do jornalista. Como não o encontra no momento, deixa recado, pedindo que lhe retorne.

Para agregar fontes a esse “sistema de fidelização”, numa concorrência interna no campo, os jornalistas usam como estratégia fundamental a centralização do foco em si mesmos. Informam às novas fontes seus contatos pessoais (números de celulares e endereços de e-mails) e as advertem com um “*olha, me procure, hein!*” ou “*liga pra mim!*”. Nesse sentido, o repórter Azael não se esquecia, por exemplo, de sempre informar às novas fontes o número de seu celular.

Além das *fontes dos jornalistas* – ocupantes de postos mais modestos das instituições (principalmente, a policial), mas em colocações que lhes possibilitam o acesso a informações interessantes à imprensa – há um outro tipo de fontes, que os jornalistas também tentam aditar na sua relação pessoal. Trata-se de representantes de entidades e de instituições e dos próprios assessores de imprensa. É um tipo de “fontes de todos”, mas disputadas pelos jornalistas, que se esforçam pela edificação de um relacionamento diferenciado. Não estão preocupados com a regularidade no recebimento de *releases* (em se tratando dos assessores de imprensa) ou de informações gerais, mas com o recebimento exclusivo de informações pontuais consideradas importantes e não mostradas abertamente para todos. Assim, tendem a tratar amigavelmente algumas dessas fontes. O repórter Eduardo costuma chamar a assessora da Polícia Federal, de nome Fernanda, de “Fer”, seguindo o costumeiro tratamento entre pessoas de círculos íntimos. Um diálogo entre esse repórter com outra fonte regular, o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Mato Grosso do Sul (Sinsap), Fernando Anunciação, mostra a tentativa desse tratamento diferenciado através de negociações entre as partes:

Por volta das 10 horas, faz sua primeira ligação. “E aí, Fernando?”, saúda, demonstrando intimidade. Parece, em princípio, ser uma fonte sua. Depois descubro que se trata do presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Mato Grosso do Sul (Sinsap). Certamente por sua posição de sindicalista, essa fonte é bastante procurada quando a pauta é sobre problemas no sistema penitenciário do Estado. “Você já tem esse projeto elaborado?”, quer saber o repórter. O tal projeto busca aumentar as incumbências e a autonomia dos agentes penitenciários estaduais, que além dos trabalhos internos, ficariam responsáveis pela escolta de presos e guarda externa dos presídios, tarefas realizadas por policiais militares. Com uma fala tranqüila e amigável, o repórter tenta ganhar exclusividade de algumas imagens. “Olha, me avisa aí meia hora antes que eu mando uma equipe”, fala o jornalista, como quem busca mostrar autonomia em decisões de rotinas produtivas para ter retorno positivo de seu interlocutor. “Avisa pra mim, rapaz”, insiste. “Pelo menos o governador fica sabendo”, argumenta. Usa outro argumento, desta vez relativo ao processo de produção do jornal: “A gente põe na capa”. A revelação do agente, que interessou tanto ao repórter (conforme este me explicou depois), diz respeito às supostas condições precárias dos transportes de presos por policiais militares. O jornalista pretende flagrar alguma ocasião desses transportes e fazer fotos.

O repórter tenta negociar como se fosse o “dono do negócio”, isto é, como alguém que tem absoluta autonomia nas decisões produtivas da editoria e do jornal. Isso pode ser percebido na manifestação de “compromissos”, como “*eu mando uma equipe*”. A equipe em questão corresponde a um fotógrafo e um motorista, pois a intenção do repórter é flagrar uma cena, necessitando do registro de imagem. Nesse seu planejamento, demonstra não ver necessidade de sua presença no local do “flagrante”. O repórter fala como editor ao assegurar à fonte que o assunto ganhará relevância para capa: “*A gente põe na capa*”. Essas “garantias” funcionam como uma caução na busca da exclusividade, condensada no reforço do pedido “*avisa pra mim, rapaz!*”

Numa situação semelhante, o repórter Azael garante à fonte a publicação de seu material, embora com uma menor demonstração de autonomia produtiva:

O relógio já marca 16h12. O repórter recebe uma ligação em seu celular. “Oh, Aquino!”, diz, aparentando falar com uma fonte conhecida. Trata-se de um assessor de imprensa da PRF. “Tamo trabalhando. Eu recebi, Aquino”; “Mas se não der para amanhã, eu falo com o pessoal e a gente faz uma coisa maior pro final de semana” – tenta negociar o jornalista. Continua a conversa com o assessor. “Tá ruim aí também? Aqui também tá a maior dificuldade a Internet.” Despede-se e encerra a ligação.

O repórter diz que falará com o “pessoal”, mas não para solicitar a publicação e, sim, para informar a seu respeito, uma vez que assegura ao assessor que “*a gente faz uma coisa*

maior pro final de semana". Tenta, assim, agendar com o assessor a data da veiculação da notícia. Também deixa combinado a relevância a ser atribuída à matéria através de seu tamanho com o compromisso de "*fazer uma coisa maior*".

Para não perder a confiança de *suas fontes* e das fontes regulares (que também são alvos de disputas), os jornalistas costumam "prestar contas", o que indica que há, do outro lado, uma cobrança (explícita ou não) do cumprimento do acordo. Na apuração de uma pauta, o repórter Eduardo conversa ao telefone com um delegado. Perto de findar o telefonema, os dois passam a tratar sobre "prestação de contas". O delegado aparentemente pergunta se a editoria está recebendo as ocorrências enviadas cotidianamente pela Polícia Civil (através do programa *Sigo*, sobretudo). O jornalista (que, como seus colegas, costuma reclamar do programa) busca provar que está usando essas notas, através da indicação da publicação de um certo assunto:

Em seguida, [o repórter] tenta mostrar ao delegado o cumprimento de sua parte na troca de serviços. Afirma que as notas enviadas pela Polícia Civil estão chegando. E ilustra: "Nós demos hoje uma nota na Ronda sobre a prisão de um fugitivo. Tá assim: 'Caça', na página 10 a'".

A *obrigação* da manifestação da gratidão, através de veiculação de notícias sobre acontecimentos informados por "fontes especiais" (as de contatos mais estreitos) e que são de seus interesses, faz com que essa estratégia produtiva se situe no limiar da prisão a essas fontes e da incorporação de suas visões de mundo. Os jornalistas tendem a ser mais compreensíveis com as pessoas a partir das quais escrevem, como já notava Darnton (1990) em referência a seu tempo de repórter. Uma compreensão perceptível na seguinte fala da jornalista Jacqueline:

Eu sou meio maluca nesse negócio de Polícia. Teve uma época que eu achava que não precisava nem ouvir a polícia, delegado, essa coisa. Só olhava o BO e pum: ia pras histórias das pessoas. Mas aí eu vi que não. Tem que ouvir sim esses caras. Eles estão ferrados, sem segurança, trabalhando...

Ocorre que essa compreensão pode chegar ao ponto da incorporação das percepções e visões de mundo, que se manifestam desde o empréstimo de vocabulários das fontes até a dificuldade de noticiar alguma denúncia que as envolva. Um exemplo é o uso freqüente da gíria "bronca". Numa conversa com um delegado ao telefone, o jornalista Denilson o inteira

sobre parte de outra pauta que apura, fazendo uso da expressão, como segue abaixo:

Após esgotar as informações do delegado (ao menos, as que pretendia passar à imprensa), o assunto é findado. Antes de encerrar a ligação, Denilson partilha com o delegado algumas de suas descobertas sobre o outro caso que apura. “O cara é conhecido lá na cidade dele. Tem umas broncas por lá [risos]. Dois processos envolvendo drogas”. Despede-se e desliga o telefone.

De modo semelhante, o repórter Eduardo conversa com um delegado, mostrando “de que lado está”. Trata supostos autores de crimes de forma aproximada ao tratamento que receberiam numa delegacia. Segue-se trecho do diálogo:

Num primeiro momento, o repórter não consegue ligação para o delegado, mas este lhe retorna no celular. “Jogam pra cima do morto e o cara que matou se livra né?”, diz o repórter ao delegado. Em outras palavras, ele afirma, parecendo querer arrancar uma resposta cúmplice, que os jovens detidos estariam apontando o rapaz, morto na ação da PM, como o responsável pela morte de um policial, na tentativa de abrandarem as punições ao verdadeiro culpado. “E o nome do morto?”, pergunta. “A PM mandou uma notinha, mas não fala o nome do morto”. O delegado informa a identidade. “E esse cara tinha bronca aí? Esse que morreu?” Mostrando-se confuso por conta de duas fotos, sem identificações, trazidas pelo fotógrafo, Eduardo pergunta à sua fonte: “São três os suspeitos de matar o PM?”, “São três caras e um menor, né? Ou dois caras e um menor?”. Uma possível dúvida também do outro lado da linha faz o repórter se decidir: “Eu ligo mais tarde só pra falar com o escrivão pra identificar os presos das fotos. Só o fotógrafo que foi”.

Há um abismo entre o tratamento do repórter ao rapaz morto e aos três detidos e ao tratamento dispensado à polícia, responsável por uma ação merecedora de uma apuração mais aprofundada. O jornalista não polemiza com o delegado a atuação da PM, que teria matado um dos jovens durante a perseguição. Isso é ignorado. Por outro lado, os detidos e o rapaz assassinado são tratados com tendencioso desprezo, como “o morto”, “esse cara”, “o cara que matou”, “tinha bronca”, “três caras”, “menor”.

Para os jornalistas, a necessidade regular de pautas e a busca por exclusividade, aliadas a uma internalização paulatina de visões de mundo de fontes próximas, resultam numa prisão, que tende a se tornar constrangedora, embaraçosa, caso seja percebida. Essa prisão pode ser melhor notada através do olhar ao passado, após algum tempo de distanciamento. Isso é perceptível numa fala da editora Cristina sobre seus primeiros anos como repórter:

Tem gente que acha que jornalista não pode ser amigo de fonte, porque cria amizade, você corrompe tal. Acho que isso tem dois lados. E eu senti isso quando era repórter policial, porque à medida que minha relação com a polícia se estreitava, com os comandantes, com os capitães, com o delegado geral da polícia, eu tinha mais dificuldade de fazer denúncias, porque eles me boicotavam. Fiz uma denúncia uma vez e a gente ficou quase três meses levando furo, porque eles não me passavam mais informações, não me passavam. Então, assim... é complicado, porque ao mesmo tempo que você acaba se aproximando da fonte – todo dia lá, todo dia no gabinete, todo dia na sala do delegado geral, todo dia na sala do comandante da PM –, você acaba estreitando relações: o cara acaba te falando coisas em off, o cara acaba te falando: “Não fala isso, não coloca isso, mas tal tal”. Mais ou menos te amarram, porque quando você quer falar o cara fala: “Pô, que sacanagem meu! Você tá aqui todo o dia, agora você dá uma dessa!”

Portanto, o *valor-jornalista* de *ter as próprias fontes* acrescido, por conseguinte, da busca de exclusividade de algumas fontes representantes de entidades ou instituições, tende a transformar as notícias em formas de retribuições, em agrado que assegura a permanência das relações de proximidade com certas fontes. O resultado é a representação midiática de um mundo ordenado conforme percepções dos que têm acesso regular e leal aos jornais. Em se tratando do jornalismo policial, esse acesso privilegiado é majoritariamente dominado por pessoas de dentro da polícia. Assim, do cumprimento do “compromisso” dos jornalistas de Polícia com essas fontes decorre o fortalecimento da representação dual do mundo, feito de partes antagônicas, separadas por uma fronteira entre bem e mal; um lugar aterrorizador, que necessita do papel heróico das instituições mantenedoras da ordem.

8.4. Ser objetivo

“O jornalismo policial não lida com tendências, ele lida com fatos. Então, ele é mais objetivo que outras áreas. E mesmo uma investigação de um crime, é um fato, é o que já aconteceu. Ele é muito concreto.”

(Eduardo, repórter de Polícia)

A objetividade, que reúne deontologias caras no jornalismo, é um *valor-jornalista* de grande relevância. Está na base deontológica do jornalismo *ser objetivo*, o que remete a ser rápido, ser eficiente, fiel aos fatos, passar credibilidade, ser verdadeiro, ouvir com isenção os lados envolvidos, usar de linguagem clara, concisa, que represente, com fidelidade, os fatos. Ser objetivo é um elemento essencial na composição do *ser jornalista*, na representação que

faz de si mesmo. Não obstante, esses princípios deontológicos contrapostos à natureza ontológica dos acontecimentos e à inserção dialética dos jornalistas na realidade social fazem com que a objetividade seja uma verdade apenas discursiva. Isto é, da maneira como é concebida no campo jornalístico, a objetividade é impossível na prática, sendo somente possível (e jornalisticamente necessária) no horizonte dos discursos.

No discurso jornalístico, a objetividade é entendida, primeiramente, como método ético e rápido de apuração dos acontecimentos noticiáveis e, por conseguinte, como linguagem noticiosa clara, concisa e verdadeira, em conformidade às fôrmas de enquadramentos próprias do jornalismo, correspondentes à construção de *leads* e à estruturação textual em *pirâmide invertida*. Nesses dois sentidos, a pretensão de verdade, sustentáculo da objetividade, torna a objetividade impraticável. É necessário considerar também as implicações entre esse *valor-jornalista* e a representação que os jornalistas constroem de si mesmos como grupo singular e desprendido do restante da sociedade, podendo representá-la através das notícias, com isenção, com *objetividade*.

Os dois entendimentos (objetividade como método e como linguagem deontologicamente corretos) se confundem e às vezes se complementam nos discursos dos jornalistas. E, considerando a percepção comum que os jornalistas têm do acontecimento-crime, esses entendimentos sobre objetividade na produção de notícias de crimes se tornam mais problemáticos.

Para uma análise sobre o valor atribuído à objetividade relacionado à compreensão da manifestação desse valor na produção das notícias de crimes, é preciso, de início, recuperar alguns comentários, aparentemente controversos, dos jornalistas pesquisados acerca da possibilidade de ser objetivo em matérias policiais. Eis os comentários:

Do editor Denilson:

Acho que [o jornalismo policial] é a área do jornalismo que você mais se torna objetivo. Você tem que contar o fato em si. Você não pode lucubrar, pegar opinião... Por exemplo, tem matéria de Política, Economia, que você precisa entrevistar o povo: "O que você acha disso, o que não acha?" Na matéria policial, você não vai perguntar: "Você achou certo o policial matar o bandido?" Aí você cria um clima de revolta. Você só relata. Se a população achou bom ou ruim, fica a critério dela. Se for pegar por esse lado do interpretativo, da enquete com a população, você, de certa forma, direciona o leitor do jornal que não pensa assim a pensar daquela forma também. Então, você tem que ter cuidado... Você tem que fazer um relato objetivo: "pá pá pá..." Se o cara gostou que o policial matou o assaltante, o problema é dele. Se o outro lá se pergunta assim: "Será que ele era realmente o assaltante?", também pergunte. Mas você não pode, de repente, na rua, dizer: "Ah, eu também concordo, tem que matar bandido". Você

sabe que a maioria vai falar isso né? E você não tem que alimentar esse tipo de coisa. É a responsabilidade social do jornalista. Então, você tem que ser objetivo. E os fatos policiais são objetivos.

Do editor e chefe de reportagem Walter:

Ah, é mais fácil [ser objetivo], porque o jornalismo policial é aquilo mesmo. O crime aconteceu tal... “Um homem foi morto tal, tal...” Aí, a história, o relato. Com mais criatividade, com menos... Acho que ele é mais objetivo. Tem o crime do dia-a-dia, que é o corriqueiro... Mas, por exemplo, quando acontece um crime na zona sul, lá nos jardins, onde mora a elite, num prédio, num apartamento daqueles de altíssimo luxo, como o caso daquela menina que matou os pais... Pelo inusitado, isso aí gera um boom! Claro que aí você dá um texto mais elaborado... A maior reportagem. Mas no dia-a-dia, ele é objetivo.

Do repórter Eduardo:

É mais possível [ser objetivo no jornalismo policial] do que em qualquer outra área. (...) Primeiro, o fato em si... Você só vai ter que achar uma forma interessante pra contar. Dá pra você fazer um texto conciso e objetivo sim. Agora, é lógico, no jornal impresso... eu acho que a objetividade para a questão do crime tem que ficar para sites, pra rádio, pra TV. Eu acho que o jornal (a não ser que seja uma coisa que aconteça no final da tarde), o jornal já sai no dia seguinte... Então, tem sempre que trazer mais informações. Tem que ser objetivo, mas tem que ser mais denso. Se for pra ser objetivo, é pra ser denso. Não adianta aquela falsa objetividade, só contar aquilo e acabou. Não pode ser sucinto. Se for pra ser objetivo, tem que ser denso. Agora, o jornalismo policial não lida com tendências, ele lida com fatos. Então, ele é mais objetivo que outras áreas. E mesmo uma investigação de um crime, é um fato, é o que já aconteceu. Ele é muito concreto. Você não lida com conjecturas: “Ah, vai ser assim, pode ser assado...”, como na Economia, como na Política.

Do repórter Azael:

A objetividade na matéria policial é mais difícil. Quando você tem uma matéria onde todos os elementos são claros, aí você consegue ter objetividade. Mas são matérias mais difíceis de você ter acesso. Por “ter acesso” quero dizer de aparecer, de surgir no dia-a-dia. Geralmente são fatos mais difíceis, onde você tem que apurar mais, onde você tem que... Não são tão permeáveis, não são tão palpáveis. São várias possibilidades. Você pode seguir por vários caminhos, como é um trabalho de investigação da polícia. Então, você pode ser objetivo dentro de quadros de vários segmentos, de linhas de pensamentos, de determinado fato... Você pode ser objetivo e escolher as várias teses que determinado fato possa levar pra você apurar. Você pode ser objetivo sim, mas dificilmente você vai seguir por um caminho só. Nesse sentido, a objetividade, em matéria policial, é

muito mais difícil.

Da chefe de reportagem Jacqueline:

Ser objetivo?... O que eu vejo é o seguinte: a objetividade... o que o Paulo [chefe de redação] cobra bastante. Ele quer que a matéria saia da pauta já. Eu falei pra ele: “Não tem condições de dar uma manchete a uma hora da tarde”. Eu acho que a matéria vira na rua. É na rua que ela acontece. A pauta é só uma linha. Na volta que vira matéria. Pode até pensar algum gancho antes, mas aí é outra coisa. Raramente. E às vezes falta segurança para o repórter, quando ele vem da rua, não sabe qual é o gancho e tal. Mas aí é a experiência. E o que acontece? O Paulo fala assim: “Tem que procurar ser mais objetivo possível, porque aí é mais simples, é mais rápido. Manter um formato padrão do lead e tal. Não querer enfeitar.” Mas aí, eu acho que é muito chato. Acho que é muito chato. Às vezes, é bacana você começar de uma maneira diferente, contando uma história de uma pessoa, valorizar o personagem, depois as autoridades e tal. Mas normalmente não é isso que acontece. Começa com as autoridades, com os números e tal. Aí depois que entram as histórias. Eu gosto mais das histórias.

Da editora Cristina:

O jornalismo policial tem vezes que não sai do BO. Tipo assim, ele fica ali: “A pessoa foi roubada, levou tantos mil reais. Segundo o boletim de ocorrência, a vítima não reagiu e viu que os bandidos saíram e foram em direção à Maracaju [rua da região central de Campo Grande]. Ponto final”. Você não vai atrás pra investigar. Não se perde muito tempo com isso. Agora, nas outras editorias não. Até porque os outros repórteres são mais cobrados. Você quer os trinta lados da questão. E com o repórter de Polícia você já nem exige muito isso. É só o relato em si. Acontece que esse relato em si é, às vezes, só o oficial, entendeu? Não tem o lado humano. Não tem gente na matéria; tem vítima e ladrão. (...)

Acho que a objetividade fica um pouco prejudicada pelo fato de você, às vezes, está baseado tudo numa fonte só. É só aquela versão, é só o boletim de ocorrência ou é só o delegado, entendeu? Então, a objetividade, na verdade... Eu acho que acaba sendo parcial. Não que a gente tenda pra nenhum dos lados. Embora, por exemplo, hoje, a gente tem o caso desses menores torturados, desses moleques torturados. E eu pedi pra ele [para o repórter] pro nosso abre ser o latrocínio, porque eu tinha certeza absoluta que se eu fosse levar os menores torturados pra reunião de pauta como abre, iam derrubar.

Em todos os comentários, a objetividade é tomada como método de apuração: há objetividade quando esse método é curto, rápido, quando são seguidas, sem muitas alterações, as estratégias preestabelecidas nas pautas. Também remete a um tipo de linguagem: o jornalista é objetivo quando segue um padrão de linguagem jornalística, respondendo, no

início de seu texto, às tradicionais perguntas do *lead*. São mencionadas, ainda, as normas deontológicas correspondentes à “fidelidade aos fatos” e à “imparcialidade”. O crime também é entendido como *um fato puramente objetivo*, isto é, um acontecimento que *é o que é*, independentemente das pessoas e isolado, sem contexto, fora de uma totalidade – como se nem mesmo existissem pessoas produzindo o acontecimento-crime. Mesmo quando “as causas” não se mostram às claras, o *fato-crime* continua inflexível em sua *pureza e dureza objetivas*, bastando ao jornalista coletar e analisar indícios, como numa investigação policial, para chegar à “verdade do fato”. Permeando todas as falas está a auto-imagem dos jornalistas como membros de uma comunidade externa à sociedade, grupo que pode olhar e relatar os acontecimentos *de fora*, sem se deixar contaminar.

De acordo com a compreensão comum do jornalismo, o método objetivo de apuração visa aproximar o jornalista, o máximo possível, da “verdade dos fatos”. Para isso deve seguir a norma deontológica de ouvir, com neutralidade, os lados envolvidos. No caso de produção de notícias de crimes, deve ouvir, no mínimo, vítimas, suspeitos, testemunhas e policiais, podendo completar a apuração com especialistas e outras fontes. No entanto, em razão da “simplicidade do crime” (acontecimento visto, por olhos jornalísticos, como autodefinível, por “estar reduzido a uma simples seqüência cronológica de eventos”), essas tantas fontes são dispensadas. Por vezes, basta tomar como base o boletim de ocorrência, onde “já se encontram todas as vozes (em geral, excetuando as dos supostos autores) que precisam ser ouvidas”. Essa visão da facilidade de apuração do crime, por conta de sua manifestação como fenômeno simples, é explícita nas falas dos jornalistas Walter, Denilson e Eduardo. Para o primeiro, “*o jornalismo policial é aquilo mesmo*”, ou seja, é evidente, por ser simplório, sendo perda de tempo querer ir além do “relato factual”. É suficiente contar a história: “*Um homem morreu tal, tal...*”. Denilson e Eduardo falam de “*fato em si*”. Para o editor, em matérias de crimes, o jornalista tem que “*contar o fato em si*”. O repórter começa dizendo que deve se considerar “*o fato em si*”. Para os dois, esse “fato em si”, auto-explicável, difere-se de acontecimentos como os de Política e de Economia. Como diriam ambos, “*o jornalismo policial não lida com tendências, ele lida com fatos. E os fatos policiais são objetivos*”. O editor chega a afirmar que esse procedimento neutral faz parte da “*responsabilidade social do jornalista*”, pois polemizar assuntos de polícia com a população apenas serviria para aguçar as hostilidades coletivas. Esse pensamento comporta a idéia de possibilidade de uma prática jornalística asséptica, a ser tratado adiante.

Para o repórter Azael, sufocado em pautas e, freqüentemente, precisando extrapolar o horário, objetividade corresponde à apuração rápida. Dentro desse entendimento, a rapidez

resultaria de um procedimento de acordo com um determinado planejamento de estratégias de apuração. Com a pauta em mãos, o jornalista deve planejar suas decisões: apurar da redação ou ir para rua, quem entrevistar, que enfoque privilegiar, etc. Nesse sentido, a “*objetividade na matéria policial é mais difícil*”, uma vez que não haveria como traçar um planejamento fechado, pois os crimes não se mostram, de início, de corpo inteiro. Isto é, logo que ocorre um crime, o que existem são somente hipóteses. A “*seqüência exata*” do acontecimento é ainda desconhecida de todos. Na medida em que apura, o jornalista pode ir desvelando pistas e reorientando seu procedimento, de sorte que não há como seguir um planejamento prévio inflexível. Como diz o repórter: “*Geralmente são fatos mais difíceis, onde você tem que apurar mais, onde você tem que... Não são tão permeáveis, não são tão palpáveis. São várias possibilidades*”. Ele aproxima essa ação jornalística da ação policial: “*Você pode seguir por vários caminhos, como é um trabalho de investigação da polícia*”. O jornalista acredita na possibilidade, apesar da dificuldade, de ser objetivo, isto é, rápido na apuração. Mas essa objetividade será puxada e freada pela gama de hipóteses do crime. Sob a superfície dessa compreensão de apuração objetiva está a crença na “*fidelidade aos fatos*”: o jornalista escolhe e descarta estratégias de procedimentos durante a apuração (não sendo, assim, objetivo, isto é, ligeiro segundo essa compreensão) para afinar suas decisões ao que “*realmente aconteceu*”; ele pretende investigar e chegar à verdade do fato, como “*faz a polícia*”. Descoberto “*tal como é*”, o acontecimento-crime, em si, continua, perante a percepção jornalística, portando a simplicidade de sempre, isto é, persiste se exibindo aos jornalistas como fenômeno formado por uma seqüência linear e simples de eventos. Assim, o jornalista poderá, por fim, comemorar e revelar: “*na verdade, o assassino matou a vítima, motivado por uma antiga rivalidade... etc.*” Chegou à “*verdade do crime*” e descobriu um acontecimento socialmente isolado e de trajetória ordinária como são os crimes de jornais.

De modo semelhante, porém com incisividade maior, a jornalista Jacqueline refuta a prisão à pauta, onde percebe situada a objetividade. É contra a adequação da apuração a um procedimento previamente definido na pauta, pois “*a matéria vira na rua*”. Aqui permanece o valor de “*fidelidade ao fato*” – a mudança de estratégias durante a apuração representa uma guinada para onde está a verdade, abandonando uma via que não chegaria até ela. O fim da produção noticiosa permanece o mesmo: *descobrir e informar a verdade dos fatos*. Apesar de valorizar essa busca, a jornalista não a relaciona à objetividade, cujo sentido restringe à apuração norteadas cegamente pela pauta. Isso é melhor compreendido quando não se perde de vista sua função burocrática de pauteira. É o que a jornalista faz [fazia] em sua rotina no jornal e é partir de onde pensa (sobretudo, ao se habituar ao que faz) a própria prática.

A editora Cristina também concebe a objetividade como método de apuração e a relaciona à busca deontológica da verdade, através de um caminho imparcial. O jornalismo policial, nesse sentido, *não é objetivo*, pois “*não sai do BO*” ou de outra versão policial. “*Acho que a objetividade fica um pouco prejudicada pelo fato de você, às vezes, está baseado tudo numa fonte só*”, opina a jornalista. No entanto, ela aceita essa precariedade com a “tolerância” condizente à *linha editorial* do jornal, que menospreza a área policial para atender a um “público desinteressado por notícias de crimes”. Assim, a editora exige dos outros repórteres que vejam os “*trinta lados da questão*”, mas não se incomoda com a supervalorização, em matérias de crimes, de um lado só, o do relato policial. Embora não tome esse monopólio discursivo como procedimento deontologicamente adequado, considera-o uma questão secundária, de menor importância, e faz vistas grossas à parcialidade. Apesar de querer mostrar que há imparcialidade no jornal com um “*não que a gente tenda pra nenhum dos lados*”, termina reconhecendo que há tendência, o que ilustra com a recusa de destacar a matéria sobre os “*moleques torturados*”.

Essa tendência na produção de matérias de crimes remete ao valor-notícia, mencionado por Wolf (1995: 180), referente à valorização do “nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticiável”. Os crimes ordinários dos jornais – os que têm, como palco, a periferia, e, como protagonistas, os moradores da periferia – merecem a apuração precária, abrandada com a denominação de objetiva. Por outro lado, como bem explicita o jornalista Walter, os crimes envolvendo pessoas posicionadas em lugares altos do espaço social, merecem uma apuração mais aprofundada, a “*maior reportagem*”. Com exposição franca das regras do jogo, o editor afirma que “*quando acontece um crime na zona sul, lá nos jardins, onde mora a elite, num prédio, num apartamento daqueles de altíssimo luxo*”, a imprensa deve se mobilizar para fazer a melhor cobertura, deixando de lado a objetividade compreendida como apuração, que visa o relato sucinto do ocorrido. Segundo ele, *isso* (o envolvimento de pessoas de elite no submundo do crime) merece uma atenção especial por seu caráter “*inusitado*” – na sua percepção dualista do mundo, os jornalistas vêem alguns como “bons cidadãos” e outros como “maus sujeitos”; e quando pessoas do primeiro grupo se envolvem em crimes, o que é próprio do segundo grupo, há um “fato inusitado”. O jornalismo policial deve mudar sua rotina de “apuração objetiva de ocorrências simples, que falam por si” para estar à altura do *status* do membro da elite *descido* ao universo criminoso dos que estão na base da estrutura social. Ou seja, “*isso gera um boom!*”

O segundo entendimento de objetividade, isto é, a compreensão da objetividade como um certo tipo de linguagem, também se encontra nos discursos dos jornalistas. Os editores

Walter e Denilson explicitam a necessidade de o jornalista ser conciso na redação da notícia de crime. Só deve fazer o *relato do fato*. “*Com mais criatividade, com menos...*”, acrescenta Walter. E Denilson reforça, orientando que o repórter “*não pode lucubrar, pegar opinião*”.

Esse relato sucinto também está no entendimento de objetividade do repórter Eduardo. Ele, no entanto, salienta que, por suas particularidades, o jornalismo policial de diários não deve ser objetivo, no sentido de linguagem sumária. Lembra que “*o jornal já sai no dia seguinte...*” e que, portanto, deve “*trazer mais informações*”. Por isso, “*a objetividade para a questão do crime tem que ficar para sites, pra rádio, pra TV*”. O distanciamento da objetividade como texto sintético não o distancia da objetividade como texto que “*diz a verdade*”, choque entre dois sentidos presentes numa aparente contradição: “*Se for pra ser objetivo, é pra ser denso*”. Ele argumenta que, como o jornal impresso só “*sai no dia seguinte*”, deve sempre “*trazer mais informações*”. Fica implícita, nessa observação, a necessidade de o jornalista perseguir a “*verdade do fato*” em conformidade com o ritmo temporal do seu tipo de mídia. No jornal impresso, o intervalo entre a produção da notícia e sua veiculação é de um dia. Como esse espaço é maior do que o das mídias eletrônicas, o jornalista de diário deve usar esse tempo para buscar e noticiar mais informações, podendo ser “*mais verdadeiro*”, diferença que lhe garante continuidade na “*concorrência pela clientela*”. Assim, a veracidade no texto, aspecto que também remete à objetividade (que seria a “*verdadeira objetividade*”), está implícita na opinião do repórter, que recusa a “*outra*” objetividade, a do texto sumário, adjetivada por ele de “*falsa*”: “*Não adianta aquela falsa objetividade, só contar aquilo e acabou*”.

Conforme as práticas construídas no campo jornalístico, a objetividade, como linguagem própria do jornalismo, é possível através do enquadramento do acontecimento noticiável em fôrmas lingüísticas. No jornal impresso, essa fôrma tem como componentes necessários o *lead* e a *pirâmide invertida*. No entendimento comum do campo, o jornalista deve iniciar sua história pelo *clímax*, relatando, no parágrafo inicial (se preciso, também no seguinte), o que considera mais importante no acontecimento noticiável, respondendo *objetivamente* a questões clássicas (quem?, o quê?, quando?, onde?, como? e por quê?) do *lead*. Há um “*espaço de criação*”, como enfatizam os jornalistas Walter (“*Com mais criatividade, com menos...*”) e Eduardo (“*Você só vai ter que achar uma forma interessante pra contar...*”), pois os jornalistas, conforme suas histórias e seus enfoques, podem optar por variados estilos de *leads*²⁹. Criatividade limitada ao perímetro da essência do *lead*:

29 Jorge Pedro Souza (2005, p. 165-168) cita 13 tipos de *leads*, agrupados em “*lead de impacto*” e “*lead indireto*” ou “*soft-lead*”.

condensação das informações mais importantes. Esse resumo, no topo do texto, do que ele apresenta de mais importante, a partir da ótica construída internamente, inicia a configuração da *pirâmide invertida* – abaixo desse topo de relevância encontra-se o restante do relato, que detalha as informações concisas no seu início e acrescenta outras.

A incorporação jornalística dessa estrutura textual é notada, mais explicitamente, na fala da jornalista Jacqueline. Ela enfatiza a exigência vinda da parte superior da hierarquia redacional de que esse “*padrão*” (sua expressão) seja seguido: “*O Paulo fala assim: 'Tem que procurar ser mais objetivo possível, porque aí é mais simples, é mais rápido. Manter um formato padrão do lead e tal. Não querer enfeitar.' Mas aí, eu acho que é muito chato. Acho que é muito chato*”. Há uma ligação necessária entre ser textualmente objetivo e se orientar por uma fôrma textual jornalística. A notícia objetiva “não enfeita”, porque é, segundo os princípios internos do campo, clara, simples, precisa, direta, para facilitar a decodificação do *leitor médio*, esse algo abstrato resultante da soma e da divisão do capital cultural de cada um. Na prática, essas características são tomadas como possíveis caso o jornalista escreva considerando a estrutura de *lead* e da *pirâmide invertida*. Isso não representa demanda de esforço do jornalista habituado a esse modelo, pois é o que faz rotineiramente.

Acerca dessas questões, é preciso discorrer, por fim, sobre a impossibilidade de efetivação, na prática de produção de notícias, da objetividade conforme esses dois entendimentos. Primeiramente, essa impossibilidade decorre da contraposição entre a compreensão jornalística de objetividade como método, através do qual é possível atingir a verdade, por um lado, e a natureza ontológica dos acontecimentos e a percepção de mundo singular dos jornalistas, por outro. Em segundo lugar, essa impossibilidade resulta da contraposição entre o entendimento jornalístico da objetividade como relato verdadeiro e conciso em conformidade com formatos predefinidos de enquadramento dos acontecimentos, por um lado, e o recorte arbitrário dos acontecimentos para atender a esse formato construído segundo a mesma visão de mundo do campo jornalístico, por outro.

No senso-comum jornalístico, a “*matéria-prima*” que alimenta o fluxo de pautas são os *fatos jornalisticamente importantes*. São acontecimentos percebidos pelos jornalistas como fenômenos que portam características que os fazem noticiáveis. Isto é, há uma apreciação do que ocorre cotidianamente no mundo social a partir de visões construídas por *habitus* produzidos num campo singular, com contornos variados de acordo com as relações de forças internas. Conforme Bourdieu, os *habitus* são *princípios de classificação* do mundo, *princípios de visão e de divisão*. Com a incorporação, através das práticas rotineiras, das regras do campo, os jornalistas tendem a classificar a realidade social com a propriedade de um membro

do campo, a ver e a dividir a realidade social com essa mesma propriedade. *São jornalistas vendo o mundo como jornalistas*. A partir do que vêem, os acontecimentos – sobretudo, os referentes a crimes –, sobre os quais noticiam cotidianamente, são puramente objetivos, são verdadeiros em si mesmos. No caso de crimes, sua autonomia ontológica é tamanha que a intromissão de pessoas chega a ser dispensada nas matérias policiais, como traduz bem a editora Cristina ao afirmar que “*não tem gente na matéria; tem vítima e ladrão*”. Ocorre que os acontecimentos carregam esses aspectos ontológicos apenas *conforme são percebidos pelos jornalistas*. São vistos a partir de um ângulo de visão singular, produzido por um campo social singular. Assim, os “fatos”, com as características ontológicas atribuídas pelos jornalistas, são fenômenos que somente se manifestam às percepções próprias do campo jornalístico.

Não obstante, considerando a necessária construção dialética da realidade social, não há como existir, efetivamente, “fatos” isolados e ontologicamente autônomos. Os acontecimentos noticiáveis são produzidos na interação dos indivíduos entre si e com as estruturas objetivas onde se encontram inseridos. Os acontecimentos não surgem do nada e nem por si só; são produzidos em contextos singulares e numa totalidade sócio-histórica-econômica-política-cultural. Estão em necessária relação com esses contextos e com essa totalidade. Por exemplo, as freqüentes apreensões de drogas, noticiadas nos dois jornais, não representam fatos independentes entre si e isolados, uma vez que se inserem num contexto específico (de estado fronteiriço, vizinho de dois países latino-americanos, situado dentro de um país e de um mundo, onde há uma rede complexa de produção, circulação e consumo de drogas ilícitas, permeada por violência e problemas sociais, políticos, econômicos, etc.) e numa totalidade (essa rede complexa é própria de um momento histórico, com suas questões econômicas, políticas e culturais, etc.). Isso não significa que os jornalistas devam fazer ensaios cotidianamente, a cada produção de notícia, para serem objetivos. Significa, sim, que *não podem, na prática, ser objetivos*, em razão da contraposição entre seu entendimento comum de objetividade (intrínseco à possibilidade do relato verdadeiro) e a natureza ontológica dos acontecimentos.

O segundo entendimento geral de objetividade se dirige aos textos jornalísticos. Esses textos são objetivos caso estejam construídos dentro de modelos, que possibilitam o enquadramento dos acontecimentos. O jornalista, já habituado no campo, escreve sobre essas fôrmas sem mesmo percebê-las. Para chegar à produção de seu texto, levanta informações que acredita serem as essenciais: nomes da vítima e do suspeito ou acusado, detalhes sobre a seqüência da ação criminosa, hipóteses trabalhadas pela polícia, alguma fala complementar de

testemunhas, da vítima e, ocasionalmente, do suspeito ou acusado. Tendo os dados de que necessita, escolhe um enfoque de maior impacto. Por exemplo, segundo explicou, o repórter Eduardo puxa por ganchos variados, mas sempre considerando a *relevância*: “ *se for um assassinato, o gancho pode ser o motivo, se já tiver; se for uma coisa muito cruel, vai ter que ser o requinte de crueldade; se for a qualificação da vítima ou do autor, vou puxar pelo autor ou pela vítima. Mas sempre pela relevância*”. Após decidir o enfoque e sabendo da importância do acontecimento conforme os valores-notícia que comporta e sua relevância diante de outras pautas, o jornalista digita alguns parágrafos sobre o que considera essencial informar. Interessante salientar que os jornalistas referem-se aos textos de acordo com seu tamanho (um critério de hierarquização das matérias), em parágrafos ou centímetros, comportamento que manifesta a externalização do formato textual incorporado. Acabado, o texto vai se parecer com todos os outros que o jornalista produz cotidianamente, porque se encaixa nas mesmas fôrmas jornalísticas.

Ao acreditar que noticia o essencial do acontecimento, através desse formato específico de texto, o jornalista imagina que está sendo verdadeiro, fiel ao fato. Com a apuração e a redação “bem feitas”, terá certeza de que está relatando apenas *o que realmente aconteceu* sem interpretações que interfiram tendenciosamente nas conclusões dos leitores. Assim, a objetividade no texto, resultante da adequação do acontecimento aos moldes jornalísticos, corresponde, na compreensão do campo, ao comportamento deontologicamente correto do jornalista. Ou seja, escrevendo com objetividade, limita-se a contar o que aconteceu com imparcialidade e isenção.

Essas fôrmas objetivadas no campo só são possíveis por estarem de acordo com a simplicidade de percepção jornalística de mundo. Se não fosse simples, essa percepção impossibilitaria a produção cotidiana de notícias em determinado espaço de tempo marcado por horas de fechamento. Portanto, é simples na proporção que exigem as rotinas produtivas. No caso do crime, têm relevo as percepções dualista, moralista e dramática. Os acontecimentos são valorizados, selecionados e “recortados” a partir dessas visões. Assim, o texto jornalístico “*não enfeitada*”, mas vai “direto ao assunto”, dizendo o que é (ou é isso ou aquilo, não há variáveis a considerar), sem “*lucubrações*”: um é bandido e o outro a vítima; um cometeu um ato moralmente inaceitável na sociedade e o outro é pessoa de bem, sofredora desse ato. A história do crime é o drama entre esses dois pólos. Com essa *objetividade*, definindo, “sem rodeios”, quem é quem, o encaixe do acontecimento nos moldes lingüísticos se torna uma decorrência necessária.

Da contraposição entre a pretensão de verdade através do *relato objetivo*, que segue

um padrão predeterminado de texto, e a correspondência intrínseca entre esse formato e as visões próprias de mundo dos jornalistas, resulta que o procedimento objetivo na redação de notícias é, na prática, impossível. Isto porque o jornalista “recorta” arbitrariamente os acontecimentos para que “caibam” nas fôrmas jornalísticas. Esse recorte representa o essencial do acontecimento *somente enquanto fenômeno com manifestação singular aos olhos dos jornalistas*. Diante dos olhos de agentes de outros campos, a essência corresponderá, certamente, a outros aspectos, possivelmente tomados como secundários, ou mesmo ignorados, pelos jornalistas. Para um magistrado, por exemplo, a importância de um crime remete às questões jurídicas que comporta, o que é posto em segundo plano nas matérias dos jornais.

Portanto, como o recorte arbitrário do acontecimento pelos jornalistas resulta de uma determinada visão de mundo, a pretensão de objetividade, no sentido de notícia fiel aos fatos, é impossível na prática. O acontecimento não pode ser abstraído em sua essência, pois será sempre percebido a partir de visões diversas, variando “essa essência” conforme as várias percepções.

A impossibilidade prática da objetividade, em razão dos paradoxos acima, não extingue esse *valor-jornalista*. Sua morada é a dos discursos, apesar de os jornalistas acreditarem na possibilidade prática de serem objetivos através de procedimentos de produção de notícias segundo os princípios do campo, como já arrolado. A persistência discursiva do *valor-jornalista* da objetividade sustenta a existência do próprio jornalismo como campo social. Isto é, os jornalistas e os jornais precisam se apresentar como objetivos para que recebam dos demais campos e agentes o depósito de confiança. O campo jornalístico necessita ser visto como imparcial, neutro e isento – características resultantes de sua apresentação como objetivo diante da realidade social.

Por conseguinte, os jornalistas têm de si uma imagem de integrantes de uma comunidade neutra, desprendida da sociedade, podendo vê-la de fora e com a imparcialidade pretendida por sua objetividade. Esse é o último aspecto a considerar acerca da objetividade jornalística. Quando os jornalistas argumentam que devem relatar o “fato em si”, consideram como pressuposto sua capacidade de fazer esse tipo de relato. Como se o acontecimento permanecesse intocável em sua “pureza mundana” ao mudar seu endereço para as páginas do jornal. Dentro dessa compreensão comum, os jornalistas, como profissionais, são “impermeáveis” (Darnton, 1990), apolíticos, apartidários (com relação a todos os aspectos da vida social), não internalizam ideologias. Caso essa impermeabilidade fosse verdadeira, nem mesmo os princípios de seu próprio campo poderiam incorporar. Ocorre que, entre esses

princípios incorporados, está também justamente este: atribuição a si mesmos da responsabilidade social de ligação objetiva (com as normas deontológicas já vistas aí embutidas) entre acontecimentos e público. Os jornalistas vêm a si mesmos, portanto, como espécies de demiurgos separados do mundo social.

Uma das conseqüências da incorporação desse princípio está na consideração das fontes como apenas meios para atingir o fim jornalístico, a “verdade dos fatos”. A credibilidade do jornalista está, assim, na sua capacidade de dizer a verdade *sobre o fato* e não nas versões apresentadas pelas fontes. Esse pensamento fica claro na seguinte fala do editor Denilson:

A credibilidade está em checar as informações. Não é a fonte que dá credibilidade à tua matéria, mas, sim, você ter certeza do que está escrevendo. Por exemplo, numa boa matéria, por que você tem que citar o que delegado tal disse? O que interessa para o leitor desse delegado? Ele não quer saber o que o delegado falou. Pode ser o delegado José ou Paulo, Marcos tal. O que o cara quer saber é a história que ele tá contando. E a credibilidade da informação que você tem que dar é o teu trabalho. Eu acho que a maior credibilidade é você estar escrevendo matérias que são verdadeiras. Credibilidade se faz aí. Porque a partir do momento em que você inventa uma informação, você será desmascarado lá pra frente. Para o leitor, tudo que sai no jornal é, a princípio, uma coisa que deve acreditar. E aquele que mente no jornal, um dia, fatalmente, é desmascarado. Então, pra dar credibilidade à informação, ele não precisa ter nome de fulano, beltrano. Às vezes, eu posso não citar ninguém que me deu informação, mas eu tenho certeza que a matéria é verdadeira. E já fiz várias matérias assim. E não fui processado. E tenho documentos, tenho coisas aqui comigo e não cito que é o documento tal tal... (...) Aliás, isso ajuda até, muitas vezes, você a conquistar a fonte. “Pô, ele foi legal, pedi pra não citar meu nome, não citou”.

Por outro lado, essa mesma busca de aparência de veracidade necessita, conforme a situação, de falas de fontes com autoridade sobre determinados assuntos. Quando a matéria representa um acontecimento produzido pelos próprios jornalistas, há a necessidade de vozes com peso da oficialidade para atestar a veracidade pretendida. O acontecimento continua sendo o fim, mas o meio (as fontes ou alguma fonte específica) ganha relevância. É o que ocorreu, na manhã do dia 10 de abril, terça-feira, no jornal *O Estado*, durante a apuração de uma pauta sobre a possível ligação entre a intensificação da fiscalização de produtos contrabandeados do Paraguai na região da tríplice fronteira, no Paraná, e a migração do contrabando para as fronteiras de Mato Grosso do Sul. Apesar de hipotéticas, essas relações foram tomadas, de saída, como verdadeiras. O atestado de verdade foi dado, sobretudo, pelo

superintendente da Receita Federal em Mato Grosso do Sul Walter Favaro durante entrevista por telefone ao jornalista Azael. Perto do fim do telefonema, o repórter comemorou: “*É isso aí! Queria ouvir de você. Uma fala sua é importante!*”

Dentro de sua visão, resultante da incorporação de *habitus* produzidos em seu campo, os jornalistas acreditam na possibilidade de atingir, *de fora*, a verdade do acontecimento, seja relatando o fato sem citações de fontes seja citando-as para robustecer a veracidade do fato. No entanto, só há percepções *de dentro* de um campo, inserido, por sua vez, dentro do espaço social. Os jornalistas são seres sociais com percepções e representações próprias de acordo com incorporações de princípios e práticas objetivadas do seu campo social. Portanto, vêm de dentro a partir de um certo ângulo de visão. E como todas as percepções se relacionam intrinsecamente às singularidades de cada campo, a visão jornalística sofre de miopia com graus condizentes às singularidades do campo do jornalismo.

Entre os aspectos comuns dos *valores-jornalista* analisados, assume relevo o útero onde são gerados. Trata-se do ambiente da prática, da convivência cotidiana. É nesse espaço de práticas (não apenas produtivas) que aprendem a ser jornalistas. Os valores são aí partilhados e incorporados num processo lento e isento de reflexões constantes. Como se tornam jornalistas na prática do jornalismo (com incorporação de valores inquestionáveis), os jornalistas tendem a valorizar a prática, a considerá-la uma “escola”. É nesse sentido que o editor Denilson afirma, ao relatar sobre sua experiência: “*Já no primeiro ano do curso, consegui um estágio num jornal chamado Jornal da Manhã, que foi minha segunda escola*”. Semelhantemente, comenta o repórter Azael: “*A minha escola mesmo do jornalismo tá sendo aqui no jornal, porque é onde eu tô tendo a possibilidade de exercitar o jornalismo, de apurar as matérias, desenvolver o texto*”. Os dois jornalistas se referem a aspectos técnicos, mas o que aprendem na e da prática (conforme demonstram na partilha de valores comuns) extrapola a técnica.

Capítulo 9: Percepções da realidade social

A necessidade diária de arrancar e noticiar “acontecimentos extraordinários” do cotidiano faz com que os jornalistas percebam o mundo como um aglomerado de pautas, que são ligeiros recortes de eventos que “se sobressaem” em relação a tantos outros “sem importância”. A partir dessa ótica, o cotidiano corresponde a uma série de ondulações de eventos pertinentes a áreas diversas (política, economia, cultura, polícia, etc.). Somente os traçados superiores dessas ondulações interessam aos jornalistas. Tudo que se encontra na parte inferior é desinteressante jornalisticamente. Na rotina produtiva, há necessidade de uma pré-seleção dos eventos cotidianos por agentes de outros campos (que remetem pautas aos jornais). Os jornalistas selecionam a partir desse material mediado ou produzem “pautas exclusivas”. Mas sempre escolhem como jornalistas, valorizando, nos acontecimentos, aspectos que possibilitem que sejam considerados noticiáveis, ou seja, os acontecimentos a serem noticiados são as montanhas e morros de uma formação onde planícies não têm importância. Jornalistas olham por cima.

No concernente à produção de notícias de crimes, esse “olhar por cima” faz o jornalista perceber, em destaque, a violência do cotidiano. Habitados a levantar, cotidianamente, assuntos referentes a crimes, os jornalistas de Polícia percebem o mundo social como necessário propulsor de acontecimentos violentos. Produtivamente, acreditam precisar dessa violência, considerada combustível para a máquina de pautas. Há necessidade diária de crimes. E há necessidade diária de hiperdimensionar os crimes para que tenham as proporções pretendidas pelo jornalismo. A escassez de crimes (e com “*requite de crueldade*”) é motivo, assim, de reclamação de jornalistas de Polícia. No primeiro dia da pesquisa no jornal *Correio do Estado*, o editor Denilson rompe um período de silêncio e desabafa: “*Campo Grande está menos violenta. Falo por experiência. Com isso, o trabalho do jornalista de Polícia fica mais complicado. É pouco material.*” O acontecimento-crime é desumanizado na medida em que é reduzido a pautas, “*material*” de trabalho. As conseqüências sociais dos crimes são ignoradas ao ser anulada a participação de pessoas.

Os jornalistas, que cobrem crimes, interessados na violência cotidiana, estabelecem hierarquia entre as ocorrências conforme o “grau de violência” que encerram. Quanto “mais violento” um crime, maior a possibilidade de ser noticiado. No período da pesquisa, ocorreram mortes muito violentas na cidade de Dourados, como a chacina de uma família. Os

acontecimentos naquela cidade, destaques das páginas policiais, motivaram uma “brincadeira” do repórter Eduardo em conversa com um repórter de Cultura: *“Acho que vou fazer um estágio em Dourados. Lá em Dourados, os crimes têm requinte de crueldade. Aqui em Campo Grande só dão um tiro e pronto”*.

Nos jornais pesquisados, há uso predominante de material enviado pelas polícias, com destaque a boletins de ocorrências, emitidos pela Polícia Civil através do programa *Sigo*. Portanto, a percepção jornalística de mundo, no tocante à construída na rotina de produção de matérias policiais, é também mediada pela representação de crime e violência da polícia, com delegação social de mantenedora da ordem e repressora da desordem. Assim, com a contribuição dessa mediação, por um lado, e em razão das práticas jornalísticas incorporadas, por outro, a percepção de mundo dos jornalistas, construída na rotina de levantar o que há de mais violento no cotidiano, comporta duas características fundamentais: dualismo e moralismo.

9.1. Percepção dualista

“Um jovem de bem, de classe média alta provavelmente, foi assassinado; e dois moleques da periferia, bandidinhos, foram torturados. Dane-se! Tavam furtando! O que interessa pra gente é que um jovem de bem, de classe média, foi assassinado.”
(Cristina, editora de Cidades)

O mundo simplório, visto a partir da percepção dualista dos jornalistas, corresponde a um todo feito de duas partes antagônicas, estando de um lado, os cumpridores da ordem social e moral e, de outro, os transgressores dessa ordem. Nesse mundo, narrado, dia a dia, a partir de boletins de ocorrência, as pessoas ou são vítimas ou são criminosas; ou podem estar na mediação sanadora dos conflitos entre os dois lados, em se tratando da polícia e da justiça. O mundo social antagonizado pode ser notado na afirmação do jornalista Denilson relativa à “correria” de sua rotina: *“(...) você pega trinta ocorrências e, nas trinta ocorrências, de um lado tem o assassino, o criminoso, do outro lado, tem a vítima”*. O comentário da editora Cristina de que nas matérias de Polícia *“não tem gente; tem vítima e ladrão”* também condensa essa percepção dualista. Outro aspecto a ser considerado é que essa classificação dicotômica está relacionada a um comportamento elitista, que estabelece funções determinadas para as pessoas diante do crime conforme suas posições na estrutura social. Os

maus estão na base e os bons, na parte superior dessa estrutura.

As duas partes do mundo, segundo a percepção jornalística, têm endereços certos. E os crimes residem no endereço inferior. É como se, dentro de *sua normalidade*, o crime devesse ocorrer nos pontos baixos do desenho social. São os lugares atribuídos ao cotidiano do pobre: periferias, com suas casas, ruas e bares. As notícias lembram que o lugar do crime é o da vivência diária dos agentes desprovidos – ou com pouco – poder global. Nesse sentido, a palavra “bar” (o bar da periferia), visto como um espaço de aglomeração de *pobres desocupados*, assume tamanha força que disputa a composição de títulos, ao lado de concorrentes como “tiros”, “morto”, “morte”, “menor”, “jovem”, “preso”, “polícia”, “homicídio”, “assassinato”, “acusado”, “suspeito”, entre outras palavras. O seguinte título, da edição de 3 de abril do *Correio do Estado*, é um exemplo: “*Jovem é morto em briga de bar na Capital*”.

Como o lugar do crime é o do *espaço do pobre*, o envolvimento em crimes de pessoas e de lugares fora desse espaço valoriza a pauta. “*É um fato atípico*”, comentou o editor Denilson acerca da morte de um empresário em frente a um hotel de Campo Grande. O jornalista explica: “*É atípico, [porque] envolve um hotel de luxo*”. A relevância dada a um hotel caro, por ser um *lugar atípico de crime*, faz o editor parar diante de uma dúvida: destacaria, no título, “hotel” ou “quatro tiros”? Decide-se pelos tiros. A mesma visão pode ser notada no já citado comentário do jornalista Walter de *O Estado*. Ele adjetiva de “*inusitado*” o crime ocorrido “*nos jardins, onde mora a elite*”.

Percebe-se, portanto, ligação necessária entre a percepção dualista dos jornalistas e um comportamento elitista, o qual atribui o estatuto de *criminosos típicos* apenas aos que ocupam os *lugares típicos dos crimes*, de acordo com essa percepção. É nesse sentido que por duas ocasiões o Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande não rendeu matéria diversa a da pautada aos repórteres. Não rendeu matéria por implicar a concessão de espaço e de voz a *criminosos típicos*. A primeira ocasião diz respeito à cena do preso, que grita de sua cela enquanto os jornalistas são afastados pelo secretário de Estado. A segunda ocasião corresponde ao drama do ex-detento que volta à sua antiga prisão em busca de ajuda. Os dois homens *não foram vistos* pelos jornalistas, com visões restritas à percepção dual. O comportamento daí decorrente pode ir além do descaso e atingir a ojeriza, o ódio, como é perceptível numa exclamação da editora Cristina. Após ouvir do repórter Azael que os presos deflagraram um início de motim, a jornalista esbraveja um palavrão. “*Oh raça de FDP!*”, diz ela.

A restrição do crime aos limites de um espaço determinado, o da pobreza, faz com que

seja compreendido apenas no interior deste espaço. Nesse aspecto, um criminoso, vindo da periferia, só será merecedor de alguma tolerância se tiver um histórico familiar de miséria, de violência, de drogas, etc. O fenômeno é reduzido ao restrito espaço familiar. Se não há problemas familiares, a pessoa é malandra mesmo. “Malandro” foi a expressão usada pelo repórter Azael para se referir a um adolescente, torturado após ser flagrado participando de um furto. O repórter esperava encontrar um menino com sérios problemas familiares. Mas isso não lhe foi explicitado (apesar de o garoto morar com a avó, porque foi rejeitado pela mãe, aparentemente abandonada pelo ex-marido; ser preterido ao irmão mais velho; ter deixado a escola, etc.). Já na ida para o local de apuração, a casa do adolescente, o repórter menciona sua intenção de “*ver como é a família*”. A situação da família poderia explicar, por si só, a situação do menino. Ao retornar ao carro, após findar a apuração, o jornalista sentencia: “*o guri é malandro mesmo*”. A mesma conclusão repete à chefe de reportagem estando de volta à redação, conforme o diálogo abaixo, tirado das anotações de campo:

Ao chegar à redação, o repórter inicia um diálogo com a chefe de reportagem:

– O guri é malandro! O guri é malandrão! Não é daqueles casos de família toda desestruturada.

– Mas, às vezes, o pai bebe, é grosso com ele... – pondera Jacqueline.

– Que nada! A avó tava ali, é carinhosa com ele. O irmão também tava. Mas o gurizão... – diz o repórter balançando a cabeça negativamente. Pode-se notar indignação na sua voz. Aparenta estar preocupado com a situação do menino ao mesmo tempo em que se mostra cético quanto à possibilidade de mudanças em sua vida.

– Mas agora, depois dessa, é capaz dele mudar, né?

– Ah, isso não adiantou nada. O gurizão vai continuar!

– Ah, eu acho que adianta!

Os dois jornalistas discutem dentro do mesmo horizonte de percepção. Mesmo se mostrando mais confiante na “recuperação social” do adolescente, a chefe de reportagem também percebe o crime como compreendido dentro de seu “espaço por excelência”, o *lugar do pobre*. “*Mas, às vezes, o pai bebe, é grosso com ele...*” deixa implícita essa visão. A idéia de mudança de situação do garoto, tal como compreendida sem a reflexão possível na rotina diária de produção, aprova a tortura como método de correção. Os jornalistas discutem se “*depois dessa*” haverá ou não mudanças. Para o repórter, “*isso [a tortura] não adiantou nada*”, enquanto que para a chefe de reportagem “*adianta*” sim. A prática da tortura é legitimada como um “mal necessário” para o retorno do transgressor ao caminho da lei.

A dicotomização do mundo social limita a compreensão da violência ao espaço familiar e ao espaço físico imediato do *criminoso da periferia*. Os jornalistas costumam mapear as regiões violentas da cidade. Em geral, são bairros populares e afastados do centro. Durante a entrevista com o adolescente, o repórter Azael exclama o nome do bairro onde ocorrera a tortura, como se tratasse de um fator necessário do acontecimento. “*No Aero Rancho!... O que você foi fazer lá rapaz!?*”, questiona o jornalista. A avó do garoto se apressa por justificar: “*Ele nunca tinha ido lá*”. Estar num bairro, incluso entre os mais violentos (numa classificação de senso-comum, que não se restringe aos jornais, como é perceptível na defesa feita pela avó do menino), é metade do caminho para o envolvimento no crime. Por essa percepção, ao se decidir ir a um “bairro violento”, o garoto está ciente da possibilidade de se envolver em crimes. A pergunta exclamativa do jornalista deixa implícita essas considerações. “*No Aero Rancho!... O que você foi fazer lá rapaz!?*” provoca a impressão de se tratar de uma região que deve ser evitada por *jovens decentes*.

É preciso aqui um rápido deslocamento para tratar de um possível desconforto teórico. Um entendimento às pressas do conceito bourdieusiano de *habitus* pode servir para atestar a existência do crime como fenômeno circunscrito ao *lugar do pobre*, segundo classificado pela percepção jornalística. Pode-se argumentar (imaginando ser “com base nas idéias contidas no *habitus*”) que o jovem de periferia tende ao crime, porque incorpora as práticas objetivadas do lugar da estrutura social – marcado pela violência – onde se posiciona. Convivendo cotidianamente em meio a violência, com pessoas violentas, o adolescente pobre está propenso a ser violento. Não obstante, de saída, esse pensamento de predestinação toma como pressuposto a ideologia de que há lugares sociais inflexíveis e que, entre esses lugares, “o do pobre” é, propriamente, o violento. No que tange ao conceito de *habitus*, as práticas externalizadas pelas pessoas não remetem a “um *habitus* pontual”, isto é, o que fazem as pessoas não pode ser explicado apenas por sua situação presente. Como seres históricos, comportam *habitus* produzidos em tempos e espaços diversos. Carregam esses *habitus* consigo. “É a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles em todo o tempo e lugar, sob a forma de *habitus*” (BOURDIEU, 2003, p. 67). Não há uma relação linear entre o contexto imediato (no tempo e no espaço) de uma pessoa e suas práticas. Além disso, o conceito de *habitus* não partilha da concepção objetivista que explica o que são as pessoas somente a partir das suas condições externas. Assim, mesmo que se validasse a ideologia da relação necessária entre pobreza e violência, o adolescente de periferia não estaria predestinado ao crime, por não ser um depósito passivo das práticas violentas e não incorporar tão-somente tais práticas, uma vez

que não está engessado num determinado lugar e tempo e sequer existem espaços sociais absolutamente estáveis na estrutura social.

A percepção dualista, imbricada com a visão elitista, remete a uma classificação moral, na qual alguns são bons e outros, maus; devendo ser tratados conforme os extremos morais onde se inserem. Por conseguinte, os *criminosos típicos* são os bandidos e devem ser tratados, nas rotinas de produção de notícias, como tais; os integrantes de pontos mais elevados da estrutura social são, em geral, as vítimas, devendo receber melhor tratamento. Mesmo quando membros desse segundo grupo cometem crimes, o tratamento deverá ser cauteloso. Isso remete a escolhas produtivas, nas quais são preferidas matérias sobre acontecimentos que envolvem integrantes desse último grupo. Essas preferências se apresentam com mais evidência entre editores, por decorrência de seu posicionamento na hierarquia sócio-redacional e as especificidades de suas rotinas.

As decisões produtivas decorrentes da contraposição de duas matérias, numa situação ocorrida no jornal *O Estado*, ilustram esses diferentes tratamentos. No dia em que o repórter Azael apurou a pauta dos adolescentes torturados, havia outra com acentuado valor-notícia. Tratava-se da morte de um estudante, ferido, na véspera, durante um assalto. Embora os jovens dos dois acontecimentos fossem vítimas, apenas o de classe média é considerado como tal. O estatuto de vítimas dos garotos pobres é anulado com base na justificativa de que foram flagrados furtando um creme hidratante [o descaso com o acontecimento pode ser notado, até mesmo, no papel com as pautas para a reunião entre os editores. Neste papel, encontra-se anotado, em caixa alta, a seguinte pauta: “JOVENS TORTURADOS APÓS FURTO DE CONDICIONADOR”. Não houve atenção, nem mesmo, ao objeto do furto, irrelevante em meio a outras irrelevâncias]. A editora Cristina deixa claro o motivo da preferência: “*um jovem de bem, de classe média alta provavelmente, foi assassinado; e dois moleques da periferia, bandidinhos, foram torturados. Dane-se! Tavam furtando! O que interessa pra gente é que um jovem de bem, de classe média, foi assassinado*”.

As diferenças, segundo a classificação relativa à percepção dualista, são manifestadas também no uso de diferentes termos, como se pode notar na fala da editora. Ao personagem da classe média ela se refere como “*jovem de bem*”; aos personagens pobres, ela trata como “*moleques da periferia*” e “*bandidinhos*”. Fica explícita a visão de mundo dual.

O uso de distintos termos conforme o lugar ocupado pelo agente diante do crime (o de criminoso ou de vítima, o da periferia ou do centro) pode ser percebido numa decisão produtiva, que envolveu três editores do jornal *Correio do Estado*. Na confecção da manchete do dia, eles decidem pelo uso do termo “menor” [o título resultante foi “*Menor mata*”

empregado a tiros na porta de hotel”], após uma ligeira conversa. Na ocasião, o chefe de redação tenta, em seu computador, construir um título usando “adolescente” num espaço de três colunas e duas linhas. O editor de Cidades passa por sua mesa, nota a dificuldade do colega e simplifica uma solução: “Usa ‘menor’. Dá mais impacto!” A resposta do outro jornalista sinaliza o que seria o resultado dessa disputa desigual entre as duas palavras: “No meu tempo era assim: ‘Pivete mata homem na porta de hotel’” [risos]. O editor de Polícia já se encontra próximo à mesa do chefe de redação. Ele adverte: “Se for ‘menor’ tem que ser menor de 15 anos. Mas ‘menor de 15 anos’ podem achar que ele tem menos de 15 anos. ‘Menor de idade’ dizem que é correto. Só ‘menor’ é apelativo.” O editor de Cidades intercepta: “Ah, com o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] tudo é apelativo! Vamos mandar eles fazer um título com duas colunas contando essa história.” Os três riem num coro de quem se percebe na mesma redoma identificadora.

Nesse caso específico, “menor” é preferido a “adolescente” por portar duas características consideradas relevantes nas práticas jornalísticas: é uma palavra pequena (não dificulta o espaço de diagramação) e apelativa (“dá mais impacto”, nos termos de um dos jornalistas). Essas características são as explicitadas, mas permanece implícita toda a carga semântica de discriminação que carrega a palavra “menor”. Ao lembrar que no seu tempo se usava “pivete”, um dos jornalistas mostra rápido, como um decote, o que quer esconder: “por que dar tanta importância à preservação da imagem de um bandidinho como tantos outros que nascem e morrem todos os dias?” Disso decorre a solução óbvia: “usa menor!” Ou seja, um acontecimento que tem um “menor” como protagonista não merece o dispêndio de tempo para reestruturação de um espaço já definido no interior de “moldes inflexíveis” – deve se contentar com tal ajustamento e se conformar quieto em seu espaço restrito, deixando-se chamar, nesta sua cela lingüística, de apenas “menor”.

9.2. Percepção moralista

“Se fosse fazer matéria pra cada bandidinho que recebe habeas-corpus... No máximo, uma notinha...”

(Denilson, editor de Polícia)

Os jornalistas percebem o mundo social *de fora*, em razão da auto-imagem de membros de uma comunidade neutra e, por conseguinte, desprendida da sociedade. Essa representação de si mesmos e a percepção dual do mundo estão ligadas, nos jornalistas, a uma

percepção moralista da realidade social. Em outras palavras, os jornalistas (a tendência parece ser mesmo maior entre os que cobrem crimes) se relacionam com o mundo, sobre o qual imaginam dispensar um tratamento de neutralidade, como “juízes”, julgando e sentenciando. Nas apurações, em meio às dinâmicas das rotinas diárias de produção com as características já arroladas, os jornalistas simplificam e banalizam as referências a alguns personagens. Vendo o mundo de modo simplista, como separado em lados antagônicos, julgam e condenam os que se encontram “na parte má” desse mundo. De seu pedestal de neutralidade e desprendimento mundano, olham de cima para esses personagens e os tratam com o desprezo merecido. Nesse moralismo, transformam a redação num *tribunal*.

O *tribunal da redação* corresponde ao recorte do espaço social onde os componentes são sucintos e superficiais em seus julgamentos em conformidade com os princípios do campo que têm incorporado, como a relação singular com o tempo, a pretensão de objetividade e a auto-imagem de neutralidade. Os julgamentos sumários, concernentes à produção de matérias de crimes, são embriagados da percepção dualista, que enquadra os personagens dos acontecimentos em pólos opostos, como certos e errados, bons e maus. Nas dinâmicas das redações (não incluindo, portanto, os discursos presentes nas notícias), os jornalistas se referem, pejorativamente, aos personagens classificados como errados e maus. As referências podem ser gerais (dirigindo-se abstratamente a todo o grupo) ou específicas (endereçadas a envolvidos nos acontecimentos).

Percebendo o mundo com olhos moralistas e em meio aos movimentos ligeiros das rotinas (onde não são provocados intervalos para reflexão sobre as práticas), os jornalistas abreviam as atribuições às distintas pessoas a termos como “bandidos” ou, até mesmo, “raças de FDP”, como na situação de exaltação de fim de expediente protagonizada pela editora Cristina. As referências pejorativas podem ser eufemizadas em “brincadeiras”, como num ligeiro diálogo, ocorrido numa quarta-feira (4 de abril) no *Correio do Estado*, entre o editor Denilson e o chefe de redação substituto. Eram quase 18 horas, quando o chefe se aproximou da mesa do colega para lhe indagar sobre as matérias produzidas. Bem-humorado, perguntou: “Qual a moral de seus bandidos?” Denilson respondeu com nova pergunta: “Qual bandido? Tem tantos”.

Vendo o mundo com olhos moralistas, os jornalistas se limitam a enxergar, no acontecimento-crime, apenas bandidos. Nada além. A “brincadeira” entre os jornalistas esconde essa redução pejorativa. A “moral de seus bandidos” equivale ao conteúdo das matérias, como a perguntar: “do que tratam suas matérias?” O único detalhamento exigido pelo outro jornalista é o de o colega indicar “qual bandido”, pois são “tantos”.

Há aqui uma referência geral ao universo de pessoas, que promovem os acontecimentos-crime segundo a compreensão dos jornalistas. São postos num mesmo grupo, o de “bandidos”. Em razão da percepção moralista, as pessoas desse grupo só devem aparecer nas matérias como escórias sociais. São os vilões dos dramas dualistas narrados dia-a-dia nas notícias. Assim, tornam-se notícias, em geral, assuntos sobre ações policiais, como prisões e apreensões, e ações criminosas, como roubos, homicídios, seqüestros, etc. Ações judiciais são notícias, comumente, quando envolvem sentenças de “bandidos importantes”. Decisões da Justiça favoráveis a réus ou acontecimentos relativos a suas supostas inocências tendem a ser ignorados quando se trata de “bandidos irrelevantes”. Esses são usados para preencher espaços das páginas apenas em seus papéis de vilões.

A irrelevância jornalística a possíveis inocências dos “criminosos” anônimos fica explícita num rápido diálogo entre o editor Denilson e o repórter Eduardo. Após encerrar uma conversa por telefone com um advogado, que tenta passar uma pauta para o jornal, Eduardo explica a seu editor do que se trata. Conforme o repórter, o advogado teria afirmado que um cliente seu seria posto em liberdade em razão da concessão de um *habeas-corpus*. O editor foi enfático: “*Se fosse fazer matéria pra cada bandidinho que recebe habeas-corpus... No máximo, uma notinha de Ronda*”. O outro jornalista terminou concordando: “*Eu acho*”. Concessão de *habeas-corpus* para “qualquer bandidinho” não é notícia.

Esse moralismo, ligeiro na condenação, não se manifesta apenas no terreno da generalidade, mas também se dirige a personagens concretos, envolvidos – ou supostamente envolvidos – em acontecimentos-crime. É o que se percebe no já citado telefonema entre o repórter Eduardo e um delegado, no qual o jornalista indaga o policial sobre a morte de um PM e as conseqüentes morte de um rapaz e prisões de outros. “*Jogam pra cima do morto e o cara que matou se livra né?*” disse o repórter num tom mais de afirmação que de interrogação. Em sua relação de cumplicidade com o policial (num jogo em que busca atender aos interesses do seu campo, conseguindo informações para compôr sua notícia), o repórter é categórico na delegação de culpa aos jovens presos. Acrescenta o uso de estratagema desses jovens para abrandar suas penas, sendo inescrupulosos na condenação do amigo morto. Portanto, o jornalista, mesmo sem apurar, parte do “pressuposto” de que os detidos são culpados. Em meio à rotina produtiva, o jogo com a fonte é tão espontâneo quanto o julgamento apressado.

A auto-imagem de neutralidade e a percepção moralista do mundo podem ser percebidas também nos “conselhos” dados pelo jornalista Azael ao garoto torturado num supermercado. Após concluir que “*o guri é malandro mesmo*”, o repórter lhe despeja

orientações morais. Essa conclusão resultou de sondagens sobre a família (“seus pais moram juntos?”, “estão separados há quanto tempo?”, “seu pai bebia?”), sobre a escola (“você está estudando?”, “você parou por quê?”), sobre o espaço que frequenta (“no Aero Rancho!?!... O que você foi fazer lá rapaz!?”) e sobre supostos envolvimento em delitos (“você tem passagens?”). Após estar certo de que o menino, e apenas ele, responde por tudo que faz e que decide, a partir de uma subjetividade desnuda de interferências mundanas, o que é e o que quer ser, o repórter inicia suas orientações. São as seguintes:

“Você precisa tomar jeito. Precisa voltar a estudar. Olha, vou te dizer uma coisa: eu faço matéria policial e vejo muito garoto na sua idade, que segue esse caminho que você tá seguindo, que vai parar só num lugar. É, só num lugar! Você sabe qual é, né? É bicho, é sério mesmo o que tô te falando! Então, assim, meu irmão, é procurar companhia melhor. E vai estudar. Tem escola municipal, que é de graça. Tem escola estadual, que é de graça...”

Num mesmo coro, a avó e o irmão do menino prosseguem. Diz o irmão: “*A gente fala isso pra ele direto*”. A avó acrescenta: “*Nem a mãe dele quer mais ele. E eu acolho ele aqui. Eu sou criticada neste bairro, porque eu abro a porta pra ele*”. O irmão retoma a palavra: “*A gente conversa com ele. Entra num ouvido e sai no outro. E eu falo pra minha mãe não fechar a porta pra ele. Ele é meu irmão! Os parentes da gente criticam. Falam pra nós entregar ele pra polícia*”. Em suma, trata-se de um caso perdido. Por seu lado, o adolescente apenas ouvia, calado e cabisbaixo.

Durante o processo de fortalecimento da percepção do garoto como “mau” (traduzido por “malandro” pelo repórter), o tom da entrevista vai mudando. O jornalista passa a falar em gíria e usa linguagem policial, como citação de crimes através de números de artigos. Após se certificar de que o garoto tem passagens na polícia, o repórter pergunta: “*O quê? 'Um, cinco, sete' e 'dois, cinco, cinco'?*”. Para o jornalista, a compreensão dos códigos pelo adolescente é outro indicativo de que se trata de “alguém do ramo”. Assim, o repórter usa gírias, “entrando no universo dos malandros”. Dirige-se a seu entrevistado através das expressões “bicho” e “meu irmão”.

Por fim, é preciso salientar que as considerações acima devem ser compreendidas sempre em associações. Há cruzamentos de percepções e comportamentos irrefletidos dos jornalistas. Engendrados no cotidiano produtivo, esses comportamentos e percepções estão imbricados. Assim, o elitismo da percepção dualista também alimenta a visão moralista do mundo. Os jornalistas demonstram julgar com mais facilidade os supostos criminosos da periferia, os *criminosos típicos* segundo a separação antagônica que fazem do mundo social.

Capítulo 10: Notícias de crimes e representações da realidade social

Resultantes das práticas engendradas por *habitus* produzidos no campo e incorporados pelos jornalistas rotineiramente, as notícias de crimes mostram um mundo social, em conformidade com as percepções jornalísticas, nitidamente separado por dois grupos: os de criminosos e os de vítimas. Essa classificação, guiada pelo elitismo tornado hábito e pela sintonia com as vozes oficiais, corresponde a uma divisão por grupos sociais despossuídos e detentores de poderes (político e econômico, sobretudo).

Nesse sentido, as notícias, indissociáveis das dinâmicas produtivas, são porta-vozes das ações policiais, são elitistas e dualistas. Assim, o mundo social, representado pelos jornalistas através das notícias de crimes e de acontecimentos ligados a crimes, é um mundo dramatizado pela guerra cotidiana entre criminosos e vítimas e necessitado das ações policiais, repressoras do caos e mantenedoras da ordem. A sociedade, tal como representada nas matérias de crimes dos dois jornais, é um espaço *ordenado pela ação policial* (do Estado, por decorrência), com tipificações dos agentes como *verdadeiros criminosos* e *verdadeiras vítimas*.

Essa representação social da realidade se exhibe como a realidade realmente existente. Essa força objetivante é alimentada, por um lado, pela ordenação do caos mundano através das fôrmas jornalísticas e, por outro, pelo discurso do exercício da objetividade, que permite aos jornalistas ver o mundo de fora, com isenção, neutralidade.

10.1. A ação policial

*Durante a perseguição, conforme a PM, houve troca de tiros. Um dos suspeitos, Mauro Sérgio Estival da Silva, 22 anos, acabou morto com dois tiros no peito e um no braço.
(Em notícia do repórter Eduardo Miranda)*

O mundo social desordenado por ações de criminosos é reordenado pela polícia. Essa instituição, que alimenta o fluxo de pautas da área policial dos jornais, protagoniza como heroína o enredo da realidade social narrado nas notícias. A delegação jornalística da função de heroína à polícia faz vistas grossas aos “descontroles” ocorridos durante as ações dos policiais.

Os trabalhos simbióticos de jornalistas e policiais resultam numa espécie de parceria, na qual os primeiros contam, numa necessidade evidente, as ações dos segundos. Das 73 notícias de crimes publicadas nos dois jornais durante o período de pesquisa, 62 têm como fonte principal a polícia e 36 (quase a metade) tratam de ações policiais. Além de responder pela maior parte das notícias de crimes referentes ao período de pesquisa (como fornecedora de pautas e como personagem de matérias), a polícia protagoniza o maior número de matérias em destaque. Das 33 matérias produzidas pelos pesquisados, dez abrem páginas. Dessas dez, a metade corresponde a ações policiais. Duas delas (ações da Polícia Federal) ocupam páginas inteiras.

Essa primeira característica das notícias sobre crimes está ligada a *valores-jornalista*, como manter o jogo de trocas com as fontes (sobretudo as fornecedoras regulares de pautas) e buscar ser objetivo através do privilégio às falas oficiais, presunçosamente portadoras da verdade. Também remete ao valor da rapidez, pois a restrição à fonte policial representa ganho de tempo por duas razões fundamentais: primeiramente, sua fala é compreendida como “neutra” (“não representa os interesses de nenhum dos lados”) e, por conseguinte, “objetiva e mais próxima da verdade” – isso permite ao jornalista se limitar a essa fonte, ganhando tempo e credibilidade; em segundo lugar, o acesso a essa fonte é facilitado, através de contatos das assessorias de imprensa e envios diários de notas – isso permite ao jornalista produzir matérias da própria redação, economizando tempo.

Tomando a polícia como peça imprescindível na produção diária de notícias, os jornalistas tendem a acolher e incorporar suas percepções de mundo. Passam a entender melhor o lado do policial e a tolerar suas ações. Isso não representa comportamentos passivos dos jornalistas, pois escoam com a espontaneidade característica de quem não questiona suas práticas, já impregnadas pela força do hábito. Nesse aspecto, acontecimentos merecedores de apurações mais profundas e críticas são banalizados sob o pretexto da objetividade. É o caso de mortes de suspeitos em confrontos policiais, assunto de duas notícias do *Correio do Estado*. Apesar de ocorrerem em duas madrugadas seguidas (dos dias 4 e 5 de abril) e envolverem dois jovens (de 17 e de 22 anos), as mortes não suscitaram reportagens. As matérias se intitulam “*Suspeito de roubo é morto pela PM*” (edição de 5 de abril) e “*Policial reage a roubo e mata adolescente com cinco tiros*” (edição de 6 de abril).

O descaso não se manifesta apenas na ausência de reportagem, mas também na aceitação e aprovação sem críticas das ações policiais, o que remete à adesão dos jornalistas à visão de mundo de suas fontes regulares. A primeira ocorrência é de Campo Grande e a segunda, de Dourados. O acompanhamento da apuração se limitou, portanto, à primeira

notícia. Na apuração dessa matéria, o repórter Eduardo chegou a sugerir, em conversas informais na redação, que a PM teria matado o jovem como represália pela morte de um policial, mas não aprofundou nesse enfoque. O editor Denilson chegou, mesmo, a cogitar um título que se aproximava dessa linha (“*Suspeito de matar PM é morto*”, o que também transforma o sofredor da ação em “agente”, como se ele provocasse a ação sofrida, e não explicita o autor – no caso, a polícia – da morte do rapaz). É preciso considerar que, neste dia, havia uma quantidade significativa de pautas consideradas relevantes (como uma coletiva no presídio e uma operação da PF, que ganharam primazias na apuração), o que dificultou ao repórter aprofundar no assunto.

Não obstante, o acontecimento é mostrado, na notícia, como acidente de trabalho da polícia: a morte do rapaz resultaria da perseguição policial e da troca de tiros. Ou seja, a PM não quis matar, não houve represália; apenas matou, como um percalço de ofício. Os policiais somente cumpriam seus trabalhos rotineiros e, diante de uma situação inesperada (os suspeitos começaram a atirar), terminaram desviando a rotina e matando uma pessoa. Esse sentido começa a ser construído já na primeira frase do *lead*: “*Uma perseguição a cinco rapazes suspeitos de assalto, ocorrida na madrugada de ontem, terminou com quatro deles detidos e um morto*”. O evento desencadeador das ações subsequentes é a “perseguição”. A morte é mostrada como consequência da perseguição (os nexos de causa e efeito resultam de decisões, conscientes ou não, do jornalista. Por exemplo, o sentido de relação inversa poderia ser provocado por construção como “um rapaz foi morto pela PM durante uma perseguição”). A perseguição, tornada agente, esvazia a participação determinante da polícia no evento – como se a perseguição, por si mesma, tivesse apertado o gatilho. Esse sentido de morte sem sujeito ou com um sujeito abstrato, como perseguição, é reforçada no seguinte trecho: “*Durante a perseguição, conforme a PM, houve troca de tiros. Um dos suspeitos, Mauro Sérgio Estival da Silva, 22 anos, acabou morto com dois tiros no peito e um no braço*”. Não há afirmação explícita de que foi a PM que matou o suspeito. Ele simplesmente “*acabou morto*”.

Outro aspecto dessa matéria é a ênfase na troca de tiros. A retranca é “*Troca de tiros*”; no início da legenda, aparece “*Três suspeitos de roubos que trocaram tiros...*”; no corpo do texto, há “*Durante a perseguição, conforme a PM, houve troca de tiros*”. A insistência pode provocar o sentido de que os policiais apenas reagiram como deveriam diante da ofensiva de suspeitos: revidaram os tiros. Essa ênfase, no entanto, contrasta com uma lacuna informativa: não há informações sobre apreensões das armas usadas pelos suspeitos. A polícia trocou tiros e, depois, deteve quatro pessoas. Na delegacia, três dos jovens “posaram” para fotos nos

padrões de *fotos de presos em delegacias*. Quanto às armas, não aparecem nem em texto e nem em imagem (apreendidas, as armas também seriam exibidas pela polícia para as máquinas dos fotógrafos). Em entrevista a um delegado, o repórter Eduardo não lança a pergunta sobre apreensões de armas. Suas indagações partem do pressuposto de que não há o que questionar das informações enviadas, em nota, pela Polícia Militar. Ele procura saber, por exemplo, se o jovem morto pela polícia tinha “bronca” (“*E esse cara tinha bronca aí? Esse que morreu?*”), com a consideração prévia de não se tratar de “boa gente”, mas ignora questões primárias sobre as armas (que deveriam ser) encontradas com os suspeitos.

A ausência de maior criticidade na apuração e na redação de notícias como essa (de policiais que matam os considerados suspeitos) é eufemizada de apuração objetiva. A objetividade funciona como escudo estratégico que protege das críticas as apurações convenientes ao jogo de recíprocas vantagens com as fontes regulares. Ao tratar sobre a objetividade, o jornalista Denilson ilustra, justamente, com situação dessa natureza. Em fala, já citada, ele afirma: “*Na matéria policial, você não vai perguntar: 'Você achou certo o policial matar o bandido?' Aí você cria um clima de revolta. Você só relata. Se a população achou bom ou ruim, fica a critério dela*”. Apenas “relata” – conforme o relato oferecido pela polícia.

A importância da instituição policial no trabalho jornalístico pode ser notada também nas mediações que realiza entre jornalistas e suspeitos. Das 73 matérias de crimes, apenas uma cita como fonte um suspeito. Trata-se de uma matéria produzida pelo repórter Eduardo. A pauta era sobre a apresentação de um suspeito de homicídio, ocorrido no interior do estado, preso pela Polícia Civil em Campo Grande. A polícia convidou a imprensa para apresentar o preso. Ele foi ouvido, portanto, no interior de um espaço policial, na sede do Grupo Armado de Resgate e Repressão a Assaltos e Sequestros (Garras). Suas declarações são limitadas ao cerceamento dos olhares dos policiais. Na matéria, a ocorrência divide espaço com outra, também relativa a prisão pela Polícia Civil de suspeito de homicídio. Na curta matéria (quatro parágrafos), a fala do suspeito foi sumariada em um parágrafo secundário, aparecendo em discurso indireto.

Os jornalistas chegam, comumente, aos suspeitos por essa via, a da apresentação em delegacias. Durante o período de pesquisa, ocorreram outras duas apresentações (nos dias de observação dos jornalistas do *Correio do Estado*), mas o repórter apurou por telefone, enviando o fotógrafo para fazer as imagens. Portanto, as falas de suspeitos são, em geral, caracterizadas por aspectos resultantes da situação em que se encontram: presos recentes, dentro de delegacias, vigiados por policiais. O discurso dominante será mesmo o da polícia.

A apuração a partir da redação, prática predominante, fortalece o domínio das versões policiais nas notícias. Das 33 notícias produzidas pelos jornalistas pesquisados, 28 foram feitas apenas da redação. É o caso das duas matérias que renderam manchetes e de todos os abres de páginas. O repórter Eduardo apurou apenas duas matérias na rua: uma coletiva no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande e uma apresentação de preso na sede do Garras. O repórter Azael produziu três matérias de crimes (ele saiu outras vezes, mas para apurar acontecimentos que não de crimes): duas no mesmo presídio em que ocorrera a coletiva na semana anterior para verificar as movimentações dos presos e uma na casa de um adolescente vítima de tortura. As demais pautas foram trabalhadas na redação através de consultas a notas, a *sites* e por telefone. A ausência de verificação *in loco* faz com que o repórter deposite confiança maior nas falas dos policiais. São as polícias que mais enviam notas e são pessoas das polícias as mais procuradas para repercutirem as pautas. Colabora para o estreitamento dessa relação o programa *Sigo* (Sistema Integrado de Gestão Operacional), que diminui o intervalo entre o registro da ocorrência e a inteiração pelo jornalista. Tudo ocorre como se não fosse mais preciso o repórter sair da redação. A polícia vai até ele.

10.2. Os criminosos

“Porém, um vizinho acabou observando a ação dos marginais e acionou a Polícia Militar.”

“Segundo a polícia, o adolescente é usuário de 'crack' e confessou que tentou roubar a vítima.”

(Em matérias do editor Denilson Pinto)

“A Polícia Civil investiga o crime e trabalha com a tese de que o assassinato tenha sido cometido por usuários de drogas que ficam na área central.”

“O delegado da Delegacia de Pronto-Atendimento Comunitário (Depac), Fernando Villa de Paula, 29, que fez o registro da apreensão do adolescente e foi o primeiro a ouvi-lo, atribuiu o crime ao consumo de pasta-base de cocaína pelo rapaz.”

(Em matérias do repórter Azael Júnior)

As notícias atribuem papéis de criminosos e vítimas *típicos* aos agentes sociais segundo suas posições na estrutura social: a parte baixa do espaço social é tipicamente a do crime e de criminosos e, por decorrência, as verdadeiras vítimas não se encontram, ordenadamente, nesse espaço. Torna-se *“fato atípico”* ou *“inusitado”* (termos empregados por jornalistas pesquisados) o envolvimento de membros de classe média e alta como autores de crimes. Por serem inusitados, acontecimentos dessa ordem recebem tratamentos jornalísticos diferenciados. Por outro lado, as vítimas das periferias são olhadas com desconfiança: podem ter passagens pela polícia, serem usuárias de drogas, terem se envolvido em brigas, confusões e, até mesmo, terem tatuagens (*“insígnia dos marginais”*, segundo demonstram sugerir as notícias).

Nesse sentido, no mundo social representado pelos jornais através das notícias de crimes, os criminosos são pessoas das periferias. E são, em geral, os *“menores”* e os jovens desse espaço. Das 63 idades de suspeitos informadas nas 73 notícias de crimes publicadas nos dois jornais no período de pesquisa, a maior quantidade (31 pessoas) tem entre 15 e 24 anos, sendo que a maioria desse grupo (20 pessoas) está no intervalo de 15 a 19 anos. Em alguns casos em que não precisam as idades, os jornalistas sugerem se tratar de suspeitos jovens. São redações como as que constam nas matérias *“Ladrões atacam até vendedor de lanches”* e *“Estudante é assassinado durante roubo”*. Na primeira notícia, do interior do estado, consta: *“O assalto ao vendedor de lanches Mauro Farias de Souza, de 57 anos, aconteceu por volta das 0h30 da madrugada de ontem, quando três rapazes armados, aparentando serem menores de idade e em bicicletas, abordaram o lancheiro (...)”*. Na segunda, sobre uma ocorrência em Campo Grande, há também sugestão de certa faixa etária: *“(...) dois rapazes em uma bicicleta abordaram Oshiro no momento em que ele descia do veículo (...)”*.

A demarcação do espaço típico do crime e dos criminosos é realizada através dos tratamentos distintos entre os suspeitos de grupos das partes baixa e alta da estrutura social. Das 33 matérias produzidas pelos pesquisados, apenas quatro (sendo duas sobre o mesmo acontecimento) citam pessoas detentoras de poder econômico e/ou político como suspeitas de crimes. Os tratamentos apresentam certa cautela respeitosa, ausente na maioria das outras notícias. As matérias em questão são estas: *“PF apreende 500 máquinas caça-níqueis”*, *“Austríaco é preso em MS por vender telas milionárias roubadas”*, *“Ex-prefeito vai a julgamento por homicídio”* e *“Júri de ex-prefeito de Sapucaia é adiado”*.

Nenhum desses suspeitos é chamado de *“marginal”*, *“bandido”*, *“ladrão”* ou *“assassino”*, como ocorre em referências a outros suspeitos. O ex-prefeito é referido, duas vezes, como *“mandante do assassinato”*, mas não como *“assassino”*. Com relação à primeira

matéria, há uma menção ligeira a um empresário, responsável por parte de máquinas caça-níqueis, apreendidas em etapas anteriores da operação da Polícia Federal. A menção é a seguinte: *“Nas duas primeiras etapas da operação, a maior parte das máquinas foi apreendida em endereços ligados ao empresário Nilton Cezar Servo. A casa dele chegou a ser, em julho do ano passado, um dos endereços em que os agentes federais cumpriram mandados de busca e apreensão”*. A notícia da apreensão, que ocupa uma página inteira, tem dez parágrafos em seis colunas e três fotos.

A segunda notícia também ocupa uma página inteira e trata da prisão de um empresário austríaco, suspeito de envolvimento no roubo de telas inglesas com valores milionários. A matéria (com dois boxes, 27 parágrafos e três fotos) atribui, implicitamente, qualidade de empreendedor ao empresário. Afirma que ele lucrou 1 milhão de euros na negociação dos quadros roubados, fugiu para Cuba e, depois, para o Brasil e comprou uma casa em bairro nobre de Campo Grande. Além disso, com o dinheiro do suposto roubo *“começou a atuar como empresário do ramo de bares e casas noturnas”*. Entre as referências ao suspeito, consta que é conhecido *“como empresário da noite campo-grandense, desde 2004, dono de bares e boate”*. Como retranca, há uma expressão que *“quase”* aprova as supostas ações criminosas do austríaco: *“Crime quase perfeito”*. O segundo boxe ajuda a moderar o tom de uma notícia sobre crime, aproximando-a de uma matéria que seria bem situada em páginas de Cultura. Trata-se de informações sobre o pintor inglês, autor das obras roubadas. São informações relevantes para contextualização do assunto, mas que também colaboram para amenizar uma notícia sobre um roubo milionário e um suposto criminoso ligado a uma máfia.

As palavras “suspeito” e “acusado” que, em outras matérias, são usadas como substantivos, aparecem na notícia sobre o austríaco apenas como um atributo. São acompanhadas da partícula “de”. São três as citações: *“Acusado de lavagem de dinheiro e receptação de objetos roubados (...)”*, *“(...) suspeito de envolvimento em um dos maiores roubos de obras de arte na Alemanha (...)”* e *“(...) suspeito de ter ligação com a máfia Balkan e ter escondido durante anos duas telas do pintor inglês (...)”*. Ele não é “o acusado” e nem “o suspeito”, mas, sim, “acusado de” e “suspeito de”, como se tratasse de um acidente e não de algo aditado a seu ser. Esse segundo sentido pode ser provocado, por exemplo, nos seguintes trechos: *“(...) os policiais dominaram os acusados (...)”* (da notícia intitulada *“Preso o trio acusado de render família em assalto”*), *“Com os suspeitos, a polícia encontrou R\$ 7,8 mil e apreendeu uma motocicleta (...)”* (da matéria *“Trio é preso por roubos no Aero Rancho”*) e *“A apreensão ocorreu quando o suspeito demonstrou nervosismo na abordagem*

dos policiais” (da notícia *“Polícia apreende cocaína e haxixe em ônibus”*). Ou seja, nesses casos os termos “acusados” e “suspeitos” são usados como referências diretas aos personagens das matérias, permitindo substituir seus nomes, como se “suspeito” e “acusado” fossem partes do que são e não uma atribuição circunstancial. No caso do suspeito da matéria em questão, as referências dessa ordem são *“empresário”*, *“austríaco”* e seu próprio nome.

O terceiro acontecimento noticiado sobre “criminoso atípico” corresponde a trâmites judiciais acerca do suposto envolvimento de um ex-prefeito do interior no assassinato de um radialista. Semelhantemente à matéria anterior, não há referências acusativas ao suspeito. O jornalista se refere a ele pelo nome, como *“ex-prefeito”* e como *“político”*. Nas duas matérias sobre o assunto, há menções sobre o provável motivo do crime (*“frequentes críticas que o radialista fazia à administração do político”*), resumos das investigações e descrições do homicídio. A única referência ao histórico do ex-prefeito, além de sua suposta participação no crime, é o período em que administrou a cidade. Não há as costumeiras referências remissivas aos criminosos anônimos, como passagens pela polícia e envolvimento em outros crimes.

Por outro lado, as notícias sobre suspeitos sem cacifes, que são a maioria, não apresentam a mesma cautela (que pode ser empregada inconscientemente, sem planejamento estratégico, em razão de uma aceitação naturalizada de que alguns merecem tratamentos diferentes de outros). As referências a essa segunda parcela de suspeitos correspondem a termos negativos, como “marginais” e “bandidos”. Quando presos pela polícia e com as identidades reveladas, os jornalistas também acrescentam, algumas vezes, o histórico de crimes.

O termo “bandidos” aparece duas vezes na matéria *“Trio realiza sequestro relâmpago de casal”*: *“(…) foi imediatamente abordado por outros dois bandidos armados.”* e *“Não há pistas dos bandidos.”*. A questão não se restringe à carga semântica pejorativa que comporta a palavra, mas também a seu emprego exclusivo a um determinado grupo. Os suspeitos do primeiro grupo, citado acima, não recebem essa atribuição. O mesmo ocorre com o termo “marginal” – o ex-prefeito e os empresários se inserem em posições que não combinam com essa palavra. Não se encontram às margens sociais. Essa é uma das referências a assaltantes, presos em flagrante durante investida contra moradores de um bairro nobre da cidade (notícia do *Correio do Estado* sob o título *“Preso o trio acusado de render família em assalto”*). A atribuição de “marginais” aparece no seguinte trecho: *“Porém, um vizinho acabou observando a ação dos marginais e acionou a Polícia Militar.”*

A diferença de tratamento dos agentes da parte baixa da estrutura social com relação aos suspeitos de classes altas não se restringe ao uso de termos diversos, mas também

compreende a atribuição aos primeiros de comportamentos sócio e moralmente reprováveis. Os suspeitos não-detentores de poder são mostrados como dependentes de drogas e vagabundos que sobrevivem (e sustentam seus vícios) de delitos. O suspeito de ter matado um empresário na frente de um hotel é referido, em matéria do *Correio do Estado*, como “usuário de ‘crack’” (“*Segundo a polícia, o adolescente é usuário de ‘crack’*”) e, em notícia do *O Estado*, como usuário de cocaína (um delegado “*atribuiu o crime ao consumo de pasta-base de cocaína pelo rapaz.*”). De mesma forma, a notícia sobre um estudante baleado durante um assalto atribui aos suspeitos desconhecidos o uso de drogas: “*A Polícia Civil investiga o crime e trabalha com a tese de que o assassinato tenha sido cometido por usuários de drogas que ficam na área central (...)*”. O preconceito subjacente está na generalização de garotos moradores de rua como usuários de drogas e criminosos frios – sentido que pode ser construído a partir de associações diárias entre “menores”, “rua”, “drogas” e “crime”. O mesmo sentido pode ser provocado por referências ao outro adolescente, supostamente responsável pela morte do empresário. Ele é mostrado como menino de rua que “*estava há 5 dias em Campo Grande, sobrevivendo de esmolas na região central*” (matéria do *Correio do Estado*) e como assassino frio que “*chegou ao local e começou a atirar em Lima sem dizer nada. Quando a vítima caiu no chão, o menor ainda disparou mais duas vezes.*” (matéria do *O Estado*).

Esses suspeitos também são representados como acostumados ao mundo do crime. Isso é feito através de menções a outros crimes e de uso de expressões que sugerem pequenas organizações criminosas, práticas de comparsas, como “dupla” e “trio”. Na matéria “*Preso o trio acusado de render família em assalto*” (*Correio do Estado*), o jornalista informa que segundo “*a Delegacia Especializada em Roubos e Furtos (Derf) o trio veio de Nova Alvorada para praticar crimes na Capital (...)*”. Na notícia “*Empreiteiro é morto por adolescente com 4 tiros*” (*Correio do Estado*), é informado que o suspeito do crime cometera um roubo na véspera: “*O revólver utilizado pelo crime [sic] foi furtado, no dia anterior, pelo acusado do ato infracional do interior de veículo que estava estacionado próximo ao Shopping Campo Grande.*”. A notícia “*Trio é preso por roubos no Aero Rancho*” (*O Estado*) afirma que dois jovens, presos pela Polícia Civil, são “*suspeitos de praticar assaltos no Bairro Aero Rancho, região sul da Capital*”. Nesses trechos, os suspeitos são apresentados como familiarizados com o crime: um trio veio do interior para praticar assaltos (os três se deslocaram do interior para a Capital predispostos ao crime; havia intenção prévia), um adolescente roubou a arma que usou no homicídio (também havia uma pré-intenção ao crime; ao roubar o revólver, sabia o que faria com ele) e jovens são suspeitos de cometer assaltos num bairro (não são

criminosos ocasionais, mas vivem do crime, pois vêm fazendo vítimas numa determinada região).

Além de fazer menções a práticas de outros crimes, as notícias também se referem aos suspeitos da parcela baixa da sociedade como membros de pequenos grupos criminosos, com as expressões correntes “dupla” e “trio”. Esses termos sugerem aglomerações de duas e de três pessoas para a realização conjunta de certas ações. Estão associados. Nos casos em pautas, essas associações visam praticar crimes. Essa idéia de comparsas e criminosos profissionais, suscitada pelos dois termos, aparece em quatro notícias: “trio”, em três matérias (e sempre compondo os títulos) e “dupla”, em uma. O termo “dupla” é usado em matéria sobre o ex-prefeito do interior, mas não o inclui. Refere-se a dois irmãos, acusados de serem os assassinos do radialista. A citação é a seguinte: “*A dupla está foragida e teve prisão preventiva decretada.*”. A palavra trio é usada, ao todo, oito vezes, nas matérias: “*Trio realiza sequestro relâmpago de casal*”, “*Preso o trio acusado de render família em assalto*” e “*Trio é preso por roubos no Aero Rancho*”. São citações como: “*O crime foi praticado por um trio de ladrões armados com revólveres*” e “*Elias foi abordado pelo trio quando seguia para sua casa juntamente com sua mulher*”.

Além das distinções pelos textos, as notícias diferenciam os suspeitos de grupos diversos pelas imagens. Suspeitos pobres, presos pela polícia, têm suas fotos tiradas em delegacias; presos de classes média e alta não sofrem a mesma exposição nos paredões policiais. Suas fotos são de arquivos pessoais ou da própria imprensa. Dos três suspeitos pertencentes a esse segundo grupo, na delimitação das matérias produzidas pelos pesquisados, dois (o austríaco e o ex-prefeito) tiveram suas imagens publicadas. O empresário austríaco é mostrado em matéria do *Correio do Estado*. Ele está sorrindo, veste camiseta e usa óculos de sol; ao fundo, completando a paisagem, aparecem o céu num azul bem claro e o mar num tom azul mais escuro [imagem 15]. O ex-prefeito teve a foto publicada no *O Estado*. Ele aparece como figura pública: discursa enfático aos microfones das duas maiores emissoras do estado, sua mão direita está erguida ajudando na ênfase do que fala, veste uma camisa social; em segundo plano, há parte de um prédio que remete ao lado externo, onde há algumas árvores e o brilho do sol [imagem 16].

Já os suspeitos do grupo antagonico são expostos através de *closes* de seus rostos ou por meio de imagens de seus corpos semi-despidos, sujos e algemados. É preciso considerar que, nos dias de acompanhamento dos jornalistas, as fotos com essas características só foram publicadas no *Correio do Estado*. Nesse jornal, há oito fotos desse tipo. Essa desproporcionalidade parece estar relacionada à maior estrutura do *Correio do Estado* e ao

maior desprezo à editoria de Polícia no *O Estado*. Nesse jornal, há poucos motoristas (três à época da pesquisa) e saídas para delegacias e postos da PM para fazer fotos de presos não são prioridades. No período de pesquisa, o repórter Azael apurou pautas sobre prisões apenas da própria redação. O trabalho é facilitado quando a polícia envia a foto, dispensando o deslocamento do jornalista. É o caso de uma foto de preso publicada em edição da semana anterior a da observação (a publicação dessa foto reforça a análise de que a não publicação nas edições relativas aos dias de pesquisa não está ligada a um tratamento mais respeitoso aos presos comuns por parte do *O Estado* e sim a questões estruturais e ao menosprezo à área de Polícia). Já no *Correio do Estado*, há maior possibilidade de o repórter ir às delegacias e aos postos da PM ou enviar fotógrafos. Além disso, o jornal recebe textos e fotos (entre as quais, as de presos) de correspondentes do interior.

Em comum, as fotos de presos trazem, em segundo plano, emblemas das polícias responsáveis pelas prisões e, em primeiro plano, pessoas com semblantes sérios, desoladas ou cabisbaixas (um maior número estaria assim, se policiais não lhes ordenassem olhar para as câmeras), uma do lado da outra, unidas por algemas. Também são mostradas em *close* conforme o espaço na página. Esse é o caso do suspeito de homicídio, preso por policiais do Grupo Armado de Resgate e Repressão a Assaltos e Sequestros (Garras). É um jovem negro de 27 anos. Seu semblante é sério e triste. Às suas costas, está parte do brasão do Garras [imagem 17]. Também aparece em *close* um pintor de 23 anos, preso em flagrante pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) portando uma submetralhadora e um colete à prova de balas. De igual modo, está desolado. Olha fixo para a frente. Atrás dele, há a divisa da PRF [imagem 18]. Em outra notícia (uma nota), é mostrado, de meio corpo, um homem negro de 46 anos, suspeito de matar o amante de sua mulher, com uma camisa um pouco desabotoada e com as mãos para trás, indicando estarem algemadas. Em segundo plano, há o emblema da Polícia Civil [imagem 19]. Três jovens, entre 18 e 22 anos, suspeitos de roubo, estão ladeados e com os punhos unidos por algemas. Suas camisetas estão sujas. Dois deles olham para a frente. Estão sérios e um demonstra grande desolação. O terceiro está com a cabeça semi-baixa, mas olha mais para o chão que para a frente [imagem 20]. Na mesma edição, há outra foto de mais três rapazes, dois com 19 e um com 18 anos, também suspeitos de roubo. Dois (são irmãos) olham para a frente, igualmente sérios, e um está com a cabeça parcialmente para baixo. Eles estão sem camisas, com calças *jeans* e algemados [imagem 21]. Outro exemplo é a foto de um grupo de índios, acusados, em inquérito policial, de homicídio. São seis jovens: cinco rapazes e uma moça. Estão encostados numa parede, com as mãos para trás, aparentemente algemadas. Ela tem os pés calçados e olha para baixo. Os rapazes não olham

para o chão, mas desviam os olhares da câmara. Um deles está sem camisa e todos estão descalços [imagem 22].

Ajudam a compor essa representação de lugar próprio do crime as citações das profissões dos suspeitos e dos locais onde os crimes ocorrem. Das profissões de suspeitos informadas, a maioria colabora para situar seus executores em posições baixas do espaço social. As exceções são médica, advogado, político e empresário. Essas últimas profissões correspondem a matérias já tratadas acima. A notícia, em que uma médica aparece como suspeita, foi apurada por uma repórter de Cidades do *O Estado* e, pelo teor, está sendo considerada matéria de crime. Trata-se da apreensão de medicamentos abortivos numa clínica de Campo Grande, com funcionamento irregular. A notícia, em que um advogado é um suspeito, corresponde a uma nota da coluna “*Ronda*” do *Correio do Estado*. A nota informa sobre a prisão do advogado, flagrado transportando cocaína em seu carro. Três pequenos parágrafos relatam, sucintamente, o acontecimento. Há algumas profissões, que não explicitam as posições sociais de seus executores. São elas: encarregado de fazenda, agente penitenciário, estudante e comerciante.

No entanto, o predomínio é de profissões situadas em pontos sociais inferiores. São as seguintes profissões: mestre-de-obras, pedreiro, manicure, aposentado, trabalhador rural, trabalhador braçal, ajudante-geral, enfermeira, frentista, funcionário de loja, além de duas situações em que as suspeitas estão desempregadas. O crime é representado, assim, como fenômeno provocado, predominantemente, por grupos da base social. Reforça essa representação a geografia do crime traçada pelas notícias. Das 20 notícias sobre acontecimentos em Campo Grande, produzidas pelos pesquisados, a metade tem bairros pobres e de periferia como lugares de crimes. É preciso considerar que entre essas 20 matérias, há as que tratam de eventos nos presídios, ou seja, acontecimentos não ligados diretamente à prática de algum crime. São seis as notícias sobre presídios. Há, ainda, seis notícias sobre acontecimentos-crime na região central e em bairros nobres da cidade, sendo que duas dessas matérias são *suítes* de um mesmo assunto (morte de empresário em frente de um hotel) e uma (“*Austríaco é preso em MS por vender telas milionárias roubadas*”) não menciona um bairro nobre como local de crime propriamente, mas como lugar de residência de suposto criminoso. A soma dessas matérias supera o total de 20, pois algumas noticiam, sob o mesmo título, mais de uma ocorrência. Nesses casos, no entanto, nem sempre há esforço do jornalista em trabalhar nexos. As notícias são apenas justapostas em razão de alguma semelhança (a natureza do crime, as idades próximas dos envolvidos, o tipo de ação da polícia, etc.). A prioridade parece ser, mesmo, a do enchimento de páginas.

Conforme sua relevância jornalística, o local do crime pode compor títulos e intertítulos. É o caso da matéria “*Jovem é morto em briga de bar na Capital*”. O bar se torna importante jornalisticamente, pois pode simbolizar socialmente lugar de pessoas que bebem e, alteradas, tornam-se propensas a confusões, brigas e mortes. Se o jovem é morto em briga de bar é porque procurou. Não deveria estar nesse local de risco. Semelhante sentido provocado por citações de nomes de bairros específicos. É o caso do bairro Aero Rancho, considerado violento. O nome desse bairro consta no título “*Trio é preso por roubos no Aero Rancho*”. Também aparece como intertítulo (“*Aero Rancho*”) de uma outra notícia. Esse bairro é mencionado, ainda, em outra matéria. No total, é citado cinco vezes. Há lugares tidos como “*atípicos*” ou “*inusitados*”, como o hotel de luxo, diante do qual um empresário foi assassinado, e como uma igreja, na frente da qual um jovem foi encontrado morto. A riqueza e a religião tornam esses lugares atípicos e inusitados em se tratando de crime. “Hotel” é citado na manchete “*Menor mata empreiteiro a tiros na porta de hotel*” e “igreja” consta do título “*Jovem assassinado em frente de igreja*”. O “inusitado” consegue desviar, vez e outra, a atenção valorativa dos jornalistas, que, ordinariamente, caracteriza-se, sobretudo, pelo elitismo quando se trata de crimes.

Num enfoque maior, considerando também as notícias do interior do estado trabalhadas pelos pesquisados, a periferia é simbolizada pela fronteira, de onde jorram entorpecentes e pessoas são executadas, conforme a realidade representada nos jornais. A região de fronteira aparece em cinco notícias: duas sobre homicídio, uma sobre contrabando, uma sobre apreensão de droga (haxixe) e uma sobre roubo de carros e trocas de tiros. Em outros seis notícias são citadas cidades que não estão na faixa de fronteira. A superioridade ínfima de ocorrências em cidades não-fronteiriças reforça o sentido da fronteira como periferia do estado, local sem leis, lugar de violência e de crimes.

Fotos de suspeitos

Imagem 15

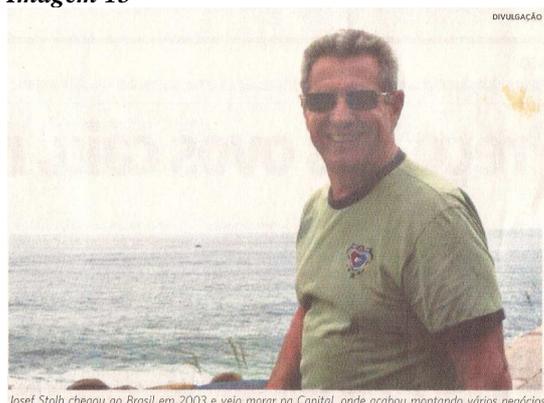


Imagem 16

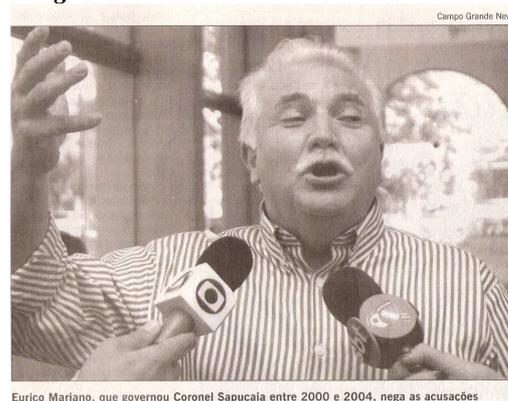


Imagem 17**Imagem 18****Imagem 19****Imagem 20****Imagem 21****Imagem 22**

10.3. As vítimas

“O universitário entregou a carteira e o aparelho celular aos ladrões sem reagir, mas mesmo assim levou um tiro na cabeça.”

“A mãe, que também não teve o nome

divulgado, relatou que o menino era usuário de drogas e que acredita que ele foi morto em um acerto de contas em razão de dívidas com traficantes.”

(Em notícias do repórter Azael Júnior)

A editora de Cidades do *O Estado*, Cristina Martins, condensa a separação delineada nas notícias entre verdadeiras vítimas e pseudo-vítimas, pessoas que merecem sofrer violência. Em fala já sublinhada, ela afirma: *“Um jovem de bem, de classe média alta provavelmente, foi assassinado; e dois moleques da periferia, bandidinhos, foram torturados. Dane-se! Tavam furtando! O que interessa pra gente é que um jovem de bem, de classe média, foi assassinado.”* Os *bandidinhos da periferia* procuraram e encontraram, estão num meio de violência e são violentos, praticam crimes e devem, por consequência necessária, sofrer represálias por esses atos. Já o estudante de classe média, preocupado com o futuro, estudando uma língua estrangeira e fazendo um curso universitário, não merecia sofrer a violência. Trata-se de verdadeira vítima.

Os sentidos de vítimas verdadeiras e falsas, não-merecedoras e merecedoras de violência, são provocados através das construções dos personagens. Tamanha a distância dessas construções que as notícias sobre vítimas de grupos distintos tendem a engendrar sentimentos diversos: matérias com vítimas de periferias, bairros afastados do centro, podem provocar, no leitor, sentimento de desconfiança; matérias com vítimas não-oriundas de periferias podem causar, no leitor, sentimento de comoção.

Ilustram essas construções de verdadeiras vítimas as notícias *“Trio realiza sequestro relâmpago de casal”*, *“Preso o trio acusado de render família em assalto”* e *“Estudante é assassinado durante roubo”*. A primeira matéria começa apresentando as vítimas. Trata-se de um casal de meia-idade (ele tem 51 e ela, 46). O homem seguia para *sua casa* acompanhado da esposa: *“Elias foi abordado pelo trio quando seguia para sua casa juntamente com sua mulher.”* São, portanto, pessoas socialmente corretas, com comportamentos adequados: são marido e mulher e estão voltando para casa. A trajetória tranqüila é interrompida por *“bandidos armados”*. Um deles invade a pista e os outros abordam o casal. O drama atinge o clímax, quando as vítimas são obrigadas a sacar dinheiro em caixa eletrônico, são amarradas na própria residência e roubadas. Torna-se indiscutível a tipificação de vítimas. Afinal, nada fizeram para provocar a violência sofrida.

De modo semelhante, a segunda matéria (*“Preso o trio acusado de render família em*

assalto”) apresenta uma família de classe média, vítima de assalto. Entre os três suspeitos, há dois irmãos, pedreiros, que trabalhavam, no local do crime, na reforma de uma piscina. O sentido que pode ser suscitado é de vítimas muito corretas ao ponto de serem traídas por uma bondade ingênua. Afinal, confiaram a casa a dois rapazes mal-encarados, cheios de tatuagens pelo corpo e um deles com a cabeça raspada. Essa bondade foi retribuída com momentos de terror. A vítima, que oferece emprego (dois dos suspeitos *“trabalhavam como pedreiros para reformar uma piscina”*), trabalha e tem restrito tempo ao lar, como o do horário de almoço (*“renderam a vítima, na garagem do imóvel, quando ela retornou para o almoço”*), porta o estatuto inquestionável de vítima. E os relatos do cotidiano, como precisar reformar uma piscina, estar trabalhando e ter um horário de almoço, ter empregados... tornam a situação *universal* a um grupo, isto é, tendem a provocar em pessoas de determinado grupo comoção resultante de sentimento de identidade: *“Essa vítima se parece comigo; ora, também posso ser vítima; logo, é preciso desconfiar mais de indivíduos com as características desses bandidos”*.

Outro exemplo de verdadeira vítima é o universitário morto em consequência de um assalto. O sentido de verdadeira vítima é edificado através de construções textuais como *“(…) Oshiro parou o veículo no local por volta das 20 horas de quarta-feira (11), e seguiria a pé para uma aula de inglês (...)”*, *“O universitário entregou a carteira e o aparelho celular aos ladrões sem reagir, mas mesmo assim levou um tiro na cabeça.”*, *“A vítima, que cursava Relações Internacionais na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), trabalhava no setor financeiro de uma empresa de autopeças (...)”*, *“Segundo a família, o estudante sempre deixava o carro estacionado no local onde foi morto, por ser um local claro e que ele julgava seguro (...)”*

Essas citações constroem algumas características da vítima. Informa, já no título, tratar-se de um estudante (*“Estudante é assassinado durante roubo”*), ou seja, é responsável, pois estuda. A qualidade de responsável se alarga, ingressando a vítima na categoria de *“cidadão de bem”*, com as informações de que fazia um curso superior e trabalhava no setor financeiro (era um rapaz honesto e de confiança, pelo exercício desse cargo) de uma empresa. Trata-se, além disso, de um pessoa calma, que não reagiu ao assalto e entregou os bens aos ladrões. Também foi prejudicado pela característica fatal das vítimas: a ingenuidade. Acreditando que alguns lugares são seguros em razão do considerável movimento de pessoas, *sempre* deixava o carro no mesmo local. *“Leitores vividos”* poderiam comentar: *“Coitado! Era tão bom! Estudava, trabalhava! Sem malícia, deixava o carro sempre no mesmo lugar, criando uma rotina que aumenta as chances de assalto”*. A informação fundamental para a construção de verdadeira vítima e para a provocação do sentimento de comoção é a de que o

rapaz foi baleado *depois* de entregar a carteira e o celular aos assaltantes.

O problema não reside na condição verdadeira de vítimas, mas, sim, na atribuição dessa condição apenas a uma determinada parcela social. As pessoas dos acontecimentos relatados nas matérias acima são, sim, vítimas, como também são as outras, que recebem tratamentos diferenciados nas notícias e que estão, “coincidentemente”, em posições sociais inferiores. Esses tratamentos podem ser notados nas matérias “*Jovem é morto em briga de bar na Capital*”, “*Jovem assassinado em frente de igreja*” e “*Menores denunciam tortura em mercado*”. Também podem ser percebidos na submatéria, com o intertítulo “*Aero Rancho*”, situada ao pé da notícia sobre o estudante morto em decorrência de ferimento em assalto. Essas matérias tratam de acontecimentos que envolvem jovens de periferia, percebidos pelos jornalistas mais como suspeitos que como vítimas, mesmo quando são vítimas.

A primeira matéria é sobre duas ocorrências, que têm em comum bares como os locais dos crimes. Nos dois casos, há vítimas que são ajudantes-gerais (profissão que ajuda a classificar a condição social). A notícia começa informando a circunstância dos crimes: “*brigas de bar*” (“*Uma pessoa morreu e outras duas ficaram feridas em brigas de bar na noite deste domingo, em Campo Grande*”). É o princípio do pensamento de que as próprias vítimas provocaram os crimes. Também no *lead* há outra informação, que delimita o espaço do crime: são dois bairros da periferia da cidade – lugar de pobre e, *naturalmente*, violento. Sobre a primeira ocorrência, é informado que dois jovens brigavam num bar e foram, por isso, expulsos (“*Cristiano e Dhione teriam se envolvido em uma confusão que foi contida pelos colegas e pessoas que trabalham no local, e que os colocaram para fora do estabelecimento*”); retornaram armados com facas (“*Os dois, entretanto, não se conformaram com o desfecho do conflito, e voltaram para o bar, desta vez armados com facas*”) e foram baleados, um deles mortalmente (“*Quando retornaram foram recebidos à bala. Dhione foi atingido com dois tiros no peito, e teve morte instantânea. Cristiano ficou ferido na cabeça, e foi levado para a Santa Casa.*”). A ação inicial e desencadeadora de todo o drama é executada pelas duas vítimas: envolveram-se em confusão, que foi contida por colegas e funcionários do bar. Estão errados, pois os *próprios colegas* ajudaram a colocá-los para fora. Se eles são os responsáveis pela ação motivadora da tragédia não são vítimas assim; estão mais para culpados. O *retorno* dos dois jovens ao bar carrega grande riqueza simbólica: voltaram ao local propício ao crime, após terem sido expulsos – tiveram uma chance, mas preferiram retornar, e armados (querendo mesmo confusão), para a morte, pois “*não se conformaram com o [primeiro] desfecho do conflito*”. Fortalece o estatuto de culpados. Não conformados com o desfecho inicial, são obrigados a se conformar com o segundo desfecho,

o definitivo. O ponto final é a morte de um e o ferimento de outro. Conseguiram o que procuraram.

Na segunda ocorrência da mesma matéria, outra vítima, um ajudante-geral de 31 anos, também está num bar de periferia, tomando cerveja (“*O ajudante-geral Aldemir Bezerra da Silva, 31 anos, foi esfaqueado na noite deste domingo, quando bebia cerveja em um bar do Parque do Lageado.*”). A informação de que a vítima ingere bebida alcoólica colabora para a construção de que, de alguma forma, é co-autora da própria violência. Está num lugar (bar de periferia) e fazendo algo (ingerindo álcool) que atesta essa co-autoria. A notícia também informa que, segundo a própria vítima, o motivo do crime seria um desentendimento com o suspeito. O “desentendimento” oferece pista segura de que o homem esfaqueado não é boa gente. Estava apenas sofrendo represália por algo que havia feito. Reforça essa idéia a informação do *lead* (“*Uma pessoa morreu e outras duas ficaram feridas em brigas de bar*”), que inclui o segundo caso nas “*brigas de bar*”. Novamente, o crime é justificado por ações desencadeadas pela própria vítima.

Mesmo se tratando de vítimas não-identificadas, há construção textual que pode provocar desconfiança a quem lê a matéria. Na notícia “*Jovem assassinado em frente de igreja*”, o repórter apresenta descrições da vítima, que sugerem se tratar de alguém pertencente ao grupo dos que provocam a violência que sofrem: “*O cadáver encontrado por moradores daquele bairro é um rapaz de 1,70 m, magro, cabelos escuros ondulados e com tatuagem nas duas pernas e nas costas.*”. Com boa parte do corpo tatuado (nas duas pernas e nas costas), o jovem não seria uma pessoa de bem. A informação do detalhe da tatuagem, que pode ser justificado como necessária para ajudar na identificação do jovem assassinado, torna-se desnecessária (e mesmo inconveniente) no tratamento das vítimas que recebem, conforme estas análises, atributo jornalístico de verdadeiras vítimas.

Na matéria “*Menores denunciam tortura em mercado*”, a condição de vítimas de dois adolescentes pobres é questionada desde a retranca do texto. A retranca “*Investigação*” toma como relevante a investigação sobre o evento e não o evento em si. Sugere uma desconfiança quanto à verdade das afirmações dos garotos. Trata-se de um caso a ser *investigado*. O comportamento cético prossegue na matéria, desde o *lead*, através do tempo verbal empregado: “*Dois adolescentes, de 14 e 15 anos de idade, dizem ter sido torturados durante 30 minutos na manhã de quarta-feira (11) (...)*”. No parágrafo seguinte, a construção reforça a desconfiança: “*Os dois teriam levado choques elétricos e sido espancados, segundo a polícia, pelo dono do mercado (...)*”. Apesar de o repórter ter ido à casa de um dos adolescentes, onde verificou hematomas em seu corpo, entrevistou familiares, que ajudaram a

relatar o caso, e testemunhou a revolta da avó do garoto, a matéria insiste num tempo verbal (futuro do pretérito) que se distancia de eventos concretos e se aproxima de situações hipotéticas. É preciso considerar que o repórter não é responsável, sozinho, pela redação da notícia. Os editores podem fazer, e fazem, alterações.

A construção do sentido de pseudo-vítimas também passa pelo uso do termo “menor”, presente no título e no corpo do texto. Essa palavra, desgastada por seu uso negativo, tornou-se pejorativa. Seu sentido remete a um determinado grupo, o “de infratores” (termo que também segue trajetória semelhante à percorrida pela palavra “menor”). Posto, no título, “menor” oferece ao leitor indicativo de que a matéria irá tratar de garotos excluídos do universo dos “jovens de bem”. O título também não é explícito sobre quem são as vítimas. “*Menores denunciam tortura em mercado*” informa que há uma denúncia (“tortura”) e que há denunciadores (“menores”), mas não informa quem são as vítimas. Uma construção de título que se aproxima do que foi apurado pelo repórter (ao menos, na casa do adolescente) poderia ser “Adolescentes são torturados em mercado”. Trata-se de uma redação direta como a do título da matéria que abre a mesma página: “*Estudante é assassinado durante roubo*”.

No corpo da matéria, há referências ao histórico criminal dos adolescentes que os tornam menos vítimas e mais suspeitos: “*O adolescente de 15 anos tem antecedentes criminais por furto, tentativa de roubo e tentativa de homicídio. Ele chegou a ficar internado na Unidade Educacional de Internação (Unei) por três meses. O outro menor tem antecedentes criminais por tentativa de homicídio e furto.*”. O leitor pode, neste ponto, após ler redações permeadas de ceticismo quanto à condição de vítimas dos meninos, concluir que mereciam ser espancados. “Talvez assim aprendam e não voltem a cometer crimes”. Essa “aprendizagem” foi pauta de discussão entre o repórter e outra jornalista, como mencionado anteriormente. A tortura, *mal necessário*, pode servir de aprendizagem aos garotos. É para o bem deles. Compreensão que recupera a expressão “*bem-feito*”. O repórter cita, não obstante, uma voz que destoia das demais, ao afirmar que o “*menor*” (novamente o uso do termo) não merecia sofrer a agressão. Trata-se da avó, pessoa próxima e que substitui a mãe do adolescente. Essa relação a torna suspeita a opinar – não é um comentário a se considerar, pois não é *objetivo*. O importante dessa fala, segundo a construção trabalhada no texto, é a concordância de que o menino “*errou algumas vezes*”. Afirma o jornalista: “*Para a avó, com quem o rapaz vive há sete meses, desde quando os pais se separaram, o menor não merecia a agressão. 'Meu neto já errou algumas vezes, mas não podem sair batendo no menino desse jeito, dando choque', diz.*”

A ênfase nos erros dos adolescentes suaviza a violência dos crimes de cárcere privado

e de tortura. Essa ênfase ofusca a desproporcionalidade entre a ação dos adolescentes (furto de um creme hidratante) e a represália (choques e pauladas por cerca de meia hora). Essa relação, fundamental no acontecimento noticiado, não é trabalhada a contento na matéria. Durante a apuração, o repórter indagou o adolescente sobre a motivação do furto, praticado pelo outro menino. “*Ronei, por que o Guilherme resolveu pegar o negócio?*”, questiona o jornalista. Ao que o garoto responde: “*Ele queria passar nas espinhas*”. No entanto, essa distância entre a pequenez da intenção do adolescente e a grandeza do tratamento violento sofrido é ignorada na notícia.

A afirmação de falsa vítima e verdadeiro culpado é fortalecida com a foto que ilustra a matéria. É uma imagem das costas do garoto, que, com as sombras de uma página em preto e branco, mostra, com maior evidência, uma tatuagem e, com pequeníssima nitidez, as marcas dos choques e das pauladas (imagem 21).

A atribuição desigual da condição de vítima é explicitada na disputa ao destaque de página entre essa matéria dos meninos torturados e a do estudante assaltado e morto. Disputa que também manifesta os diferentes contornos nas percepções e representações de mundo entre jornalistas ocupantes de diferentes posições na hierarquia da redação e do campo. O repórter, que passara a maior parte da manhã apurando a primeira pauta, quer que ela seja o *abre*, enquanto a editora de Cidades pretende destacar a outra ocorrência. Com maior força na hierarquia sócio-redacional, a editora vence o embate. Na hierarquia da página, o estudante de classe média figura acima dos garotos pobres. Enquanto a retranca (recurso que pretende condensar o teor do assunto) da matéria de baixo é, como visto, “*Investigação*”, a da notícia de *abre* é “*Violência*”. Em um caso não há dúvidas de que houve violência, no outro é preciso investigar...

Nessa matéria sobre o estudante morto por assaltantes, há uma notícia (uma submatéria) sobre um adolescente de 18 anos, assassinado em bairro de periferia. A ocorrência, embora também envolva morte, recebe menor importância que a primeira (está na parte inferior e tem a metade da quantidade de parágrafos da notícia que abre o texto). A construção de vítima questionável é feita com citação de fala atribuída à própria mãe do adolescente: “*A mãe, que também não teve o nome divulgado, relatou que o menino era usuário de drogas e que acredita que ele foi morto em um acerto de contas em razão de dívidas com traficantes.*”. Por ser fala da mãe, a afirmação tem maior robustez. Assim, sendo usuário de drogas e executado por traficantes, esse jovem também procurou o que buscou, isto é, foi co-autor dos disparos que o mataram.

Sobre essa vítima, a editora de Cidades de *O Estado*, Cristina Martins, referiu-se como

o “moleque”. Na ocasião, a jornalista pergunta ao repórter Azael: “*E teve um moleque assassinado no Aero Rancho, né?*” O repórter afirma que sim. “*Pode colocar como intertítulo do latrocínio*”, manda. A palavra “moleque” e a maneira como a pergunta ao repórter foi feita indicam o menosprezo da editora por vítimas da periferia. Esse menosprezo também se manifesta no lugar da página (intertítulo de outra matéria), onde a jornalista decide *jogar a notícia*.

Apenas uma notícia (“*Empreiteiro é morto por adolescente com 4 tiros*”), das 33 produzidas pelos pesquisados, menciona histórico de crime ao tratar de uma vítima que não é da periferia. Trata-se, neste caso, de exceção e, como arrolado acima, de regra quando envolve suspeitos da base social. No entanto, essa exceção está ligada à singularidade da pauta. Durante a apuração, o editor Denilson descobriu que a vítima (o empresário) fora denunciada pela mulher havia menos de uma semana. A denúncia era de ameaça de morte. Estranhou a proximidade temporal dos dois eventos (denúncia e homicídio) e decidiu fazer um boxe sobre o assunto. Em telefonema, o jornalista exclama a um policial da cidade de Promissão (SP), onde a vítima morava: “*É muita coincidência a esposa entrar com ação*” e “*Essa história tá mal contada*”. Prosseguiu na apuração e verificou que o empresário já estivera preso. Diante de acontecimentos saltando aos olhos, o jornalista não pôde ignorar esse ligeiro histórico da vítima e o informou no boxe. Apesar disso, o tratamento recebido pelo empreiteiro segue distante ao do tratamento dispensado aos jovens de periferia, reduzidos a *usuários de drogas com passagens pela polícia*.

10.4. Pretensão de verdadeira realidade

A realidade social, representada nas notícias, tem a pretensão de ser a verdadeira realidade. Essa pretensão está associada ao enquadramento jornalístico dos acontecimentos e ao discurso da objetividade.

Os acontecimentos convertidos em notícias, enquadrados espacial e temporalmente, nas fôrmas noticiosas, são mostrados como correspondentes justos da realidade, como equivalentes aos acontecimentos mundanos, caracterizados pela caoticidade. Ao desenhar as páginas com títulos, subtítulos, retrancas, fotos, etc., o jornalista organiza o mundo ao leitor. Apresentando os acontecimentos com novas roupagens espaço-temporais (justas às páginas e às hierarquias aí presentes), que lhes deixam inteligíveis, o jornalista tem a pretensão de apresentar o que realmente aconteceu. A ordenação e a inteligibilidade são tomadas como

equivalentes à verdade.

Isso ocorre porque os jornalistas acreditam que a relação que mantêm com o mundo sobre o qual noticiam é de neutralidade, imparcialidade e isenção. Essas normas deontológicas, encerradas no princípio da objetividade, remetem à representação que os jornalistas fazem de si mesmos como integrantes de um grupo desprendido da sociedade. Não obstante, como já trabalhado em outras partes desta dissertação, a objetividade é uma realidade apenas discursiva em se tratando de jornalismo.

Ao contrário do que apregoa o discurso de equivalência entre notícia e representação única e verdadeira da realidade social, as matérias jornalísticas resultam de decisões produtivas permeadas de percepções de mundo e de práticas provocadas por *habitus* internalizados pelos jornalistas. As decisões dos jornalistas passam por seleções de pautas (já filtradas extra-campo, através das ocorrências que chegam às polícias – nem todas chegam – e das ocorrências que as polícias remetem aos jornais – nem todas são remetidas), por escolhas de enfoques, por seleções de fontes e das falas das fontes, por preferências e rejeições de matérias, por delimitações ou alargamentos dos assuntos, por usos ou não de fotos, pelo espaço da notícia na página, etc.

As notícias não representam a realidade de modo absoluto, mas representam, sim, determinadas percepções dessa realidade. São as percepções dos próprios jornalistas contaminadas pela acolhida positiva e irrefletida das percepções das fontes regulares, as fontes policiais, que, dado às suas funções de mantenedoras da ordem e repressoras da desordem, representam interesses dos grupos dominantes. Portanto, a realidade simplória construída nas notícias – caracterizada pelo dualismo entre suspeitos e vítimas e pela ação imprescindível da polícia – é uma realidade conveniente aos agentes detentores de maior poder global, dos ocupantes dos pontos elevados da estrutura social.

Conclusão

Na cotidianidade do exercício do jornalismo, nas relações constantes com outros membros do grupo, os jornalistas mergulham num processo contínuo de incorporação de práticas (ações construídas com a edificação do jornalismo como campo) e de princípios (as normas, as regras do campo) objetivados e, portanto, tomados como evidentes, existentes por si mesmos. Incorporados, esses princípios e práticas não são mais problematizados, em razão da força de suas evidências e necessidades. O estatuto ontológico do jornalista está condicionado a externalizações dessas práticas e princípios.

Este estudo possibilitou perceber a existência de quatro valores fundamentais relativos a práticas e princípios incorporados pelos jornalistas. São valores caros por serem considerados como imprescindíveis na constituição ontológica do jornalista. Por isso, foram designados de *valores-jornalista*. Tais valores são: *saber o que é e o que não é notícia, ter suas fontes, ser rápido e ser objetivo*. Esses valores se relacionam a determinadas percepções e representações da realidade social.

Os jornalistas olham o mundo como um conjunto de pautas, mas nem tudo que acontece no mundo está incluso nesse conjunto. Alguns eventos merecem e devem ser noticiados. Outros não. Há uma seleção diária do que deve constar na edição do dia seguinte. Essa seleção é apenas parte de uma série de escolhas produtivas. Na lapidação do acontecimento noticiável, os jornalistas também escolhem fontes, falas dessas fontes, hierarquizam as matérias através de seus tamanhos, usos ou não de imagens e dos lugares nas páginas.

Em se tratando de jornalismo policial, essas escolhas produtivas, imbricadas com o valor de se *saber o que é e o que não é notícia*, manifestam percepções dualista e moralista do mundo. Isso faz com que as escolhas na produção de notícias de crimes sejam caracterizadas por acentuado elitismo. De modo concreto, foi possível notar, nesta pesquisa, que os jornalistas vêem o mundo de certa maneira e que essa visão é, predominantemente, elitista. Enxergam com olhares condescendentes alguns e severos outros. Alguns são considerados bons e outros maus. Nessa distribuição moral, os maus são, em geral, os pobres (destacadamente, os adolescentes e jovens) e os bons são pessoas de classe média e/ou alta (na construção de sentidos das notícias, são pessoas honestas, benevolentes, trabalhadoras e preocupadas com o futuro).

Essa classificação dual e moral do mundo está associada às práticas rotineiras de

produção de notícias de crimes e à incorporação dessas práticas. Nas rotinas de produção, os jornalistas cobrem os crimes a partir de boletins de ocorrência e notas remetidas pelas polícias. Na simplicidade de um BO, o mundo é feito de vítimas e bandidos – como afirma o editor Denilson: “*you pega trinta ocorrências e, nas trinta ocorrências, de um lado tem o assassino, o criminoso, do outro lado, tem a vítima*”. Acostumado a ver o mundo através de BOs e de outros registros policiais, os jornalistas naturalizam essa divisão.

Nesse sentido, a percepção construída rotineiramente pelos jornalistas está ligada também a outro *valor-jornalista*, o de *ter as próprias fontes*. O jornalismo, de modo geral, procura mais as fontes oficiais. No caso do jornalismo policial, essa oficialidade é delegada às polícias. No jogo de trocas com essas fontes, os jornalistas usam meios diversos para não perdê-las (não poder contar com essa espécie de parceria significa ao jornalista perder a garantia de recebimento regular de pautas e, por decorrência, ter seu trabalho dificultado ou, mesmo, impossibilitado). Entre esses meios, está o de se posicionar em favor dos policiais. Uma cena recordada pela jornalista Jacqueline e mencionada nesta dissertação ilustra essa tomada de posição. Ela se lembra de uma ocasião em que um policial quis bater numa suspeita durante apresentação numa delegacia. Como ela se mostrou contrária a esse comportamento, foi criticada pelos colegas. “*Você quer acabar com nossa matéria, né? Se o cara não quiser dar mais informação pra gente, nós tamo ferrado. Por tua culpa!*”, disseram-lhe. Esse posicionamento favorável aos policiais também se manifesta na ausência de aprofundamento na produção de notícias sobre acontecimentos envolvendo mortes de suspeitos pela polícia. Em dois dias consecutivos, dois jovens foram mortos por policiais em Mato Grosso do Sul, mas isso não suscitou reportagem. Ao contrário, no relato de um dos casos, o repórter se preocupou mais com as eventuais passagens pela polícia do jovem morto do que com a ação dos policiais.

Outro *valor-jornalista*, o de *ser rápido*, alarga a ausência de reflexão sobre a própria prática. Os jornalistas precisam estar na frente dos concorrentes, cavar o cotidiano em busca de novidades e, sobretudo, encerrar as matérias antes do horário de fechamento. Em Polícia, há o complicador decorrente do desprezo pela área: o número de jornalistas é pequeno (suficiente para a produção de relatos simples de acontecimentos banais, conforme a compreensão jornalística comum). A adequação a esse ritmo gera forte empecilho para o retorno crítico ao que faz.

A incorporação de princípios e práticas atenua o fardo desse ritmo temporal: ser rápido não é problema a quem *é jornalista*. Isto é, os que já têm incorporado as práticas e valores do campo agem como se as ações emanassem naturalmente de seus corpos. Nessa economia de

esforços, fazem o que deve ser feito com a rapidez de quem está habituado a fazer. Naturalizando o que fazem não pensam mais a respeito. *E nem há tempo para isso.*

Por fim, a *objetividade* é um valor importante, pois atribui aos jornalistas o privilégio de veicular discursos credíveis por serem considerados neutros, imparciais. Esse valor se relaciona a auto-imagem dos jornalistas como pertencentes a uma comunidade separada do restante do mundo social. Objetivos, os discursos jornalísticos se tornam inquestionáveis. A realidade, representada nos jornais, fruto de determinadas percepções e de trocas diversas (internas e externas), torna-se, pela força da objetividade, a única realidade possível.

Considerando que a realidade representada nas notícias de crimes porta percepções elitistas, dualistas e moralistas e que essa realidade é vendida, de modo dogmático, como verdadeira e única, o jornalismo de crimes legitima uma ordem social de vítimas e criminosos atuais e potenciais, conforme os grupos sociais em que se encontram. Também legitima uma ordem social de intolerância aos “verdadeiros criminosos” – em geral, os jovens da periferia [de onde decorre, por exemplo, a atribuição de estatuto de panacéia à redução da maioridade penal]. Por conta disso, pode-se metaforizar a redação de *tribunal*. Neste *Tribunal da Redação*, alguns são julgados com complacência e outros com intransigência. Conforme Borges (2004, p. 94):

O jornalismo policial se auto-delega o papel de denunciar os problemas da vida cotidiana, principalmente aqueles relacionados ao crime, à violência, ao banditismo. Uma vez que não se constitui em um escalão da promotoria, ele se institui como uma justiça vicária que diariamente mostra à sociedade os efeitos danosos da delinquência e da marginalidade nomeando fatos e pessoas, mapeando quem é quem no mundo do crime, expondo as personagens da notícia na tentativa de oferecer as “cabeças” para a reprovação.

Nesta classificação de “quem é quem no mundo do crime”, os “verdadeiros criminosos” são mostrados, de modo vexatório, através de seus nomes, de suas ações “naturalmente más” e de suas imagens nos paredões das delegacias. São expostos nessa praça pública jornalística para que todos contemplem e coloquem lenha na fogueira inquisitorial que os incineram a cada edição dos jornais.

Para que isso tudo não soe como demasiado apocalíptico é preciso salientar que o jornalismo policial pode e deve colaborar para veiculação de notícias que extrapolem as aparências cômodas. Mais: na trajetória do jornalismo, há diversas reportagens sobre crimes

relevantes para melhoramento das relações sociais. São reportagens de denúncias³⁰ que não se contentam com o simplismo de um mundo com bandidos de um lado e mocinhos do outro. Ocorre que as matérias dessa natureza não correspondem à maioria. No dia-a-dia, o “arroz-e-feijão” são notícias com características opostas, como foi possível perceber nesta pesquisa. É necessário, portanto, uma mudança de cardápio.

30 Entre essas reportagens, podem ser citadas as dos jornalistas: Renato Fagundes e Wilson Aquino (“PM mata cada vez mais”, publicada no *Jornal do Brasil*, de 7/4/1996), Fernanda da Escócia (“Prova contra Rainha não são conclusivas, afirma juiz”, *Folha de S. Paulo*, 14/6/1997), Carlos Wagner, Nilson Mariano e Humberto Trezzi (“Quadrilhas unem Brasil e Uruguai”, *Zero Hora*, 19/4/1998). Trata-se de algumas das reportagens reunidas na coletânea *50 anos de crimes: reportagens policiais*, organizada por Fernando Molica.

Referências bibliográficas

ADGHIRNI, Zélia Leal. *Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília*. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido* (Trad. de Sérgio Grossi Porto). 2ª ed., Brasília: UnB, 2002.

ALMEIDA, Alda de e ABREU, João Batista de. *A lógica de mercado no discurso jornalístico*. Porto Alegre: SBPJor, 2006.

ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.

BARROS FILHO, Clóvis e MARTINO, Luís Mauro. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.

BERGER, Peter L. L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade* (Trad. de Floriano de Souza Fernandes). 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BIRD, S. Elizabeth e DARDENNE, Robert W. *Mito, registo e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (Trad.: Luiz Manuel Dionísio). 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999.

BORGES, Rosane da Silva. *Jornalismo-verdade ou condenação sumária?: jornalismo policial e os mal-ditos nos programas policiais da TV*. In: CARRANÇA, Flávio e BORGES, Rosane da Silva (orgs.). *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, Sindicato dos Jornalismo no Estado de São Paulo, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Da regra às estratégias*. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ *Sobre a televisão* (Trad. de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____ *Esboço de uma teoria prática* (Trad. de Paula Montero). In: ORTIZ, R. (org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____ *A economia das trocas econômicas*. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005a.

_____ *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (Trad. de Mariza Corrêa). 7ª ed., Campinas: Papyrus, 2005b.

_____ *A distinção: crítica social do julgamento* (Trad.: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira) São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BREED, Warren. *Controlo social na redacção: uma análise funcional*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (Trad. de Luiz Manuel Dionísio). 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1994.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette* (Trad. de Denise Bottmann). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico* (Trad.: Paulo Neves). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *O olho do poder*. In: *Microfísica do poder*. 22ª ed. (trad. e orga. de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade* (Trad. de Raul Fiker). São Paulo: UNESP, 1991.

_____ *Modernidade e identidade* (Trad. de Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. (trad. de Flávio R. Kothe). 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HACKETT, Robert A. *Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (Trad. de Luiz Manuel Dionísio). 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999.

HALL, Stuart et al. *A produção social das notícias: o “mugging” nos media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (Trad.: Luiz Manuel Dionísio). 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999.

HENN, Ronaldo César e SILVEIRA de OLIVEIRA, Carmen. *O hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário*. Salvador: SBPJor, 2004.

HENN, Ronaldo. *Os fluxos da notícia*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

_____. *Pauta e notícia*. Canoas: Ulbra, 1996.

HERMES, Gilmar Adolfo. *As ilustrações de jornais diários impressos: explorando fronteiras entre jornalismo, produção e arte*. Tese de doutorado. Orient.: Ronaldo Henn. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo, setembro de 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (trad. de Luís Cláudio de Castro e Costa). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (trad. de Luís Cláudio de Castro e Costa). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MICELI, Sérgio. *A força do sentido* (introdução). In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas econômicas*. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MOLICA, Fernando (org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MONTORO, Tânia. *Sangue na tela: a representação da violência nos noticiários de televisão no Brasil*. In: Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. *“Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Ideologia e processo de seleção de notícias*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. *A crítica do acontecimento ou o fato em questão*. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido* (Trad. de Sérgio Grossi Porto). 2ª ed., Brasília: UnB, 2002.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. *Imagens do tempo*. In: DOCTORS, Marcio (org.). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*. 2ª ed., São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação* (Trad.: Lúcia Mathilde Endlich Orth). 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base: os abusos da imprensa*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *O acontecimento*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (Trad.: Luiz Manuel Dionísio). 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999.

SCHLESINGER, Philip. *Os jornalistas e a sua máquina do tempo*. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (Trad.: Luiz Manuel Dionísio). 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. 2ª reimp., São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Volume I. 2ª ed., Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Volume II. Florianópolis: Insular, 2005b.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. 3ª ed., São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. *Objectividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objectividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (Trad. de Luiz Manuel Dionísio). 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999.

_____. *Contando “estórias”*. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (Trad.: Luiz Manuel Dionísio). 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 4ª ed. Lisboa: Presença, 1995.

Outros:

Jornais:

Correio do Estado (edições dos dias 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 de abril de 2007)

O Estado de Mato Grosso do Sul (edições dos dias 10, 11, 12, 13 e 14 de abril de 2007)

Sites:

[Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(www.ibge.gov.br\)](http://www.ibge.gov.br): consulta em 10/12/2007

[Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento \(www.agricultura.gov.br\)](http://www.agricultura.gov.br): consulta em 10/12/2007